

Maria Cristina Nunes Ferreira Neto

**Política, Razão e Desrazão: dimensões políticas e históricas do “insucesso”
do Pólo Mínero-Químico Industrial de Catalão/Ouvidor (1962-1992)**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento
de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação da
Prof.^a Dr.^a Izabel Andrade Marson

Izabel Marson

Este exemplar corresponde à
redação final da tese defendida
e aprovada pela Comissão Julgadora
em 24 / 03 / 1998

Banca:

Prof.^a Dr.^a Crhistina da Silva Roquette Lopreato.

Prof.^a Dr.^a Vavy Pacheco Borges.

Crhistina da Silva Roquette Lopreato
Vavy Pacheco Borges (Vavy)

Março/1998

UNIDADE	BC		
N.º CHAMADA:	32010210		
V.	Ex.		
T.º DE	BC/34611		
PRAC.	395/98		
C	<input type="checkbox"/>	D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00		
DATA	01/08/98		
N.º CPD			

CM-00113991-4

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

F 413 p Ferreira Neto, Maria Cristina Nunes
Política, razão e desrazão : dimensões políticas e históricas do
"insucesso" do Pólo Mínero Químico - Industrial de Catalão /
Ouvidor (1962 -1992) / Maria Cristina Nunes Ferreira Neto. - -
Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador: Izabel Andrade Marson.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Política econômica. X 2. Privatização - Brasil. X 3. Partidos
políticos - Brasil - História. X 4. Brasil - História -1962 -1992.
5. Brasil - Política e governo. I. Marson, Izabel Andrade, 1948- .
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar aqui os meus agradecimentos a minha família - Yusley, Júnior, Gustavo e Henrique - por terem aceitado a minha ausência durante estes dois anos de Mestrado.

Em especial, quero agradecer a minha orientadora, professora Izabel, a atenção e dedicação que me dispensou a todo momento, não medindo esforços para dividir comigo suas experiências e competência. Izabel, sua orientação foi fundamental para que este trabalho fosse realizado.

Aos meus professores do Mestrado, agradeço os conhecimentos que me passaram, que, com certeza, contribuíram para o aprimoramento de minha formação. Aos colegas, os quais tive a feliz oportunidade de conhecer, agradeço os momentos de convivência e trocas, fossem elas de angústias ou alegrias.

Aos engenheiros, geólogos e outros profissionais da mineração que cooperaram com a minha pesquisa, quero externar os meus agradecimentos pelos seus depoimentos e também pela confiança em partilhar comigo momentos que viveram em sua vida profissional. Especialmente, o meu agradecimento ao engenheiro Yusley, pela paciência que teve em explicar assuntos técnicos da mineração a uma historiadora, pouco afinada com tais conhecimentos.

Também quero agradecer a todos, em Catalão, que se dispuseram a me conceder depoimentos, que foram essenciais para o meu trabalho. Meus agradecimentos ao Sindicato Metabase, a Casa da Cultura, a Câmara Municipal e, também, a Ultrafértil e a Copebrás, por colocarem a minha disposição, informações, jornais e fotografias.

Por último, agradeço a Capes que me contemplou com uma Bolsa de estudos nestes dois anos de Mestrado, sem a qual, este trabalho seria comprometido.

SUMÁRIO

Introdução-----	01
Cap. I: Mineração, Segurança Nacional e Desenvolvimento: origens do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)-----	14
1. Associação Estado-Empresa e a exploração de minérios no Brasil (1930-1974)-----	16
2. O II Plano Nacional de Desenvolvimento-----	28
3. O II PND e os minerais estratégicos: o Plano Nacional de Fertilizantes-----	31
4. A mineração em Goiás na década de 60 e a Metago (Metais de Goiás S. A.)-----	38
Cap. II: A mineração em Catalão: a montagem do Pólo Mineiro-Químico Industrial de Catalão/Ouvidor-----	49
1. Montagem da Usina Semi Industrial do Complexo Mineral de Catalão/Ouvidor-----	54
2. Atuação de empresas privadas-----	59
3. Instalação da Usina Industrial da Goiasfértil -Goiás Fertilizantes S. A. -----	63
3.1. Projeto de verticalização do minério e a criação do DIMIC-----	66
3.2. Funcionamento da Goiasfértil-----	70
4. O Pólo Industrial e a cidade de Catalão-----	73
Cap. III: Mineração e política local: os herdeiros da industrialização -----	93
1. A ARENA e o Complexo Mineral: confronto entre os políticos e os geólogos-----	95
2. Redemocratização, “tradição familiar” e clientelismo: o legado da industrialização e a administração do PMDB (1982-1988)-----	108
3. A derrota de 1988 -----	124

Cap. IV: Crise e Privatização: dimensões políticas do insucesso do Pólo Industrial-----	132
1. Nacionalização x Privatização: o setor mineral e a Constituição de 1988 -----	132
2. Crise e Privatização: o recuo do Estado na indústria de fertilizantes: a privatização da Goiasfértil -----	146
3. A privatização como tema político: o embate entre o o PMDB e o PT nas eleições de 1992-----	159
Conclusão -----	184
Anexos -----	194
Cronologia -----	206
Fontes Pesquisadas-----	210
Bibliografia -----	213

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretendeu dar continuidade a uma pesquisa de Iniciação Científica, intitulada *Jogos da Política: as Eleições Municipais de 1992 em Catalão-Go*⁽¹⁾, na qual procuramos explicitar as mediações entre a razão e a paixão emergentes na política local, partindo de dois panfletos:

“Amigo Eleitor, não vote em TURCO, pois turco só GOSTA DE DINHEIRO. O PFL de Catalão apoia COLLOR, RONALDO CAIADO, José Gomes e Ricardo Fiúza, portanto apoia a corrupção”.

“Eleitor Catalano. Não vote em Geraldo Martins; ele é comunista e o comunista não acredita em Deus”.

Estes dois panfletos foram distribuídos na cidade de Catalão às vésperas das eleições municipais de 1992. O primeiro, associou *moral* (o crime de corrupção, profundamente debatido naquele momento, em função das denúncias contra o governo Fernando Collor) e *racismo* (a clássica acusação de ganância atribuída aos árabes e seus descendentes) para desqualificar o candidato João Sebba da coligação PFL, PSDB, PL, PDC; o segundo, rememorou o ateísmo e a irreligiosidade, tradicional e ultraconservador jargão anticomunista contra o candidato Geraldo Martins, da coligação de esquerda *Catalão-Esperança*, que reuniu o PDT, PSB, PCdoB, PT. Tal denegritamento deveria favorecer a candidatura do médico João Moreira, nome da coligação *SOS Catalão*, que associou o PMDB, o PSC e o PTR no município.

O recurso a meios e argumentos tão agressivos, o apelo a preconceitos e sentimentos tradicionais arraigados na população, a mobilização inédita na cidade, na qual

⁽¹⁾ Realizada durante a graduação, no Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da professora D^{ra} Christina Roquette Lopreato, apresentada em julho de 1995 e financiada pelo CNPq.

os representantes de três amplas coligações partidárias disputaram empenhadamente os eleitores em uma campanha que incluiu a visita aos domicílios, e os resultados que demonstraram a fragmentação dos votos em três grupos significativos, sintomático de um colégio eleitoral profundamente dividido (6000 votos para a coligação do PFL, o mesmo número para a Catalão Esperança e 13000 para a SOS Catalão) são indícios que denotam uma acirrada disputa pelo poder local. Nela, o PMDB procurou resgatar a administração do município perdida em 1988 para o PFL, e o PT - liderando uma coligação de esquerda - cresceu significativamente e ganhou espaço entre os grupos políticos da cidade. A mobilização vivenciada nesta disputa, que incluiu uma coligação de esquerda, episódio marcante para uma cidade do porte de Catalão, desperta indagações: quais razões poderiam estar na origem de tal empenho? O que se poderia estar decidindo de tão importante naquele pleito?

Retomando o debate eleitoral, descobrimos que aquele pleito acontecia em um momento crucial para a cidade, ou seja, sob o impacto das expectativas geradas pela realização do leilão (marcado para 8 de outubro) que privatizaria a mais importante empresa mineradora sediada no município - a estatal federal Goiásfértil. Mais do que isso, as eleições se realizavam no momento em que se decidia sobre a sobrevivência de um projeto prometido a Catalão desde o final da década de 1970: a construção de um grande pólo minero-químico industrial, que resultaria da verticalização do processamento do minério de fosfato, que se iniciara com a criação da estatal Goiásfértil. Esta empresa, a escolhida para principiar o Programa Nacional de Desestatização do Governo Collor em 1991, determinação que colocava em risco sua própria preservação, fora o primeiro empreendimento concretizado na implantação de um projeto que, originalmente, previa a construção de inúmeras outras indústrias satélites de um projeto de solubilização do concentrado fosfático transformando-o em fertilizantes. Esperava-se que o Projeto do Pólo Minero-Químico Industrial tornasse Catalão um centro industrial do Estado de Goiás e do país, contribuindo para o processo de interiorização das indústrias e projetasse a região e o estado.

Assim, na campanha eleitoral das eleições municipais de 1992, a cidade e seus partidos políticos temerosos diante da perspectiva de falência de seu parque industrial e do

desemprego que a crise da mineração acenava, se polarizou em torno de duas propostas para o futuro da Goiasfértil. A primeira, encampada pelo PT, fundamentando-se na regulamentação recém aprovada pela Constituição de 1988, lutava contra a privatização (uma proposta dotada de credibilidade naquele momento), contra demissões ou do fechamento da Goiasfértil, insistindo na conservação do quadro de funcionários, do estatuto da empresa, ou seja, preservando seu caráter de estatal e defendendo a continuidade do projeto de verticalização da indústria de fertilizantes em Catalão. Foi na defesa desta proposição que o Sindicato das Mineradoras (o Metabase) e lideranças do Partido dos Trabalhadores, ao longo de 1992, procuraram embargar os leilões que negociariam a estatal (conseguindo suspender o primeiro deles), divulgando irregularidades e perdas embutidas no edital de privatização. A segunda proposta, defendida pelo PMDB durante o processo de negociações, particularmente pelo Secretário de Estado e ex-prefeito da cidade Haley Margon e pelo então governador Íris Rezende, argumentando com o caráter irreversível da crise internacional instalada na indústria de fertilizantes, a impossibilidade de mante-la sob o controle do Estado e na necessidade da privatização, propunha a concordância com a venda da empresa, porém, sem demissões e preservando o projeto do pólo industrial sediado em Catalão. Além da mobilização, outro traço destas eleições foi o limitado desempenho da coligação de esquerda, apesar da conjuntura favorável - crise, ameaça de desemprego e falência do pólo industrial; do significativo crescimento do Partido dos Trabalhadores na cidade e de seu engajamento na luta contra a privatização. Este resultado despertou mais indagações: por que a coligação Catalão Esperança não teria conseguido o apoio de um número maior de eleitores? Por que o PMDB, mesmo recorrendo a expedientes eleitorais escusos, que poderiam colocar em risco sua reputação e memória de oposição na cidade, obteve uma vitória folgada?

A procura de respostas para estas indagações abriram caminho para uma pesquisa instigante porque, além de tangenciar problemas políticos de um passado recente, certamente, descortinava um tema privilegiado para a reflexão de questões importantes para a história política, tais como a relação entre a economia e a política; a análise das estratégias eleitorais; do confronto entre partidos; das mediações entre tradição e progresso e entre razão e paixão ou, em outras palavras, permitiria refletir sobre os intrincados jogos da

política vivenciados na sociedade contemporânea. Possibilitava, ainda, o estudo da história da estatal Goisfértil e do “insucesso” do projeto do Pólo Industrial de Catalão/Ouvidor e, juntamente com ela, do significado da política econômica desenvolvida durante o regime militar, assim como de sua *continuidade* após a redemocratização. Ela também poderia ser o instrumento de conhecimento dos objetivos mais profundos que ficaram imbricados nas experiências e no discurso do Brasil-Potência. Tal estudo abriria espaço para uma investigação sobre as origens e os empreendimentos do II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) - do Governo Geisel; sobre seus herdeiros, seu significado e resultados e, particularmente, sobre seu impacto político, econômico e social em uma pequena cidade do interior de Goiás.

À medida que fomos adentrando a documentação, percebemos que a história política e social da cidade sofrera sensíveis transformações com o golpe militar de 1964 e sobretudo com a instalação da grande mineração no final da década de sessenta. A presença do Governo Militar e o seu projeto industrial, tornou-se ali muito forte; era preciso, portanto, buscá-lo para compreendermos o que acontecia naquela cidade do interior goiano que, em pouco tempo, viu sua “vida provinciana” ser desorganizada e reestruturada segundo os moldes de uma cidade industrial. Houve um grande estranhamento, a aceitação das mudanças, apesar de promissoras, não foi fácil e os conflitos políticos e sociais eclodiram. Como tentar compreendê-los? Foi preciso buscar as raízes dos partidos políticos locais, suas alianças e suas desavenças.

Dessa forma, o primeiro capítulo *Mineração, Segurança Nacional e Desenvolvimento: as origens do II Plano Nacional do Desenvolvimento*, procurou traçar um sucinto histórico da relação Estado-Empresa na exploração dos minérios, característica essencial do II PND. Tal parceria se destacou nos projetos políticos sobre *minerais estratégicos* emergentes a partir do período entre guerras e intensificado com a guerra fria nas décadas de 50 e 60, associando mineração, segurança nacional e desenvolvimento. O capítulo retomou momentos deste processo a partir da regulamentação das relações Estado-Empresas Privadas inscritas nas Constituições brasileiras de 1937, 1946, 1967, e das orientações políticas para a mineração desenvolvidas nos governos Vargas, Kubitschek,

Goulart e governos militares. O percurso teve por objetivo compreender a emergência e o significado político e econômico da Metago (Metais de Goiás S.A.), do II PND do governo Geisel, do projeto do Pólo Mineiro-Químico Industrial de Catalão/Ouvidor e da estatal federal Goiásfértil (Goiás Fertilizantes S.A.), buscando possíveis respostas para a vitória dos interesses privados sobre os públicos (ou razões da privatização da empresa e da falência do Pólo) no desfecho deste processo.

O segundo capítulo, *A Mineração em Catalão: a montagem do Pólo Mineiro-Químico Industrial de Catalão/Ouvidor*, se propôs demonstrar a modernidade técnica e, principalmente a potencialidade econômica e social do projeto do Pólo Industrial de Catalão, assim como seu impacto sobre a cidade: as expectativas, os confrontos, as decorrências físicas e humanas de sua implantação. Procuramos também esclarecer como a instalação da Usina Industrial foi feita com o objetivo de criar uma infra-estrutura para ampliar o capital privado, uma política afinada com os planos dos governos militares. Discorremos sobre a retomada da mineração na cidade, no final da década de sessenta, a instalação das empresas privadas e da estatal goiana - a Metago - . Procuramos mostrar que, nesse período, estava sendo reformulado o conceito de mineração, agora executada pela empresa moderna, não mais por “garimpeiros”, mas por engenheiros, geólogos e técnicos. Aqui as contradições se fizeram presentes, pois a cidade, em alguns momentos, recebeu bem a mineração, porque ela trouxe “progresso”, empregos, esperanças. Porém, em outros, ela recebeu mal. A mineração chegou sorrateira no início mas, logo, mostrou sua força; respaldada pela lei, “desapropriou e apropriou”, mudou a cidade, invadiu direitos, alterou hábitos de vida.

No terceiro capítulo, *Mineração e política local: os herdeiros da industrialização*, analisamos as relações entre a mineração, o regime militar e a política local para destacar as possíveis mudanças políticas ocorridas na pequena Catalão. Foi nossa preocupação rastrear a trajetória dos partidos políticos, principalmente os de oposição. Procuramos explicitar a convivência dos governos militares, em especial a gestão Geisel, com a cidade, com a mineração e com a oposição organizada no MDB e, posteriormente, no PMDB (o herdeiro político das decorrências da aplicação do II PND em Catalão) e avaliar as mudanças e permanências nas práticas políticas locais: o confronto entre as lideranças

catalanas afinadas com os militares e os geólogos; a sobrevivência da tradição familiar e do clientelismo mesmo nos partidos de oposição; a importância política da Goiásfértil.

No quarto capítulo, *Crise e privatização: dimensões políticas do insucesso do Pólo Industrial*, retomamos o debate em torno da regulamentação da parceria Estado-Empresa Privada no setor de exploração de minérios, vivenciado na Assembléia Constituinte, e deflagrado pela redemocratização, para demonstrar sua contundência e resultados inscritos na Constituição de 1988, ou seja, a priorização dos interesses nacionais (estaduais ou privados) aos estrangeiros. Explicitamos também a *reversão* das disposições deste texto constitucional para a mineração, analisando o destino da estatal Goiásfértil e do Pólo Industrial que ela deveria fundamentar, a partir da crise internacional do setor de fertilizantes e do Programa de Privatização do governo Collor. Em outras palavras, as razões e o significado político do “insucesso” do Pólo Mineral-Químico Industrial de Catalão/Ouvidor, particularmente o impacto político da privatização da empresa que se cristalizou na disputa eleitoral das eleições municipais de 1992.

As dificuldades não foram poucas. Por ser um período (décadas de 70 e 80) relativamente recente não encontramos muitos trabalhos sobre ele que abordassem uma perspectiva político-econômica. Nesse sentido, a leitura da obra de Carlos Lessa⁽²⁾ sobre o novo padrão de industrialização do Brasil proposto no II Plano Nacional de Desenvolvimento, foi essencial, pois suas análises sobre a política econômica do Governo Militar, foram nos mostrando a configuração do perfil industrial para o Brasil nas referidas décadas, com seus planos e projetos, principalmente para o setor de bens de produção, no qual se insere a mineração, tendo como “*pivot da história*” a empresa estatal. Particularmente, sobre a montagem do Pólo Mineral-Químico Industrial de Catalão/Ouvidor, realizado dentro das diretrizes do II PND, apenas encontramos uma tese de mestrado⁽³⁾ na área de geologia e política mineral, que muito contribuiu para a nossa pesquisa. Porém,

⁽²⁾ LESSA, Carlos. **A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976 - Sonho e Fracasso** - Tese apresentada no concurso de professor titular no Departamento de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ: 1978. (mimeo).

⁽³⁾ CARVALHO, Wanderlino Teixeira de. **Política Mineral Goiana (1960-1986)**. Tese de Mestrado apresentada no Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp, 1988.

abordando a questão social, histórica e política, não tivemos informações de nenhum trabalho.

Assim, a história da mineração em Catalão foi produto de nossas leituras e reflexões acerca deste processo de industrialização que acontecia em todo o país na década de setenta, sob a égide do *discurso do desenvolvimento e do progresso na tarefa de construção da Nação-Potência*. Nossa proposta foi estudar esse momento da história da cidade, mais especificamente, a montagem de um complexo mineral para a industrialização de suas riquezas minerais seguindo as diretrizes do II PND, e suas implicações na política local. Procuramos perceber não só a política acontecida nos gabinetes dos militares, dos governadores e dos prefeitos, mas também aquela sentida e vivida por toda a comunidade local no seu cotidiano, que ora trazia esperanças e realizações; ora apreensão, competição, insegurança e desespero.

No decorrer deste trabalho, nas pesquisas em documentos e nas leituras teóricas por nós realizadas, foi aflorando a trama dos interesses e dos sentimentos no campo da política demonstrando-o como o espaço por excelência dos conflitos. Desta forma, fez parte também do nosso objetivo, fazer uma reflexão que contribuísse para a compreensão da história política mais recente de Catalão, abordando-a a partir de uma temática que até pouco tempo atrás era renegada pelos historiadores e analistas políticos; da desrazão contida na razão; dos sentimentos, das paixões, dos medos, das angústias, da fé presentes na tessitura da política. Nesta perspectiva, nossa proposta consistiu na ampliação e aprofundamento destas reflexões dentro da nova tendência da história política.

A história política era vista pelos historiadores franceses da *Escola dos Annales*⁽⁴⁾ com restrições e severas críticas. Erguendo-se contra a dominação da Escola Metódica, os *Annales* criticavam a história política, taxando-a de erudita, elitista, a-crítica, a "história historizante"⁽⁵⁾. Para os historiadores dos *Annales*, a história política não

⁽⁴⁾ BOURDÉ, G. e MARTIN, H. "A Escola dos Annales". In: *As Escolas Históricas*. Portugal: Publicações Europa-América, 1983, p. 119).

⁽⁵⁾ Idem, *ibidem*, p. 122.

contribuía para a compreensão da sociedade porque priorizava o político e desprezava o econômico, o social, o cultural e o religioso. Porém, este posicionamento crítico dos *Annales* à história política, tomou novos rumos a partir do final dos anos 60, com a sua terceira geração.

Peter Burke nos afirma que nos anos 60 e 70 houve uma mudança de interesses: “*O interesse intelectual de alguns historiadores dos Annales transferiu-se da base econômica para a 'superestrutura' cultural, do porão ao sótão*”⁽⁶⁾. Novas temáticas se colocaram e alargaram o horizonte da história com a ajuda da interdisciplinariedade, demonstrando as possibilidades e as necessidades de se incorporar as ideologias, as representações e o imaginário social à investigação histórica. É inserido nestas novas abordagens que se dá o “retorno” da história política, agora com um outro sentido. Segundo Jacques Julliard⁽⁷⁾, os historiadores contemporâneos estão mais conscientes da importância e da autonomia da história política nas sociedades modernas: “*Ora, hoje em dia, dissipou-se a ilusão de que se pode fazer desaparecer o universo político, colocando em seu lugar aquilo que ele esconderia. Existem, nós o sabemos, problemas políticos que resistem às modificações da infra-estrutura, e que não se confundem com os dados culturais que prevalecem num dado momento*”⁽⁸⁾. Assim, a história política ressurgiu buscando o diálogo com outras disciplinas, abrindo-se para outras temáticas, incorporando em suas discussões sentimentos, representações racionais e imaginárias, mitos, o público e o privado, as sociabilidades, a memória, entre outros, para definir o campo do político. Foi seguindo as premissas desta história política “renovada” e instigante, que procuramos direcionar o nosso estudo, particularmente para a compreensão da crença no mito do Brasil-Potência e no progresso, assim como no horror ao comunismo, mitos e sentimentos que certamente interferiram nas opções políticas dos eleitores de Catalão.

⁽⁶⁾ BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. Trad. Nilo Odália, São Paulo: UNESP, 1991, p. 81.

⁽⁷⁾ JULLIARD, Jacques. “A Política”. In: *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988. pp. 180-193.

⁽⁸⁾ Idem, *ibidem*, p. 182.

Subsidiando nossas leituras preliminares referentes à pesquisa, nos detivemos em: *Mitos e Mitologias Políticas* de Raoul Girardet⁽⁹⁾ e *La Gestion Des Passions Politiques* de Pierre Ansart⁽¹⁰⁾, no sentido de aprofundar as discussões historiográficas atuais a respeito das paixões na história política, que acreditávamos, poderiam vir a definir o encaminhamento teórico deste trabalho. Girardet, um historiador vinculado aos *Annales*, se dedica ao estudo das mentalidades. Sua preocupação não é criticar, mas alargar o campo da história através do estudo do imaginário político. Não descarta as dificuldades para se estudar o imaginário, justo por este se encontrar no âmbito do irracional. Sublinha que no universo político contemporâneo, as paixões e os mitos se explicitam, estão em evidência, já não sendo mais possível deixá-los de lado ou ignorar.

As “constelações mitológicas” são conjuntos de construções míticas sob o domínio de um mesmo tema, reunidas em torno de um núcleo central. Na história contemporânea, observa Girardet, tem-se presenciado com frequência o retorno do mito. O mito vem, traz em si uma lógica e uma explicação para compreender o presente e ordenar o caos, faz um apelo mítico que mobiliza até multidões, faz a história. Apesar de sua irracionalidade, ele encontra coerência no seu desenrolar, na combinação e na sucessão de imagens, ou seja, ele sempre vem associado a outros símbolos. Daí a dificuldade maior para o historiador trabalhar com o imaginário mitológico⁽¹¹⁾.

Mas, apesar de ser impossível abarcar toda a complexidade do mito, é possível trabalhá-lo. O historiador diante de manifestações e efervescência oníricas: *“Cabe-lhe coloca-los em relação com tal ou qual fenômeno de ruptura ou de mutação, tal crise ou tal situação de ordem política, econômica ou social. Cabe-lhe igualmente pesquisar quais grupos ou quais meios foram seus focos privilegiados...”*⁽¹²⁾. Assim, Girardet nos afirma

⁽⁹⁾ GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. Trad. Maria Lúcia Machado. SP. Cia das Letras 1987.

⁽¹⁰⁾ ANSART, Pierre. **La Gestion Des Passions Politiques**. Lausanne, Suisse: Editions L'Age d'Homme, 1983.

⁽¹¹⁾ GIRARDET, R. op. cit., p. 18-20.

⁽¹²⁾ Idem, ibidem, p. 21.

que os fenômenos míticos podem ser instrumentos de análise para se conhecer uma sociedade, desde que saibamos reconhecer o imaginário e o seu lugar, o que significa não abandonar a totalidade do campo de análise, para não cair no a-histórico quando tentamos *“transcrever o irracional na linguagem do inteligível”*⁽¹³⁾

Pierre Ansart também afirma a dificuldade para se compreender as emoções coletivas e suas conseqüências na política, justo por estas estarem no avesso da “racionalidade política”. Enquanto Girardet percebe a presença do mito nos momentos de crise da sociedade contemporânea, Ansart já afirma que o mito está cotidianamente presente, mas nos momentos de crise, ele aflora com mais energia. Ansart assinala ainda para a fraqueza das teorias racionalistas e homogeneizantes que, ao desprezarem os afetos e o irracional, marginalizam estas manifestações para o terreno do excepcional, estreitando a sua compreensão. As representações afetivas, as mentalidades, as emoções tem conseqüências sociais: *“C'est à partir de ces questions et des réponses à ces questions que l'on pourrait mieux distinguer comment les sentiments et les passions participent à la reproduction sociale comme aux conflits et aux mutations de la vie politique”*⁽¹⁴⁾. Ansart chama a atenção para a importância das paixões políticas. Elas são na maioria das vezes vistas como “fanatismo”, por isto não são tidas como significativas nos períodos violentos da história.

Outra questão abordada por Ansart e que veio de encontro à nossa pesquisa, foram suas análises sobre a sedução no campo da política contemporânea. A seu ver a ideologia resume interesses, conflitos políticos, sistemas de pensamentos e afetos que se encontram em transformação. Os fenômenos modernos de comunicação, os produtores de mensagens emocionantes, (políticos, jornalistas de opinião, democratas, parlamentares, intelectuais e candidatos a eleições), são imposições sistemáticas das ideologias. Eles passam mensagens e apelos dramatizantes às pessoas, trabalham, manipulam e transformam os sentimentos coletivos. Assim, no seu entender, as pessoas não estão necessariamente sempre

⁽¹³⁾ Idem. *ibidem*. p. 23

⁽¹⁴⁾ ANSART. P.op. cit., p. 9.

engajadas no plano político, elas são emocionalmente persuadidas pelos discursos, que segundo o Autor, produzem os sentimentos políticos⁽¹⁵⁾. Desta forma, tanto Girardet como Ansart nos ajudaram compreender a suscitação dos afetos dominantes, que provocaram adesão e convicção em uns, resistência ou desistência em outros, naquele momento de crise vivido pela população de Catalão. Suas discussões sobre a reversibilidade das imagens, dos símbolos, dos mitos e da suscitação do medo nos ajudaram a compreender as artimanhas políticas utilizadas das eleições municipais de 1992, quando sentimentos e racionalidade se entrelaçaram nos discursos políticos.

Em se tratando de uma pesquisa sobre um passado ainda muito próximo, contribuições preciosas nos foram possibilitadas pelos depoimentos. As fontes orais são intrinsecamente diferentes das fontes escritas, mas são do mesmo modo úteis para a construção de uma história completa, pois permitem que venha à tona “*as memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’*”⁽¹⁶⁾. As entrevistas, as trajetórias de vida, significam muito mais do que relatos factuais de um passado. Elas são também momentos de reconstrução da identidade, pois ordenam acontecimentos que balizaram uma existência e, através deste trabalho de reconstrução de si mesmos, os indivíduos tendem a definir seu lugar social e suas relações com os outros, permitindo-nos criar uma base consistente para a definição da natureza sociológica dos fenômenos históricos, integrando subjetividade e objetividade.⁽¹⁷⁾ Compreendendo que a história é diálogo e que a nossa pesquisa se insere na história do presente, portanto, uma história ainda se revelando e a ser escrita, sentimos que a busca de testemunhas, a entrevista, o diálogo seriam de fundamental importância. E esta prática se transformou para nós em momentos de aprendizagem, de trocas, de desvelamento de silêncios, e também a certeza de que a imaginação rompe todos os esquemas organizados à priori.

⁽¹⁵⁾ ANSART, P.op. cit., pp. 19-27.

⁽¹⁶⁾ POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**. Vol.2, n.º. 3, 1998, pp. 04-15.

⁽¹⁷⁾ CAMARGO, Aspásia. *Os usos da História Oral e da História de Vida: Trabalhando com as Elites Políticas*. In: **Revista de Ciências Sociais**. RJ: Vol. 27. N.º. 1, 1984, pp. 5-28.

Além de entrevistas, trabalhamos no arquivo da antiga Goiasfértil (hoje Ultrafértil), pesquisando alguns documentos que nos foram franqueados. Ainda na cidade, tivemos a oportunidade de visitar o arquivo do Sindicato dos Trabalhadores na Mineração - Metabase-, que apesar de não dispor de um grande acervo, nos abriu suas portas. A pesquisa em seu jornal *Niófos: A Voz do Trabalhador* nos permitiu informações importantes sobre a privatização da Goiasfértil, pois o Sindicato teve uma atuação marcante neste processo. De certa forma, esse jornal foi o porta voz da angústia e do medo dos trabalhadores da empresa diante da possibilidade da perda do emprego.

Catalão não possuía um jornal estruturado de circulação que pudesse noticiar cotidianamente os acontecimentos locais. Diante desta constatação, tornou-se necessário que consultássemos o jornal *O Popular*, sediado em Goiânia, que por ser o mais conceituado no Estado de Goiás, e que chega diariamente às cidades do interior goiano. Assim, fomos a Goiânia e visitamos o Departamento de Pesquisa do jornal. Procuramos em seus arquivos obter informações sobre a instalação da mineração em Catalão. Os resultados foram parcialmente satisfatórios porque conseguimos alguns dados, mas deixou a desejar.⁽¹⁸⁾ Com relação aos acontecimentos mais distantes no tempo, o Departamento de Pesquisa de *O Popular* oferecia a pesquisa em jornais microfilmados. Assim, o período que nos interessava, qual seja, final da década de 60 e 70, pôde ser pesquisado com mais autonomia. Conseguimos recuperar as reportagens completas sobre as inaugurações das empresas de mineração em Catalão, a presença dos Ministros, Governadores e políticos locais com seus discursos de “progresso” e “desenvolvimento”. Ainda em Goiânia visitamos a biblioteca e o arquivo da estatal goiana - Metago - empresa de mineração que iniciou a pesquisa mineral e a montagem da Goiasfértil. Além das informações obtidas nos documentos, tivemos a

⁽¹⁸⁾ Como já foi dito, *O Popular* é o jornal mais apreciado nas cidades do interior goiano, por isso é ele que acompanha os acontecimentos regionais tais como eleições, inaugurações, festividades e comemorações. Sendo assim, em seu Departamento de Pesquisa deparamos com um arquivo já selecionado. Para os acontecimentos mais recentes, os pesquisadores têm que recorrer às pastas já organizadas, com o nome de cada cidade do interior, nas quais encontramos “recortes selecionados” de reportagens realizadas pelo jornal sobre determinada cidade. Desta forma, as informações que recebemos são muito restritas e de cunho propagandístico, sendo geralmente reportagens de comemorações de aniversários de cidades, inaugurações de obras políticas, principalmente, do governo estadual. Sobre a privatização da Goiasfértil não encontramos quase nada no Departamento de Pesquisa de *O Popular*. É interessante ressaltar que os artigos que esse jornal publicou sobre a privatização, fomos encontra-los arquivados no Sindicato das mineradoras em Catalão.

oportunidade de entrevistar alguns dos geólogos da empresa que iniciaram o estudo em Catalão e que ainda permanecem trabalhando na estatal goiana. Estas entrevistas muito contribuíram para a compreensão do impacto da chegada da mineração na vida da cidade, as rupturas, os conflitos e as resistências que ali foram acontecendo.

Ainda em Catalão, fizemos a leitura das Atas da Câmara dos Vereadores (manuscritas) do período de 1977 a 1992, que, apesar da forma bastante resumida⁽¹⁹⁾ em que apresenta os assuntos discutidos nas sessões, nos possibilitou esclarecer algumas indefinições encontradas durante a pesquisa. Nos arquivos da prefeitura, mesmo com a atenção que nos foi dispensada por alguns funcionários, não conseguimos as informações desejadas, pois explicou-se que toda a documentação anterior a 1992, se encontrava guardada em uma sala, ainda sem catalogação. Portanto, foi impossível obter dados oficiais sobre as administrações do período estudado, apenas informações através de entrevistas com antigos funcionários que ainda permanecem na prefeitura.

⁽¹⁹⁾ Como por exemplo, no Livro N°. 16 todos os nomes dos vereadores são apresentados apenas com as iniciais dos seus nomes. Também não define, com raras exceções, quais os partidos políticos dos vereadores.

I Capítulo

Mineração, Segurança Nacional e Desenvolvimento: origens do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)

Após a II Guerra Mundial, com a emergência da Guerra Fria, quando o mundo se viu dividido em dois blocos antagônicos, o Ocidente Democrático e o Oriente Comunista, a convivência com a perspectiva latente de um possível embate fez surgir uma estratégia de preparação econômica, política e ideológica nos países capitalistas, na qual tornou-se decisiva a associação Estado/Empresa no desenvolvimento da exploração de minérios básicos para a defesa e mobilização frente a qualquer possibilidade de um conflito. Por isso, a partir da década de 50, foi bastante significativo o crescimento da produção mineral que, através de uma parceria entre o Estado e a Empresa Privada, ao mesmo tempo, fundamentou políticas de segurança e de “desenvolvimento econômico”. Dessa forma, o processamento dos minérios tornou-se um setor dinâmico das indústrias nacionais:

“Os avanços obtidos nas técnicas de produção mantiveram uma tendência de ganhos de produtividade e buscou-se economias de escala, que resultaram um crescimento da indústria mineral em níveis maiores do que o produto mundial. As indústrias multinacionais estavam presentes em todos os continentes prospectando novos depósitos e implantando novos projetos, os meios de transporte evoluíram e o mundo todo se tornou acessível como fornecedor e consumidor de produtos minerais”. ⁽¹⁾

⁽¹⁾ FERRAZ, Celso P. *Perspectivas da mineração nos países em desenvolvimento*. SP. Revista **Brasil Mineral**, n.º. 66, maio de 1989, pp. 46-47.

Tal política incentivou a estocagem, conservação e desenvolvimento dos recursos nacionais como uma questão de segurança nacional. Os “stockpiles” consistiam em estoques de minerais estratégicos para garantir a continuidade e a presteza de fornecimento diante de uma possível necessidade. Inicialmente, estes estoques tiveram o objetivo de atender apenas os interesses nacionais de defesa, mas, quando os conflitos da Guerra Fria se atenuaram, os “stockpiles” também passaram a ser utilizados em transações econômicas⁽²⁾. Os Estados Unidos foram o país que fez o maior inventário de materiais estocados, construindo uma lista que arrolou 93 produtos. Sobre a União Soviética, na década de oitenta, não havia dados disponíveis, mas acreditava-se que os seus “stockpiles” eram semelhantes aos dos Estados Unidos. Por sua vez, a Europa Ocidental, vivenciou uma situação diferente, pois, devido à proteção militar americana, não se empenhou na montagem de um “stockpile”, e direcionou sua produção mineral para os objetivos econômicos. Apenas a França se diferenciou, iniciando, em 1975, um estoque de material estratégico cujo conteúdo foi mantido em sigilo pelo governo.⁽³⁾

Em julho de 1981, o *Institution of Mechanical Engineers* publicou um relatório - “Materials Fórum”- sobre minerais estratégicos do Reino Unido, identificando-os segundo sua “essencialidade e vulnerabilidade”, sendo eles: cromo, cobalto, molibdênio, tungstênio, manganês, vanádio, nióbio e platina. Neste relatório, o Brasil foi apontado como o futuro principal produtor mundial de nióbio, pois poderia processar $\frac{3}{4}$ da produção mundial.⁽⁴⁾ Esta referência projetava a importância da posição do país, uma vez que se esperava, na

⁽²⁾ É importante ressaltar que, conforme os conflitos da Guerra Fria se atenuaram, os países passaram a utilizar seus “stockpiles” também para transações econômicas. Porém, ainda hoje, embora a nova ordem mundial tenha minimizado a possibilidade de conflitos bélicos globais, alguns minerais estratégicos se encontram armazenados para fins de segurança nacional.

⁽³⁾ Fazia parte do “stockpile” francês o titânio, cobalto, cobre, tungstênio, cromo, chumbo, bauxita, estanho, zinco, fosfato, urânio, manganês, molibdênio, vanádio, platina e amianto. A Alemanha Ocidental, iniciou sua prospecção de matérias-primas, inclusive no exterior, em 1971, sendo posteriormente instituído pelo governo um esquema de subsídios. Tinha em seu “stockpile”, o vanádio, manganês, cobalto, asbesto, cromo; e, ainda, tungstênio, bauxita, platina, antimônio, titânio e nióbio, que a mantinha em dependência da África do Sul. (BARBOSA, Frederico Lopes Meira. *Minerais Estratégicos. Conceitos e importância para a economia*. Revista *Me&P*, novembro, 1985, pp. 66-68.)

⁽⁴⁾ Na época (e ainda hoje), a produção brasileira de nióbio ficava sobre a responsabilidade da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) e da Mineração Catalão de Goiás (MCG).

época, uma grande demanda mundial de nióbio, já que todos os países precisavam deste minério para comporem seus estoques estratégicos. Mas, apesar de suas reservas, naquele momento o país ainda dependia do fornecimento externo de minerais estratégicos.⁽⁵⁾

Uma questão se coloca: como um país com dimensões continentais e possuidor de tantas riquezas minerais se encontrava, ainda, numa situação de dependência? Talvez possamos compreender esta “submissão” tentando rastrear os passos da política econômica, particularmente as formulações direcionadas à mineração nos “governos desenvolvimentistas” e no período militar. Nelas é possível perceber que, apesar das disposições estatizantes e nacionalistas de muitos momentos, os interesses privados, de investidores nacionais ou estrangeiros, acabaram por prevalecer sobre o interesse público, particularmente no que diz respeito à industrialização dos minérios.

1- A associação Estado/Empresa e a exploração de minérios no Brasil (1930-1974)

Assim como na maioria dos países ocidentais, o crescimento da participação do Estado na exploração de minérios teve início no período entre guerras. Após 1930, Getúlio Vargas, fundamentando-se no ideário do desenvolvimento industrial, deu início a uma ampla reforma institucional visando a centralização político-administrativa do país e o fortalecimento do Estado no campo social e econômico. A mineração ganhou importância nos planos do seu governo, que decidiu nacionalizar as reservas minerais, sobretudo as jazidas de ferro.⁽⁶⁾ Criou-se toda uma regulamentação para a indústria de extração mineral, que, desde o século XIX, e particularmente após a I Guerra Mundial, se encontrava sob o

⁽⁵⁾ Em 1979 o Brasil importava: molibdênio, platina, óxido de zircônio, concentrado de rutilo, lítio, prata, cobre, ouro, níquel, ilmenita, óxido de titânio, concentrado de zircônio, chumbo, zinco, estanho, alumínio, potássio, enxofre, diamante, carvão metalúrgico e fertilizantes. (BARBOSA, op.cit., p74.)

⁽⁶⁾ A nacionalização das jazidas minerais se deu pelos Decretos n.º. 20.223, de 17 de julho e n.º. 20.799, de 16 de dezembro, ambos de 1931, suspendendo todos os atos que implicassem alienação ou oneração de qualquer jazida mineral. O Decreto n.º. 20.223 foi a primeira de uma série de medidas tomadas durante o governo Vargas, relativas aos aspectos legais da atividade de mineração, tendo em vista viabilizar o desenvolvimento econômico do país através do aproveitamento das riquezas do subsolo. (*Atividade Minerária e Indenização ao Município*. In: *Revista do Direito Minerário. Repertório de Doutrina, Jurisprudência e Legislação*. Belo Horizonte, vol. 1, n.º.1, julho 1997, p. 54.)

domínio das empresas estrangeiras, atendendo as demandas de minérios dos EUA. Defensores de uma orientação nacionalista para a indústria mineral, estavam ao lado de Vargas os engenheiros de minas formados na Escola de Minas de Ouro Preto. Aliados a militares nacionalistas, eles formularam uma política mineral que procurava ativar e defender a exploração dos recursos naturais gerenciada pelo Estado. ⁽⁷⁾

O interesse do governo federal pela mineração também se fez sentir na esfera administrativa. Em 1934, foi criado o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - com a responsabilidade de executar estudos de todos os assuntos relativos à produção mineral do país e ao ensino técnico correspondente. Neste mesmo ano, o Governo Provisório promulgou o Código de Minas contendo as normas jurídicas de intervenção do Estado no campo da mineração, modificando substancialmente o regime jurídico das minas instituído pela Constituição de 1891. Em perfeita sintonia com a Constituição de 1934, o Código de Minas nacionalizou o subsolo; derrubou o direito fundiário⁽⁸⁾, decretou que a posse da terra era distinta da propriedade do bem mineral e atrelou seu aproveitamento à autorização ou à concessão do governo federal. Estas concessões a empresas privadas e estatais dependiam de estudos prévios e do reconhecimento do DNPM, e somente se mantinham se a lavra estivesse em atividade. O Código de Minas também postulava a nacionalização progressiva das minas e jazidas minerais julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do país.⁽⁹⁾ Criou-se, assim, o que a comunidade minerária chama de “*res nullius*”- coisa de ninguém; os minérios pertenciam a todos sem pertencer a

⁽⁷⁾ Este apelo ao nacionalismo advinha da situação em que se encontrava a exploração mineral no Brasil. Após a II Guerra, os interesses estrangeiros sobre as riquezas minerais brasileiras, ainda que quase inexploradas, foram avivados. Geólogos norte-americanos “*esquadrinhavam o território brasileiro para suprir de minérios as indústrias envolvidas no esforço da guerra, em especial nióbio, tântalo, tungstênio, berilo e cristal de quartzo.*” (SCLIAR, Claudio. **Geopolítica das Minas do Brasil: importância da mineração para a sociedade.** Belo Horizonte: Departamento de Geologia. Instituto de Geociência - UFMG, 1994, p. 117)

⁽⁸⁾ A Constituição de 1891 considerava que o dono da terra era também proprietário do minério que porventura fosse encontrado no seu terreno. Assim, ao definir o direito fundiário para a mineração, incentivou a aquisição de enormes propriedades pelas empresas interessadas por jazidas conhecidas ou de suposta existências. (Idem, *ibidem*, pp. 112-113)

⁽⁹⁾ *Atividade Minerária e Indenização ao Município.* In: **Revista do Direito Minerário. Repertório de Doutrina, Jurisprudência e Legislação.** Belo Horizonte, vol. 1, n.º.1, julho 1997, p. 55.

ninguém em particular. Desta forma, o Código de Minas de 1934, foi o corolário de um novo entendimento do papel da mineração para o desenvolvimento nacional.

Em 1940 foi promulgado um novo Código de Minas que resguardava as diretrizes do anterior (1934) e incorporava os princípios da Constituição de 1937 promulgada no Estado Novo, inovando no cunho nacionalista de alguns artigos. Estipulou severas normas para o acesso e aproveitamento dos bens minerais e a obrigatoriedade da nacionalidade brasileira, de forma que somente os brasileiros, pessoas naturais e jurídicas (sócios ou acionistas brasileiros) poderiam ter o direito de pesquisar ou lavrar e, ainda, a necessidade da autorização do governo federal para o início de qualquer pesquisa mineral.⁽¹⁰⁾ Devido à corrida desencadeada por grupos estrangeiros em busca do minério de ferro brasileiro, o governo federal, a partir de 1939, definiu diretrizes para a exploração e exportação do minério de ferro e a implantação da grande siderurgia no Brasil, aliando o desenvolvimento ao nacionalismo.⁽¹¹⁾

Além do aço, o petróleo se tornou outra questão política para o governo, que passou a intervir no setor, bloqueando as iniciativas das grandes empresas estrangeiras. Em 1938 nacionalizou a indústria de refinação de petróleo importado ou de produção nacional.

⁽¹⁰⁾ *Idem, ibidem.*

⁽¹¹⁾ O governo nacionalizou a mina de ferro de Casa da Pedra (Congonhas) da mineradora alemã A. Thun, em Santa Catarina comprou as instalações de mineração, beneficiamento e carreamento de carvão e, também, a Companhia de Navegação Costeira. Em 1942, com os "Acordos de Washington" (Brasil/Estados Unidos/ Grã-Bretanha) o governo inglês após uma longa disputa legal (de 1910 a 1930) transferiu as jazidas de ferro das minas de Itabira (Iron Ore Company) para o governo brasileiro, enquanto este se comprometia montar a estrutura de transporte que viabilizasse a exportação do minério. Para cumprir este acordo, o Governo criou a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD. (SCLIAR. Op. cit., pp.121-122.) É importante acrescentar que a CVRD foi organizada no Brasil, visando atender o grande interesse das potências ocidentais envolvidas na II Guerra Mundial, a fim de garantir o fornecimento de matérias-primas estratégicas, para o esforço bélico contra as potências do Eixo, definindo, assim, a questão da exportação do ferro brasileiro. Com relação a outros minérios importantes à industrialização, Getúlio Vargas traçou políticas específicas. O carvão mineral, devido as dificuldades das importações durante a II Guerra, deveria suprir o mercado interno, tornando um insumo básico para as usinas termoeletricas, fornalhas de navios e locomotivas e fornos das indústrias nacionais. Em 1941, foi criada a primeira empresa de fabricação de alumínio, a Companhia Brasileira de Alumínio - CBA - e, em 1945, a Eletro Química Brasileira S.A. - Elquisa - ambas de propriedade privada (Grupo Votorantim e René Gianetti) para atender as demandas do governo federal na montagem da indústria aeronáutica no Brasil, com três grandes projetos: a Fábrica Nacional de Motores no Rio de Janeiro, a Fábrica de Alumínio de Ouro Preto e a Fábrica de Aviões e Hidroaviões em Sete Lagoas em Minas Gerais. Quanto ao cimento, foram instaladas diversas fábricas que em 1939, já conseguiam suprir 95% do consumo nacional. (SCLIAR. Op. cit., pp.125-130.)

Porém, convém frisar que esta nacionalização não correspondia ao monopólio estatal, mas significava que o capital, a direção e a gerência das empresas deveriam ficar nas mãos dos brasileiros. Criou-se também, nesta época, o Conselho Nacional do Petróleo - CNP - constituído por pessoas designadas pelo presidente da República, representando os vários ministérios e os grupos de interesse. Ao CNP foi designado a tarefa de, durante a II Guerra Mundial, estocar, racionar e distribuir o petróleo diante da ameaça de escassez. Ainda, na política nacionalista para este insumo, Getúlio Vargas criou, em outubro de 1953, a Petrobrás.⁽¹²⁾

No período de Juscelino Kubitschek o “nacionalismo governamental” ganhou novos contornos. Prevaleceu a idéia de que o Brasil era um país “subdesenvolvido” e, portanto, precisava da cooperação internacional para alcançar o progresso e o bem estar. A política desenvolvimentista considerava ser um perigo a manutenção da miséria e que não tínhamos condições econômicas e nem técnicas para superar tal situação. Somente poderíamos superá-la pela via da industrialização, que conduziria o país ao desenvolvimento. Porém, para realizarmos este empreendimento, teríamos que aceitar a “colaboração” do capital estrangeiro como uma “necessidade técnica”, já que não possuíamos recursos (capital e técnica) para tal. Assim, o desenvolvimento do país ficava, inevitavelmente, na dependência da ajuda econômica das nações ricas, mas, segundo o Presidente, “com soberania”. Aqui fica explícita a dimensão política e ideológica do desenvolvimentismo de JK: precisávamos de ajuda, mas não de “esmolas”, tínhamos o que dar em troca (seu governo saberia recompensar); que viessem os capitais estrangeiros, mas aqueles das “nações e dos povos livres”. O Brasil não estava à venda e nem era “terra de ninguém,” não era mais colônia, tinha “personalidade nacional” e “caráter de povo formado”. Logo, o desenvolvimentismo de JK era nacionalista, porém buscava o capital e a técnica estrangeiros, com soberania, como meio de superar o subdesenvolvimento.⁽¹³⁾

⁽¹²⁾ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, pp.372-373.

⁽¹³⁾ CARDOSO, Miriam Limocero. **Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK-JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª. ed., 1978, pp.167-171.

Na esteira deste “nacionalismo” associado ao capital internacional, JK em sua política econômica fazia restrições apenas a áreas relacionadas com a segurança nacional:

“Há determinadas áreas de investimentos que, por motivos políticos e de segurança nacional, devem ser objeto de um esforço puramente nacional, conforme o dispõem a Constituição e as nossas leis. À parte essas áreas, devemos aceitar franca e lealmente o capital estrangeiro, não especulativo, consciente de que sua colaboração, sujeita ao controle de nossas leis, pode ser um meio de engrandecer o País sem qualquer ameaça à sua segurança.”⁽¹⁴⁾

Com este postulado, JK procurou tranquilizar os militares nacionalistas reiterando que, para ambos, o significado de segurança nacional se identificava com a luta contra a subversão e com a recusa da presença de empresas estrangeiras em setores estratégicos. Em seu governo, JK não se negou em atender as reivindicações de militares de tendências diversas (aumentos salariais, promoções, cargos políticos) e, com isso, pode contar com o apoio do Exército para realizar as intervenções do estado na economia, necessárias ao Plano de Metas.⁽¹⁵⁾

No Plano de Metas, a mineração era vista como um setor subsidiário de outros empreendimentos, aparecendo como área de sustentação de setores considerados fundamentais para o desenvolvimento econômico do país: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Entretanto, diante das deficiências da indústria mineral⁽¹⁶⁾, foram realizados investimentos para que o setor pudesse atender a demanda crescente dos minérios, devido à multiplicação de indústrias no período. A expansão do setor e a necessidade de estudos que viabilizassem novos jazimentos minerais, deram origem, em

⁽¹⁴⁾ Discurso proferido por JK em 1956, citado por CARDOSO, op. cit., p. 186

⁽¹⁵⁾ Desta forma, “a cooptação dos militares no Governo Kubitschek pode ser vista como garantia do equilíbrio das duas ‘moedas’ no sistema, para assegurar a legitimidade e a legalidade da ‘coerção organizada’”. (BENEVIDES, Maria Victória de M. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 171-179)

⁽¹⁶⁾ Energia elétrica, petróleo, carvão mineral, fertilizantes, siderurgia, alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis e exportação de ferro

1957, ao primeiro curso de geologia do país e, em 1960, ao Ministério das Minas e Energia.⁽¹⁷⁾ Todavia, diferentemente do Governo Vargas, também na mineração o capital estrangeiro teve livre trânsito. As legislações do período anterior, com restrições ao capital externo, foram suspensas, permitindo que empresas estrangeiras de mineração se instalassem aqui e disputassem os jazimentos em igualdade com as nacionais.

Mas, apesar do crescimento da indústria mineral e do descobrimento de novas minas, não foi possível atender à demanda de minérios e o país, para suprir as necessidades do mercado interno, teve que importar minérios, o que aumentou a sua dependência com relação a outros países. Neste caso, o ideário da política desenvolvimentista não se concretizou, pois o apoio da técnica e do capital externo não propiciou a autonomia nacional. O Brasil continuou dependente não só de minérios alheios mas também de tecnologia:

“ A política econômica de substituição dos produtos finais incentivou um processo que é o inverso do que aconteceu na indústria mineral e de transformação dos países ricos. Nesses países as tecnologias foram desenvolvidas levando em conta o tipo de minério de mais fácil acesso e/ou mais baratos. No Brasil o que tivemos foi a importação de pacotes de indústrias para a fabricação de materiais que demandavam matérias-primas com características não necessariamente existentes no país. ”⁽¹⁸⁾

Procurando marcar a individualidade de sua administração, Jânio Quadros criticaria a orientação desenvolvimentista de seu antecessor. Ao contrário de JK, que via na cooperação de países ricos a nossa salvação, Quadros foi buscá-la entre os outros países subdesenvolvidos, tão “oprimidos e pobres” quanto o Brasil, abrindo espaço para uma aproximação com nações socialistas e comunistas e, no Brasil, para um fortalecimento da esquerda nos quadros do Estado. Perseguia-o a idéia de que éramos uma nação oprimida pelo colonialismo e por isso subdesenvolvida. Por isso precisávamos desvencilhar das

⁽¹⁷⁾ SCLiar. Op. cit., pp. 142-146.

⁽¹⁸⁾ Idem, *ibidem*, pp. 143-144.

barreiras que a opressão colonialista, apoiada por governantes subdesenvolvidos e pela falta de patriotismo, levantava contra o nosso desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento do país deveria ser “estritamente nacional”, com a sensível presença do Estado na economia. ⁽¹⁹⁾ Porém, a sua curta estadia no poder, não lhe permitiu implementar políticas específicas e inovadoras

Em seguida, João Goulart, apresentou o seu Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965) que visava recuperar o desenvolvimento, conter a inflação, melhorar a distribuição da renda e realizar reformas de base. Mas a crise econômica que assolava o país, a inflação que corroía os salários, as demandas populares e a pressão de políticos e militares, levaram-no ao fracasso. A sua aproximação com a classe trabalhadora e com os países socialistas fez com que seus adversários mais radicais o vissem como uma ameaça à segurança nacional e um caso a ser resolvido por pessoas responsáveis pela defesa do país. ⁽²⁰⁾ Como seu antecessor, não traçou políticas significativas para o setor mineral, mas conseguiu desagradar investidores estrangeiros e empresários nacionais associados, quando assinou, em 1963, um decreto que exigia uma “*completa revisão de todas as concessões governamentais na indústria de mineração*”. ⁽²¹⁾ Neste período, em que se presenciou mais acentuadamente as posições políticas, o setor mineral também se polarizou entre aqueles “*elementos de nacionalidade e cores políticas suspeitas*” e os “*verdadeiros nacionalistas*”. Estes “*agrupamentos de comunistas e nacionalistas*” dentro do setor mineral eram acusados por setores empresariais e militares de defender uma política mineral “*extremamente nociva aos interesses do país*”, que vinha sendo praticada durante o governo Goulart, insuflada por “*elementos comunistas*”, como os geólogos e engenheiros de minas de Belo Horizonte e de Ouro Preto. Acusavam-nos de impedir que o Brasil estreitasse laços econômicos com os países do bloco ocidental, e de estarem realizando uma estatização progressiva da economia do país, asfixiando a iniciativa privada e, ainda, conservando a

⁽¹⁹⁾ CARDOSO. Op. cit., pp. 431-436

⁽²⁰⁾ D'ARAUJO, Celina M. e CASTRO, Celso (Org.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 3ª. ed., 1997, p. 141

⁽²¹⁾ TOLEDO, Caio Navarro de. *A Democracia Populista Golpeada*. In: **1964 - Visões Críticas do Golpe: Democracia e Reformas no Populismo**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997, p. 38.

“nação agitada, pobre e subdesenvolvida”, o que poderia levá-la, em tempo oportuno, ao regime comunista. Na realidade, estes agrupamentos de esquerda dentro do setor mineral “defendiam os recursos minerais brasileiros contra os interesses imperialistas”.⁽²²⁾

Com certeza, a divergência de orientações entre interesses privatizantes e estatizantes emergentes na política mineral foi um dos elementos que levaram à queda de Goulart. Em 1964, Goulart foi deposto numa ação militar que se convencionou chamar de “Revolução de 1964”, “uma vez mais, como em 1954, um governo populista foi posto abaixo pelos homens de farda”.⁽²³⁾ Os militares assumiram o poder com a finalidade de garantir a ordem e a segurança nacional: “frustar o plano comunista de conquista do poder, defender as instituições e restabelecer a ordem de modo que se pudessem executar reformas legais.”⁽²⁴⁾ Para dar legitimidade e credibilidade ao golpe, buscaram fundamentos para o seu governo em proposições desenvolvidas pela Escola Superior de Guerra.⁽²⁵⁾ que aprimorara os estudos de alto nível relacionados com a segurança nacional, abrigando a elite do Exército Brasileiro e também membros da sociedade civil de nível universitário, além de muitos homens de empresas.⁽²⁶⁾ Estes dois temas: segurança nacional e nacionalismo, este

⁽²²⁾ SCLIAR, op. cit., pp.149-151.

⁽²³⁾ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Trad. Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 43

⁽²⁴⁾ Idem, ibidem, p. 45

⁽²⁵⁾ A ESG foi criada após o País ter colaborado na II Guerra Mundial, enviando à Itália, a Força Expedicionária Brasileira. A organização e treinamento da ESG obedeciam os padrões das grandes unidades norte-americanas, recebeu influência direta da National War College, durante sua criação contou com a colaboração de uma Missão Norte-Americana, que cuidou de orientar a sua implantação (OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil, 1964-1969**. Petrópolis, Vozes, 1976, p.21)

⁽²⁶⁾ O ex- presidente Geisel, posteriormente, explicando e avaliando o papel da Escola Superior de Guerra na formulação da doutrina de segurança nacional, afirmou que a ESG foi resultado do conceito de “guerra total” e que em seu entender este intercâmbio que ali se realizava entre militares e civis “foi muito importante porque conseguiu transmitir para uma boa parte do setor civil, mais responsável, informações e estudos sobre o problema da segurança do país, mostrando que aquele não era um problema só para os militares, mas de toda a nação... Os militares são responsáveis em parte pela segurança nacional, mas numa eventualidade de guerra e ameaça à segurança do país, sua ação é limitada... Havia a noção no Brasil, e talvez ainda haja na cabeça de muita gente, de que a guerra é um problema só dos militares. No entanto, a guerra é também um problema dos políticos, dos economistas e das demais forças vivas da nação... A mobilização é de todos, para assegurar a vida nacional e permitir fazer a guerra e vencê-la. A ESG procurou, e acredito que em boa parte conseguiu, conscientizar e mostrar a certos setores civis que, assim como os militares se preparam para a guerra, como profissionais da guerra, da luta em si, os civis também

último entendido como possibilidade de desenvolvimento econômico autônomo e auto-sustentado, não se separavam dentro do debate dos militares, da redefinição dos “dispositivos estratégicos do poder.”⁽²⁷⁾

É preciso lembrar que a Guerra Fria recrudescera na década de 1960, após as Revoluções na Coreia (1954), em Cuba (1958) e no Sudeste Asiático (1954) que atemorizavam, sinalizando com a probabilidade da ameaça comunista. Diante desta situação de insegurança, ficou colocado para os militares brasileiros que, além de conhecer as estratégias de guerra deveriam ter também conhecimento das questões econômicas, políticas e sociais. Neste sentido, a ESG desempenhou uma importante função de formação de quadros para o Governo ⁽²⁸⁾, assumindo, desde a década de 50, um papel bastante significativo na trajetória política dos militares, e mais acentuadamente após o golpe de 64:

“...pode-se afirmar que a ESG criou, desenvolveu e difundiu entre as ‘elites’ (leia-se: classes dominantes) uma determinada concepção dos problemas relativos ao desenvolvimento econômico, instituições políticas e vinculações do Brasil ao campo das relações (econômicas, políticas e ideológicas) internacionais que se transformaram em instrumento de ação política do que se pode chamar de ‘fronteiras internas do socialismo’.”⁽²⁹⁾

Logo após o golpe de 1964, os militares apresentaram seu programa para salvar o país do comunismo e levá-lo à modernidade trilhando os caminhos ditados pelo

tem que pensar nesse problema. Se é que querem, como devem, se preocupar com a segurança do país... Procurava-se conscientizar a elite civil de que ela tinha que começar a pensar nessas coisas, porque víamos a perspectiva da guerra dos Estados Unidos com a União Soviética, na qual o Brasil certamente ficaria envolvido.” (D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs.) Op. cit., p. 107-109).

⁽²⁷⁾ OLIVEIRA, op. cit., p.19

⁽²⁸⁾ É importante ressaltar que os militares dividiam-se em segmentos diferenciados. Um grupo mais moderado formado por oficiais ligados à ESG, defendia a iniciativa privada, associada a um governo forte, uma política externa anti-comunista afinada com o modelo democrático norte-americano. Outro grupo, que compunha a chamada “linha dura”, não tinha vínculos com a ESG e defendia posições nacionalistas extremadas, sem muita afinidades com os Estados Unidos.

⁽²⁹⁾ OLIVEIRA. Op. cit., p.24.

capitalismo internacional. Para o setor mineral foram traçadas políticas ditas “modernizadoras”, capazes de promover a sua industrialização, objetivando abri-lo ao investimento multinacional mais moderno e produtivo, que deveria atuar ao lado do empresariado nacional. Nesse empreendimento, a atuação do Estado se restringiria à montagem das condições necessárias (políticas, sociais e técnicas) para o desenvolvimento da iniciativa privada.⁽³⁰⁾ Assim que tomou posse, o Presidente Castelo Branco, apresentou um documento (Exposição de Motivos - 391/64) para o setor mineral expondo as prioridades do Governo com relação à mineração que pretendia *“aproveitar intensa e imediatamente os recursos minerais, ampliar a curto prazo o conhecimento do subsolo do país, promover a regulamentação dos artigos 152 e 153 da Constituição Federal e propor a revisão do Código da Mineração”*.⁽³¹⁾ Com o intuito de concretizar estes objetivos, o Governo encaminhou duas mudanças na legislação, incorporadas na Constituição de 1967, que acarretaram conseqüências marcantes para o setor mineral. Com a primeira, suprimiu a “preferência” dos proprietários do solo no aproveitamento dos recursos minerais de forma a facilitar a implantação de empreendimentos privados capazes de explorar os minérios;⁽³²⁾ com a segunda, através do Código de Mineração, possibilitou e estimulou a criação de empresas constituídas legalmente no País, permitindo que estrangeiros se associassem para a exploração das riquezas minerais brasileiras,⁽³³⁾ ferindo o monopólio das empresas nacionais.

⁽³⁰⁾ Torna-se oportuno lembrar que, após a II Guerra Mundial, a segurança nacional era um conceito político que trazia vinculado em si a exploração do potencial econômico que um país possuía, como o aço, carvão, o ferro, o nióbio e o petróleo entre outros, sendo considerados minérios estratégicos. Para o Brasil seria a garantia de sua participação no Ocidente e a preservação do capitalismo (OLIVEIRA. Op. cit., p.27).

⁽³¹⁾ SCLiar. Op. cit., pp. 164-165.

⁽³²⁾ A Constituição de 1937, em seu artigo 143, instituiu que “As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d’água constituem propriedade distinta do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial. O aproveitamento industrial das minas e jazidas minerais e quedas d’água e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização federal. A autorização só poderá ser concedida a brasileiros ou empresas constituídas por acionistas brasileiros, reservada ao proprietário preferência na exploração ou participação nos lucros”. A Constituição de 1946 continuou assegurando a preferência ao proprietário do solo no art. 153.

⁽³³⁾ Art. 7º: “O aproveitamento das jazidas depende de Alvará de Autorização de Pesquisa, do Ministério das Minas e Energia; e de Concessão de Lavra, outorgada por Decreto do Presidente da República, atos esses conferidos, exclusivamente, a brasileiros ou a sociedade organizada no País como Empresa de Mineração.” (Ministério das Minas e Energia, Departamento Nacional de Produção Mineral. Código de Mineração e Legislação Correlativa, Publicação Especial Nº 11. Rio de Janeiro, 1967, Cap.I, p.23)

Esta transformação promovida pela legislação minerária após 1964, na verdade, estava em discussão anteriormente no setor. Entre seus maiores defensores estava o senador Roberto Campos, que no governo do general Castelo Branco, pôde efetivar suas idéias liberais como Ministro do Planejamento. Em 1963, o senador, em palestra no Centro Moraes Rego de São Paulo, quando se debatia a necessidade de acelerar a mineração no país, historiou sobre a vocação mineira do Brasil e a anemia do setor naquele momento, concluindo que as causas residiam na nossa “herança colonial”: técnicas de garimpo (“obstáculos técnicos” de natureza física e humana), falta de capital nacional e falta de mentalidade (“obstáculos psicológicos”) que se materializavam na explosiva questão do nacionalismo. Acusava também o descaso com a mineração, devido à preocupação de nossos dirigentes com a agricultura e a indústria. Tanto que, a indústria mineira do país, que era um dos mais ricos em jazidas minerais, revelava uma participação insignificante na formação da renda e, também, no conjunto de sua atividade econômica. Esta situação era insustentável. O Brasil estava sendo ameaçado pela anemia da produção mineira, pois estava vivendo um grande surto de industrialização e esta carência poderia tornar-se um ponto de estrangulamento no seu desenvolvimento. O senador, apesar de confessar sua “ignorância especializada” em matéria de mineração, apontou uma série de razões econômicas para que se desenvolvesse intensamente a mineração, sendo as mais importantes, exportar e aumentar a capacidade de importar, pois a escassez interna de matérias-primas onerou sobremaneira a capacidade de importação do país colocando-o sob a dependência do mercado externo. ⁽³⁴⁾

Na opinião de Campos, para se alcançar este estágio na mineração, precisava-se derrubar barreiras construídas no terreno da legislação. O primeiro obstáculo, o qual mais travara o desenvolvimento da indústria mineira, era o nacionalismo, “*uma excelente desculpa para se evitar, às vezes, um raciocínio objetivo sobre problemas incômodos.*” Aproveitava a ocasião e criticava os “pretensos nacionalistas” pela incompreensão do real sentido econômico da exportação de minérios que, em seu entender, no caso brasileiro, viria corrigir mediante o escambo internacional, a falta de complementaridade dos nossos

⁽³⁴⁾ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Economia, Planejamento e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: APEC Editora. S.A., 1963, pp. 187-188.

recursos. Alertava-os: “Somos vorazes consumidores do subsolo alheio, fato que deve ser ponderado pelos nossos nacionalistas, pela nossa perigosa dependência em que ficarmos do interior...”. Reconceituou o termo “nacionalismo”:

“ Porque todos quantos se interessavam por desenvolvimento econômico, com ou sem capital estrangeiro, são autenticamente nacionalistas... Nacionalistas devemos ser todos nós. A questão é sermos nacionalistas pragmáticos ou apenas temperamentais; é medirmos resultados e não intenções; é não rejeitarmos o esforço econômico alheio, a não ser que estejamos preparados para substituí-lo...” ⁽³⁵⁾

O Governo Militar, assim como outros governos americanos e europeus, apoiando-se na filosofia de defesa da “segurança nacional”, reiterou a valorização do setor mineral como estratégico para o país. Daí o fato deste setor ter recebido especial atenção do Ministério das Minas e Energia. Mas, este controle do Estado sobre os minérios, diferentemente dos governos anteriores, não barrou a presença das empresas multinacionais em sua exploração. Pelo contrário, promoveu uma forma de exploração que associou as empresas estatais e o capital privado nacional e estrangeiro de forma que a presença do capital estrangeiro nunca foi tão marcante na mineração brasileira. Um estudo do Centro de Tecnologia Mineral da U.F.R.J. - Cetem - realizado em 1985, com dados consolidados de 1982, concluiu que a participação de grupos estrangeiros na produção mineral brasileira (excluído o petróleo), era de 42%, enquanto as empresas estatais atuavam em 31% e o capital privado nacional ficava com os 27% restantes. O documento informou que 126 grupos estrangeiros atuavam no setor mineral até 1982. ⁽³⁶⁾

⁽³⁵⁾ Idem, *Ibidem*, pp.191-196.

⁽³⁶⁾ O relatório do Cetem acrescentou ainda que, na produção de minerais não metálicos, nos quais estavam incluídos o fosfato, calcário, amianto, magnesita e diamante, minerais considerados vitais ao desenvolvimento industrial, o controle das empresas estrangeiras chegava a 85% e, na extração de minérios metálicos, chegava a 55%. A produção mecanizada do ouro estava toda concentrada na Anglo-American, grupo sul-africano. Nas explorações do minério de ferro na Serra dos Carajás, uma das maiores do mundo, o capital de origem estrangeira participou com 48% da produção nacional, representados pelos norte-americanos Utah Corporation e a Engelhard, os europeus Arbed, Thussen Estel-Hoersht, Krupp, International Muller, Mannesmann e o consórcio japonês onde se destacava a Nippon Steel. (*Estrangeiros controlam 42% da produção mineral do País*. SP. *Folha de São Paulo*, Economia, 3º. Caderno, 22 de setembro de 1985.)

Em 1987, a Diretoria do Planejamento e Gestão do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), baseando-se em dados de 1986, apresentou um relatório que demonstrou quem controlava o subsolo brasileiro: “com 473 empresas, os grupos estrangeiros tem direitos sobre 38,1% de uma extensão equivalente a 1.053.402 Km², cerca de 12% do território, enquanto 1.643 empresas nacionais de capital privado respondem por 35% e as estatais-federais e estaduais, em número de 142, com 26,9% daquele total”.⁽³⁷⁾

2- O II Plano Nacional de Desenvolvimento

Apenas no Governo Geisel, em setembro de 1974, após dez anos da instalação do Governo Militar, foi apresentado à sociedade um amplo projeto de exploração de minérios, que combinou a atuação conjunta do Estado com o capital nacional e estrangeiro. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) continha a proposta de uma nova estratégia de desenvolvimento para o País, capaz de concretizar o objetivo de transformá-lo em Nação-Potência, através das seguintes metas: expandir a oferta interna de alimentos, aumentar as exportações, criar oportunidades de ocupação rural, elevar o nível de renda da população rural, diminuir as desigualdades regionais e reduzir custos de alimentação no setor urbano.⁽³⁸⁾ O alcance destas metas deveria concretizar o desenvolvimento econômico auto sustentável do Brasil.

⁽³⁷⁾ Tais dados possibilitam perceber a facilidade que existia para se conseguir concessões, licenciamentos e autorizações junto aos órgãos do Governo para pesquisas e lavras de minerais. Informava um economista do CNPq, que estes pedidos correspondiam a 401.757 Km², uma área superior aos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina juntos. E, ainda, sublinhava o relatório, que o controle do subsolo era realizado através de várias subsidiárias, todas com capital simbólico, apresentando a mesma sede social e os mesmos diretores, ou seja, havia uma multiplicação indiscriminada de empresas. Tudo isto era para conseguir junto ao DNPM, órgão executor da política mineral brasileira, a obtenção do número máximo de direitos minerários. (*Estrangeiros controlam 38% da área de mineração, diz CNPq*. SP. Folha de São Paulo, Caderno Economia, 14 de abril de 1987.)

⁽³⁸⁾ *Subsídios, Planejamento Estratégico, Grupo Petrofértil*. Rio de Janeiro. Agosto, 1986, p.09. Torna-se importante lembrar que anterior ao II PND foi executado um plano anterior, o I Plano Nacional de Desenvolvimento, que previa elevar o Brasil à categoria de grande potência, duplicar a renda per capita até 1980 e permitir o crescimento do PNB (Produto Nacional bruto). O IPND entrou em vigor em 1971, e continuava vigente ainda no final de 1974.

Entre os setores definidos como prioritários, estava a grande mineração e o setor energético. O país precisava se adequar àquela situação de escassez de petróleo e se expandir no setor de energia elétrica. Nesse sentido, o II PND privilegiou a construção de complexos industriais e energéticos, quase sempre localizados nas regiões periféricas da economia brasileira, fundamentando-se numa orientação de desconcentração espacial, que procurava evitar a concentração industrial na zona metropolitana de São Paulo. A estratégia propunha, como objetivos, promover a integração nacional ocupando espaços vazios, gerar empregos, expandir o produto Interno Bruto, atender o abastecimento interno e, ainda, sobretudo, aumentar as exportações.⁽³⁹⁾

Para isso lançou uma nova política para o setor industrial, sendo sua prioridade a indústria de base, líder no processo de industrialização, sustentada em um “tripé”: empresas estatais, empresas de capital estrangeiro e empresas de capital nacional. Esta última, deveria ocupar posição de relevo, pois para que um país ostentasse um parque industrial modelar, seria preciso que este tivesse uma empresa nacional poderosa, fato que não se concretizou até então. Na década de setenta, as empresas estatais haviam alcançado grande eficiência; as empresas privadas estrangeiras aumentavam sua participação, mas as empresas privadas nacionais apresentavam-se frágeis e com pequena atuação. Achava o Governo que o Estado precisava cuidar desta terceira perna enfraquecida do “tripé” para manter o equilíbrio, consolidar uma sociedade industrial moderna e uma economia competitiva.⁽⁴⁰⁾

Todavia, apesar do II PND apregoar o fortalecimento das empresas de capital nacional, dadas as necessidades de implementação de infra-estrutura para que os empreendimentos privados pudessem operar com lucro, acabou por colocar as estatais no centro da industrialização brasileira dos anos 70:

⁽³⁹⁾ LESSA, Carlos. *A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976 - Sonho e Fracasso*- Tese apresentada no concurso de professor titular no departamento de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro.RJ, 1978, p. 09.

⁽⁴⁰⁾ *Idem, ibidem*, p. 17.

“Em 1974 um preconceito, um pudor - quiçá o atavismo ideológico de reminiscências liberais - impediu o II PND de dizer que a grande empresa estatal seria o líder da Estratégia. Em 1976, sob o fogo da campanha anti-estatizante na Fala ‘Ação para a Empresa Privada Nacional’ (CDE, 15/06/76), explicitou: ‘O Governo considera como seu campo de atuação direta: os setores de Infra-Estrutura Econômica, normalmente através de empresas governamentais, em Energia, Transporte e Comunicações, operando articularmente com os Estados e Municípios...’” ⁽⁴¹⁾

A partir daí, houve uma proliferação de projetos formulados e implantados pelas empresas estatais em todo o País, muitos deles direcionados para a exploração mineral, particularmente para os minerais estratégicos. Às empresas estatais foi determinada a responsabilidade pelos setores de infra-estrutura econômica. Com isto estaria assumindo o ônus dos setores que demandavam investimentos vultosos a longos prazos e com perspectiva de baixa rentabilidade; ocupando os “espaços vazios” e promovendo a viabilização da ação do setor privado, evitando a presença da empresa estrangeira nas áreas de infra-estrutura. Ou seja, as empresas estatais tornaram o elemento de equilíbrio daquele modelo econômico. ⁽⁴²⁾

Porém, a partir de 1975-1976, surgiram neste cenário industrial, dominado pelas estatais, intensas disputas em torno dos empreendimentos que elas poderiam proporcionar. O presidente Geisel, diante das pressões do empresariado nacional, como era de seu feitio, estudou “pessoalmente” a questão e resolveu definir as áreas e os limites de atuação do Estado Brasileiro. Aprovou um documento apresentado por um Grupo de Trabalho da área econômica - “Ação para a empresa privada nacional” - que visava “*incentivar uma maior participação da empresa privada no desenvolvimento do Brasil*” e justificar a atuação do Governo que parecia contrariar os interesses empresariais privados. Alegou que “*o ‘regime moderno de mercado’, ou ‘capitalismo social’, implantado no Brasil pós 1964, não fechou*

⁽⁴¹⁾ Idem, *Ibidem*, p. 96

⁽⁴²⁾ CODATO, Adriano Nervo. *Estrutura Política e Interesse de Classe: uma análise do sistema estatal no Brasil pós-1964 - O Caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995, p. 179 (mimeo.)

nenhuma porta à iniciativa privada - salvo por motivos de segurança nacional.” ⁽⁴³⁾ Foi, então, iniciada por Geisel, uma campanha incorporando a empresa privada, porém, sem novidades, seguindo as antigas diretrizes já comentadas anteriormente, do II PND de 1974. A empresa privada teria, assim, a responsabilidade pelos setores produtivos, a exemplo, os setores de insumos básicos, procurando concretizar o ideário de autonomia nacional, caro ao presidente Geisel. ⁽⁴⁴⁾

3- O II PND e os Minerais Estratégicos: o Plano Nacional de Fertilizantes

São considerados minerais estratégicos *“os bens minerais que um país tem em abundância que, ao decidir paralisar sua comercialização, pode acarretar sérios problemas à comunidade internacional...Estratégicos são também os bens minerais que um país não possui ou cujas minas não conseguem suprir seu mercado interno, precisando importá-los para a manutenção de atividades vitais”*. ⁽⁴⁵⁾

Entre os minerais considerados estratégicos pela comunidade minerária e também pelo Governo, estava o minério de fosfato, insumo básico importante na agricultura, e, portanto, fundamental para a economia brasileira, particularmente como fonte de investimento para a indústria e para a agricultura, de abastecimento ao mercado interno e externo. Tal insumo tornou-se mais significativo quando houve maior demanda de alimentos. Nas décadas de sessenta e setenta, o Brasil passou por um processo de aumento populacional e de êxodo rural muito intenso, principalmente no Nordeste, onde as vítimas das secas, da fome e da concentração fundiária fugiram do campo e se fixaram nos centros

⁽⁴³⁾ *“Ação para a empresa privada nacional”*. Citado por Codato. op. cit., p. 187

⁽⁴⁴⁾ Esta política traçada por Geisel para os setores de insumos básicos será muito elucidativa para compreendermos seu empenho em apoiar o projeto da estatal goiana, Metais de Goiás, de explorar o fosfato de Catalão, criando em 1978, a estatal-federal Goiásfertil.

⁽⁴⁵⁾ SCLiar, C. Op. cit., p. 51.

urbanos ampliando um possível mercado interno.⁽⁴⁶⁾ Os alvos continuaram sendo as grandes cidades do Sul, mas também as duas novas cidades modernas do Centro-Oeste: a jovem capital de Goiás, Goiânia, e a recém-inaugurada capital federal, Brasília.⁽⁴⁷⁾

Além dos problemas que resultaram do êxodo rural, o país enfrentava dificuldades no abastecimento de produtos essenciais, decorrentes da crise do petróleo e das altas taxas para a importação de insumos básicos utilizados na fabricação de fertilizantes agrícolas, necessários à produção de alimentos. Todavia, é importante observar que o interesse pelo desenvolvimento da agricultura não se fundamentou prioritariamente nas necessidades locais e na produção para o mercado interno. Preocupado, principalmente, em melhorar o desempenho da balança comercial, a política governamental privilegiou, sobretudo, os produtos agrícolas para exportação (dentre eles o café, a soja, a laranja e o cacau) e investimentos para as empresas nacionais ou estrangeiras. Nesse sentido, o Governo Geisel, tornou a indústria de fertilizantes para a produção agrícola em um dos pontos de apoio para a concretização do II Plano Nacional de Desenvolvimento do país e

⁽⁴⁶⁾ Um dos grandes problemas que se tornou determinante para o fracasso dos militares, particularmente no governo Geisel, foi o deslocamento do excedente populacional do interior do Nordeste e Minas Gerais para os centros urbanos mais desenvolvidos do país, no final dos anos 70 e início dos 80. Explica Castilho que esta "determinante interna" é de longa duração, ou seja, este excedente demográfico é histórico, vem do início da nossa história, que por inúmeras razões (políticas, econômicas e sociais), não foram absorvidos no aparelho produtivo do país. Com os militares no poder houve um agravamento desta questão, pois evitaram realizar a reforma agrária, visando beneficiar os proprietários de terras do Nordeste e de Minas Gerais (sustentáculos do regime), com isso permitiram o êxodo rural para os grandes centros. No início de 80 mais de 70% dos brasileiros residia nas cidades, com 1/3 da PEA (População Economicamente Ativa) fora do aparelho de produção urbano, o que demonstra o alto índice do desemprego. (CASTILHO, Fausto. *O Pensamento em Crise e as Artimanhas do Poder*. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Unesp, 1988, p. 104.)

⁽⁴⁷⁾ Esta migração para Goiânia e Brasília, incomodava muito seus dirigentes. No caso de Goiânia, contrariava os princípios pelos quais a cidade fora criada, ou seja, a sua imagem de "cidade moderna com sua ação civilizadora," para uma determinada classe social, uma idéia cara de seu idealizador Pedro Ludovico e compartilhada por muitos de seus conterrâneos: "*Onde se estabelece uma cidade moderna e bem aparelhada, surge a trindade econômica sobre a qual se baseia a atividade material, que é ao mesmo tempo, industrial, bancária e comercial, valorizando a terra numa grande extensão e evitando o êxodo das fortunas que nela se formam, bem como a emigração de seus habitantes, principalmente dos que constituem a elite, os quais, é natural, só se sentem bem onde encontram campo vasto para as suas atividades espirituais...*" (TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias: auto-biografia*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana. 1973, p.80)

investiu maciçamente na instalação de um parque nacional de fertilizantes, fazendo com que ele evoluísse rapidamente.⁽⁴⁸⁾

Antes de 1960, a produção de fertilizantes no Brasil era bastante reduzida. Em 1966, o Governo Federal ampliou o sistema de crédito rural, fato que estimulou o consumo deste produto. Com esta política, o setor de fertilizantes passou a receber tratamento tributário preferencial. Por outro lado, a descoberta das jazidas de rocha fosfática em Minas Gerais (Patos de Minas e Araxá) e Goiás (Catalão/Ouvidor) viabilizou, nos anos seguintes, o suprimento interno de matérias-primas para o desenvolvimento de uma indústria de fertilizantes. A partir de então, o Estado resolveu gerenciar todo o processo, implantando um parque industrial de fertilizantes. Assim, após os anos sessenta e setenta, houve um aumento significativo da oferta interna, devido, em grande parte, ao impulso que se materializou na efetivação do Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola -PNFCA- inaugurado no governo Geisel, dentro do II Plano Nacional de Desenvolvimento, e desenvolvido entre 1974 e 1986, perseguindo a auto-suficiência do país em fertilizantes e o estímulo ao uso do calcário para uma maior produtividade agrícola.⁽⁴⁹⁾ Além do já mencionado incentivo às empresas nacionais e estrangeiras e à agricultura de exportação, a partir deste programa deu-se uma redução substancial nas importações e no dispêndio de divisas e, também, um aceleração da oferta interna de fertilizantes, com grande participação na produção nacional.⁽⁵⁰⁾

⁽⁴⁸⁾ O consumo aparente de rocha fosfática nos últimos vinte anos, aumentou cinco vezes, sendo que em 1970, a produção nacional não superava 30% das necessidades internas, e treze anos depois, o país já se tornaria auto-suficiente na produção desta matéria-prima. (*A Indústria de Fertilizantes Fosfatados no Brasil*. Instituto Brasileiro do Fosfato - IBRAFOS - SP: 1991, p.20)

⁽⁴⁹⁾ *Plano Nacional de Fertilizantes. Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas- ANDA- Ed. Gráfica Ltda. SP: 1987, p.59.*

⁽⁵⁰⁾ Em 1980, as importações de fertilizantes representavam 6,8% do total importado pelo país, em 1985, declinaram para 1,7% das importações totais. Quando ao consumo, em 1972, importava-se 70% dos fertilizantes consumidos internamente, em 1978, importava-se 60% e, em 1985, importava-se 1% do consumo. (*Idem. ibidem*, p.16) Fatos que demonstram qual foi a importância da nacionalização na indústria de fertilizantes. Na segunda metade da década de sessenta, começaram a surgir no país novas unidades de superfosfato simples: a Ferticap, em 1964; a Copebrás, em 1968; a LAP, também em 1968 e o 1º. Complexo Industrial de Fertilizantes, pertencente à Ultrafertil

No governo Geisel, conseguiu-se elevar substancialmente o consumo de fertilizantes, de 1 milhão 679 mil toneladas de nutrientes no início de 1974, para 3 milhões 149 mil em 1977: *“porque o mundo tem fome e o Brasil, pela sua grandeza territorial, está fadado a ser o seu celeiro”*.⁽⁵¹⁾ Para atender tamanha demanda, a indústria nacional de fertilizantes e calcário agrícola teve que se ampliar e modernizar, o que levou à implantação de vários complexos industriais. Foi criada a Petrofértil em 1976, subsidiária da Petrobrás, com a responsabilidade de implementar projetos nascidos do PNFGA, para explorar a rocha fosfática nacional, uma das matérias-primas do fertilizante fosfatado, a ser usado na agricultura de exportação.

A expansão da exportação de produtos agrícolas na década de 1970 ainda levou o Governo a promover a interiorização da produção agrícola, ou seja, expandir as fronteiras da lavoura em direção às terras ainda comercialmente inproveitadas, o Centro-Oeste, principalmente, as áreas de cerrado, em Minas Gerais, sul de Goiás e Mato Grosso. Para concretizar esta política, foram criados vários projetos: Pólocentro, Programa de Assentamento Dirigido ao Alto Paranaíba (PADAP), entre outros. Existia até mesmo um projeto em estudo, a criação de um corredor de exportação, que ligaria Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo, um audacioso modelo integrado, que contemplaria desde a produção agrícola até a comercialização internacional.⁽⁵²⁾

Esta política de interiorização agrícola apontou também para uma interiorização da indústria de fertilizantes, uma questão que despertou inúmeras discussões dentro do setor mineral. Como o Brasil, até meados dos anos sessenta, importava matérias-primas para a produção de fertilizantes, as indústrias solubilizadoras (que transformam a matéria-prima em fertilizantes) haviam se estabelecido próximas ao litoral paulista. Mas, com a descoberta das jazidas de rocha fosfáticas em Minas Gerais e em Goiás e, também, sendo o Centro-Oeste o

⁽⁵¹⁾ Discurso de abertura do presidente do IBRAFOS, Maurício Augusto Alves Correa, no I Encontro Nacional de Rocha Fosfática - IBRAFOS - Instituto Brasileiro de Fosfato. Brasília, 19 e 20 de Abril de 1979 p.09

⁽⁵²⁾ Apresentação do presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, Luiz Aníbal de Lima Fernandes, no I Encontro Nacional de Rocha Fosfática - IBRAFOS - Instituto Brasileiro de Fosfato. Brasília, 19 e 20 de Abril de 1979, p.55

maior consumidor de fertilizantes fosfatados e a região escolhida pelo Governo para a expansão agrícola, ficava justificado uma conseqüente interiorização desta indústria. ⁽⁵³⁾

As unidades de solubilização junto às suas próprias jazidas e próximas aos consumidores, trariam grandes vantagens econômicas, pois diminuiriam:

“...os custos de transporte, seriam economicamente atrativos, ainda mais que tais custos incidiriam em menor percentagem, já que seriam contabilizados sobre produtos enobrecidos...O trinômio terras agricultáveis/disponibilidade próxima de fertilizantes/mão-de-obra abundante constitui, sem dúvida, um quadro por demais promissor para não ser devidamente apreciado”. ⁽⁵⁴⁾

Além das vantagens econômicas, supunha-se também que a interiorização da indústria da mineração seria um fator de progresso e desenvolvimento para as áreas consideradas atrasadas:

⁽⁵³⁾ Entre as empresas de capital nacional que processavam o fosfato na baixada santista estavam: Copas, Takenaka, Elekeiroz, Manah, Solorrigo, IAP, Fertiplan, Trevo e Ultra; de capital nacional e estrangeiro: Fosfanil, Quimbrasil, Cotia; e de capital estrangeiro: Copebrás. A interiorização das indústrias agrícola e de fertilizante estava inserida na política de descentralização industrial da região metropolitana de São Paulo, proposta pelo II PND. Talvez este tenha sido o ponto de maior tensão do novo padrão de industrialização para o Brasil, pois veio ferir os interesses dos empresários paulistas, que desfecharam um embate acirrado, culminando em conflitos que serão comentados no IV Capítulo deste estudo. Porém, fiquemos com a opinião do ex- presidente Geisel sobre a concentração de indústria em São Paulo, promovida a seu ver, pelo governo de JK: *“Concentrou, ademais, toda a indústria em São Paulo. Por que? Não houve preocupação com o desenvolvimento das outras regiões...No meu governo surgiu a oportunidade de instalarmos uma nova fábrica de caminhões pesados. Existiam duas fábricas de caminhões pesados no Brasil, ambas em São Paulo, e viria uma terceira, sueca. Vencida a resistência das duas que já existiam e que obviamente não queriam mais uma concorrente, surgiu a questão: onde vai ser instalada? ‘Em São Paulo’, foi a resposta. Eu disse: ‘Não, por que em São Paulo? Por que não vamos mudar um pouco, para evitar o congestionamento em São Paulo e atender a outra região? Vamos sediar no Paraná.’ A tendência, no entanto, é concentrar tudo em São Paulo. Uma vez um jornalista me perguntou: ‘Por que o senhor é contra São Paulo?’ Respondi: ‘Eu não sou contra São Paulo, sou a favor do Brasil. Não tenho nada contra São Paulo, mas acho que é preciso desenvolver o país, evitar essa excessiva concentração. Sem falar na Amazônia, temos que olhar para o Paraná, Santa Catarina, Rio grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, e Espírito Santo, temos que ver o que é possível fazer no Nordeste, onde as condições são, de fato, extremamente difíceis. O Sul tem condições ótimas! Minas, Espírito Santo e Bahia também podem ter. Juscelino, contudo, foi concentrando tudo em São Paulo, do ponto de vista industrial...”* (D’ARAÚJO e CASTRO, op. cit., pp. 132-133.)

⁽⁵⁴⁾ ALBUQUERQUE, Gildo de A. C. de. *Interiorização da Indústria de Fertilizantes*. conferência proferida no I Encontro Nacional de Rocha Fosfática. IBRAFOS. Brasília: 1979, pp.53-74

“A mineração participa de modo especial no desenvolvimento regional porque, além dos salários, encargos sociais e impostos, a própria natureza do empreendimento mineral exige sua localização junto às jazidas, geralmente afastadas dos centros urbanos, daí decorre naturalmente a implantação de núcleos habitacionais, escolas, hospitais, estradas e o conseqüente desenvolvimento da região em torno das minas. Esse tem sido, aliás, o papel da mineração, desde a época colonial no Brasil”. ⁽⁵⁵⁾

Porém, a interiorização da indústria de fertilizantes foi um tema polêmico e tinha opositores. ⁽⁵⁶⁾ Como já foi comentado, uma das prerrogativas do II PND foi articular uma política de correção para os desequilíbrios regionais. A estratégia traçada para conseguir tal intento pretendia a multiplicação de pólos industriais germinativos e de equilíbrio entre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Os mentores do plano alegavam que era preciso diminuir a concentração da atividade industrial de uma única área metropolitana, e que os custos de urbanização e industrialização eram bem mais altos nas grandes cidades. Afirmavam também que os problemas de qualidade de vida e controle de poluição destes centros industriais faziam parte das preocupações do governo. Enfim, São Paulo era considerada pelos burocratas da política econômica uma área já saturada. ⁽⁵⁷⁾

As classes empresariais paulistas não se resignaram à política de “desconcentração industrial” e, no início de fevereiro de 1978, logo após a edição desta resolução, ⁽⁵⁸⁾ o governo teve que enfrentar suas contestações. A FIESP encabeçou a lista

⁽⁵⁵⁾ MELO, C. Cyro em *Depoimentos*. SP. Revista **Brasil Mineral**, Edição Extra, setembro de 1993, p. 19.

⁽⁵⁶⁾ Um professor da Universidade de São Paulo questionava: “Não seria perigoso impedir o desenvolvimento da indústria de fertilizantes do cerrado, sem levar em conta os custos de produção dos produtos agrícolas de que o adubo é, apenas, uma parte? Onde é mais barato produzir alimentos?” Afirmava que, até então, a experiência mostrava, em geral, que era mais barato aumentar a produtividade do que expandir, desnecessariamente, a produção agrícola. (Professor Malavolta em debate na conferência *Interiorização da Indústria de Fertilizantes*, proferida por Gildo de A. C. de Albuquerque no I Encontro Nacional de Rocha Fosfática. IBRAFOS. Brasília: 1979, p.72.)

⁽⁵⁷⁾ LESSA. Op. cit., p. 127.

⁽⁵⁸⁾ Com relação à política de “desconcentração industrial”, a Resolução no. 14/77 do Conselho de Desenvolvimento Econômico, dizia que: “sem prejuízo do apoio ao pólo de São Paulo, que continuará sendo o principal núcleo industrial do país, serão fortalecidos os pólos industriais do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Sul do país. Por outro lado, é de ressaltar a significação que já assumiu a industrialização no desenvolvimento do Nordeste, devendo-se garantir prioridade principalmente para os

dos descontentes; logo em seguida as reclamações da Associação Comercial de São Paulo, tendo à frente seu presidente, Paulo Salim Maluf, exigindo garantias de que o pólo industrial paulista não seria prejudicado. Os protestos também vieram de prefeitos, industriais, comerciantes e sindicatos de trabalhadores da região do ABC paulista, denunciando o “caráter discriminatório” daquela política. Aliados a estes, ainda estavam o Instituto de Engenharia de São Paulo, a Prefeitura e o Governo do Estado, preocupados com um possível desaquecimento do “principal centro produtor nacional”, com o desestímulo fiscal e o desemprego.

Enfim, todos os setores sociais que se sentiam ameaçados se rebelaram pela falta de clareza e pelo teor do autoritarismo implícito nesta medida, já que os interessados na questão não foram convocados a participar do processo decisório. Por isso, estes segmentos sociais denunciavam o alto “grau de elitismo” das decisões dos mentores da política econômica do governo, como também a inadequação das estratégias de desenvolvimento industrial. ⁽⁵⁹⁾ Ao Governo não coube outra atitude senão fazer concessões. Para não desestabilizar o sistema do regime ditatorial, o presidente Geisel abriu um espaço para as frações dominantes - empresários nacionais - até então excluídos das decisões sobre o Plano Nacional de Fertilizantes, com a campanha “Ação para a empresa privada nacional”. ⁽⁶⁰⁾

complexos industriais ali localizados, de interesse nacional, regional ou de certos estados. Como já se fez na área têxtil, será possível concentrar o desenvolvimento de certos ramos industriais na região Nordeste. No tocante à Amazonas e ao Centro-Oeste, terão implementação os complexos integrados, de caráter minero-industrial ou agroindustrial considerados prioritários.” (Resolução no 14/77 - CDE de 21/12/77. In: Presidência da República. Secretaria-Geral do Conselho de Desenvolvimento Econômico - CDE. Principais decisões (normas e programas) adotadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, após apreciação no CDE, Vol.VII, p.53. Citado por CODATO. Op. cit., p. 187)

⁽⁵⁹⁾ Idem. *ibidem*. p.191.

⁽⁶⁰⁾ Idem, *ibidem*, p. 191-192.

4- A Mineração em Goiás na década de 60 e a Metago (Metais de Goiás S.A.)

A potencialidade mineral do Sul de Goiás e Oeste mineiro era conhecida de longa data e o fosfato foi mais um dos minérios ali descobertos e explorados. Muitas décadas antes, a 14 de julho de 1892 chegava em Catalão-Go, proveniente do Rio de Janeiro, a “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil”, que tinha como missão avaliar e demarcar a área a ser ocupada pela futura “Capital dos Estados Unidos do Brazil”, fazendo cumprir o artigo da Constituição Federal de 1891, que determinava em seu artigo 3º: *“Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km², que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”*.⁽⁶¹⁾ Sendo assim, o Congresso consignou, em 1891, uma verba para que se procedesse a demarcação de 14.400 Km² no planalto central, região que fora escolhida para acomodar com “segurança” a futura Capital do Império.⁽⁶²⁾

Foi organizada a “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil” que deveria realizar um estudo que determinasse dados de valor científico sobre esta região ainda desconhecida e pouco explorada naquela época. A Comissão foi formada por diversos profissionais brasileiros e estrangeiros, sendo dividida em quatro grupos, que seguiram rotas diferentes. O grupo incumbido de estudar o Sudoeste teve como chefe o astrônomo Luiz Cruls, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro.⁽⁶³⁾ A 9 de junho de 1892, a

⁽⁶¹⁾ CRULS, L. **Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Relatório Cruls.** Rio de Janeiro. H. Lombaerts & C., Impressores do Observatório. 1894. (em 1992 foi reeditado pelo CODEPLAN- Governo do Distrito Federal. Edição Especial. Brasília).

⁽⁶²⁾ Esta idéia de transferência da Capital do Brasil vinha sendo discutida na imprensa desde 1808, sob a alegação de que a Capital se encontrava em constante perigo, *“exposta a ser ameaçada de um bombardeio e sofre-lo com grande prejuízos de seus proprietários, por ‘qualquer inimigo’ superior no mar, que se proponha a arrancar do governo, pela ameaça, concessões em que não poderia pensar se o mesmo Governo ahi se não achasse”*. (Visconde de Porto Seguro, *História Geral do Brasil*, 1834, citado no **Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil.**)

⁽⁶³⁾ O grupo era ainda composto por L. de Oliveira Lacaille e Henrique Morize, astrônomos; Antônio M. de Azevedo Pimentel, médico higienista; Pedro Golvêa, médico; Alfredo José Abrantes, farmacêutico; Eugenio Hussak, geólogo; Ernesto Ule, botânico; cada qual com seus ajudantes e instrumentos de trabalho e, ainda, mecânicos, comandantes e alferes do contingente.

Comissão embarcou de trem de ferro, pela “Companhia Mogyana”, no Rio de Janeiro com destino a Uberaba (Minas Gerais), naquele tempo ponto terminal da linha férrea. ⁽⁶⁴⁾ Chegou a Catalão em 14 de julho e logo foram informados por um boticário local, de que em uma fazenda próxima se encontrava uma jazida de ferro magnético. ⁽⁶⁵⁾

De Catalão a Comissão seguiu sua viagem rumo a Pirenópolis, fazendo um reconhecimento minucioso, demarcando os locais, fazendo levantamentos de rios e lagoas, colhendo amostras minerológicas e botânicas das regiões, medindo altitudes e longitudes, construindo um acervo fotográfico dos lugares visitados em sete meses de trabalho, que culminaram com a demarcação da área no Planalto Central ⁽⁶⁶⁾, onde hoje, se encontra a capital federal, Brasília. O trabalho foi concluído com um relatório (dezembro de 1894) minucioso contendo as conclusões de cada equipe de trabalho, explicitando todos os passos

⁽⁶⁴⁾ Na cidade mineira organizaram a viagem, reuniram todo o material necessário ao empreendimento: mantimentos, animais de carga, barracas, entre outros. Somente no final do mês de junho é que conseguiram partir para o sertão desconhecido com destino a Pirenópolis (Goiás), montados no lombo de animais, guiados por bússola, aneróide e podômetro, enfrentando a poeira, o frio e as geadas fortes devido a época do ano. A 11 de julho a Comissão chegava à divisa dos estados de Minas Gerais e Goiás, às margens do rio Paranaíba, onde pararam para fazer seu reconhecimento, demarcações e medições. Seguindo rumo à Catalão (Goiás), o geólogo da Comissão, Dr. Eugênio Hussak, ainda próximo ao rio Paranaíba, já começava a notificar entre as grandes extensões de matas, um “gneiss granitoides schistoso de cor escura” prenunciando as riquezas minerais da região. (CRULS, L. op. cit.)

⁽⁶⁵⁾ Para lá se dirigiu o geólogo Dr. Hussak com seus auxiliares. Na fazenda, encontraram “grandes blocos de minério de ferro, espalhados pela superfície, n’uma grande extensão...Lavando na batêa esta terra vermelha em que se encontram numerosos blocos, muitas vezes angulares, de magnetite, que atingem até o volume de um metro cúbico, obtêm-se um residuo de cerca de 40% da massa lavada, consistindo de área fina de magnetite com limonite e ferro titanífero: raramente encontram-se prismas de apatite e grãos de quartzo”. Após realizar suas pesquisas químicas e testes laboratoriais, o geólogo da Comissão, Dr. Hussak, afirmava ter achado naquela região, grandes reservas minerais de rocha “perowskite”, as quais deveriam ser consideradas como segregações de uma magma eruptiva extremamente básica, ou seja, a origem desta rocha matriz do magnetite de Catalão, seria vulcânica. Dr. Hussak apontou ainda a possibilidade de se instalar ali uma pequena fábrica de ferro, já que na “vizinhança havia água em abundância para tocar as machinas e mattas para o preparo do carvão”. Porém, pensar numa grande industria seria impossível: “Da fabricação em grande escala não se deve pensar alli, nem nas outras localidades de minereo no mesmo Estado, devido as dificuldades de comunicação e a falta de combustivel mineral”. (Relatório do Dr. Eugênio Hussak, Anexo V. In: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil. Op. cit., pp. 301-302.)

⁽⁶⁶⁾ O Chefe da Comissão, Dr. Cruz, frisa em seu relatório que a Comissão não recebeu a incumbência de escolher o local onde deveria ser estabelecida a futura Capital Federal mas, sim, proceder a estudos indispensáveis ao conhecimento exato da posição astronômica da área a demarcar, da orografia, hidrografia, condições climáticas e higiênicas, natureza do terreno, quantidade e qualidade das águas, materiais de construção, riquezas minerais e florestais. A escolha do lugar não foi da competência da Comissão.

da demarcação da área, as técnicas empregadas na época e os seus resultados, procurando justificar a demarcação que foi efetuada. Nos interessa sobretudo as palavras do chefe da Comissão, Dr. Cruls, que desde o início de sua caminhada se mostrava um tanto quanto surpreso com a realidade que ia encontrando; para o astrônomo, existia *“no interior do Brasil uma zona gozando de excelente clima com riquezas naturais, que só pedem braços para serem exploradas. Não conviria, pois, procurar dar aquella immensa região a vida que lhe falta?”*⁽⁶⁷⁾

No relatório conclusivo sobre as pesquisas minerais no Planalto Central, Dr. Cruls tece entusiasmados elogios: *“Em geral, a riqueza mineral do Planalto, e em particular a do estado de Goyaz... é de verdadeira opulência, posto tenha até hoje jazido, por assim dizer, no mais completo desconhecimento”*.⁽⁶⁸⁾ Mas, também não se intimida em denunciar e criticar o abandono da agricultura em terras tão férteis⁽⁶⁹⁾, a forma descontrolada e perversa que foram realizadas a exploração do ouro e a escravização do índio em Goiás no século XVIII: *“Se os primeiros povoados de Goyaz, em vez de se consagrarem exclusivamente à mineração do ouro, tivesse cultivado a terra, se tivessem convenientemente aproveitado os 4.000 kilometros de costas fluviais até onde pôde chegar o explorador, seria com toda segurança hoje o Goyaz uma verdadeira joia no interior do Brazil”*.⁽⁷⁰⁾

Estes comentários tinham sua razão. Durante o percurso da Comissão, à medida que iam adentrando nas regiões auríferas que haviam sido exploradas no final do século anterior, encontravam-nas numa situação de penúria. As lavras tinham sido abandonadas, a pobreza e a miséria grassava entre aqueles povos. Acreditavam os comissionários que seria

⁽⁶⁷⁾ CRULS, L. op. cit., p. III

⁽⁶⁸⁾ Idem, ibidem.

⁽⁶⁹⁾ A comissão encontrou em Goiás um solo tão fértil como o do Estado de São Paulo, a terra roxa, que tanto desenvolvimento trouxe para o estado. Em Goiás, além da terra roxa, havia o massapé, mas não se produzia em função da desvairada obsessão pelo ouro, que levou o estado à “estagnação econômica e moral”. (Idem, ibidem. p. 247)

⁽⁷⁰⁾ Idem, ibidem, p. 247

pela diminuição do próprio minério, pela deficiência ou falta completa de trabalhadores e de boa administração. A avidez pelo ouro havia destruído toda a organização social e econômica daquela gente. A agricultura havia sido abandonada com a produção do ouro, os gêneros alimentícios haviam encarecido tanto que eram comprados com grandes quantidades de ouro, promovendo o enriquecimento dos “vivandeiros” que não cessavam de chegar de São Paulo. Daí a desestruturação da economia, estes homens haviam perdido a “noção de economia”, homens de “baixa educação, minados pela ignorância”, se transformaram em homens de dinheiro sem trabalho, altivos e arrogantes, que se entregavam ao luxo desmesurado e a corrupção dos costumes. Assim, não podia esperar outra coisa senão a ruína, a decadência.

Mas Goiás, segundo as pesquisas geológicas da Comissão, não tinha só muito ouro, guardava em suas entranhas uma riqueza imensa de outros minérios. Possuía jazidas diamantíferas ainda inexploradas, grande quantidade de ferro de alta porcentagem, granito, mármore, cristal de rocha, argila de diversas cores, pedra de afiar, cal, pedra de rebole, salitre, grés duro, kaolino e amianto. Riquezas minerais que, ao olhar destes profissionais, teriam um grande valor industrial e só *“esperavam a época do advento da civilização e progresso do futuro Estado”*.⁽⁷¹⁾

A equipe da “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil” não errou ao reconhecer as riquezas minerais do Centro Oeste. Porém, todo este potencial mineral permaneceu adormecido por muito tempo, uma vez que as condições históricas não cobraram seu aproveitamento. Somente na década de sessenta deste século é que as pesquisas minerais nesta região foram retomadas, pois, até então, o único minério que despertara interesse fora o ouro.⁽⁷²⁾ Possivelmente, a exploração indiscriminada deste metal

⁽⁷¹⁾ Idem, *ibidem*, p. 249

⁽⁷²⁾ No século XVIII, Goiás já se fazia notar, graças a descoberta de seus depósitos de ouro, que começaram a ser explorados a partir de 1726, com métodos bastante rudimentares. Conta a literatura mineira-goiana que o ouro em Goiás foi descoberto pelos paulistas que ali chegaram após a sua expulsão das Guerras dos Emboabas em Minas Gerais. Em 1725, chegou no sítio de Vila Boa, atual cidade de Goiás Velho, o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera II, que impressionado com a quantidade de ouro existente no Rio Vermelho, fixou-se nesta região. Foram dez anos de intensa exploração, que acabou delineando os fundamentos de Goiás. Foram surgindo os arraiais que, aos poucos, transformaram-se em pequenas vilas: Santa Cruz, Pirenópolis, Corumbá, Água Quente, Cocal, Santa Rita, Niquelândia e Trairas.

e as mazelas dela decorrentes nos dois últimos séculos, expliquem o pouco entusiasmo da população local com os recursos minerais da região e com a mineração. Até mesmo os governantes fizeram “vistas grossas” às atividades mineradoras e sempre deram maior atenção à agricultura e à pecuária. Quando, na década de sessenta, aconteceu a retomada da mineração, os profissionais do setor ficaram surpresos com o desconhecimento dos habitantes a respeito do potencial de minérios do Estado. Esta foi uma constatação surpreendente, pois, dos 244 municípios goianos na época, 50 deles tinham origem na mineração de ouro e 50, na mineração de cristal e diamantes.⁽⁷³⁾

Para o geólogo Wanderlino Teixeira de Carvalho⁽⁷⁴⁾ a mineração foi “redescoberta” nos anos sessenta, tendo como “carro chefe” a Metais de Goiás S.A. -

O esgotamento do metal precioso já podia ser percebido por volta de 1778, e em 1820, era completo. A partir desta época, o desestímulo na área mineral foi total. Nenhuma descoberta expressiva aconteceu, a não ser os depósitos de níquel de Niquelândia, em 1906. Foi preciso esperar por muito tempo; somente em 1960, é que o setor mineral goiano passou a ter destaque. É interessante notar que nesta época, com a retomada da mineração as empresas nacionais ou estrangeiras que ali se instalaram, seguiram a antiga trilha dos bandeirantes. Os geólogos afirmam que Goiás se encontram imponentes estruturas geológicas denominadas “greenstone belts”, boas produtoras de ouro.

⁽⁷³⁾ “250 Anos de Mineração no Centro-Oeste” *Diário da Manhã*, Goiânia, 20-08-83, p.02

⁽⁷⁴⁾ O geólogo Wanderlino Teixeira de Carvalho, graduado em 1968 na Universidade de Brasília e mestre em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas é o autor da tese *Política Mineral Goiana (1960-1986)* apresentada em 1988. Foi presidente da Coordenação Nacional dos Geólogos - Conage - e atuou nas discussões da Assembléia Nacional Constituinte em 1988, defendendo os interesses do setor. Devido ao fato de trabalharmos com uma documentação de cunho técnico, com conceitos próprios da mineração, os quais o historiador nem sempre consegue compreender, este seu trabalho *Política Mineral Goiana (1960-1986)* foi de fundamental importância para análise do nosso tema. Foi o único trabalho acadêmico encontrado sobre a mineração em Goiás neste período que, além de informações técnicas, traz, também, uma análise política sobre a questão da mineração. Também, o próprio Autor, na trajetória desta nossa pesquisa, foi se tornando um personagem de destaque. Vejamos porque. Em 1968, a Metais de Goiás - Metago - iniciou seu projeto de prospecção mineral em Catalão. Nesta primeira fase da pesquisa, a empresa não tinha em seu quadro de profissionais, geólogos e técnicos de mineração. Por isso, para desenvolver seu projeto em Catalão, foi necessário fazer um convênio com a Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste), um órgão federal que realizou alguns trabalhos singulares e apontou a necessidade da presença de uma equipe de geólogos e técnicos. Assim, em março de 1969, a estatal goiana contratou o primeiro geólogo, Wanderlino Teixeira de Carvalho, para iniciar as pesquisas geológicas nas áreas concedidas à Metago. Durante todo o ano de 1969 as pesquisas aconteceram sob sua direção. Mas, no final deste ano, o geólogo foi preso por um ano em Brasília, devido as suas convicções políticas e ideológicas. Voltou à Catalão no final de 1970 para dar continuidade às pesquisas. Porém, permaneceu no projeto por pouco tempo, pois foi nomeado chefe do Departamento de Pesquisa da Metago. Mas, mesmo residindo em Goiânia, Wanderlino T. de Carvalho continuou ligado à Catalão; primeiro por motivo afetivo, pois se casou ali; segundo, porque, profissionalmente, continuou dando assessoria técnica ao projeto mineral. Desta forma, os laços com a cidade e com o projeto mineral foram se estreitando, tanto que, no processo de privatização da Goiasfértil em 1992, enquanto a Metago se manteve alheia, o geólogo participou ativamente ao lado dos funcionários da empresa, na luta contra a privatização.

Metago -⁽⁷⁵⁾ empresa de economia mista, criada em 1962 pelo Governo Estadual, durante a gestão de Mauro Borges Teixeira,⁽⁷⁶⁾ para fazer e dirigir as pesquisas minerais no Estado de Goiás. Nesse sentido, procurou resgatar direitos anteriormente concedidos a empresas privadas nacionais e estrangeiras que não haviam desenvolvido a exploração dos minérios e, ainda, prestar serviços especializados na área da mineração a empresas nacionais que se dispusessem a atuar de imediato no ramo. Toda política de tecnologia mineral do governo de Goiás era operacionalizada pela Metago que, para isso, ao longo do tempo, estruturou uma equipe técnica especializada, adquiriu equipamentos e construiu instalações apropriadas para a exploração de minérios.

A fundação da Metago ocorreu no Governo de João Goulart, num momento de intensa mobilização da sociedade a propósito das reformas de base e de discussão de mudanças na política de concessões para o setor mineral. A criação da empresa foi justamente um testemunho das campanhas nacionalistas no Estado, e relacionava-se diretamente com a disputa pelo níquel de Niquelândia (que, desde 1940, estava em posse do Grupo Votorantin, mas sem aproveitamento) e com a luta pela posse pelo Estado, do depósito de amianto crisotila de Minaçú, descoberto em 1963 pela Metago, mas reivindicado também pela Sociedade Anônima Mineração de Amianto (Sama), empresa de capital franco-belga.⁽⁷⁷⁾ Diante deste contexto o ex- governador, na época, apresentou a solução encontrada para o Estado de Goiás:

⁽⁷⁵⁾ A Metais de Goiás, foi criada pela Lei Estadual nº. 3810, de 10 de novembro de 1961. Foi autorizada a funcionar como Empresa de Mineração em 25-06-62, mas já havia iniciado suas atividades no início de 1962. Foi a primeira empresa estadual de mineração a operar no País.

⁽⁷⁶⁾ Mauro Borges Teixeira, militar formado pela Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, em 1958 foi eleito deputado federal pelo Estado de Goiás. Em 26 de novembro de 1961 foi eleito governador do Estado pelo PSD. Obteve ampla maioria parlamentar, o que lhe garantiu a aprovação de projetos que visavam modernizar a administração pública estadual. (CAMPOS, Francisco Itami e DUARTE, Arédio Teixeira. *O Legislativo em Goiás*. Goiânia: 1986, p.39). O lema de sua campanha foi o *nacionalismo* e o *desenvolvimento*, com base nas idéias de reforma, planejamento e justiça social.

⁽⁷⁷⁾ CARVALHO, op. cit., pp. 123-124. Diante das dificuldades encontradas para reaver as jazidas de amianto de Minaçú, o governo de Goiás resolveu "popularizar" a disputa que travava com a Sama, enviando circulares a todos os deputados estaduais e federais, aos políticos, jornalistas e intelectuais do Estado de Goiás, alertando-os sobre as riquezas minerais do Estado, particularmente as jazidas de amianto que estavam sendo "entregues" a empresas estrangeiras; no sentido de conseguirem o apoio e a obtenção do decreto de pesquisa solicitado ao Ministério das Minas e Energia. (Idem, *Ibidem*, p.162)

“...somente uma entidade de estrutura estatal poderia encontrar condições de fazer frente ao poderio dos trustes internacionais e iniciar - pelo menos no meu Estado - a real dinamização de nossas riquezas minerais. Foi assim que surgiu a “Metals de Goiás S/A”, ...que viria abalar a tranqüila segurança daqueles que se consideravam os donos do nosso subsolo, no seu entender reservas estratégicas internacionais para serem utilizadas apenas no momento que lhes parece mais oportuno.” (78)

A Metago nasceu, então, com uma “filosofia” inovadora na política mineral:

“ Com efeito, a empresa foi para a luta, armada com uma filosofia, isto é, um conjunto de princípios norteadores das suas atividades, resumidos da seguinte forma: no atual estágio de desenvolvimento nacional, o problema fundamental está entre o capital nacional e o capital estrangeiro, e não entre o capital privado nacional e o capital estatal. A Metago se propunha a provar que é perfeitamente possível a convivência e o trabalho em conjunto dos capitais privado e estatal na tarefa comum do desenvolvimento brasileiro...Por outro lado, isto não significava qualquer aversão ao capital estrangeiro, pois a Metago admitia, inclusive, associação com o capital estrangeiro, desde, entretanto, que ele fosse minoritário.” (79)

(78) BORGES, Mauro. *O Golpe em Goiás: História de uma grande traição*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A. 1965, p. 63.

(79) Quanto as jazidas de níquel de Niquelândia, o ex-governador Mauro Borges informou que “sua luta” contra as resistências foram redobradas, pois além dos trustes, teve que enfrentar alguns poderes públicos. Procurou o presidente Jânio Quadros para informar-lhe da grandiosidade destas jazidas e que permaneciam paradas. O Presidente, por sua vez, lembrou ao governador “que mantinha laços de amizade com o Sr. Erminio de Moraes” (as jazidas de níquel de Niquelândia eram controladas pelo grupo Votorantin, dirigido pelo então senador José Erminio de Moraes); mas, mesmo assim, diante de tanta insistência, prometeu que iria estudar a questão. Logo depois veio a renúncia do Presidente, e nada ficou resolvido. O governador prosseguiu em sua missão. Procurou o presidente João Goulart, expondo-lhe o projeto de construir uma usina metalúrgica de níquel em Niquelândia, mas obteve apenas a “apatia” do presidente, que também lhe pediu “que deixasse em paz o senador Erminio de Moraes”. Mauro Borges explicou esta indiferença do presidente João Goulart, como sendo resultado das eleições de 1962 em Goiás, ocasião em que houve um agravamento entre o PSD e o seu antigo aliado PTB, quando os dispositivos da “máquina” federal foi colocada a favor do PTB, contrariando sobremaneira os partidários do PSD, que acabaram rompendo o acordo político com o PTB. A partir daí, começou o processo de marginalização ao governo de Goiás por parte do governo Federal. Após 1964, o governador foi aos militares, apresentou-lhes seu projeto *nacionalista* de libertar o Brasil da importação do níquel e do amianto, mas também, recebeu apenas um “rigoroso e completo boicote ao seu governo”. (Idem, *ibidem*, pp.63-70).

Logo após a instalação da Metago, seus profissionais constataram a ocorrência de promissoras reservas de amianto crisotila ⁽⁸⁰⁾ no município de Uruaçu. Em seguida, a empresa começou os estudos na área, recorrendo à Consultoria Jurídica do Estado, que constatou estarem aquelas reservas em terras litigiosas, reivindicadas pelo Estado, já vitorioso em primeira e segunda instância. Outra constatação inesperada pela estatal, foi que a Sociedade Anônima Mineração Amianto - Sama -, subsidiária da Brasilit, também havia entrado com pedido de decreto de pesquisa para a mesma área, na qual já estava pesquisando. A Metago, por sua vez, também ingressou no Ministério das Minas e Energia, contestando o pedido da Sama. A partir daí, os conflitos se acirraram e a estatal goiana começou a sofrer pressões. Não abandonando sua postura nacionalista, saiu a procura de grupos nacionais e mesmo estrangeiros, interessados em manter parceria com o governo goiano para explorar e industrializar o amianto. Vários contatos foram feitos com empresas como Sabracen e Ciasa, mas as negociações não puderam se concretizar, pois o Ministério das Minas e Energia não concedia à Metago o decreto de pesquisa. Paralelamente, o embate com a Sama prosseguia, e, o governo de Goiás, em fins de 1963, diante do impasse, promoveu a desapropriação de toda a área onde se encontrava as reservas de amianto crisotila (4 mil hectares), alegando utilidade pública, o que era perfeitamente legal.⁽⁸¹⁾ Através da aprovação desta manobra o Estado de Goiás foi emitido legalmente na posse da área, doou tais terras à Metago, que pode assim, adquirir o decreto de pesquisa.

Com o Golpe de 1964, a situação da Metago e de seus profissionais se complicou. Este embate com a Sama e o Ministério das Minas e Energia na disputa do amianto crisotila deixou-lhes uma imagem incômoda naquele tempo: *“já a essa altura dos acontecimentos, os técnicos da Metago eram considerados ‘altamente subversivos’ e seu*

⁽⁸⁰⁾ O amianto crisotila é um minério com larga aplicação industrial, sendo utilizado na produção de cimento amianto, telhas, tubos, caixas d'água. Nesta época, (1962) dominavam o mercado mundial as multinacionais Brasilit e a Eternit, apesar de atuarem outras pequenas empresas.

⁽⁸¹⁾ Na Legislação vigente na época (Art.5, Decreto-lei nº. 3.365, de 21-06-41) a pesquisa mineral era catalogada entre casos susceptíveis de desapropriação da terra por utilidade pública. Portanto, era perfeitamente legal a atitude do Governo do Estado. (Carvalho, op. cit., p. 160.)

patriótico trabalho enquadrado como parte do plano de 'bolchevização' de Goiás.⁽⁸²⁾

Com os militares no poder e com a deposição do ex-governador Mauro Borges, as jazidas foram entregues à Sama, sob o regime de alienação das fontes minerais ao capital estrangeiro.

De 1964 a 1968, a Metago vivenciou um período de reestruturação, devido as alterações políticas determinadas pelo Regime Militar⁽⁸³⁾ e não fez muitas realizações, sobressaindo-se apenas na disputa pelos *royalties* e pela posse da jazida de amianto crisotila de Minaçú. Porém, com as mudanças estabelecidas pela Constituição de 1967 para o setor mineral, começou a ganhar fôlego. Desde sua criação, sobrevivia economicamente de dotações orçamentárias, mas, a partir deste ano, começou a receber o "royalty" da Sama e, em 1969, passou a receber a cota-parte do Imposto Único sobre Minerais (IUM).⁽⁸⁴⁾ Estes dois ingressos permitiram que a empresa montasse na década de 70, toda uma estrutura técnica e administrativa.⁽⁸⁵⁾ e se transformasse, apesar das restrições enfrentadas, em uma das maiores empresas estaduais de mineração do País.

⁽⁸²⁾ BORGES, op. cit., p. 69. Esta imagem de subversão atribuída aos profissionais da Metago no embate com a Sama na disputa das jazidas de amianto de Minaçú, foi levada para Catalão, quando ali chegaram em 1969 para iniciar os trabalhos de pesquisa nas reservas de fosfato, que estará sendo analisada no II capítulo deste trabalho.

⁽⁸³⁾ Em março de 1964, foi dispensado da Metago o seu presidente, o engenheiro Paulo Teixeira, acusado de ter idéias comunistas. Na realidade, este técnico havia, anteriormente, se colocado contra o senador Ermínio de Moraes, quanto da exploração de níquel nas jazidas de Niquelândia, e também, na defesa dos "interesses goianos" na disputa da mina de estanho em Ipameri com grupos privados. Após a ascensão dos militares no poder, o novo presidente da Metago foi o Tenente Coronel Carlos de Meira Mattos. Também, muitas modificações foram cogitadas na nova administração da estatal como as jazidas de cristal de Jatobá, que foram "entregues" ao controle da Panambra. Já em abril de 1964, o governo militar concluiu um acordo sobre aerofotogrametria com os Estados Unidos, dando à Força Aérea daquele país, o direito de fazer a prospecção de minérios nacionais por meio de fotografia aérea. Outra medida tomada pelos militares foi a revogação do decreto que determinava a revisão de todas as autorizações para lavra e pesquisas, concedidas até 1963. (Idem, *Ibidem*, p.131 e 72-74)

⁽⁸⁴⁾ A Constituição de 1967 estabeleceu que a taxaço sobre os minerais seria um imposto único e que estes recursos fossem aplicados no desenvolvimento do setor mineral de cada estado. Esta lei permitiu que, em 1968, fosse criada uma legislação interna no Estado de Goiás, que repassou, integralmente, à Metago, a cota-parte do Imposto Único sobre Minerais (IUM).

⁽⁸⁵⁾ A grande produtividade do amianto crisotila, chegou a ser responsável por mais de 85% do IUM em Goiás, pois atendeu a 98% do consumo nacional desse minério. Proporcionou muitos recursos, fato que, se por um lado impulsionou a empresa, por outro colocou-a sob dependência deste imposto, sujeito às variações da produção de amianto.

Com suas pesquisas, conseguiu realizar descobertas e avaliar importantes depósitos minerais⁽⁸⁶⁾ e seguindo a orientação promovida pelo regime militar de incentivar a empresa privada, contribuiu para a implantação de grandes empreendimentos particulares minerais no Estado de Goiás. A empresa ainda investiu bastante na busca de modernização e novas tecnologias e no aprimoramento de seu corpo técnico, permitindo a seus profissionais a oportunidade de realizar cursos de especialização e pós-graduação no Brasil e no exterior, e participar de Simpósios e Congressos nacionais. Ingressar na Metago tornou-se um sonho de muitos jovens engenheiros, geólogos e técnicos de nível médio que estavam saindo das universidades brasileiras e escolas técnicas.

Com a atuação da Metago, Goiás projetou sua potencialidade no setor mineral, chamando a atenção do Governo Federal. Por isso, desde 1968, o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - passou a atuar na administração, no planejamento dos levantamentos geológicos básicos e na fiscalização das atividades minerais reguladas pelo Código de Mineração, através do seu 6º. Distrito Regional, em Goiânia, introduzindo várias instituições federais.⁽⁸⁷⁾

⁽⁸⁶⁾ Em 1963, já havia localizado o depósito de amianto crisotila na cidade de Minaçu. Em 1967, iniciou pesquisas nos já conhecidos depósitos de fosfato, nióbio, titânio, terras raras e vermiculita de Catalão, onde constatou a presença de grandes reservas destes bens minerais, viabilizando a instalação de três grandes minas, duas de fosfato e uma de nióbio. Ainda, entre 1961 e 1986, suas pesquisas localizaram reservas significativas de calcário em Jataí, Formoso, Calcilândia, Guaraí e Portelândia; gipsita em Filadélfia; estanho em Pela Ema; níquel, cobre e cobalto em Americano do Brasil e Mangabal II e ouro em Crixás, Brejinho de Nazaré e Almas. (CARVALHO, op. cit., pp 21-22)

⁽⁸⁷⁾ Várias instituições federais estavam atuando indiretamente no setor de mineração goiano. Em 1970, a empresa federal Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM - já prestava serviços ao DNPM, realizando trabalhos de mapeamento geológico. Em 1971, uma subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, a Rio Doce Geologia e Mineração S.A. - Docegeo - atuava realizando trabalhos exploratórios. Em 1972, as Indústrias Nucleares da Brasil - INB - antiga Nuclebrás, que era uma sociedade de economia mista, passou a trabalhar na exploração de minérios radioativos, principalmente o urânio. E, ainda, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, fundação mantida pela União que participava no setor mineral através do antigo projeto Radambrasil, fazendo levantamento geográfico de imagem de radar. Também o Departamento de Geociências da Universidade de Brasília teve significativa participação nas pesquisas geológicas, pois o território goiano era a principal região de pesquisas acadêmicas daquela instituição. Em 1975 foi criada a SMET (Secretaria de Minas e Energia e Telecomunicação) em Goiânia e em 1978, o Centro de Gemologia de Goiás em Anápolis. (Idem, *ibidem*, p.15-18)

Neste processo de retomada das pesquisas minerais no final dos anos 60 e década de 70, promovidas pela Metaço, Goiás se tornou alvo dos interesses e dos investimentos dos grandes grupos privados de mineração do país e do exterior, particularmente após a implantação do II PND, daí a presença de empresas estatais-federais, empresas de capital nacional e também internacional. Dentre as empresas nacionais que atuaram entre 1970 e o final da década de 80, destacam-se: o Grupo Votorantim, produzindo cimento em Corumbá e níquel em Niquelândia; o Grupo Brumadinho, explorando a cassiterita em Pela Ema e Pedra Branca; o Grupo Paranapanema, explorando vermiculita em São Luiz de Montes Belos; Grupo Prometal, explorando nióbio em Catalão; Grupo Paraíso, produzindo cimento em Palmeiras; Grupo CMP, extraindo ouro e metais básicos em Crixás, Grupo Pousada do Rio Quente aproveitando o potencial de águas termais em Caldas Novas e o Grupo Best, explorando cassiterita em Mata Azul. Quanto às empresas de capital estrangeiro, marcaram presença: *Sama* (franco-belga) com o amianto crisotila de Minaçú, *Codemin* (sul-africana) com o níquel de Niquelândia, *Mineração Catalão de Goiás* (sul-africano/brasileiro) com o nióbio em Catalão, *Minerasul* (canadense) com prospecção e pesquisa, *Baminco* (alemão-canadense) níquel em Barro Alto, *Unigeo* (sul-africano) com prospecção e pesquisa, *Mineração Colorado* (australiano) com prospecção e pesquisa, *British Petroleum* (inglês) com prospecção e pesquisa, *Brascam* (canadense) com prospecção e pesquisa, *Mineração São José* (norte-americano) prospecção e pesquisa, *Mineração Serra Grande* (canadense/sul-africano) com ouro em Crixás, *Arbed* (luxemburguês) prospecção e pesquisa, *Western Mining Corp* (australiano) ouro em Paraúna e a *Shell/Biliton* (anglo-holandês) com a prospecção e pesquisa.⁽⁸⁸⁾

⁽⁸⁸⁾ Idem, *ibidem*, p. 19

II Capítulo

A Mineração em Catalão: a montagem do Pólo Mínero-Químico-Industrial de Catalão/Ouvidor

Em 1892, o geólogo Eugênio Hussak, da “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil”⁽¹⁾, havia reconhecido o grande potencial mineral na região de Catalão/Ouvidor, mas não poderia imaginar que ali se confirmasse, em pouco mais de meio século, um grande complexo mineral, o “Complexo Ultramáfico-Alcalino de Catalão I-II”.⁽²⁾ A partir de 1950, o lugar recebeu algumas visitas de empresas nacionais e internacionais, mas apenas para reconhecimento geológico que, por sua superficialidade, não vislumbraram possibilidades de encontrar naquela região grandes depósitos de minérios. Mas, em 1966, o geólogo Licínio Barbosa preparou um esboço geológico do Triângulo Mineiro e Sul de Goiás, e comunicou em novembro do mesmo ano, a existência das “Chaminés Alcalinas” de Catalão-Ouvidor no Congresso da Sociedade Brasileira de Geologia em Vitória (Espírito Santo).⁽³⁾ Em 1967, o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - deu início a um consistente trabalho de mapeamento geológico e sondagens, com resultados animadores. Esta notícia se espalhou logo e, além de empresas de mineração, pessoas físicas e jurídicas começaram a requerer áreas para a pesquisa em Catalão.

A Metais de Goiás S.A. - Metago - foi a primeira empresa a requerer áreas para a pesquisa.⁽⁴⁾ Depois de longas pesquisas, os geólogos da estatal, ainda em 1968,

⁽¹⁾ Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil. Op. cit.

⁽²⁾ Complexo Ultramáfico-Alcalino de Catalão I e II é a denominação que os profissionais de mineração dão ao ambiente geológico onde as reservas dos minérios de Catalão-Ouvidor se encontram. Atualmente elas comportam minerações de fosfato e nióbio e importantes jazidas de titânio, terras-raras e vermiculita.

⁽³⁾ “Catalão, um dos maiores complexos minerais do país”. Caderno Especial, Diário da Manhã. Goiânia, 20-08-83, p.11

⁽⁴⁾ Em 22 de janeiro de 1968, recebeu a autorização do Ministro de Estado das Minas e Energia. (alvarás nº 90 e 91/68 - Diário Oficial da União - em 06-02-68). Foi-lhe concedido 986 hectares de áreas contíguas.

constataram na área de mineração Catalão/Ouvidor, a existência de uma formação vulcânica, o que apontava as condições ideais de existência do fosfato.⁽⁵⁾ Em 1969, descobriu-se que a apatita, que é o mineral do fosfato, estava associada a muitos outros minerais importantes: vermiculita, titânio, nióbio e terras raras,⁽⁶⁾ considerados estratégicos para o país.⁽⁷⁾ Por sua vez, a reserva de anatásio - titânio - encontrada em Catalão/Ouvidor juntamente com as de Minas Gerais representou uma das mais significativas riquezas minerais do Brasil. O titânio vinha se tornando um produto procurado pelas indústrias de todo o mundo “*pelas suas características de leveza e alta resistência mecânica e corrosiva, as ligas contendo titânio vem sendo cada vez mais usadas na construção de partes estruturais de aviões militares, civis e submersíveis de grande profundidade, de estruturas de plataformas de perfurações submarinas de petróleo, etc.*”⁽⁸⁾

denominadas pelos profissionais do setor mineral, de áreas I e II. A complexidade dos trabalhos exigiu a elasticidade do prazo legal, que foi prorrogado por mais um ano (alvarás n.º. 470 e 471/70, em 31-06-70) (Goiasfértil. **Histórico da Empresa**. Catalão, Abril, 1992, p.3)

⁽⁵⁾ Todos os minérios ali encontrados eram de natureza ígnea e estavam circunscritos numa faixa de terra, que do alto muito se assemelha a uma cratera. De acordo com os estudos técnicos e pelas análises de laboratórios a que foram submetidos os materiais da região, ficou provado que ali havia ocorrido uma ebulição de massas ígneas, sem que, contudo, o processo se degenerasse em erupção vulcânica (Idem, *ibidem*.)

⁽⁶⁾ Terras raras são elementos raros quase sempre extraídos como subproduto de minérios comuns. Segundo os profissionais da mineração, a “*imprecisa designação - terras raras - serve para indicar um conjunto de metais escassos ou dispersos na natureza e essenciais às indústrias de ponta (...) considerados estratégicos pelos países industrializados*”. (Tecnologia e Materiais: **Elementos Raros**. In: **CETEM: Centro de Tecnologia Mineral**. Rio de Janeiro, Ano I n.º. 1. Abril, 1994.)

⁽⁷⁾ A utilização das terras raras é muito ampla, abrangendo as áreas de metalurgia, para aumentar as qualidades termoplásticas e a resistência ao calor e à corrosão. na indústria automobilística, em ligas metálicas e aços; nas indústrias de vidros, nas cerâmicas avançadas e no uso em plástico. Também é utilizado nas indústrias eletrônica, nuclear, química, farmacêutica, médica, para suturamento à laser e tratamento do câncer com ímãs e, ainda na odontologia, como material de obturação e implante dentário. Recentemente, foram descobertas novas aplicações para as terras raras, como nutriente na agricultura e também na pecuária, como aditivo nas rações do gado ovino para a qualidade da lã. Em 1990 os mais importantes mercados de consumo das terras raras foram: Estados Unidos e Canadá (32,8%), Europa (15,8%), Europa do Leste (9,5%), Ásia (7,3%), Japão (14,5%), China (18,6%) e restante do mundo (1,5%) - (Tecnologia e Materiais: **Elementos Raros**). In: **CETEM: Centro de Tecnologia Mineral**. Rio de Janeiro, Ano I n.º. 1. Abril, 1994.

⁽⁸⁾ Informações dadas pela Secretaria de Minas e Energia e pela Metago. Na década de 80, o titânio já era considerado um minério de grande importância no futuro, como matéria-prima estratégica para todos os países industrializados e em desenvolvimento. A perspectiva era que Goiás possuindo estas reservas de anatásio em Catalão-Ouvidor, poderia adquirir um lugar de destaque a nível internacional, trazendo reflexos positivos para a economia. A exploração do titânio também contribuiria para a institucionalização de um futuro Pólo Mineiro-Industrial que promovesse a industrialização da economia catalana, com geração de muitos empregos diretos. Porém, explorar o titânio de Catalão/Ouvidor, até o nível da obtenção de

Existia um grande interesse científico e tecnológico pelo nióbio, considerado um metal refratário e supercondutor. No Brasil estavam 80% das reservas mundiais conhecidas até então, o que fazia tal minério ser visto como estratégico para o país. O principal emprego comercial do ferro-nióbio estava centrado na indústria de aço, em ligas resistentes a altas temperaturas, tais como as que são usadas na indústria aeronáutica, aplicadas em certas partes de aviões e mísseis, que devem suportar elevadas temperaturas. O nióbio metálico tem também alguns usos para fins nucleares, com possibilidades de ser usado em partes de estruturas de futuros veículos aéreos movidos a energia nuclear. ⁽⁹⁾

As reservas de vermiculita encontradas em Catalão/Ouvidor foram avaliadas em dez milhões de toneladas. A vermiculita é um mineral da família das micas, de cor amarelo-ouro ou amarelo-bronze, encontrada na natureza em forma de palheta. É um mineral muito importante pelo seu baixo peso e de grande poder de expansão quando aquecida, tornando-se extremamente leve. Esta propriedade tem permitido que seja também usada na agricultura. Técnicos da mineração, na década de oitenta, consideravam a vermiculita como o “milagre de Israel”,⁽¹⁰⁾ que permitiu aquele povo transformar a terra árida em jardins e

pigmentos, demandava um alto custo, cerca de US\$300 milhões. Para alguns profissionais do setor mineral, este empreendimento deveria ser executado por uma empresa de capital nacional, estatal e/ou privado, mas este não despertou o interesse dos empresários nacionais, em virtude de sua complexidade e do não domínio de tecnologia.

⁽⁹⁾ Diante de toda a importância dada ao nióbio e das grandes reservas do mesmo no país (Araxá, em Minas Gerais; Catalão/Ouvidor, em Goiás), em 1970, o Grupo de Baixas Temperaturas do Instituto de Física da Universidade Estadual de Campinas, desenvolveu um trabalho pioneiro para a obtenção do nióbio metálico. Explicava um professor do Instituto, que “*este grupo realizava estudos e várias pesquisas de cunho acadêmico e aplicado, relacionadas com a metalurgia física e a supercondutividade de nióbio, suas ligas e seus compostos*” (Professor Oscar Ferreira Lima, em entrevista a *Folha de São Paulo*, 12-06-82). Deste estudo nasceu o “Projeto Nióbio”, idealizado pelo professor Daltro Garcia Pinatti, do Instituto de Física da Unicamp, quando foi convidado para montar o Instituto na recém-criada Universidade. O “Projeto Nióbio” foi concretizado no interior paulista, na cidade de Lorena, com a implantação de uma planta-piloto pela Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio. Assim, a partir de 1977, o trabalho passou a ser realizado em duas frentes: na UNICAMP, fornecendo suporte científico básico; e, em Lorena, com a Fundação de Tecnologia Industrial. (*A UNICAMP desenvolve a tecnologia do nióbio*, Caderno Ciência e Tecnologia. *Folha de São Paulo*, 12-06-82). Com este avanço tecnológico e, diante da expectativa de um crescente aumento na demanda do nióbio para um futuro próximo, a Metago apresentou um projeto de exploração do nióbio de Catalão/Ouvidor, objetivando a viabilidade técnica do aproveitamento dos rejeitos da concentração de fosfato, para a produção do nióbio, o qual não se concretizou.

⁽¹⁰⁾ Goiás Vermiculita S/A. *Mais uma empresa no setor de minérios*. **Diário da Manhã**. Goiânia, 23-12-80, p. 19

canteiros produtores de alimentos. Tecnologias recentes de uso de fertilizantes em combinação com a vermiculita, tem mostrado resultados notáveis não só em termos de aumento de produtividade, mas também na economia de adubos.

Outras características da vermiculita é o seu poder de ser isolante térmico e acústico, o que a torna um material bastante usado na construção civil, na fabricação de tijolos leves, argamassas, e concretos leves. Em 1980, o mercado brasileiro de vermiculita era de 15 mil toneladas por ano, sendo também exportada 40 mil toneladas anuais.⁽¹¹⁾ Nesta época, a vermiculita era um dos minérios que ajudaria o país a enfrentar a crise do petróleo. Para o engenheiro Marcus Fleury, presidente da Metago em 1980:

“Com a crise do petróleo, a vermiculita, pelas suas notáveis propriedades de isolamento térmica e acústica deverá desempenhar, cada vez mais, importante papel na conservação da energia, seja na indústria da cerâmica, na metalurgia, na química, etc., ou no cotidiano das pessoas com a economia de eletricidade nos condicionadores de ar, tanto para a refrigeração como para o aquecimento, através da isolamento térmica”.⁽¹²⁾

Na fase inicial (1968-1972) a Metago deu prioridade a avaliação das reservas de fosfato devido sua vasta utilização na agricultura, embora tenha continuado estudos sobre os depósitos dos outros minérios, os quais foram sistematizados, em 1972, no “Relatório de Pesquisa acerca de Catalão/Ouvidor”. Munida deste relatório a empresa requereu junto ao DNPM a autorização de lavra da jazida de fosfato, apresentando um “Plano de Aproveitamento Econômico”. É importante mencionar que durante este período de pesquisa, ainda em 1973, a Metago enviou amostras dos minérios de Catalão I para os Estados Unidos para serem analisados pelo Batelle Memorial Institute⁽¹³⁾, que concluiu serem todos os minérios de Catalão-Ouvidor *não susceptíveis de aproveitamento econômico* em face das dificuldades de beneficiamento.

⁽¹¹⁾ Idem, *ibidem*, p. 19

⁽¹²⁾ Idem, *ibidem*, p. 19

⁽¹³⁾ “Batelle Memorial Institute -Columbus, Ohio”, March, 26, 1971,pp.01-29

Porém, diante dos resultados positivos de suas próprias pesquisas, comprovando a viabilidade econômica das jazidas de fosfato e vermiculita, o DNPM aprovou o relatório. E, em 12 de agosto de 1974, ela recebeu do General Geisel, através do Decreto nº. 74.396, o direito de lavrar a apatita e pesquisar o titânio em áreas de concessão, nos municípios de Catalão e Ouvidor. ⁽¹⁴⁾ Nesse sentido, a estatal era a empresa que mais possuía áreas de concessão e, também, a que mais tinha avançado nas pesquisas de campo. Este fato colocou-a em um lugar de destaque, tanto que, já no início das suas pesquisas em Catalão/Ouvidor a empresa foi assediada por empresários estrangeiros ⁽¹⁵⁾, interessados em se associarem em algum projeto para explorar o titânio. Apesar da grande variedade de minérios localizados, a empresa priorizou a apatita, que é o minério básico do fosfato e constatou os problemas para a sua exploração, pois ele exigia uma estrutura que a empresa ainda não possuía. Para prosseguir seu trabalho contratou a empresa paulista de consultoria Paulo Abib Andery - Engenharia para Indústria Mineral - para que pudesse implantar uma usina de porte semi-industrial, para realizar estudos que possibilitassem a definição de métodos viáveis de mineração e beneficiamento do fosfato de Catalão/Ouvidor com o objetivo de viabilizar a implantação de uma futura usina de porte industrial.

⁽¹⁴⁾ Neste mesmo ano, a Metago, ciente da grande importância futura do titânio, iniciou estudos mineralógicos e tecnológicos em larga escala deste minério, procurando definir processo de beneficiamento físico adequado à produção de anatásio de alto teor em TiO_2 , para a fabricação de pigmento de titânio. Ainda com relação ao titânio, a empresa detinha outras áreas de concessão na região de Catalão/Ouvidor que, naquela época, era pesquisada pela sua subsidiária, a Mineradora Xerentes Ltda.

⁽¹⁵⁾ *Krupp GmbH Rohstoffe E Bayer*, da antiga República Federal da Alemanha; *E. I. Dupont De Nemours*, *Utah International*, *International Minerals & Chemical Corporation-IMC*, *U. S. Steel e Homestake Mining Co.* dos Estados Unidos da América; *Rio Tinto Zinc*, da Inglaterra; *Billiton International Metals* (do Grupo Shel), da Holanda; *Anglo American Corp. e General Mining & Finance Corp.*, da África do Sul; *International Nickel Corp.*, do Canadá; *Industrial Export*, da Romênia e *Marubeni Corp.*, *Nissho Iway*, *Sumitomo Shoji Kaisha Ltd*, *Mitsui Mining & Smelting Co. e Mitsubichi Corp.*, do Japão. (Histórico da Metais de Goiás S/A. - Metago-s/ data, p.01). Todavia, nenhum contrato se concretizou, ou porque a Metago, na época, não tinha disposição ou interesse em negociar o titânio, ou por ela acreditar que no futuro esta negociação seria mais vantajosa, ou ainda, porque não tivesse interessada em promover empresas estrangeiras.

1- Montagem da Usina Semi-Industrial do Complexo Mineral de Catalão/Ouvidor

O propósito de um futuro aproveitamento industrial dos recursos minerais de Catalão/Ouvidor começou a se concretizar quando a Metago iniciou a implantação de uma planta semi-industrial para avaliar a viabilização de uma futura Usina Industrial de beneficiamento e aproveitamento da jazida de fosfato. As obras de instalação desta planta iniciaram-se em dezembro de 1973 e foram concluídas em 1975. A Usina Semi-industrial ativou suas operações de lavra e beneficiamento do minério de fosfato em escala semi-industrial em fevereiro de 1975. Vale dizer que os custos da construção, na época (cerca de 2 milhões de dólares), foram bancados inteiramente pela Metago.⁽¹⁶⁾

A Usina Semi-industrial foi um projeto considerado muito importante para o setor mineral e constituiu um marco na pesquisa tecnológica, pois permitiu o desenvolvimento de estudos para a concentração do minério de fosfato de Catalão, que era de extrema complexidade mineralógica. Também permitiu a definição de parâmetros de engenharia para a execução do projeto industrial que culminou com a implantação da Usina Industrial. A Metago era ainda uma empresa muito jovem para enfrentar este desafio, e o Estado de Goiás não tinha experiência em conduzir qualquer pesquisa tecnológica com a complexidade e o custo demandados por aquele projeto. De início, ele não contava com a credibilidade nem do próprio setor mineral, principalmente depois que o laboratório americano se pronunciara negativamente. Os custos eram bastante altos, e, caso a experiência não obtivesse sucesso, os prejuízos não seriam apenas econômicos, mas também políticos, pois a obra envolveu dois governos estaduais (Leonino Caiado e Irapuan Costa Júnior).⁽¹⁷⁾

Na inauguração da Usina Semi-industrial, em 25 de janeiro de 1975, apesar do grande temporal que inundou a região e, devido a importância do empreendimento,

⁽¹⁶⁾ CARVALHO. Op. cit., p. 150

⁽¹⁷⁾ Idem, *ibidem*, p. 151

estiveram presentes os Ministros das Minas e Energia Shigeaki Ueki, o Ministro do Interior, Rangel Reis, o Governador Leonino Caiado, o Governador recém eleito Irapuan Costa Júnior e políticos estaduais e locais. A obra foi apresentada como um grande marco da história da mineração do Estado e do país, e representativa do primeiro passo para a futura implantação de um Complexo Mínero-Químico capaz de processar profundas modificações na estrutura econômica do Estado de Goiás.⁽¹⁸⁾

O ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, demonstrou muito entusiasmo com o projeto, particularmente pelo fato de que ele contribuiria para a redução das importações, uma das grandes metas do Governo Geisel inscritas no II PND:

“Em meu nome e no nome do ministro Rangel Reis, manifesto inicialmente agradecimento pela acolhida e revelo a satisfação que temos em testemunhar a inauguração de mais uma unidade que vai colaborar para a vitória na luta dos fertilizantes. Esta usina é da maior importância, pois a partir dela poderemos definir os parâmetros técnicos e obter as informações necessárias para o projeto de uma usina industrial, para então termos uma produção de fosfato concentrado que contribuirá diretamente para o crescimento da produtividade no setor agrícola, contribuindo assim para a melhoria da nossa balança comercial”.⁽¹⁹⁾

Frisou ainda que a futura Usina Industrial contribuiria para uma acentuada economia no transporte do fosfato, que naquela época deixava Catalão para ser industrializado na baixada santista e retornava ao Centro-Oeste, e lembrou que o fosfato sofria os mesmos problemas do petróleo, ou seja, os países exportadores haviam aumentado seus preços, passando a tonelada de 10 a 15 dólares para 60 a 70 dólares. Para o ministro, era preciso defender a criação de um mercado de fosfato natural, que aliviaria os índices de importação. Em conversa com o presidente da Metago, o Ministro deixou claro que o “*Brasil tinha pressa*”. Por isso sugeriu que a empresa deveria comercializar imediatamente o

⁽¹⁸⁾ “*Usina de Fosfato de Catalão inicia hoje as suas atividades*”. **O Popular**, Goiânia 25-01-75, p. 04.

⁽¹⁹⁾ *Idem*, *ibidem*, p. 04.

fosfato natural, beneficiando um raio de 300 quilômetros ao redor de Catalão, atingindo assim não apenas a muitas regiões goianas, mas também ao interior de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso. ⁽²⁰⁾ Ela produziria, inicialmente, 18 mil toneladas/ano de concentrado de fosfato e, posteriormente, superfosfato simples, superfosfato triplo, fosfato bicálcico, termofosfato, fosfato de amônio, fosfato monoamônio e fosfato natural bruto. ⁽²¹⁾ Ainda definiria os parâmetros técnicos de engenharia para a posterior construção de uma grande indústria capaz de processar em grande escala, aproximadamente, um milhão de toneladas de fosfato ao ano. Daí o apoio do Governo Federal, que via neste projeto a possibilidade de suprir quase que a total necessidade de fertilizantes fosfatados do país, cumprindo uma das mais importantes metas do II PND, o ideário de autonomia nacional. E, após a execução da Usina Industrial, estudaria e industrializaria os outros minérios ali encontrados, o titânio, nióbio e terras raras, e que ainda continuavam sem tecnologias próprias para serem explorados. ⁽²²⁾

A Usina Semi-industrial foi vista pelos profissionais que nela trabalharam, como uma verdadeira “escola”, que apresentou aos técnicos os desafios da natureza. Através dela, conseguiram desenvolver toda uma tecnologia própria, de maneira que não precisaram importar tecnologias incompatíveis com as características dos minérios lá encontrados:

“...representou, à época, um marco para o desenvolvimento da tecnologia de aproveitamento de fosfato de origem ígnea e, para os profissionais da área de engenharia de minas, técnicos de mineração e operadores de usina, uma escola onde a prática se

⁽²⁰⁾ A área de mineração Catalão/Ouvidor fica distante 25 quilômetros de Catalão, estando interligada aos principais centros industriais do país, através da rodovia BR-050 e da Viação Férrea Centro-Oeste. Está distante 305 quilômetros de Brasília, 440 de Goiânia, 750 de Belo Horizonte, 720 de São Paulo e 1.140 do Rio de Janeiro. (Idem *ibidem*, p. 04)

⁽²¹⁾ Idem, *ibidem*, p. 04.

⁽²²⁾ Em 1981, o engenheiro Joaquim Guedes de A. Coelho, presidente da Goiasfértil, confirmou que a Usina Semi-industrial de Catalão, realizava os testes para o desenvolvimento, em escala semi-industrial, de pesquisas sobre os diversos tipos de minérios ali existentes, os testes de seletividade com os coletores disponíveis no mercado, testes com reagentes novos que eventualmente poderiam melhorar o desempenho ou a recuperação total do minério. (Entrevista do presidente da Metago à Folha de Goiáz, Goiânia, em 28-08-81)

aliava à teoria, permitindo a consolidação do saber e do desenvolvimento da ciência da tecnologia mineral”. ⁽²³⁾

No início das pesquisas, engenheiros e geólogos não tiveram muitos problemas com a mão-de-obra, pois as exigências eram restritas e consistiam em trabalho braçal em pequena quantidade para perfurar poços e fazer sondagens. Os problemas apareceram com a instalação da Usina Semi-industrial, pois, devido à falta de mão-de-obra especializada, a empresa procurou preparar trabalhadores rurais em várias funções do trabalho de exploração mineral: poceiros, sondadores, etc. Em entrevista concedida a esta pesquisadora, comentou um dos geólogos que ali atuaram:

“A planta semi-industrial, inclusive teve papel importantíssimo, treinar o pessoal... Além de tirar todos os parâmetros técnicos para fazer o projeto da futura usina industrial, ela teve o papel de treinar o pessoal, não só no quadro técnico, mas nas diversas operações. Quando a Goiásfertil (Usina Industrial) começou a operar ela não teve esta dificuldade porque este pessoal já tinha sido treinado. Foi um papel muito importante que a Metago desenvolveu, os operários eram recrutados no meio rural, mas eram treinados pela empresa, num treinamento próprio. Isto é importante”. ⁽²⁴⁾

O geólogo Iranildo Valença, que chefiava o escritório da Metago e toda a equipe técnica na fase de pesquisa, também reiterou a importância da empresa e da Usina Semi-industrial na formação de mão-de-obra em Catalão:

“Tivemos muitas dificuldades com a falta de mão-de-obra especializada. Mas mesmo assim a Metago implantou laboratórios, treinou muita gente, montou o laboratório de análise de vermiculita, que era o único do país; formou as pessoas.. Hoje algumas delas estão trabalhando em outras minerações, fora do Estado de Goiás, e esta mão-de-obra foi

⁽²³⁾ Entrevista do engenheiro químico Yusley Ferreira Neto à pesquisadora. Uberaba, 21-06-97.

⁽²⁴⁾ Entrevista do geólogo Wanderlino T. de Carvalho à pesquisadora em Goiânia, 03-01-97. Vale dizer que, após a constituição da Usina Industrial (Goiásfertil) em 1982, muita desta mão-de-obra, que já estava especializada, se evadiu para as outras mineradoras da região, talvez por melhores salários, beneficiando estas empresas privadas, que não tinham investido nesta questão.

toda treinada na Metago. Esta formação de mão-de-obra promovida pela Metago na Usina Semi-industria, foi tão importante que 90% do pessoal que foi para a Fosfago, foi treinado na Usina Semi-industrial. A Fosfago (atual Copebrás) era particular, não fez investimentos em treinamento de mão-de-obra, simplesmente começou a pagar mais”.⁽²⁵⁾

Os profissionais da Metago explicam que a aparelhagem e os equipamentos da Usina Semi-industrial de concentração de fosfato foram desenhados e construídos especialmente para aquela unidade industrial. Não existia fabricação em série de tais equipamentos e muitos deles foram concebidos atendendo às circunstâncias regionais das jazidas. Todas as unidades que já estavam e que iriam ser instaladas na área se integrariam e se completariam em suas finalidades, não existia nenhuma unidade isolada ou prevista para operar somente a curto prazo. Enfim, era um empreendimento extremamente complexo e racionalizado.

Nas pesquisas minerais realizadas na usina Semi-industrial, aglutinaram-se profissionais com extrema dedicação e comprometimento com o empreendimento. O trabalho no campo era árduo e intenso. No início, antes mesmo de concluídas as obras de engenharia, todos os trabalhadores se reuniam em um rancho construído para tomarem suas refeições, onde não existia separação entre os integrantes, fossem eles engenheiros ou trabalhadores. Um técnico de mineração relembra que:

“ O que eu mais gostava era o ambiente gostoso e alegre, nós éramos muitos homens trabalhando debaixo de um calor imenso, chegávamos no “ranchão”, todos empoeirados, suados e mortos de sede. Lá existia um filtro de barro com copos de alumínio, olha, no mesmo copo que o peão tomava água, o engenheiro também tomava, a mesma comida era para todos, não havia separação de nada”.⁽²⁶⁾

⁽²⁵⁾ Entrevista do geólogo Iranildo Rodrigues Valença à pesquisadora em Goiânia, 04-01-97. Outros trabalhadores que foram treinados na Usina Semi-industrial seguiram para Goiânia, não mais como trabalhadores do campo, mas como profissionais dentro do setor mineral: poceiros, sondadores, entre outros, conseguindo até mesmo, dentro da própria Metago, a aposentadoria como profissionais especializados.

⁽²⁶⁾ Entrevista do técnico de mineração Jair de Melo à pesquisadora em Catalão, 24-04-97

Ainda complementa que este ambiente permaneceu mesmo depois dos escritórios e do prédio do refeitório prontos. O relacionamento continuou num clima de interação, de respeito, mesmo em momentos de algum conflito.

2 - Atuação de empresas privadas

Os diversos testes geológicos de prospecção realizados em Catalão pela Metago e também por empresas particulares, constataram a presença em abundância de nióbio. Empreendedores goianos e empresários paulistas se uniram em 1970 e constituíram uma empresa, a Mineração Catalão de Goiás S/A, para executar um projeto de mineração sobre o nióbio, com direitos de lavra, abrangendo uma reserva superior a 20 milhões de toneladas de minério economicamente lavrável. ⁽²⁷⁾ Foi a primeira empresa privada a iniciar o aproveitamento econômico dos depósitos minerais de Catalão I.

Após sua constituição jurídica, a empresa iniciou pesquisas tecnológicas, testes a nível de laboratório e em usina piloto, culminando com a certeza da viabilidade do empreendimento. Iniciou em seguida a construção de uma usina de concentração de pirocloro, na qual foram utilizadas tecnologias desenvolvidas em avançados centros de pesquisa nos Estados Unidos. ⁽²⁸⁾ Esta fase inicial de montagem da Usina foi concluída em 1976 e, em 1977, na segunda fase do projeto, passou a produzir ferro-nióbio. Em 1980, já processava em larga escala, com tecnologia avançada, cerca de 170 toneladas de ferro-nióbio de alta qualidade, exportando para os Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, Áustria, Inglaterra, México, Canadá, África do Sul, França. ⁽²⁹⁾ Empregava 430 trabalhadores

⁽²⁷⁾ CARVALHO. Op. cit.

⁽²⁸⁾ Informativo Mineração Catalão de Goiás LTDA. Catalão. s/data. p. 10.

⁽²⁹⁾ "Catalão: Pólo Minerador do Nióbio. O Popular. Goiânia. 24-08-80.

diretos, entre técnicos de mineração, laboratoristas, topógrafos, geólogos, engenheiros de minas, mecânicos, metalúrgicos e químicos. ⁽³⁰⁾

A Mineração Catalão de Goiás, ⁽³¹⁾ juntamente com as demais minerações instaladas no complexo mineral de Catalão/Ouvidor, transformaram a vida daquela região ao oferecer a esperança de ter nela empregos para muitas gerações. As palavras de um respeitado professor da cidade explicitou este sentimento e, sobretudo, as expectativas da população:

“O meu contacto permanente com os jovens me tem mostrado que o problema maior de Catalão é a falta de empregos. O surgimento da Mineração Catalão de Goiás, faz alguns anos, foi o primeiro acontecimento econômico de expressão, com possibilidades de resolver o drama social do desemprego. Os anos que se seguiram mostraram que a sua influência, no ambiente, ultrapassou todas as expectativas, criando, paralelamente, um clima de euforia, de otimismo e de esperança em dias melhores. A idéia que um produto de Catalão está sendo exportado para o Japão, para vários países da Europa e para os Estados Unidos, a idéia de que a nossa terra é a segunda maior produtora de nióbio do mundo e a de que, através da exportação, Catalão está canalizando para o Brasil, milhões de dólares, dão a nós outros uma certeza de que a Mineração Catalão de Goiás é um empreendimento de alto valor, redentor que é de nossas potencialidades minerativas, dantes esquecidas. Ela tem, assim, para nós, duplo sentido, econômico e sentimental, ambos importantes para os catalanos, para os goianienses por que não dizer, para todos os brasileiros”. ⁽³²⁾

⁽³⁰⁾ Pelo fato da mina se encontrar afastada da cidade, a empresa oferecia transporte que atendia o seu pessoal para o deslocamento ao trabalho, executado em três turnos. A exploração mineral do nióbio pela Mineração Catalão era feita a céu aberto, com tecnologia moderna, utilizando máquinas pesadas, tratores de esteira, com lâminas e escarificadores, carregadeiras de rodas e caminhões fora-de-estrada. Além de um equipamento moderno e sofisticado, o processo produtivo estava sustentado por um laboratório que garantia a alta qualidade do produto (Informativo **Mineração Catalão de Goiás LTDA**, Catalão, s/data, p. 10.)

⁽³¹⁾ Hoje pertencente ao grupo Anglo American.

⁽³²⁾ Professor Antônio Miguel Jorge Chaul em *Catalão: Pólo Minerador do Nióbio*. Caderno Especial. **O Popular**, Goiânia, 24-08-80

A Fosfago - Fosfatos de Goiás S.A. ⁽³³⁾ - iniciou suas atividades em 1º de junho de 1977, contando com a presença do Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki e do governador de Goiás, Irapuan Costa Júnior, com um projeto de lavra objetivando o beneficiamento e a comercialização de rocha fosfática. O projeto foi muito bem recebido pelo Presidente Geisel ⁽³⁴⁾ que, através do despacho de 26 de outubro de 1977, enquadrou-o como de “relevante interesse nacional”, recebendo, assim, através do Grupo Executivo da Indústria de Mineração - GEIMI - os benefícios e estímulos previstos na legislação vigente.⁽³⁵⁾

Em 30 de junho de 1979, a Fosfago entrou em operação após 25 meses de pesquisas e trabalho intenso, definidos pela empresa como um empreendimento “*com homens dedicados, máquinas possantes trabalhando em direção ao futuro, abrindo espaços e transformando o meio físico para concluir a implantação e a construção do empreendimento que custou aproximadamente o equivalente a US\$ 45 milhões*”. Em 1983, oferecia cerca de 524 empregos diretos, fora os empregados das empreiteiras que trabalhavam na empresa desde a extração até a britagem do minério.⁽³⁶⁾

A empresa se orgulhava do índice de nacionalização de seu projeto, ou seja, 95,5% de seu equipamento era nacional, conseguindo assim, tirar o máximo proveito da capacidade da indústria brasileira de equipamentos para a mineração. No início de sua

⁽³³⁾ Atual Copebrás, empresa de capital privado, que associou-se à Fosfago no ano de 1983 para a produção de concentrado fosfático. (Histórico: Copebrás Quarenta Anos, 1995).

⁽³⁴⁾ É importante lembrar que, nesta época (1977), o governo Geisel enfrentava um embate com o empresariado nacional privado, que reivindicava um espaço nas tomadas de decisões econômicas do país. O Governo, em resposta havia apresentado uma política anti-estatizante de apoio e incentivo a uma maior participação da empresa privada no desenvolvimento do Brasil. (CODATO, op. cit., p. 177)

⁽³⁵⁾ *Produzindo Rocha Fosfática de Goiás para a Indústria Brasileira de Fertilizantes. Fosfago*. Informativo nº. 05, s/data.

⁽³⁶⁾ A rocha fosfática produzida pela Fosfago era transportada via transporte ferroviário, através do terminal próprio em Catalão que tinha a capacidade de estocagem de 15.000 toneladas. A rocha fosfática era levada em vagões próprios até Paulínea (SP) para uma estocagem intermediária, para daí ser distribuída às indústrias paulistas de fertilizantes, por rodovias ou ferrovias. (Idem, ibidem.)

operação, a Fosfago conseguiu produzir 200.000 toneladas de concentrado de fosfato e o seu plano era atingir nos anos 80, 500.000 toneladas anuais,⁽³⁷⁾ de maneira a contribuir significativamente, junto com as outras empresas de fosfato da região, para resolver o problema da dependência externa deste insumo: “*Entendemos ter assim correspondido ao desafio representado pelas metas do Plano Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola, proposto pelo Governo da República*”.⁽³⁸⁾

Enquanto as atividades da Mineração Catalão e da Fosfago prosperaram, o projeto da Goiás Vermiculita para a exploração de vermiculita não vingou. Em 1976, a Metago havia firmado contrato com o grupo francês *Elf Aquitaine*, para explorar a vermiculita em suas áreas em Catalão/Ouvidor. O projeto tinha como objetivo a implantação de uma usina industrial. Este projeto chegou a ser iniciado contando com a assessoria técnica de uma empresa da África do Sul, a - Verex Exploration - que já tinha experiência com este tipo de minério. Porém, devido as dificuldades financeiras que o grupo francês enfrentava na época, não foi possível levar avante o projeto Goiás Vermiculita. A Metago fez a rescisão do contrato com a *Elf Aquitaine* e, em seguida, realizou um novo acordo com a empresa paulista *Eucatex*, que também não desenvolveu o projeto, permanecendo a vermiculita inexplorada até os dias de hoje.⁽³⁹⁾

⁽³⁷⁾ Idem, ibidem.

⁽³⁸⁾ A empresa anunciou que em 1984 inauguraria mais uma unidade de seu complexo minero-industrial para a produção de hiperfosfato parcialmente acidulado. Este tipo de fertilizante seria fundamental para a agricultura do cerrado, pois era o indicado para este tipo de solo, suprimindo sua natural carência de fósforo. Economicamente, esta industrialização reduziria os altos custos deste fertilizante, que não teria mais que fazer a “chamada viagem do fosfato”, quando a rocha fosfática deixava Catalão em direção a baixada santista, e retornava como fertilizante para ser aplicado na agricultura do Centro-Oeste (“*Fosfago vai instalar mais uma indústria*”. **Diário da Manhã**. Caderno Especial, Goiânia, 20-08-83.)

⁽³⁹⁾ CARVALHO. Op. cit., p. 192

3- Instalação da Usina Industrial da Goiasfértil - Goiás Fertilizantes S.A. -

Viabilizar a Usina Industrial do Projeto Fosfato Catalão não seria tarefa muito fácil, pois a complexidade do minério pressupunha experiência tecnológica que a empresa ainda não tinha, e o objetivo de produzir em grande escala exigia um investimento de alto custo e risco, que a Metago e o Estado de Goiás não poderiam bancar sozinhos. Por isso seria necessário o financiamento do BNDE ⁽⁴⁰⁾, que colocou como condição a associação da Metago com a iniciativa privada. *Fica evidente que desde a associação da Metago com a Petrofértil e Fibase, já existia a intenção de passar a empresa para à iniciativa privada, assim como determinava o novo padrão de industrialização do II PND. As empresas estatais deveriam ocupar os “espaços vazios”, promovendo a ação do setor privado e, desta forma, tornaria o elemento de equilíbrio do modelo econômico, sendo o sustentáculo da iniciativa privada. No caso dos insumos básicos, estes deveriam ficar na alçada da empresa privada. O governo apenas ajudaria, oferecendo-lhe condições para se desenvolver através de incentivos fiscais, financeiros, obras de infra-estrutura e política de preços.*⁽⁴¹⁾

Por algum tempo, a estatal goiana procurou um parceiro nacional, mas não obteve sucesso. ⁽⁴²⁾ Diante deste impasse, em 1977, o Governo Estadual buscou o apoio do Presidente da República, na época, o general Ernesto Geisel que empenhado no objetivo de tornar o país um fabricante de adubos fosfatados, determinou que a Petrobrás, através da

⁽⁴⁰⁾ O BNDE, executando as diretrizes do poder central, operava repasses, aos agentes financeiros estaduais, através de uma divisão de trabalho. Os bancos de desenvolvimento estaduais atuavam nas médias e pequenas operações e o BNDE com os grandes projetos. (LESSA. Op. cit., p. 87.)

⁽⁴¹⁾ Grifo nosso. CODATO. Op. cit., p. 179.

⁽⁴²⁾ Não era uma tarefa fácil, uma vez que tratava-se de um Estado que não tinha capital e nem tradição ou qualquer experiência com este tipo de minério. A maioria das jazidas minerais de fosfato é de origem sedimentar, cujo aproveitamento tecnológico não apresenta problemas. O contrário foi verificado nas jazidas de origem ígnea, como são as reservas de fosfato de Catalão/Orvidor. Além disso, tratava-se de um projeto que, devido o seu grande porte, pressupunha custos muito altos para a sua implantação, em torno de US\$137 milhões (Histórico da Empresa. Goiasfértil. Abril, 1992.)

Petrofertil,⁽⁴³⁾ e o BNDE, através da Fibase⁽⁴⁴⁾ se associassem ao empreendimento de Catalão, para a criação da Goiásfertil. O acordo selou a opção do Governo pelo projeto Catalão/Ouvidor, e o abandono de um outro empreendimento do mesmo teor que vinha sendo desenvolvido na cidade de Patos de Minas.⁽⁴⁵⁾

Todavia, parece que o empreendimento não foi exatamente um bom negócio para a Metago, pois seus direitos minerários relativos às áreas do Complexo Ultramáfico-Alcalino Catalão I (referentes aos depósitos minerais de fosfato, nióbio, titânio e terras raras) foram “gratuitamente” transferidos à Goiásfertil, o que causou uma enorme perda à estatal goiana que, em 1984, tentou, sem sucesso, reverter esta transação.⁽⁴⁶⁾ Para se ter uma idéia das perdas do Estado de Goiás embutidas na negociação com o Governo Federal,

⁽⁴³⁾ A Petrofertil era uma “holding” controladora/acionista de várias empresas do ramo de fertilizantes como a ICC, Nitrofertil, Ultrafertil, Fosfertil, Arafertil, Norfertil, Goiásfertil e Indag.

⁽⁴⁴⁾ O novo modelo de industrialização pensado no Governo Geisel (1974-1976), visava a ampliação da oferta de insumos básicos para suprir a auto-suficiência nacional. Com esta política, estes setores (metalurgia, fertilizantes, mineração) criaram uma grande procura de máquinas e equipamentos, que fez com que houvesse um desenvolvimento tecnológico nacional, tendo como papel central a empresa estatal. Nos setores de insumos básicos, com pequenas exceções, as empresas estatais eram líderes. Mas, o II PND “preocupado” em fortalecer a empresa nacional, criou em 08-05-74, a Fibase, para ser um instrumento financeiro para a viabilização de empreendimentos de insumos básicos, sob a “égide da iniciativa privada”. (LESSA, op. cit., pp. 97-98.)

⁽⁴⁵⁾ Até aquele momento, o Governo Geisel, investira na instalação de uma mineradora de fosfato em Patos de Minas - MG -, onde se descobrira jazidas de fosfato do tipo sedimentar, que haviam despertado a atenção do Governo Federal, por serem mais fáceis de serem exploradas. Porém, os testes laboratoriais sobre este fosfato de Patos de Minas não apresentaram bons resultados e comprovando sua inviabilidade tecnológica. Assim, a Goiásfertil se viabilizou diante do fracasso do projeto de exploração do fosfato de Patos de Minas. Com o apoio do Presidente da República foi feito um acordo em 24 de outubro de 1977, entre a Metago, a Petrobrás Fertilizantes S. A. - Petrofertil e a Financiamentos e Participações - Fibase, para a realização de um empreendimento visando o aproveitamento econômico das reservas minerais existentes em Catalão/Ouvidor. Em 02-03-78 o Presidente aprovou a exposição de motivos feita pelo Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, que propunha a criação da Goiásfertil. Em 10 de abril de 1978 foi criada a Goiás Fertilizantes S.A. - Goiásfertil - objetivando o aproveitamento das jazidas de fosfato de Catalão/Ouvidor, com a produção de concentrado de apatita para a fabricação de fertilizantes. Seu capital foi dividido em: Metago 40%, Petrofertil 30% e Fibase 30%, sendo seu capital inicial na ordem de Cr\$ 600.000.000,00 (2.349.164,10 OTN's) (CARVALHO. Op. cit., p. 186.)

⁽⁴⁶⁾ A legislação minerária brasileira diz no Capítulo VIII, no Art. 59, Parágrafo 2º - “A concessão de lavra é indivisível e somente transmissível a quem for capaz de exercê-la de acordo com as disposições deste Regulamento” (Código de Mineração, 1970, p. 100). Assim, respaldados pela Lei, o Governo Federal pode realizar a tal negociação com a estatal goiana que, por sua vez, não tinha condições financeiras para bancar o empreendimento, qual seja, instalar a Usina Industrial para o aproveitamento do fosfato de Catalão/Ouvidor.

a maior parte da reserva de titânio de Catalão/Ouvidor, encontrava-se dentro da área que fora transferida, e a estatal goiana preservou apenas o direito sobre o depósito de vermiculita. É preciso ressaltar que esta negociação, incluindo os outros minérios, foi uma imposição do Governo Federal para a concretização da Usina Industrial.⁽⁴⁷⁾

Dessa forma, a Metago tornou-se uma sócia com poucos poderes no empreendimento. A Petrofértil, apesar do BNDE ainda ter participação, a cada chamada para integralização de capital, foi ampliando suas cotas em detrimento de seus dois associados e assumindo o controle acionário da empresa, passando a Metago a ter apenas uma representação simbólica no empreendimento, uma vez que a Goiasfértil também incorporou a Usina Semi-industrial. Afinal, a empresa fora projetada para assumir importante papel no Plano Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola e no programa de independência de importações e equilíbrio da balança comercial de pagamentos.⁽⁴⁸⁾

⁽⁴⁷⁾ Em *Goiasfértil - Dados sobre a Constituição e Implantação do Empreendimento* a Metago confirma que: "À Goiasfértil foi incorporado o Decreto de Lavra no. 74.396 da Metago, pelo valor de 55 milhões de cruzeiros (histórico) incluindo os 'direitos' de aproveitamento de todos os bens minerais ali então pesquisados e em pesquisa (nióbio, titânio e terras raras) sendo ressalvado apenas o depósito de vermiculita, que era cedido à Metago a título de arrendamento, por um valor simbólico de Cr\$1,00 ao ano". Explica o documento que a intenção de passar todos os depósitos existentes no Decreto de Lavra é muito claro, mas o que a Metago posteriormente questionou é que a avaliação da jazida de fosfato realizada pela própria Goiasfértil, correspondia exclusivamente ao depósito de fosfato. Diante disto, o documento afirma que os outros depósitos minerais (titânio, nióbio e terras raras) entraram no negócio com valor zero, pois a empresa sequer tinha pleiteado "royalties" por seus direitos minerários referentes à jazida de fosfato. A Metago alegou que, nesta associação, a empresa havia ficado em uma posição de "fraqueza" devido a sua falta de recursos. (Geólogos: Carlos Maranhão, Gilberto S. Pena, Iranildo R. Valença e Nelson de S. G. Guzzo. "Goiasfértil: Dados sobre a Constituição e Implantação do Empreendimento". In: **Considerações sobre a Política de Investimentos da METAGO**. Goiânia, 1984, p. 08.) Torna-se importante ressaltar que na privatização da Goiasfértil, em 1992, estes mesmos minerais foram passados, dessa mesma forma à iniciativa privada. Portanto, hoje, o titânio, o nióbio e as terras raras são minérios pertencentes ao Grupo Fertifós (Consórcio de empresas que veio a adquirir a Goiasfértil).

⁽⁴⁸⁾ A Goiasfértil representava um investimento de US\$ 137 milhões, e o complexo estava projetado para produzir 620.000 toneladas de concentrado de fosfato por ano, proporcionando uma economia de divisas da ordem de US\$ 44 milhões para o país. A perspectiva era de que quando a empresa chegasse a este estágio, ela estaria atendendo cerca de 20% das necessidades brasileiras de fosfato, além de criar 800 empregos diretos para a região. Quanto às outras reservas minerais que a Goiasfértil recebera na associação, ou seja, titânio, nióbio e terras raras, representavam "grandes desafios para o futuro", que por serem considerados minérios estratégicos, teriam o momento certo para serem viabilizados. Esta afirmação explicitava a importância da Goiasfértil para os planos de independência das importações, no caso, de insumos básicos para a produção de fertilizantes, que o Governo Federal pretendia alcançar para equilibrar a balança de pagamentos. (Goias Fertilizantes S.A. **Histórico da Empresa**. Catalão, Abril, 1992.)

Ao inaugurar a empresa, o ministro das Minas e Energia César Cals comparou a meta da auto suficiência nacional do fosfato à economia de combustível :

"...a produção de concentrado de fosfato em Catalão/Ouvidor foi de 585.183 toneladas, 474.230 das quais foram comercializadas com um faturamento de Cr\$ 5.768.051.000,00. A produção efetiva do fosfato, iniciada em 1979, cresceu 212% em 1982, ao passo que a comercialização teve um crescimento de 309%. O crescimento verificado na produção em 1982, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - 'deve-se à entrada em atividades da Goiásfertil, no segundo semestre' daquele ano."⁽⁴⁹⁾

3.1- Projeto de verticalização do minério de fosfato e a criação do DIMIC *

A política de industrialização, núcleo central da estratégia do II PND, apontava para a construção de novas plantas industriais e energéticas, geralmente próximas às suas fontes naturais, e, na maioria das vezes, localizadas em regiões periféricas da economia brasileira. ⁽⁵⁰⁾ Desta forma, a concretização da Goiásfertil viabilizou o planejamento de um ambicioso Pólo Mineiro-Químico-Industrial para a verticalização ⁽⁵¹⁾ do minério de fosfato junto à suas jazidas. Tal verticalização dos minérios em Catalão previa a ampliação do Complexo Mineral de Catalão/Ouvidor, com a instalação de indústrias de solubilização⁽⁵²⁾ e

⁽⁴⁹⁾ "Goiásfertil livra o país da importação". **Diário da Manhã**. Caderno Especial. Goiânia, 20-08-83, p. 04. O produto - concentrado de fosfato - era quase em sua totalidade, destinado a indústrias de fertilizantes localizadas em São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina. O pouco que restava era vendido aos agricultores e pecuaristas de Goiás, Bahia e Distrito Federal. O fosfato de Catalão/Ouvidor representava, naquela época, 24,51% de todo o produto mineral do Estado de Goiás.

* Distrito Mineiro Industrial de Catalão

⁽⁵⁰⁾ LESSA, op. cit., p. 08.

⁽⁵¹⁾ Verticalização é o aproveitamento pleno do recurso mineral junto à sua fonte, não só atingindo etapas intermediárias, mas a totalidade do potencial econômico desse recurso mineral. No caso de Catalão, a verticalização corresponderia não apenas à exploração do fosfato, mas também a instalação de uma fábrica de fertilizantes fosfatados, ou seja, a sua industrialização.

⁽⁵²⁾ Solubilização é o processo de transformação do fosfato em produto químico, ou seja, sua transformação em fertilizantes.

de indústrias satélites de formulados de fosfato para a aplicação direta na lavoura. Este projeto revolucionaria o mercado consumidor na área de pastagens, conforme explicitou o presidente da empresa, Joaquim Guedes de A. Coelho: *“O fosfato teria um custo muito mais baixo do que o fertilizante usual, para efeito de curto e médio prazos nos campos de cerrados.”*⁽⁵³⁾

A verticalização *“...contribuiria de forma acentuada na melhoria de seus níveis de rentabilidade econômica... viria de encontro com os interesses maiores do país, tendo em vista a economia em transportes que se vai obter com a solubilização do fosfato em Catalão, junto à mina, evitando-se o seu envio para São Paulo, ou outros Estados, quando a fronteira agrícola nacional encontra-se justamente na região Centro-Oeste do Brasil.”*⁽⁵⁴⁾

Entretanto, havia vozes discordantes que revelavam uma possível competição entre os projetos de administradores das empresas estatais, e os Estados, na disputa pelos empreendimentos e atenção do Governo Federal e com os interesses das grandes indústrias de fertilizantes na baixada santista. A Petrobrás não tinha tanta certeza da possível verticalização da Goiasfértil. Para o seu diretor industrial, Armando Guedes Coelho: *“O consumo de fosfato como produto acabado, em Goiás ainda não justifica a verticalização das atividades da Goiasfértil em Catalão, pelo menos no momento... Porisso, não acho justificável, atualmente, aplicar investimentos nesse setor em Goiás.”*⁽⁵⁵⁾ O diretor da Petrobrás acreditava que esta verticalização iria acontecer, mas no futuro e ela deveria ser feita em etapas. Naquele momento, a Petrobrás estava mesmo preocupada em realizar pesquisas em busca de petróleo no solo brasileiro para minimizar as importações do produto que pesava muito na balança comercial. O petróleo parecia ser sua preocupação primordial e não a industrialização do fosfato em Goiás.⁽⁵⁶⁾

⁽⁵³⁾ *“Fosfato será solubilizado em Catalão”*. Caderno Economia. **O Popular**. Goiânia, 27-10-81, p. 10.

⁽⁵⁴⁾ *Idem*, *ibidem*, p. 10

⁽⁵⁵⁾ *“Fosfato ainda não será verticalizado em Goiás”*. Caderno de Economia. **O Popular**, Goiânia, 21-08-81, p. 08.

⁽⁵⁶⁾ A Petrobrás, já havia, em tempos atrás, realizado em Goiás, uma série de pesquisas para verificar a viabilidade de bacias sedimentares. Apesar de não ser considerado um estado prioritário, os estudos

Também corriam comentários de que o Pólo Industrial do Fosfato poderia ser instalado na cidade vizinha de Uberlândia ou Uberaba em Minas Gerais, uma vez que Uberaba também abrigava uma estatal produtora de fertilizantes fosfatados, a Fosfertil. Entretanto, o presidente da Goiásfértil, Joaquim Guedes de Amorim Coelho, veio à imprensa negar estes boatos afirmando que ninguém tiraria de Catalão o Pólo Industrial para o aproveitamento do fosfato:

“Não há motivo nenhum para que se tire do município, uma vez que as razões de ordem econômicas mais importantes para a implantação de indústrias são duas: o mercado e a matéria-prima. A matéria-prima está no município, para ser centralizado numa grande zona de cerrados, que é a maior consumidora de fosfato. De maneira que, na região se integram os dois itens principais que pesam mais na escolha de um local para sediar as indústrias de aproveitamento do fosfato”⁽⁵⁷⁾

A perspectiva de verticalização dos minérios do Complexo Mineral de Catalão/Ouvidor pressupunha a instalação de vários projetos de mineração e de implantação de indústrias na cidade, notadamente na área de fertilizantes, a partir do aproveitamento vertical dos recursos minerais existentes. Apesar das potencialidades da região, a instalação do Pólo em Catalão não se concretizou, possivelmente pelo prevailecimento dos interesses das empresas⁽⁵⁸⁾ que processavam o fosfato, de maneira que a industrialização do minério continuou a ser feita, preferencialmente, na baixada santista, na Ultrafértil. Assim, tais expectativas não se efetivaram, pois o programa de industrialização regional não aconteceu.

mostraram que em Goiás existiam áreas com possibilidades de formação de sedimentos petrolíferos. Com a crise de petróleo nos anos setenta e oitenta, a Petrobrás retomou estes estudos, mas, em 1981, não tinha nenhum resultado concreto. O diretor industrial da Petrobrás, Armando Guedes Coelho, afirmou que dependendo dos resultados obtidos com as pesquisas, a Petrobrás poderia elaborar programa de prospecção mais aprofundadas no solo goiano. (*Fosfato ainda não será verticalizado em Goiás*”. Caderno de Economia. **O Popular**, Goiânia, 21-08-81, p. 08.)

⁽⁵⁷⁾ “US\$ 120 milhões no Complexo de Fosfato. **O Popular**, Goiânia, 19-07-81

⁽⁵⁸⁾ As empresas Manah, Solorrnico, IAP, Fertiplan, Trevo, Ultra, Copebrás, Copas, Takenaka, Elekeiroz, Fosfanil, Quimbrasil, Cotia, entre outras.

O projeto de verticalização dos minérios do Complexo Mineral Catalão/Ouvidor também deu origem ao DIMIC - Distrito Industrial e Mineral de Catalão -, criado pelo Governo de Goiás em 20 de outubro de 1979.⁽⁵⁹⁾ Este pólo industrial deveria se estabelecer nas proximidades das mineradoras, ocupando 278 hectares, servido de um sistema viário destinado ao tráfego pesado ligado à BR - 050, que o ligaria a Brasília a 298 Km, São Paulo a 712 Km, Belo Horizonte a 825 e Goiânia a 259 Km. O pólo industrial abrigaria também pequenas indústrias, silos, armazéns, cooperativas. Enfim, estaria atendendo as necessidades não só da mineração, mas também da agricultura e da pecuária.

A proposta de criação de Pólos Industriais no interior do Estado de Goiás se fundamentou na idéia de descentralizar o parque industrial. Este empreendimento pretendia promover a industrialização, instalando fábricas na própria região produtora, e evitar a evasão de divisas e a migração populacional para outros estados. Com a instalação do DIMIC em Catalão, o Governo de Goiás e a Prefeitura da cidade ofereciam isenção de impostos e taxas municipais por 5 anos, financiamentos do Banco de Desenvolvimento de Estado de Goiás e do BNDE e, ainda, treinamento e qualificação de pessoal, como incentivo às indústrias que se instalassem na região.⁽⁶⁰⁾ O desenvolvimento de indústrias foi apresentado como solução para o desemprego ocasionado pelo declínio da pecuária e do êxodo rural. O censo de 1970, registrara uma população de 15 mil pessoas na zona urbana, contra 12 mil na zona rural. Já no ano de 1980, havia 30 mil pessoas na zona urbana e apenas 8 mil na zona rural. O DIMIC se colocava como uma alternativa para a incorporação da mão-de-obra que não fora absorvida na mineração:

⁽⁵⁹⁾ Palavras do governador Ary Valadão durante a cerimônia de inauguração do DIMIC: *"Entendemos a necessidade de oferecermos todos os instrumentos a esta região, a fim de que ela possa prosseguir na sua caminhada em busca do desenvolvimento. A implantação, aqui em Catalão de um Parque Industrial significará mais empregos e progressos. Na verdade, em todos os seus setores de atividades, precisa de mercado de trabalho...Hoje Goiás está sendo descoberto pelo empresário, pelo pecuarista e pelo industrial das mais diferentes regiões do País, destacando que aqui nós temos uma realidade mineral muito grande! muito grande, só agora explorada e aproveitada; temos espaços vazios para produzir e estamos produzindo e o que é mais importante, temos disposição para trabalhar"...* ("Catalão já tem área para seu Distrito Industrial". **O Popular**. Goiânia, 20-10-79.)

⁽⁶⁰⁾ *"Catalão tem tudo e está pronta para receber sua empresa". Caderno Especial. Folha de Goiaz. Goiânia. 14-04-82, p. 08*

“A industrialização local de produtos da agricultura e da pecuária permitiria evitar a evasão de produtos ‘in-natura’ para outros estados, gerando multiplicadores de renda e emprego na região e criando condições de fixação do homem no campo, evitando as migrações para outras regiões e até mesmo condições de absorção de parte do fluxo migratório que naquela época, demandava o Distrito Federal”.⁽⁶¹⁾

3.2- Funcionamento da Goiásfertil:

Conforme já foi comentado, a Usina Industrial foi possível graças a um projeto mineral realizado com tecnologia nacional moderna e independente, consequência de um período de intensas pesquisas e estudos na Usina Semi-industrial da Metago.⁽⁶²⁾ Assim sendo, a Goiásfertil nasceu em 1978 como uma moderna indústria de mineração. No início, absorveu mão-de-obra direta na região de Catalão/Ouvidor, exatamente 976 pessoas, entre operários e administradores. Em 1984, empregava 812 trabalhadores e em 1992, por ocasião de sua privatização, eram 677 trabalhadores⁽⁶³⁾, fato que denota o processo de mecanização da empresa.⁽⁶⁴⁾

⁽⁶¹⁾ “Ary lança amanhã o Distrito Mineiro-Industrial de Catalão”. **Folha de Goiaz**. Goiânia, 26-08-82

⁽⁶²⁾ O projeto Fosfato Catalão gestado na Usina Semi-Industrial implantada pela Metago, como já foi dito, teve toda sua pesquisa desenvolvida por técnicos brasileiros e contou com o apoio do professor Paulo Abib, que era visto no setor mineral nacional, como “a grande mola de desenvolvimento das pesquisas e projetos dos empreendimentos de fosfato no Brasil” (Alberto Mutti, em a **Folha de Goiaz**, Caderno de Economia, Goiânia, 26-06-81, p. 08.) O projeto foi desenvolvido quase que inteiramente pela engenharia nacional, à exceção, apenas, do mineroduto, que transportava o fosfato da Usina até o terminal de secagem, numa extensão de 12 Km, economizando-se custos de transporte. Em relação aos materiais e equipamentos usados no projeto, foi dada ênfase à indústria nacional, contando com 95% de nacionalização.

⁽⁶³⁾ Goiás Fertilizantes S.A. **Histórico da Empresa**. Catalão, Abril, 1992. Em 1985, a Goiásfertil já estava completamente automatizada, se tornando naquela época, a pioneira. (Entrevista com o engenheiro Maurício Marcone P. Cunha - um de seus diretores- à pesquisadora, Catalão, 04-04-97)

⁽⁶⁴⁾ As jazidas minerais de Catalão são encontradas em bancadas a céu aberto, seu método de lavra se pauta no desmonte da rocha e carregamento por escavadeira elétrica e retro com acionamento hidráulico e transporte por caminhões fora-de-estrada de 20 ton. Os processos utilizados para a exploração da rocha eram: a separação da apatita, que é a rocha fosfática bruta, feita através de britagem, moagens, separação magnética, deslamagem e concentração por flotação, quando utilizavam máquinas de tecnologia avançada como: escavadeiras, transportador de correia, grelha vibratória, britador de mandíbulas e impacto e peneiras vibratórias, moinhos, ciclones, células de flotação, etc. (Goiás Fertilizantes S.A. **Goiásfertil. Síntese do Processo Industrial**. Catalão, Agosto de 1992). O relato deste processo procurou demonstrar o caráter moderno da Goiásfertil, uma fábrica mecanizada que utilizava tecnologia de ponta, e portanto, não exigia

É importante frisar como o projeto de mineração da Goiasfértil em Catalão contemplou a política do Governo Federal, voltada para a substituição das importações, particularmente de matérias-primas para fertilizantes e de combustíveis, em especial o petróleo. ⁽⁶⁵⁾ Para o presidente da empresa, Joaquim Guedes de A. Coelho: “*A principal inovação tecnológica foi no sentido de economizar derivados de petróleo*”. Esta economia também se fez no percurso dos caminhões que transportavam a matéria-prima dentro da mina. ⁽⁶⁶⁾ Outra atividade planejada visando a economia de combustíveis, foi a utilização de um mineroduto para o deslocamento do fosfato, que levaria o minério da mina até o embarque.

Mas a Usina só se viabilizou com as obras de infra-estrutura desenvolvidas pelo Governo Estadual e Federal, pois Catalão não possuía instalações condizentes com o empreendimento, apesar de ser uma das cidades do interior goiano que melhor era servida de serviços públicos. ⁽⁶⁷⁾ Também foi construído o Terminal rodo-ferroviário, que fica situado a 12 Km da mina. O minério chega a este terminal através do mineroduto. Tratava-se de uma grande estrutura que comporta os prédios por onde o minério passa pelas várias fases

grandes contingentes de trabalhadores braçais como por exemplo, uma mina subterrânea. O trabalhador da empresa operava máquinas, desde a retirada da rocha até o seu beneficiamento. Consequentemente, as relações e sobretudo os conflitos de trabalho assumiram ali, configurações mais sutis, as vezes, quase imperceptíveis.

⁽⁶⁵⁾ O processo de secagem do fosfato que acontece no terminal da Usina também foi pensado levando em conta a preocupação com a economia de combustível. Para tanto, testou-se um sistema de secagem química (com ácido sulfúrico, carvão mineral e carvão vegetal), mas concluiu-se que seria mais prático e econômico a utilização da madeira picada. A partir desta constatação, a Goiasfértil iniciou um projeto paralelo de reflorestamento, que a abasteceria e estaria contribuindo para a preservação do meio ambiente, projetando Goiás como o pioneiro neste sistema.

⁽⁶⁶⁾ Eles só estariam carregados em sentido descendente, pois a outra parte do transporte seria feita por uma correia transportadora, com 2.219 metros de extensão, seriam também utilizados combustíveis derivados de biomassas, ou seja, fontes de energia de origem vegetal. (“*US\$ 120 milhões no Complexo de Fosfato*”. **O Popular**. Goiânia, 19-07-81)

⁽⁶⁷⁾ Os Governos Estadual e Federal trataram de resolver os problemas de infra-estrutura: o transporte ferroviário foi todo adaptado, segundo as necessidades da mineração, novas estradas foram construídas, uma estação de captação de água e construções de engenharia do complexo, com financiamentos de órgãos governamentais (BNDE e Fibase). Como a energia elétrica da região era insuficiente para atender a tamanha demanda do empreendimento, a solução proposta foi interligar a energia existente em Catalão à Usina de Cachoeira Dourada em linha de alta tensão. Quanto ao transporte ferroviário foi feita uma remodelação da linha férrea existente, aumentado sua capacidade de carga compatível com as necessidades da mineração, como a criação de um terminal ferroviário para embarcar o minério. (CARVALHO. Op. cit., pp. 81-82)

de processamento até o seu embarque, em vagões próprios para o transporte de minérios ou em caminhões. Além da construção das unidades para o processamento do minério, foram providenciadas vias rodoviárias ligando o Terminal à BR-050 e, também, vias ferroviárias próprias para o embarque do minério.⁽⁶⁸⁾ Em 1982, finalmente, a Usina Industrial começou a funcionar em processo experimental, entrando em operação normal em janeiro de 1984, como uma empresa - Goiasfértil - filiada ao Grupo Petrofértil, atuando como fornecedora de rocha fosfática, matéria-prima para a produção de fertilizantes.

Porém, nem tudo foi sucesso. Apesar das vantagens trazidas pela instalação da Goiasfértil, o próprio Estado de Goiás não se beneficiava completamente da exploração de seus recursos minerais, pois a produção era exportada para outros países ou para os estados, economicamente mais desenvolvidos do Sul do país. Com exceção do calcário agrícola e materiais de construção que permaneciam no Estado, nada mais era industrializado. Desta forma os capitais gerados pela mineração não retornavam, não eram reaplicados em Goiás.

Além disso, os dividendos sociais também foram restritos, pois as concessões beneficiavam a comunidade mineral local, uma pequena parcela desta população. Mesmo com relação aos empregos, eles não satisfizeram a demanda, porque *“os grandes empreendimentos mineiros implantados em Goiás são intensivos em capital, bastante modernos e pouco exigentes em termos de mão-de-obra, principalmente daquela não especializada. Assim, tais projetos que demandaram investimentos superiores a 500 milhões de dólares não geraram sequer 5.000 empregos diretos”*.⁽⁶⁹⁾

Porém, apesar de limitados, os empregos oferecidos pela Goiasfértil também tinham um padrão moderno. Nos seus primeiros anos, a empresa oferecia aos seus

⁽⁶⁸⁾ Foram realizados grandes serviços para montar esta infra-estrutura. Equipes da estatal goiana, Companhia Elétrica de Goiás - Celg - trabalharam no canteiro de obras da empresa Goiasfértil para a implantação do complexo energético. A Saneago, também estatal, operou no projeto de captação de água no rio São Marcos, situado a 10 quilômetros da usina, pois a exploração dos minérios, principalmente o fosfato, consome enormes quantidades de água. Ainda foi construído um mineroduto de 12 quilômetros para levar o concentrado de fosfato da jazida para a secagem em terminal ferroviário. (*“Goiasfértil: Presente e Futuro”*, Petrofértil. Rio de Janeiro, 1992, p. 02.)

⁽⁶⁹⁾ CARVALHO. Op. cit., pp. 41-42

empregados um salário bem melhor do que as outras minerações privadas ali instaladas. Além do salário, o funcionário contava com uma cooperativa (onde podia se abastecer de produtos básicos e ter suas despesas descontadas posteriormente); com uma farmácia, assistência médica-dentária e laboratorial; com um clube de campo, próximo ao Terminal rodo-ferroviário; ⁽⁷⁰⁾ com uma escola-creche para os filhos de todos os funcionários. ⁽⁷¹⁾

4- O Pólo Industrial e a cidade de Catalão

Catalão é uma cidade do sudoeste goiano que se encontra próxima a grandes centros: Brasília a 298 Km, Goiânia a 259 Km e Uberlândia a 110 Km. A instalação das mineradoras na cidade provocou, num curto período de tempo, mudanças acentuadas na vida da população. É costume na região dizer que a cidade passou por uma “explosão”, uma vez que ela, até então, vivia em um estado de “*estagnação econômica*” ⁽⁷²⁾, porque a construção de Goiânia (inaugurada em 05-07-42) havia lhe tirado a condição de principal entreposto comercial entre o Norte pouco desenvolvido e o Sul, mais dinâmico. ⁽⁷³⁾ Devido a

⁽⁷⁰⁾ O clube dispunha de: sauna, piscina olímpica, quadras de esporte (futebol, basquete, peteca, voleibol, skate, ping-pong), restaurante, bar, salão de festa e playground, extensa área verde, campeonatos de esportes, festas, bailes, etc.

⁽⁷¹⁾ Foi feito um acordo com o Estado de Goiás, no sentido deste oferecer professoras e orientação no ensino para a escola, que funcionava em período integral. As crianças eram apanhadas e entregues na cidade por ônibus escolares, e recebiam lanche na parte da manhã, almoço e lanche à tarde. Tinham aula de natação, futebol e educação artística.

⁽⁷²⁾ CHAUL, Nasr Fayad. *Catalão nas décadas de 30 e 40: um desvio do progresso*. In: **História Política de Catalão**. Goiânia. 1994.

⁽⁷³⁾ Pedro Ludovico havia idealizado Goiânia justamente para ocupar essa posição, ser o entreposto estratégico da “*Marcha para o Oeste*”, deixar para trás o atraso e buscar o progresso, criando um “*centro urbano com todos os elementos necessários para se expandir e estimular as múltiplas atividades que caracterizavam a vida econômica e social de um povo*”. Goiânia, seria para seu idealizador, “*a guardiã das tradições históricas deste povo (goianos) e também a vanguardadeira da Marcha para o Oeste*”. Tornava-se imperioso, “*localizar no centro geográfico do país grandes forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. Do alto dos nossos chapadões infindáveis onde estarão amanhã os grandes celeiros da nação, deverá descer a onda civilizadora para as planícies do Oeste e do Noroeste.*” (TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias: auto-biografia**. Goiânia: Livraria Editira Cultura Goiana. 1973, pp. 114-124.) Como afirma um historiador de Catalão, assim, “*Catalão deixa de ser a cidade e a região-ponta no desenvolvimento do Estado para tornar-se uma das área periféricas na modernização de Goiás*” (CHAUL, op.cit., p. 178.)

construção das modernas vias de comunicação, as estradas rodoviárias, a nova capital do estado havia se tornado o elo de integração com as outras regiões do estado e do país.

Nas duas primeiras décadas deste século, Catalão vivera, juntamente com o sul e o sudeste de Goiás, um ciclo de prosperidade sob a influência do aperfeiçoamento das vias de comunicação, principalmente, a estrada de ferro. Elas dinamizaram a economia, pois propiciaram o aumento e a rapidez na capacidade de transporte dos produtos agropecuários, que assim ganharam em qualidade e tiveram maior receptividade no mercado. Porém, apesar deste impulso, a industrialização não chegou à região, que conservou o seu papel, como todo o estado de Goiás, de área produtora de alimento e matéria-prima para o mercado interno, atendendo as demandas de outros estados em fase de industrialização.⁽⁷⁴⁾ Catalão se insere com destaque neste contexto, pois tornou-se o maior centro do Sudeste goiano. Em 1920, o município era o mais populoso do estado. Após os anos trinta, a cidade continuou sendo um município essencialmente agrícola, com um comércio local que atendia as demandas da redondeza e incipientes indústrias de transformação dos produtos agrários como: açúcar, aguardente, rapadura, milho, leite e carne.⁽⁷⁵⁾ A agropecuária, preservou os mesmos métodos antigos que acarretaram uma produtividade limitada.⁽⁷⁶⁾ Neste setor também predominava a unidade de trabalho agrícola familiar, na qual grande parte da mão-de-obra provinha da família do proprietário. É importante observar que com o passar do tempo, enquanto uma parte das propriedades foi se subdividindo, outras se concentraram em

⁽⁷⁴⁾ CHAUL. Op. cit., p.156

⁽⁷⁵⁾ Em 1937, contabilizava-se 445 estabelecimentos comerciais, predominando a pequena empresa familiar. A família Margon era proprietária de duas charqueadas, as Indústrias Margon: havia uma terceira, a Charqueada Industrial de Pedro Braga. Destacava-se a Usina Ipanema, de produção de açúcar e aguardente e, ainda, mais 198 pequenos engenhos com fabricação de açúcar, aguardente e rapadura. Para produção de farinha de milho e mandioca, a cidade contava com 46 pequenas fábricas e, também, com 8 moinhos de fubá. Tinha 14 serrarias, e apenas com uma empresa de construção civil do Sr. Afonso C. Carisio. (Idem, *ibidem*, pp. 175-179.)

⁽⁷⁶⁾ Mais tarde, técnicos da Emater esclareceram que a agricultura em Catalão, tinha sérios problemas. O solo era fraco e os agricultores locais deixaram de acompanhar as inovações processadas no setor agropecuário, praticando uma agricultura tradicional e de subsistência. Desta forma, a cidade pôde se destacar, somente durante o período de retração do setor agropecuário, pelas suas charqueadas que deram origem a um frigorífico de maior porte. O comércio local era fraco, típico de toda cidade pequena, apenas atendendo as demandas da região. (*A expansão do Setor Agropecuário*. Goiânia: *Diário da Manhã*, 20-08-83, p. 09.)

mãos de algumas famílias, de forma que, as grandes fazendas predominaram sobre as pequenas. Mas, apesar da grande extensão das propriedades, não existia uma classe de grandes proprietários rurais, os rebanhos de gado e a produção agrícola eram em sua maioria de pequeno e médio porte.

Um censo da década de 40 demonstrou que o declínio econômico ou “*desvio da corrente de modernização*” de Catalão se acentou. Deixou de ser o município de maior população do Estado de Goiás, e passou a ocupar o sétimo lugar. Decaiu também o valor da propriedade, assim como as atividades comercial, agrícola e pecuária. Assim, a cidade foi levando uma vida pouco promissora, vivendo da agricultura e da pecuária rudimentares até a chegada da mineração no final da década de sessenta. Além do crescimento de Goiânia, outras explicações podem estar na origem da estagnação, entre elas as de origem política: o domínio de políticos preocupados apenas com o município, sem interesses maiores e com representatividade apenas local, ou o exercício do poder segundo um sistema de alternância de famílias que se impunham através da violência..⁽⁷⁷⁾

Assim como a maior parte das cidades interioranas do Brasil, Catalão tinha ruas estreitas de terra batida por onde trafegavam carros de boi, cujos chiados se confundiam com os gritos da criançada que brincava descalça nas ladeiras que davam acesso às pontes do rio Pirapitinga, que corta a cidade. As casas de alvenaria, em sua grande maioria, eram bastante simples. Com poucas exceções, não encontramos aquelas belíssimas casas coloniais das cidades mineiras, que lhes são contemporâneas. Mas, já em meados da década, a cidade começou a receber uma melhor urbanização. Surgiram novas construções, até mesmo alguns sobrados. A praça central, que já existia com seu imponente coreto e bancos de cimento, ganha o colorido de canteiros de plantas. A avenida principal, a Goiânia, recebeu acabamento parcial de paralelepípedo. E para a felicidade das moças que viam os rapazes catalanos saírem para continuar seus estudos fora, “*nasce, todo primoroso e soberbo, verdadeiro orgulho da cidade, o ‘Ginásio Presidente Roosevelt’ do professor Antônio*

⁽⁷⁷⁾ Neste período de declínio econômico, dos anos trinta e quarenta, a cidade foi palco de assassinatos e barbáries, que ficaram perpetuados na memória da cidade (CHAUL, op. cit., pp. 181-182.)

Chaud, que irá oferecer o curso ginasial aos rapazes e moças".⁽⁷⁸⁾ E, apesar da vida "provinciana", contam seus moradores mais antigos, que havia uma vida cultural ativa. Em 1940, já possuía dois cinemas, o antigo "Cine Guarani" e o "Cine MetrÓpole", que eram a grande atração nos finais de semana. Destacava-se também o Clube Recreativo e Atlético Catalano, o CRAC, considerado como o clube mais importante do Estado de Goiás, que alegrava a sociedade com seus bailes e *soirée* dançante. O rádio também fazia parte do cotidiano da cidade, pois chegou por lá na época da segunda Guerra Mundial trazendo notícias, alimentando as ilusões com as suas novelas, alargando os limites daquela gente do interior.⁽⁷⁹⁾

A cidade se beneficiou com a fundação de Brasília, e particularmente com a Rodovia BR-050, que passou em sua periferia, ligando-a ao sul do país. Circunstâncias que pesaram na escolha da cidade quando da instalação das mineradoras, as quais, por sua vez, trouxeram novas obras de infra-estrutura, financiadas pelos governos Estadual e Federal. Apesar das modestas instalações que podia oferecer a partir de 1968, Catalão foi escolhida para sediar escritórios e funcionários (técnicos, engenheiros e trabalhadores) das mineradoras, mesmo que as jazidas estivessem localizadas também no município próximo, de Ouvidor. A partir daí, sua vida não foi mais a mesma.

Com a exploração dos minérios de nióbio e fosfato houve uma sensível transformação nas atividades produtivas e na vida social, política e cultural da cidade, basicamente em razão da maciça injeção de investimentos, maior circulação de renda, criação de um número significativo de empregos diretos e indiretos. As pesquisas minerais tiveram início em 1968 e, em função delas, a cidade recebeu representantes de várias empresas de mineração, nacionais e estrangeiras, empresários, professores e pesquisadores universitários, geólogos e engenheiros. Num primeiro momento, apenas as proprietárias do Mara Hotel, que os recebeu, se deram conta de suas presenças. Porém, alguns meses depois, quando as equipes de pesquisa da Metago e de outras empresas se fixaram e passaram a

⁽⁷⁸⁾ BARBOSA, Juarez Costa. *O Ambiente*. In: **História Política de Catalão**. Goiânia, 1994, p. 225.

⁽⁷⁹⁾ *Idem, ibidem*, pp. 228-229.

contratar operários, a cidade passou a olhá-las com alguma hostilidade. Percebendo um clima de desconfiança gerado pelo receio de que os forasteiros tumultuariam o ritmo das atividades locais, os geólogos que vieram para as primeiras pesquisas procuraram apresentar-se à sociedade, explicitando os objetivos de seu trabalho, e divulgando a importância das jazidas minerais ali existentes. Mas, não obtiveram nenhum sucesso, pois as palestras organizadas contaram com a presença de meia dúzia de pessoas. Apenas os políticos locais é que mostraram um certo interesse, porém, acompanhado de muita desconfiança. O geólogo Carvalho, relembra:

“Eu fui o primeiro geólogo que foi para lá em 69. Eu e um topógrafo, fomos começar a desenvolver a pesquisa...inicialmente ficamos em hotel, procuramos o prefeito, nos apresentamos. Não teve muita repercussão porque estava apenas começando. Mas daí a dois ou três meses depois, nós fizemos uma campanha muito intensa de perfuração de poços, então devíamos ter lá, seguramente 30 ou 40 duplas de poceiros, homens contratados nas cidades de Catalão e Ouvidor. Então, isto daí já começou a ter uma repercussão”.⁽⁸⁰⁾

O geólogo Elias Cuba, também esteve em Catalão no início das pesquisas minerais. Chegou em agosto de 70 e ficou até 72, e conta que nesta época a Metago operava as pesquisas com um grupo de quatro geólogos, três técnicos de mineração, dois ou três sondadores e uns dez trabalhadores contratados lá mesmo. Avalia que o início foi um período muito bom em que ainda não existia conflito com o pessoal da cidade. Em seu entender, a presença da empresa em Catalão ainda não tinha ressonância, pois o trabalho era muito restrito, e a pouca mão-de-obra necessária naquela fase da pesquisa era recrutada nas próprias fazendas onde se encontravam situadas as jazidas. Em suas palavras: *“a repercussão maior foi a partir do momento que a Metago passou a contratar cinquenta pessoas, aí o político começou a interessar por cargos, lugar onde ele poderia colocar alguma coisa.... Mas, a Usina Semi-industrial, sim, esta é que deu o impacto maior”*.⁽⁸¹⁾

⁽⁸⁰⁾ Entrevista do geólogo da Metago, Wanderlino T. de Carvalho, concedida à pesquisadora. Goiânia, 03-01-97.

⁽⁸¹⁾ Entrevista do geólogo da Metago Elias Cuba, , concedida à pesquisadora. Goiânia. 03-01-1997

É importante ressaltar que a Metago não chegou sozinha a Catalão. Além da estatal, atuava a empresa Brasimet (que era um grupo internacional com sede no Panamá que posteriormente foi comprada pela Anglo American Corporation).⁽⁸²⁾ Estes dois empreendimentos tiveram significativa repercussão econômica e social na cidade, porque incentivaram o êxodo rural e a urbanização, acenando com a possibilidade de absorver a mão-de-obra disponível na região além de interferir nos métodos de contratação e gerenciamento do trabalho. Assim, os filhos de pequenos proprietários, passaram a ter a expectativa de sair do campo para atuar na mineração, uma vez que ela aparecia como uma promessa de progresso, já que as empresas pagavam um salário compensador em comparação com o trabalho nas fazendas, nas pequenas indústrias e no comércio local. Parecia uma boa nova para os habitantes daquela região, a grande oportunidade de melhoria de vida para os assalariados. Para os jovens sem perspectivas de emprego, havia os pontos de trabalho na mineração e outras atividades indiretamente criadas por ela; para as mulheres que nunca haviam trabalhado fora de casa, a esperança de reforçarem o orçamento doméstico prestando serviços nas empresas e nas residências de técnicos e engenheiros.

Na década de 70, as mudanças se acentuaram. Em 1975, instalou-se a Usina Semi-industrial que, em 1978, se transformou na Goiás Fertilizantes S/A - Goiásfértil -. Em 1976, a Mineração Catalão de Goiás S/A, deu início a exploração da jazida de nióbio, e a Fertilizantes de Goiás- Fosfago -, passou a explorar as jazidas de fosfato. Catalão não era mais a mesma, pois chegavam as famílias dos profissionais para fixar residências, e pequenas empresas que também se instalaram para prestarem serviços às mineradoras. Os operários se organizaram em sindicatos e cooperativas, experiências inéditas numa cidade de interior. A sociedade catalana, até então acostumada com a tranqüilidade de uma vida sem pressa, teve que se adaptar aos novos ritmos das empresas industriais: os ônibus que passavam no horário marcado para apanhar os trabalhadores que atuavam em sistemas de turnos, as máquinas que não podiam parar. A cidade teve que se remodelar para solucionar as

⁽⁸²⁾ “A Brasimet, em Catalão, desenvolveu a primeira fase da pesquisa de nióbio e implantou em 1976, uma mina que é a segunda do mundo em termos de produção de nióbio. Posteriormente eles desenvolveram a pesquisa de fosfato e implantaram uma planta de fosfato primeiro que o próprio empreendimento da Goiásfértil”. (Entrevista do geólogo da Metago, Wanderlino T. de Carvalho, concedida à pesquisadora. Goiânia. 03-01-97).

dificuldades dos novos habitantes vindos de outras cidades e países. Os aluguéis tornaram-se caríssimos e os imóveis escassos, o comércio era precário, a educação e a saúde deixavam muito a desejar.

Mas Catalão foi aos poucos se adaptando e passou por uma expansão, da qual resultaram ganhos, mas, também, muitas perdas. Com as empresas vieram novos consumidores, e o comércio que era pequeno, cresceu significativamente, com a fundação de novas casas comerciais e a remodelação daquelas que já existiam, para atender uma clientela mais exigente.⁽⁸³⁾ Os comerciantes sentiram-se satisfeitos e confirmaram que, com a instalação das mineradoras, tudo havia melhorado, desde a distribuição de combustível até as prestações de serviços, conforme se pode perceber pelo comentário do presidente da Associação Comercial de Catalão: *“A cidade vai bem, no todo, para o comércio. Exceção feita a apenas alguns setores, que sofrem interferência direta da crise econômica fora de Catalão.”*⁽⁸⁴⁾ Também, o proprietário de uma loja de materiais de construção com 18 funcionários, comentou:

“...os catalanos são os felizardos da região, graças às empresas de mineração que se instalaram no município...O comércio vem se desenvolvendo bem. Todo fim do mês corre bastante dinheiro e todo mundo está procurando melhorar a sua moradia”. Ainda completou dizendo que “o dinheiro para o comércio, antes, girava mais no setor de agropecuária, nas mãos de poucas pessoas, os fazendeiros. Hoje, o dinheiro gira mais nas classes média e baixa, que estão procurando ascensão”⁽⁸⁵⁾

⁽⁸³⁾ Em 1982 já eram quase 400 estabelecimentos, não contabilizando as prestadoras de serviços, que chegaram a mais de 300 empresas (*“Exploração dos minérios faz o comércio crescer”*. Caderno Especial. **Diário da Manhã**. Goiânia. 20-08-83, p. 08.) Após a instalação das mineradoras até o final da década de oitenta, mais especificamente, 1989, Catalão contava com 121 empresas industriais e 1453 empresas comerciais. (Catalão-Goiás. **Informativo 1992**. Secretaria de Planejamento, Indústria e Comércio e Setor de Pesquisa e Turismo. Catalão. 1992).

⁽⁸⁴⁾ *“Exploração dos minérios faz o comércio crescer”*. Caderno Especial. **Diário da Manhã**. Goiânia, 20-08-83, p. 08.

⁽⁸⁵⁾ *Idem, ibidem*, p. 08.

Para estes comerciantes, a mineração não trouxe apenas melhorias econômicas mas também, novos hábitos. Parece que antes as pessoas não se preocupavam muito em morar bem, tanto que um dos maiores problemas encontrados por aqueles que vieram de fora para trabalhar, era o de moradia. Quase não existiam imóveis para alugar, e os que estavam disponíveis, geralmente, eram casas antigas, mal conservadas e cheias de insetos. Os novos moradores, engenheiros, técnicos, médicos e outros profissionais que vieram até do exterior, acostumados com outro estilo de vida, desejavam morar com um certo conforto. Então, os proprietários dos imóveis se viram diante da necessidade urgente de reformar e construir as residências para atender a demanda daquele momento. E, com isto, a cidade foi ganhando outros ares, tornando-se mais bem cuidada e com novas construções, dentre elas, no centro, o primeiro prédio de apartamentos.

Mudanças aconteceram, por exemplo, nos negócios do comércio. O comerciante acima mencionado comenta que: *“...o povo de Catalão melhorou bastante o nível de vida nestes últimos anos. Já tem uma nova visão de ser e de viver, procurando morar bem, comer bem, vestir bem e o seu nível de cultura é elevado em relação ao Estado de Goiás.”*⁽⁸⁶⁾ Abastecer-se de frutas, legumes e verduras em Catalão, nos anos setenta, era muito difícil. No Mercado Central e na pequena feira local, encontrava-se apenas “produtos da terra”, que não satisfaziam as necessidades dos novos habitantes. Por isso, eles precisavam se deslocar para as cidades mineiras vizinhas, Araguari e Uberlândia, para adquirir produtos mais diversificados. Diante desta demanda, os proprietários de bancas do Mercado, que teve seu movimento intensificado, remodelaram seus negócios, trazendo de Uberlândia as mercadorias consumidas pelos novos clientes. É com entusiasmo que um mais antigos proprietários de bancas relembra:

“Antes da mineração o comércio era fraco, é como se antes fosse 10% e com a mineração 300% ! O mercado não tinha movimento, ele era morto. Através do pessoal da Metago é que o mercado melhorou. Fruta como uva, melão e pêra, nós não tinha antes, com a vinda do pessoal para cá é que foi havendo procura. Os nossos aqui, não esquentava muito com

⁽⁸⁶⁾ Idem, ibidem, p. 08.

estas frutas, nos quintais aí tem laranja, banana. Ampliamos o negócio. Até hoje o pessoal da mineração continua comprando aqui, se não fosse eles, não precisava a gente buscar quantidades grandes”.⁽⁸⁷⁾

Os hotéis também se remodelaram e foram construídos outros. O Mara Hotel ampliou seu negócio e abriu o Mara Turismo Hotel para atender uma clientela maior, principalmente os profissionais da mineração. O número de veículos na cidade cresceu consideravelmente. Além dos carros particulares dos antigos e dos novos moradores, havia os carros das empresas que instalaram seus escritórios na cidade. Numa época de racionamento de combustível, um empresário, dono de um posto de gasolina, afirmou que apesar dos constantes aumentos dos combustíveis, *“tem aumentado o número de automóveis na cidade e a venda de gasolina é cada vez melhor.”*⁽⁸⁸⁾ As lojas de confecções e armarinhos, uma fatia do comércio local dominada por imigrantes sírios, libaneses e judeus, que atendiam uma clientela assalariada, também cresceram. E os que investiram para conquistar uma classe com poder aquisitivo mais alto, criaram lojas e boutiques com produtos mais sofisticados. Alguns destes comerciantes, hoje, se recordam com saudosismo daqueles tempos:

“Catalão tinha uma estrutura econômica muito frágil, somente contava com a agropecuária que era frágil. A mineração é que veio melhorar. Catalão mudou muito de lá para cá. Loja tradicional, sabe como é, hoje isto está acabando, hoje é loja com promoções, com propaganda. Na época da mineração eu vendia bem demais... Vendia bem, a concorrência era muito menor, embora a inflação levava um pouco do lucro, a gente fazia um esquema de rodízio. A gente comprava um pouco mais caro, mas vendia um

⁽⁸⁷⁾ Entrevista com o Sr. Oswaldo, um dos donos de banca de frutas e verduras do Mercado Municipal de Catalão, à pesquisadora. Catalão, 24-04-97.

⁽⁸⁸⁾ *“Exploração dos minérios faz o comércio crescer”*. Caderno Especial. **Diário da Manhã**. Goiânia, 20-08-83, p. 08.

pouco mais caro, funcionou. Eu sei de muita gente aqui que realizou tanta coisa que hoje não fariam nem a metade, eu fui um deles”.⁽⁸⁹⁾

No campo cultural, as mudanças também aconteceram. Quem afirma é o proprietário das bancas de revistas, livros e jornais: *“Com a chegada da mineração em Catalão, o nosso negócio melhorou muito. Antes as pessoas aqui não liam certas revistas, mas quando vieram as pessoas de fora que começaram a solicitar revistas como Veja, Isto é, Exame e jornais de outros Estados, as pessoas daqui começaram também a ler estas revistas e jornais”*.⁽⁹⁰⁾

Na área de saúde, Catalão já contava com três bons hospitais: Hospital Nasr Fayad, Hospital São Nicolau e Santa Casa de Catalão. Após a chegada da mineração estes estabelecimentos hospitalares foram reformados e muitos profissionais da área da saúde como médicos, dentistas e bioquímicos instalaram consultórios e laboratórios de análises clínicas. Foram também criados vários postos de saúde nos bairros.

Indiretamente, a mineração influenciou outros empreendimentos. O Frigorífico Vale do Paranaíba S/A - FRIVAP - a segunda maior indústria de Catalão, funcionando desde 1973, resultou da fusão de charqueadas de uma mesma família, para se adaptar à ampliação do mercado de carne.⁽⁹¹⁾ Também na agricultura, as transformações se fizeram notar. As terras do cerrado prevalecem na região de Catalão, e cerca de 70% a 80%, delas são ácidas e precisam ser corrigidas para produzir boas colheitas, fato que encarecia o aproveitamento da terra para a agricultura. Por este motivo, os proprietários privilegiavam a criação de

⁽⁸⁹⁾ Entrevista com o Sr. Naim, proprietário de uma loja de tecidos, na época da chegada da mineração, em sua loja eram encontrados tecidos finos, atendia uma classe com poder aquisitivo mais alto. Catalão, 25-04-97.

⁽⁹⁰⁾ Entrevista com o Sr. Kalil, proprietário de uma das melhores lojas da cidade, onde se encontram presentes finos, produtos importados, frios, vinhos, e também uma banca de revistas e livros. Catalão, 26-04-97.

⁽⁹¹⁾ Em 1983, estava abatendo 200 reses diariamente e exportando para São Paulo, empregando 90 a 135 trabalhadores, segundo as temporadas de safra e entre-safra. Segundo seu diretor-presidente, João Alfredo da Fonseca, a perspectiva da empresa para 1985, era abater 400 reses por dia (*“Frivap abate 200 reses e exporta para São Paulo”*. *Diário da Manhã*. Goiânia. 20-08-83. p. 08.)

gado. Com a exploração do fosfato na região, ela passou a atrair agricultores paulistas, gaúchos e paranaenses, que, com novas técnicas de agricultura e com o emprego do fosfato, transformaram o solo do cerrado. Estes agricultores começaram a plantar soja, e já em 1983, conseguiram uma produção era de 2.388 toneladas, com uma produtividade de 1980 quilos por hectare,⁽⁹²⁾ alterando substancialmente o desempenho da economia da cidade e da região.

No setor educacional, também se registraram mudanças. O Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus, escola tradicional, mas com ensino de boa qualidade, dirigida pelas Irmãs Agostinianas, que em outros tempos havia sido um famoso internato feminino, atendendo uma clientela abastada da região, remodelou-se para acolher os filhos dos profissionais da mineração. O Colégio se ampliou e incorporou, em seu corpo docente, novas professoras, muitas delas esposas de engenheiros e de técnicos recém instalados em Catalão. Montou-se também o Centro Educacional Paulo Freire - Colégio Anglo - de 1º e 2º graus e pré-vestibular, com professores de Catalão e de Uberlândia. Outras escolas particulares foram sendo abertas, de ensino fundamental e do secundário. As Escolas Públicas e Municipais passaram por uma reestruturação. Tanto o Estado de Goiás como a prefeitura de Catalão se empenharam em reciclar professores, reformar os prédios das antigas escolas, ampliar o número de salas de aulas, criar escolas na zona rural e nos bairros da cidade. Foram ainda criados cursos profissionalizantes: Senai, Senac e Escola Agrícola Municipal.

Outro sinal da mudança foi a instalação de vários cursos extra-curriculares: um curso de inglês, que se destacava pela sua qualidade e pelas atividades que promovia, entre estas gincanas, intercâmbios e viagens ao exterior. Uma das professoras recém chegada, montou um curso de Língua Portuguesa, e, juntamente com outras pessoas ligadas à mineração, promovia sarais de poesia e teatro nas ruas da cidade, inovando, inserindo novas práticas, novas maneiras de sentir e pensar, fato providencialmente apontado pelo Colégio Anglo em seu depoimento: *“Queiram ou não as pessoas mais tradicionais, estas pessoas*

⁽⁹²⁾ *“A expansão do Setor Agropecuário”*. Caderno Especial. **Diário da Manhã**. Goiânia, 20-08-83, p. 09.

(que vieram de fora) mexem com a cabeça e alteram. A gente aqui mesmo no colégio, embora eu seja da região, mas eu não estava aqui, no que a gente veio, é emprego que você gera, é uma mensagem nova que você passa, são professores que vem de fora....⁽⁹³⁾

Com todo este movimento, em 1986, foi possível, instalar na cidade um Campus de Extensão Universitária da Universidade Federal de Goiás, que, inicialmente, ofereceu os cursos de Geografia, Pedagogia, Educação Física e História. Cumprindo-se, assim, parte de um programa de interiorização do ensino da UFG, que objetivava levar *campi* avançados a diversas regiões do Estado de Goiás. Ainda no terceiro grau, foi criado o Centro Superior de Ensino de Catalão - CESUC - com os cursos de Administração de Empresas, Direito e Pedagogia.

Mas estas transformações marcadamente promissoras na cidade, deixaram para trás, experiências sofridas que são rememoradas por aqueles que as vivenciaram num passado ainda muito recente. Quando, em fins da década de sessenta, os primeiros pesquisadores chegaram a Catalão e se instalaram no Mara Hotel, foram confundidos com viajantes, que constantemente passavam por lá, dirigindo-se para o interior do Estado de Goiás. Mas, à medida que eles ali fixaram residência, e, sobretudo, cresceram em número e passaram a atuar mais intensamente nos campos de pesquisa, a cidade registrou com desconfiança suas presenças. O estabelecimento era gerenciado por duas irmãs, que logo tornaram grandes aliadas destes novos moradores, que reuniam funcionários de várias empresas, alguns vindos do exterior. Comenta uma das proprietárias, que o hotel recebeu muitas pessoas importantes do setor mineral, como os professores Dr. Paulo Abib (engenheiro) e o Dr. Henrique Grossi (geólogo) e, ainda, estrangeiros vindos dos Estados Unidos, Alemanha e França. Mas elas tinham mais afinidades com o pessoal da Metago, pois esta era uma “*empresa da terra*”.⁽⁹⁴⁾

⁽⁹³⁾ Entrevista com um dos proprietários e diretor do Educandário Paulo Freire: Colégio Anglo de Catalão, concedida à pesquisadora em Catalão, 25-04-97.

⁽⁹⁴⁾ Entrevista com a Sra. Maria Ferreira Basilio (Lili), uma das proprietárias do Mara Hotel, à pesquisadora. Catalão, 13-05-97.

As proprietárias do Hotel ajudaram os funcionários das mineradoras que se fixaram em Catalão a resolver problemas como a locação de residências, aquisição de imóveis, compras em geral, apresentando-os às pessoas da cidade. Segundo uma das irmãs, elas os auxiliaram porque estes novos habitantes não eram bem vistos pela população local. Por esta razão, encontravam tantas dificuldades para alugarem casas ou comprarem a crédito, e por isso, muitas vezes, essas senhoras foram avalistas dos recém chegados.⁽⁹⁵⁾ Desta forma, estabeleceu-se grande amizade entre os engenheiros, geólogos e técnicos que moravam no Mara Hotel e as suas proprietárias. Um destes técnicos, que veio do Nordeste para Catalão aos dezoito anos de idade, relembra que *“o Mara Hotel era o ‘Quartel General’, onde o pessoal de fora se sentia em casa, onde tinham liberdade de entrar na cozinha, fritar um ovo, comer um sanduíche fora de hora”*.⁽⁹⁶⁾ Esta proximidade das duas irmãs com o pessoal da Metago resultou em alguns dissabores e até comentários maldosos de políticos locais que se sentiam prejudicados pela amizade entre elas e os pesquisadores, conforme nos relata uma delas: *“teve uma ocasião, que alguns políticos locais chegaram a afirmar em uma reunião política que quem mandava na Metago em Catalão era a ‘Lili’. Portanto, para conseguir algum emprego na Metago, primeiro tinha que passar pelo Mara Hotel”*.⁽⁹⁷⁾ Esta senhora, que era professora em uma escola estadual, foi demitida de seu cargo sem qualquer explicação.

Por sua vez, o técnico de mineração, Jair de Melo, funcionário da Metago, nos informou que sofreu muitas restrições para ser aceito pela sociedade catalana, principalmente por ser muito jovem, nordestino, amante da música e de um bate-papo em uma roda de amigos, também recrutados por ele na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Todos esses jovens técnicos eram vistos como “garimpeiros”, “forasteiros” e “nordestinos”, por isso não podiam namorar as moças da cidade, porque diziam, como eles

⁽⁹⁵⁾ Idem, *ibidem*.

⁽⁹⁶⁾ Entrevista com o técnico de mineração da Metago e depois da Goiasfértil, Jair de Melo, à pesquisadora. Catalão 23-04-97.

⁽⁹⁷⁾ Entrevista com a Sra. Maria Ferreira Basilio, uma das proprietárias de Mara Hotel, à pesquisadora. Catalão, 13-05-97.

estavam ali de passagem, não eram bons partidos.⁽⁹⁸⁾ Diante da recusa em serem recebidos pela sociedade local, os técnicos de origem nordestina acabaram formando um grupo unido, que se reunia para jogar bola, falar sobre a cultura nordestina, tocar violão e cantar música popular brasileira, um estilo musical que ainda não havia sido divulgado na cidade. Foi preciso algum tempo, comenta o técnico Jair, para que os jovens participassem do grupo e cantassem com eles músicas do Caetano Veloso, Gilberto Gil, Betânia e Gal Costa. Para ele:

“..à medida que o trabalho, as pesquisas minerais foram ficando mais consistentes, a imagem que os catalanos tinham das pessoas vindas de fora foi se transformando. A Metago foi se estruturando, começou a dar empregos, engenheiros foram chegando com suas famílias para se fixarem em Catalão. Isto foi bom para nós. As pessoas começaram a acreditar na gente”.⁽⁹⁹⁾

Ressaltou ainda um outro fator que ele acredita ter sido de fundamental importância para reverter sua imagem negativa: a confiança neles depositadas pelos engenheiros, pois eles eram vistos como pessoas “importantes”, abastadas e de discernimento, pela população local, porque procuravam as melhores casas para alugar, tinham um salário considerado muito alto. Quando estes engenheiros viajavam com suas famílias, entregavam suas residências para os técnicos tomarem conta. Isto causava surpresa no pessoal da cidade, que começou a perceber que aqueles jovens que eles haviam marginalizado, tinham toda confiança, consideração e amizade dos engenheiros.⁽¹⁰⁰⁾

A resistência foi aos poucos sendo superada, primeiramente entre os mais jovens. O grupo de técnicos nordestinos foi gradativamente quebrando o gelo e mostrando

⁽⁹⁸⁾ Entrevista com o técnico de mineração da Metago e depois da Goiásfértil, Jair de Melo, à pesquisadora. Catalão 23-04-97. Este preconceito contra o “garimpeiro” nas zonas de mineração vem de longa data. Ao longo dos séculos XVII e XVIII os garimpeiros eram tratados como “marginais” ou “desclassificados sociais”, sempre perseguidos pelos caçadores de escravos. Sempre clandestino, diferenciou-se do minerador não pelo modo como extraía o bem mineral - ambos braçais e de pouca técnica - mas pela condição de ilegalidade. (SCLAR. Op. cit., p. 97.)

⁽⁹⁹⁾ Idem, ibidem.

⁽¹⁰⁰⁾ Idem, ibidem.

os seus valores. Aproximaram-se dos jovens, nos jogos de futebol, nos barzinhos, nas festas e no clube. Até mesmo namoros começaram a acontecer entre eles e, alguns, terminaram em casamentos. Também para os geólogos e engenheiros da Metago a aceitação não foi imediata. No início, foram vistos como “forasteiros”, homens que estavam de passagem, o que dificultou muito o seu entrosamento com a sociedade. Os solteiros, principalmente, enfrentaram problemas maiores pois foram bem recebidos pelas moças, fato que despertou a animosidade dos rapazes, como conta o geólogo Elias Cuba: “...quando estávamos na churrascaria ‘Cambota’ ou no cinema, as meninas vinham e tal, aí você sentia uma certa animosidade por parte do pessoal... eu até acabei namorando e casando lá”.⁽¹⁰¹⁾ Mas, em contrapartida, os comerciantes receberam muito bem os novos moradores:

“...no posto de gasolina nós éramos os melhores clientes, éramos tratados muito bem por este pessoal, nas oficinas, no próprio hotel. Este pessoal nos defendia e nos tratava muito bem, com este pessoal tínhamos um convívio muito bom, sempre nos convidava para as festas. O resto nos olhava sem muito interesse, era como se dissessem: ‘o que esse pessoal de fora faz aqui?’”⁽¹⁰²⁾

Mas, outros conflitos mais graves aconteceram, sendo que um deles teve um final trágico. Trata-se de um acidente no campo de pesquisa, fato revelador do maior impacto ocasionado pela mineração na região. Um chofer da Metago atropelou um rapaz filho de um dos proprietários das fazendas onde se localizavam as áreas de pesquisa, acidente que terminou com a morte do rapaz, a fuga do motorista, a revolta dos familiares e também da população da cidade. Foi uma situação muito complicada para a empresa e colaborou para acirrar mais ainda a desconfiança e a rejeição aos “forasteiros”, que vinham convulsionar, de várias maneiras, a vida da cidade.

Antes deste acontecimento, as relações entre as mineradoras e os fazendeiros já eram bastantes delicadas, marcadas por episódios de ameaças com arma de fogo à equipe de

⁽¹⁰¹⁾ Entrevista com o geólogo da Metago, Elias Cuba, à pesquisadora. Goiânia, 03-01-97.

⁽¹⁰²⁾ Idem, *ibidem*.

pesquisa, signatária de uma intervenção do Estado em seu direito de propriedade. Não era fácil para estes proprietários, que sempre haviam gerenciado suas posses, verem suas terras sendo “invadidas”, “exploradas” e “usurpadas” por estranhos, respaldados na lei. O geólogo Carvalho explica:

“...a Constituição de 1946 vigorou até 1967, por esta Constituição, o proprietário da terra tinha prioridade para fazer a pesquisa. Com a Constituição de 1967 isto foi modificado, passou a ter o que se chama ‘dualidade imobiliária’, o proprietário do solo não é o proprietário do subsolo, houve uma separação do solo e subsolo, então com isto abriu-se a oportunidade de se mudar o Código da Mineração em fevereiro de 1967.”⁽¹⁰³⁾

Esta mudança do Código de Mineração foi vista pela comunidade minerária como extremamente importante, porque para muitos deles o fazendeiro não tinha “mentalidade empresarial,” não tinha interesse em fazer mineração, era um conservador por natureza. Em Catalão, a pesquisa mineral teve início em 1968 quando o Código de Mineração já tinha sido reformulado e colocado em vigor. A maior parte das fazendas onde se encontravam as jazidas foram compradas pela Metago a contragosto de seus proprietários. Os fazendeiros não queriam vendê-las, mas o governador do Estado na época (Arena), baixou um decreto para fim de desapropriação, pressionando-os a negociar. Para alguns engenheiros e geólogos entrevistados, esta foi uma medida autoritária e ilegal, já que a lei não proporcionava este direito ao governador. Além disso, tais fazendas tinham, muitas vezes, além do valor econômico, um valor social e afetivo para seus proprietários. Conforme afirma um historiador local: *“A propriedade nas pequenas comunidades, é uma questão que define não apenas o patrimônio da família mas, muito mais importante que isto, define também a sua condição social.”⁽¹⁰⁴⁾*

Além do litígio que ocorreu nas áreas de prospecção mineral, houve grandes problemas com a desapropriação das demais áreas requisitadas pelas mineradoras, as

⁽¹⁰³⁾ Entrevista com o geólogo da Metago, Wanderlino T. de Carvalho, à pesquisadora. Goiânia. 03-04-97.

⁽¹⁰⁴⁾ BARBOSA. Op., cit., p. 247.

chamadas “áreas de servidão”,⁽¹⁰⁵⁾ pois o trabalho de mineração ocupou não apenas as terras onde se encontravam as jazidas minerais, mas todo um espaço físico circunvizinho, bem mais amplo, para executar a exploração mineral. A construção das instalações industriais demandou outras áreas para captação de água, estradas, transmissão de energia elétrica, construções civis e outras mais, que não poderiam ser feitas dentro das próprias jazidas. Por isso, a empresa adquiriu terras vizinhas, e os conflitos se multiplicaram e acirraram com a resistência dos fazendeiros, pois alguns deles enfrentaram os técnicos a mão armada, conforme nos relata um dos geólogos:

“...tivemos muitos problemas, nós tivemos pessoas como o Gileno, que chegou a sacar a arma para o Ronaldo (engenheiro da Metago). Tivemos estes problemas com o fazendeiro, após a morte do filho dele. No chapadão mesmo, somente com um fazendeiro nós tivemos um relacionamento mais amistoso, que era com aquele Gomide, que não vivia lá, a fazenda também não era muito grande, conversávamos mais com o gerente dele, quando precisávamos de alguma coisa, conversávamos com ele em Uberlândia. Foi muito difícil convencê-los a deixar, a assinar, todos eles tinham restrições para a gente entrar, fazer as pesquisas, foi um trabalho muito difícil. O pessoal não entendia a importância da mineração para o Estado, para o município”.⁽¹⁰⁶⁾

Assim, sem conseguir resolver amigavelmente as negociações, a empresa recorreu à lei e as áreas foram desapropriadas judicialmente,⁽¹⁰⁷⁾ acentuando um clima de animosidade entre a equipe de pesquisa e os fazendeiros. O geólogo Iranildo Valença, que chegou a Catalão logo em seguida a esses conflitos, conta que o diretor da Metago, o

⁽¹⁰⁵⁾ A Legislação Minerária afirmava que: “Ficam sujeitas a servidões de solo e subsolo, para os fins de pesquisa ou lavra, não só a propriedade onde se localiza a jazida, como as limitrofes”. (Código de Mineração, Cap. IV “Das Servidões”, Art. 59, p. 43.)

⁽¹⁰⁶⁾ Entrevista com o geólogo Iranildo R. Valença, concedida à pesquisadora em Goiânia, 04-04-97.

⁽¹⁰⁷⁾ Garante a Legislação minerária que: “Instituem-se as Servidões mediante indenização prévia do valor do terreno e dos prejuízos resultantes dessa ocupação...Não havendo acordo entre as partes, o pagamento será feito mediante depósito judicial da importância fixada para indenização, através da vistoria ou perícia com arbitramento, inclusive da renda pela ocupação, seguindo-se o competente mandato de imissão de posse na área, se necessário”. (Código de Mineração, Cap. IV “Das Servidões”, Art. 60, Parágrafo 1º, pp. 43-44.)

engenheiro Paulo Lobo, o chamou e lhe disse: *“Olha Iranildo, você vai para lá, você gosta de bater papo com as pessoas, você vai quebrar um pouco essa animosidade que está existindo em Catalão. Eu fui lá mais para isto, mas nós éramos vistos como garimpeiros, como pessoas aventureiras”*.⁽¹⁰⁸⁾ Esta resistência em aceitar “os invasores usurpadores” se estendeu, num primeiro momento, até mesmos às famílias dos profissionais da mineração, que foram marginalizadas: tiveram dificuldades para fazer amizades, para encontrar ajudantes domésticas e entrosar as crianças. Então, acabaram formando um grande grupo a parte, que se reunia com frequência, em suas próprias residências.

Assim, as mineradoras deram origem a um “enclave social”,⁽¹⁰⁹⁾ pois os funcionários graduados das empresas tinham um alto padrão de vida se comparado com o resto da população local, alguns moravam em vilas próprias, afastadas da cidade. Entretanto, para alguns catalanos, esta rejeição não existiu, principalmente para os comerciantes. Eles sempre afirmam que o relacionamento com as pessoas chegadas de fora era muito bom, que o povo de Catalão sempre foi muito hospitaleiro:

“As pessoas que vieram com a mineração e mesmo as que chegam hoje, são recebidas de braços abertos. As pessoas estão satisfeitas aqui, muitas pessoas que se aposentaram na Mineração Catalão e na Copebrás, não voltaram para as suas terras, permaneceram aqui, hoje seus filhos nascidos aqui já fazem faculdade aqui em Catalão”.⁽¹¹⁰⁾

Num primeiro momento, na fase de montagem das empresas, os trabalhos minerários absorveram muita mão-de-obra braçal, mas, posteriormente, as condições se alteraram. As empresas de mineração que ali se instalaram eram modernas e utilizaram no processo de produção máquinas e alta tecnologia. Desta maneira, não absorveram uma grande quantidade de trabalhadores. Porém, sua instalação estimulou um verdadeiro êxodo rural, uma vez que os desempregados do campo vieram para a cidade aspirando empregos e

⁽¹⁰⁸⁾ Entrevista com o geólogo Iranildo R. Valença, concedida à pesquisadora em Goiânia, 04-04-97.

⁽¹⁰⁹⁾ CARVALHO. Op. cit. p. 188.

⁽¹¹⁰⁾ Entrevista com o sr. Osmar P. Carneiro, proprietário de uma farmácia na cidade, concedida à pesquisadora em Catalão, 23-04-97.

melhoria de vida. O IBGE acusou um decréscimo da população rural do município de aproximadamente 30% nas décadas de 70/80, pois ela passou de 12 mil pessoas para pouco mais de 8 mil. Entretanto, no mesmo período, a população urbana teve um acréscimo de 100%, passando de 15 mil habitantes para mais de 30 mil,⁽¹¹¹⁾ fato que denota que Catalão recebeu migrantes de toda a região. Como as mineradoras, pelo seu caráter moderno de exploração mineral, não absorveram toda essa mão-de-obra disponível, criaram-se problemas urbanos e sociais característicos da maioria das cidades que passam por um processo muito rápido de industrialização. A maior parte dos migrantes, apesar de não conseguirem emprego nas mineradoras, preferiram continuar tentando a vida na cidade. Alguns foram absorvidos em postos de trabalhos gerados indiretamente pela mineração; outros abriram pequenos negócios próprios. Porém, uma grande parte ficou na cidade sobrevivendo de “bicos” e do subemprego. Com tudo isto, Catalão cresceu muito, ganhou novas casas, construíram novos bairros com residências de classe média, o Governo construiu conjuntos habitacionais, escolas e postos de saúde, redes de esgoto, ruas ganharam asfalto. Mas a cidade também se expandiu na periferia, pontilhada por barracos e pela pobreza, um cenário que antes não se via.

Quando a mineração chegou, em meados da década de sessenta, Catalão era uma cidade que, apesar de interiorana, oferecia uma boa qualidade de vida, pois tinha bons serviços urbanos como água tratada, energia elétrica e uma estação repetidora de TV, que permitia a seus moradores acompanhar as notícias do mundo e do País, pela TV Triângulo da cidade vizinha Uberlândia. Conta um dos geólogos:

“Catalão, naquela época era uma cidade boa para se viver. Tinha televisão, eu por exemplo, vi lá no hotel onde eu estava, a aterrissagem do homem na lua, em 1969 (...) a qualidade de vida da população naquela época era bastante razoável, eu acredito que era melhor do que hoje, não tinha problemas sociais. Em realidade, talvez, em termos de qualidade de vida, talvez pode ter acontecido em nível nacional, por causa da distribuição de renda. Em Catalão, no meu ponto de vista, naquela época tinha uma qualidade de vida

⁽¹¹¹⁾ “O Sudeste retoma o crescimento”. **Diário da Manhã**. Goiânia. 20-08-83, p. 02.

melhor do que hoje. Em Catalão não tinha favela, no decorrer do tempo, eu lhe disse nunca perdi o vínculo com Catalão, pois eu me casei lá, tanto por interesse profissional como particular, eu vi que Catalão foi aparecendo favelas ao longo do morro São João”.⁽¹¹²⁾

A cidade, como todas as outras que passaram pelo processo da industrialização, começava a conviver com os seus ganhos e os seus custos. Apesar de não encontrarmos em sua periferia o triste e perverso cenário das grandes cidades, exteriorizado nas condições sub-humanas das favelas, das moradias improvisadas de trabalhadores sob os viadutos e mendigos dormindo em caixas de papelão, já se presenciava o inchaço populacional, desemprego, escassez de moradias, baixos salários, exploração do trabalho, falta de assistência social, perda da qualidade de vida entre outras.

⁽¹¹²⁾ Entrevista com o geólogo da Metago, Wanderlino T. de Carvalho, à pesquisadora. Goiânia, 03-01-97.

Capítulo III

Mineração e Política Local: os herdeiros da industrialização

Até a década de 1940, assim como na maioria dos municípios goianos, Catalão conviveu com violentos confrontos pela posse do poder, nos quais os coronéis, senhores da política local, resolviam suas diferenças à bala, conforme relata o jornalista Moisés Santana: *“Catalão, terra onde tem sido secularmente formada uma tradição de crimes, dos mais grosseiros e revoltantes atentados à vida, à propriedade e à liberdade, manietada sempre e sempre por um mandonismo ferrenho, tremendo e odioso.”*⁽¹⁾ Como “porta de entrada” para a região central do Brasil, a cidade abrigava gente de todos os lugares. Segundo outro escritor da terra, Cornélio Ramos, *“a violência influía de tal modo sobre o espírito das pessoas, que o prestígio político era avaliado de conformidade com a valentia dos seus líderes ou pela qualidade de seus jagunços”*.⁽²⁾

Após o Estado Novo, a cidade passou por significativas mudanças, marcadas especialmente pela atuação de João Netto de Campos, que dominou a política de Catalão de 1947 a 1964, momento em que os confrontos físicos foram superados. Foi eleito prefeito pela primeira vez em 1947, pelo Partido Socialista do Brasil (PSB), porém, mais tarde, ingressou no Partido Social Progressista (PSP), nele permanecendo até o Golpe Militar. Em 1951 foi eleito deputado estadual, ainda pelo PSP, conseguindo se eleger como tal, por ainda mais duas legislaturas, sempre pelo PSP, que dominava a política local.⁽³⁾ Para seus conterrâneos, sua imagem política sempre foi marcada pela capacidade de contestar:

⁽¹⁾ Texto de Moisés Santana publicado no Jornal Sul de Goiás, de junho de 1908, citado no livro de Cornélio Ramos: *Catalão de Ontem e de Hoje, curiosos fragmentos de nossa história*. Catalão, 1984, p. 33.

⁽²⁾ *Idem*, *ibidem*, p. 32.

⁽³⁾ *A História por quem viu tudo*. *Diário da Manhã*. Especial. Goiânia. 20-08-83, p. 11.

"O velho guerreiro, um homem simples, de formação democrática, extremamente liberal. Surgiu, ganhando espetacularmente as eleições de 1947... Foi eleito Prefeito Municipal por duas vezes, Deputado Estadual por três vezes, e Vice- Prefeito na chapa encabeçada pelo novo líder Haley Margon, nas eleições de 15 de novembro de 1982."⁽⁴⁾

Parece-nos que João Netto se popularizou, embora pertencesse a um dos clãs políticos não dominantes. Era um fazendeiro abastado que se dedicava à criação e exportação do gado zebu, atividade esta que o aproximou de outros criadores do Triângulo Mineiro, levando-o até mesmo a residir, a partir de 1943, na cidade mineira de Uberaba. Há várias décadas, a família Netto tinha como concorrente os Sampaio, que dominaram politicamente Catalão no período em que João Netto se estabeleceu em Minas. Durante a Guerra, a cidade, assim como tantas outras, atravessou dificuldades com o racionamento de sal, açúcar e farinha de trigo, cuja distribuição foi monopolizada pelos Sampaio. João Netto, quando informado dessa situação, não perdeu a oportunidade de agir para ganhar a simpatia da população:

"...eu morava em Uberaba e só quem tinha sal na cidade de Catalão era o Diógenes (Sampaio), e ele vendia para quem ele queria. Era um câmbio negro medonho. Eu tinha um amigo aqui em Catalão, Sebastião Caiado, e ele mandou 8 vagões de sal. Dei pra todo mundo. O Diógenes teve que vender seu sal para Formosa e outros lugares. Depois com o açúcar e a farinha de trigo, eu mandei os dois. Nessa época eu nem pensava em política, fazia tudo para combater a exploração. Eu tava bem de vida (...) o negócio depois foi ficando ruim lá em Uberaba."⁽⁵⁾

A crise nos negócios pecuários o lançou na política, aproveitando, por um lado, a tradição familiar (a oligarquia Netto) e, por outro, a simpatia conquistada. Seu prestígio cresceu daí para frente, particularmente por sua ligação com os partidos de oposição ao regime militar, o MDB e, posteriormente, o PMDB.

⁽⁴⁾ RAMOS. Op. cit., pp. 93-94.

⁽⁵⁾ Entrevista de João Netto de Campos ao historiador Nasr F. Chaul em: **História Política de Catalão**, op. cit., p. 201.

1- A Arena e o Complexo Mineral: confrontos entre políticos e geólogos.

Muitos habitantes de Catalão ainda consideram que o desenvolvimento econômico da cidade na década de setenta foi resultado do bom governo executado pelos políticos locais filiados à Arena, que souberam “moralizar a coisa pública” e afastar os vícios do governo anterior, particularmente da família Netto. Portanto, antes de 1964, já havia um movimento de oposição aos Nettos relacionado à família Sampaio, articulado por Geraldo Evangelista, Nilo Margon Vaz, Ozar Vieira Leite, Cristiano Aires, Wilson da Paixão, Leovil Evangelista, Bento de Paula, Lamartine Pinto e Tácito de Campos, grupo que compôs a Arena em Catalão e assumiu a administração da cidade. Nele destacaram-se dois jovens políticos, filhos da terra, que acabavam de retornar do Rio de Janeiro, após suas formaturas, o médico Sílvio Pascoal e seu irmão, o dentista, Ênio Pascoal, os quais afirmavam que o objetivo deste movimento oposicionista era criar uma nova cidade: *“Catalão diferente, porque nós sonhávamos com uma cidade diferente da que tínhamos então...o Catalão que temos hoje (1983), que surgiu a partir das condições políticas de 64.”*⁽⁶⁾ Pode-se considerar, portanto, que a disputa que se estabeleceu na cidade depois do golpe de 1964, reeditou com novos personagens, com novas práticas e com outras circunstâncias históricas, o tradicional embate entre Nettos e Sampaio.

Após o golpe de 1964, elegeram-se para prefeito Leovil Evangelista da Rocha (1966-1969) e para vice Bento de Paula, que esforçaram-se no sentido de marcar diferenças com as administrações anteriores, tanto do ponto de vista das realizações, quanto da filosofia de governar: procuraram remodelar a cidade e a política, regularizaram os serviços da prefeitura, reconstruíram praças, calçaram as ruas principais, arborizaram e ajardinaram as avenidas, construíram uma nova Estação Rodoviária, reajustaram impostos e, ainda, o prefeito abdicou de seu salário, revertendo-o à construção de um conjunto habitacional, a Vila Raulina, para a população mais carente.⁽⁷⁾ Na esteira desta administração, Ênio Pascoal

⁽⁶⁾ Deputado Sílvio Pascoal em entrevista: *Pascoal fala do seu Catalão diferente*, no **Diário da Manhã, Especial**, Goiânia, 20-08-83, p. 11.

⁽⁷⁾ RAMOS. Op. cit., pp. 91-92.

elegeu-se para a Assembléia Legislativa, chegando mais tarde, à presidência da mesma por dois mandatos e, seu irmão, Sílvio Pascoal, ficou na Câmara Municipal, abrindo uma luta acirrada, segundo suas palavras, contra “a oligarquia dos Nettos”, conseguindo se candidatar e ser eleito prefeito em 1972 pela Arena:

“Em 1972, numa acirrada disputa eleitoral, foi eleito Prefeito de Catalão, pela Arena (...) o jovem político emergente do novo regime, Sílvio Pascoal. Devido ao seu temperamento explosivo, sua franqueza, sua maneira, as vezes rude de enfrentar os problemas municipais, valeu-lhe por parte de seus adversários, o apelido de “Cavalo da Arena”. O fato não irritou o novo alcaide, ao contrário, e para provar a maneira esportiva com que recebeu a ofensa, comprou uma pequena estatueta de um cavalo branco e colocou sobre sua mesa de trabalho, como mascote, ou símbolo de sua vitória.” ⁽⁸⁾

Para o prefeito eleito: *“Aí começou o trabalho pelo desenvolvimento, levando a Catalão as grandes obras que lá estão, como o serviço de água tratada, a energia elétrica de Cachoeira Dourada, o Crisa, a Caixa Econômica Federal, a canalização do ribeirão Pirapitinga, o Ginásio Polivalente, a pavimentação da cidade, isso durante quatro anos”*.⁽⁹⁾

Evidentemente, as atividades relacionadas à mineração, iniciadas em 1968 pela Metago, e os benefícios trazidos por ela foram associados a estes políticos, que carregaram para seus currículos particulares a obtenção das obras públicas exigidas para a instalação da mineração, negociadas junto às administrações Federais e Estaduais. Como já foi mostrado, o potencial mineral da região Catalão/Ouvidor era indiscutível e atendia as necessidades econômicas e políticas pelas quais o país vivenciava. A Metago já tinha realizado suas pesquisas de prospecção e estava instalando sua planta semi-industrial para a exploração dos minérios; as outras mineradoras privadas também se encontravam instaladas e iniciando sua produção, o que demandava uma infra-estrutura industrial que a região não possuía. Para a viabilidade de um complexo mineral é necessário que toda a infra-estrutura da mineração

⁽⁸⁾ Idem, *ibidem*, p. 93.

⁽⁹⁾ Deputado Sílvio Pascoal em entrevista *Pascoal fala do seu Catalão diferente*, no **Diário da Manhã Especial**. Goiânia, 20-08-83, p. 11.

seja instalada nas proximidades das fontes minerais, por isso a mineração é vista como um fator de desenvolvimento nestas regiões que, geralmente, se encontravam no interior. As jazidas minerais de Catalão/Ouvidor estão situadas entre estas duas cidades, mas foi Catalão a cidade escolhida para sediar a mineração. Justificavam esta escolha que, aliás, criou polêmicas com a sua vizinha (Ouvidor), pelos bons serviços que Catalão podia oferecer. Os governos Estadual e Federal teriam apenas que complementar estes serviços para adequá-los às necessidades das mineradoras que ali se instalavam.

Nesta fase de instalação das mineradoras, era prefeito de Catalão, o médico Sílvio Pascoal (Arena, 1973-1976) que, em todas as oportunidades, gostava de deixar bem claro que não fora somente a mineração que havia promovido o desenvolvimento na cidade, mas muito deste se devia à sua administração:

“ Os minérios desenvolveram Catalão, mas a cidade não estava preparada para isso. E foi na minha administração que eu tive que me desdobrar para receber aquele pessoal novo que chegou. Sofremos muito para adaptar a cidade na situação de desenvolvimento que eram as minerações. E nós conseguimos fazer Catalão caminhar junto com esse desenvolvimento, tanto que hoje é aquela cidade... Catalão é uma cidade de 123 anos (1983) e você chega lá e constata que é uma cidade nova, pois antes lá não existia nada. Tudo foi construído há pouco. Então você vê que a administração que chegou depois trabalhou realmente por Catalão. Saimos do Catalão da poeira para o Catalão do asfalto, do Catalão da terra para o Catalão das flores...” ⁽¹⁰⁾

Talvez tenha sido este “sofrimento” dos políticos locais aliado ao interesse em construir carreiras políticas que garantiram o sucesso no usufruto do poder, que tenha fundamentado um certo sentimento de “posse” e de associação nas atividades e dividendos criados pela empresa do Governo do Estado de Goiás, a Metago, particularmente sobre os

⁽¹⁰⁾ Idem, ibidem. Mesmo seus admiradores reconheceram a importância da mineração na cidade: “A mineração trouxe muitos recursos para a cidade. Antes do Sílvio Pascoal, os recursos eram muitos pequenos, a prefeitura tinha que andar com passos lentos. Foi uma grande luta, mas foi daí que Catalão começou a projetar. O Sílvio com a competência e a garra que ele tinha, conseguiu canalizar o rio que era o grande problema da cidade”. (Entrevista com o sr. Jesus Mello - na época, vereador do PDS- à pesquisadora, Catalão, 05-04-97)

empregos gerados pelo projeto de mineração. Esses políticos acreditaram que poderiam participar do gerenciamento do empreendimento, como explica o geólogo que chefiou as operações da empresa:

“ A realidade era esta, os políticos locais quiseram transformar a Metago em cabide de empregos. Do ponto de vista não só de emprego, mas do ponto de vista ideológico mesmo, como fazer em Catalão, como explorar Catalão, quem deveria explorar Catalão. Não só a nível da política global de Goiás como da política local. Alguns políticos locais achavam que aquilo era coisa para eles tomarem conta, para eles decidirem o que fazer e sempre encontraram no corpo técnico da Metago como um todo, uma oposição muito grande.”⁽¹¹⁾

Portanto, desde o início das atividades, criou-se uma tensão entre os técnicos da Metago e os políticos locais, os primeiros preocupados com a eficiência da empresa, os outros, com o investimento político que ela significava. O geólogo Iranildo Valença, por chefiar a equipe de trabalho de 1972 a 1976, foi o profissional mais perseguido pela comunidade política local. Desde sua chegada, conseguiu angariar a antipatia dos políticos, pois era de sua competência a administração da obra. Em uma reunião na Maçonaria, o geólogo, representando a empresa, deixou explícito a sua discordância quanto “o que fazer de Catalão”. Em palestra explicou à sociedade a importância do minério, a sua complexidade e os altos custos do empreendimento, deixando evidente que aquele não era um projeto que poderia ser feito pelos leigos. Estabeleceu-se, portanto, uma discórdia que só tendeu a aumentar com o passar do tempo, e que fundamentou, juntamente com os conflitos com os proprietários desapropriados, a animosidade da parte dos habitantes contra os “forasteiros”, muitos deles de origem nordestina.

Num primeiro momento, enquanto a Metago esteve em Catalão, isto é, de 1968 a 1982, os políticos locais não conseguiram o espaço que reivindicavam, situação que deu origem a confrontos constantes com os geólogos e engenheiros da estatal goiana, que resistiram às pressões, respaldados pela Presidência da empresa, instalada em Goiânia. Os

⁽¹¹⁾ Entrevista com o geólogo Iranildo Valença à pesquisadora. Goiânia. 04-01-97.

profissionais da mineração que iniciaram as pesquisas na cidade, no final da década de sessenta já não eram bem vistos por segmentos da população local, mas a situação piorou em 1975. Nesse momento, foi inaugurada a planta Semi-industrial e, por isso, contratou-se um número maior de pessoas, mas não se contemplou os apadrinhados dos políticos de Catalão, determinação que deu origem a reclamações junto à diretoria da empresa. Conta um dos geólogos:

“Como nós éramos uma equipe técnica desvinculada dessas práticas políticas, fisiologismo político, não aceitávamos isto, aí surgiu o conflito. Os políticos locais, na época, deve ser da Arena, começaram a hostilizar o geólogo Iranildo, pedindo a cabeça dele, ou seja, exigindo que ele fosse mandado embora de Catalão. É importante registrar, na época, o presidente da Metago era o Dr. Roberto Guedes Coelho, ele resistiu a estes políticos de Catalão. Não substitui o Iranildo, deu força para ele, não cedeu às pressões”.⁽¹²⁾

Iranildo Valença comenta que os políticos, com algumas exceções, pressionavam de toda forma, não queriam admitir que os funcionários recrutados pela empresa fossem admitidos de forma legal:

“E lances assim, particulares, de se fazer um concurso, de tentar seguir uma relação, colocar em vida a nota que o indivíduo havia tirado nas provas e em troca disto, os políticos quererem tirar as pessoas, mandar embora, ameaçar. A época era muito difícil lidar com o pessoal da Arena e com lances desse tipo. Em relação a mim como ao José Andrade (engenheiro da Metago em Catalão), por não sermos goianos, não deveríamos chefiar o projeto. As pressões eram assim, de todo o tipo”.⁽¹³⁾

Recorda ainda o geólogo, as retaliações que sofreu naquele momento em que a Metago começava a gerar empregos:

⁽¹²⁾ Entrevista com o geólogo Wanderlino T. Carvalho, à pesquisadora. Goiânia. 03 de janeiro de 1997.

⁽¹³⁾ Entrevista com o geólogo Iranildo Valença, à pesquisadora. Goiânia. 04 de janeiro de 1997.

“... uma vez fomos em um aniversário, neste aniversário tinha alguns políticos locais. O prefeito era o Silvio Pascoal, estavam o Ênio Pascoal, o Hélio Levi, que era deputado federal (todos pertenciam à Arena). Quando eu cheguei, a festa já estava bem adiantada, o pessoal já tinha bebido e o Hélio Levi me chamou num canto para conversar no sentido de me 'orientar': 'você não pode fazer isto, nós estamos no governo, você precisa reconhecer o pessoal da gente, você precisa ajudar o Silvio para aliviar a pressão de emprego sobre a prefeitura.' Aí eu fui sincero e disse para ele: para mim não significa nada, as pessoas que nós colocamos eram pessoas braçais que precisavam trabalhar, não procuramos sequer ideologia, e sim aqueles que trabalhavam. Lembrei-lhe que trabalharam lá durante um certo tempo, na abertura de galerias, quase 300 pessoas, o trabalho foi diminuindo, nós fomos selecionando”.⁽¹⁴⁾

O deputado não gostou do que ouviu e, imediatamente, revidou com ameaças: “Olha, você sabe que eu sou o deputado federal mais votado no Estado de Goiás? Sou amigo dos militares e eu posso ser governador de Goiás”.⁽¹⁵⁾ O geólogo confessa que não foi mais possível manter a calma, respondeu com estas palavras, que lhe custaram a sua retirada forçada da festa: “Olha, você pode ser tudo isto, agora eu acho que você não tem competência para dirigir Goiás”.⁽¹⁶⁾

O depoimento destes profissionais revela que o apoio da diretoria da Metago foi muito importante, tanto para o sucesso do empreendimento quanto para testemunhar dissidências entre os administradores do Governo Militar e os políticos locais. Afinal, a diretoria da empresa participava do mesmo grupo político - a Arena - com os políticos de Catalão. Eles justificam a resistência dos seus diretores pelo fato de conhecerem o trabalho que desempenhavam no projeto de Catalão e pelo compromisso com o sucesso dos militares, tanto que, o geólogo Wanderlino T. de Carvalho comentou:

⁽¹⁴⁾ Idem, ibidem.

⁽¹⁵⁾ Idem, ibidem.

⁽¹⁶⁾ Idem, ibidem.

“... a equipe técnica da Metago tinha a inteira liberdade de escolher o pessoal, tínhamos autonomia e éramos garantidos aqui pela direção da empresa... os dirigentes da Metago aqui (Goiânia), eram ligados ao Governo Militar, inclusive o governador Irapuan Costa Júnior, que tinha uma fama de direitista grande, não cederam a este jogo dos políticos de Catalão”.⁽¹⁷⁾

Diante desta resistência da estatal em não atender suas exigências, os políticos locais recorreram ao Governador do Estado de Goiás. O conflito foi cada vez mais ganhando amplitude e criando situações constrangedoras para os geólogos. Mas, além da questão do desempenho, a resistência da equipe de geólogos da Metago tinha um sentido político. Pelo fato de ter sido criada ainda no governo Goulart e devido as características de sua profissão, que era lidar com as riquezas minerais do país, a equipe assumiu uma postura essencialmente nacionalista, que procurava valorizar a importância das riquezas minerais brasileiras e que denotava descontentamento com a presença das multinacionais na mineração.⁽¹⁸⁾ Esta razão esclarece as acusações feitas pela comunidade política de Catalão contra os geólogos da Metago - “comunistas”- denúncia que tinha respaldo e resultou em perseguições e pressões: o geólogo Wanderlino T. de Carvalho, na época, um militante de esquerda, terminou preso em Goiânia no final do ano de 1969, fato que deu mais subsídios para ataques indiscriminados contra toda a equipe técnica.

A disputa por cargos e influência acabou promovendo um verdadeiro patrulhamento ideológico, além de muitas represálias. Lembra o geólogo que:

“... em comícios na época de eleições eles falavam muito isto: os comunistas que estavam lá na Metago..., era uma expressão forte. Eu pessoalmente, um dia, fui com a diretoria da

⁽¹⁷⁾ Entrevista com o geólogo Wanderlino T. Carvalho, à pesquisadora. Goiânia, 03 de janeiro de 1997.

⁽¹⁸⁾ Como vimos anteriormente no II capítulo deste estudo, a Metago no momento de sua criação tinha como princípio norteador de suas atividades minerais uma “filosofia” nacionalista, que defendia a idéia de que as jazidas minerais do Estado deveriam ser exploradas em parceria com o capital privado nacional, sendo a presença do capital estrangeiro vista com restrições, e somente admissível como sócio minoritário. Dentre seu corpo de profissionais havia técnicos e geólogos militantes dos partidos de esquerda.

Metago em um comício, os políticos falavam isto, eu senti que estavam falando para mim: 'os comunistas estavam lá', o 'perigo vermelho', este discurso clássico, rasteiro" ⁽¹⁹⁾

Em outra ocasião, quando acompanhou o presidente da Metago, Roberto Guedes Coelho, a Brasília, onde ele deveria proferir uma palestra sobre os fertilizantes de Catalão na Comissão da Agricultura da Câmara dos Deputados, durante um almoço, no qual estavam também presentes alguns deputados federais de Catalão, criou-se outra oportunidade para a reiteração de acusações:

"... no almoço que foi oferecido, os deputados da região de Catalão, hostilizaram e pressionaram a direção da Metago, perguntando sobre 'os comunistas de Catalão', até uma situação muito desagradável porque eu estava presente. Mas o Presidente da Metago foi muito firme, defendeu a equipe técnica que estava em Catalão".⁽²⁰⁾

Os geólogos afirmam com convicção que não sofreram qualquer sanção por parte da empresa ou de seus dirigentes. Isto porque sua participação era essencial para o sucesso do empreendimento, fato que pode ser comprovado pela experiência do geólogo Carvalho, um pioneiro nas pesquisas em Catalão, conhecedor do estudo que se realizava ali. Preso durante um ano em Brasília, foi torturado, mas a sua vida foi poupada, e ele retornou ao trabalho em Catalão no final dos anos setenta. É o próprio geólogo que comenta:

"... o nosso trabalho era do interesse do Regime Militar, provavelmente os órgãos de segurança, naquela época, sabiam que aquilo era uma invenção dos políticos locais, embora estas pessoas pudessem ser eventualmente comunistas, não estavam fazendo nenhum trabalho político ideológico lá, estavam fazendo um trabalho profissional".⁽²¹⁾

⁽¹⁹⁾ Entrevista com o geólogo Wanderlino T. Carvalho, à pesquisadora. Goiânia, 03 de janeiro de 1997.

⁽²⁰⁾ Idem, *ibidem*.

⁽²¹⁾ Idem, *ibidem*.

Outro exemplo de enfrentamento entre os políticos locais da Arena e a chefia da Metago, aconteceu por ocasião da nomeação do geólogo Iranildo Valença (integrante da equipe de geólogos que montou o projeto Catalão) como representante da estatal goiana na diretoria da Goiasfértil, à revelia dos administradores de Catalão. Contou o geólogo que, mesmo após sua saída da cidade, quando foi morar em Goiânia, sempre retornava a serviço. Em uma destas visitas, cruzou nos corredores da empresa (Goiasfértil) com o ex-prefeito Sílvio Pascoal que estava acompanhado do diretor da mesma, Hélio Martins. Este último, muito seu amigo, o cumprimentou calorosamente. Porém, o ex-prefeito lhe dirigiu um formal: *“Como vai doutor?”*. O geólogo respondeu o cumprimento, e os dois caminharam para a saída. No final do corredor, o ex-prefeito virou-se e deixando de lado a formalidade, bradou: *“Iranildo, você sabe que isto aqui melhorou 1000% depois que você foi embora?”*

⁽²²⁾ E, afirmou com satisfação, a vitória da competência sobre o clientelismo, ressaltando a autonomia e o profissionalismo da equipe da Metago, fato que justificou a incorporação de muitos deles pela Goiasfértil:

“...então era assim que eles viam a gente, queriam ver a gente pelas costas. Mas isto não era só comigo não, as pessoas da Metago, naquela época, realmente pensavam diferente. Todos nós éramos idealistas, nós tínhamos autonomia e tínhamos apoio, era uma equipe forte, uma equipe competente, que conseguiu construir este prestígio em cima de nossa competência... Quando separou a Metago e a Goiasfértil, quando começou a fazer os estudos técnicos dela, foram para lá, as pessoas talhadas pela Metago, ou seja, entregou para a Goiasfértil a parte do processo, os engenheiros químicos, pessoas que realmente eram pessoas especializadas, competentes. Então, por isto aí não pegava, aí ficava o aspecto político”.⁽²³⁾

Paradoxalmente, o período de fechamento político e autoritarismo, nesta circunstância, favoreceu a competência em detrimento do clientelismo político. Com o fim do regime militar, elegeu-se governador de Goiás Ary Valadão (PDS), que procurou dar

⁽²²⁾ Entrevista com o geólogo Iranildo Valença, à pesquisadora. Goiânia, 04 de janeiro de 1997.

⁽²³⁾ Idem, *ibidem*.

continuidade à política mineral exercida pelo seu antecessor, Irapuan Costa Jr. (Arena). A Metago, sendo uma estatal goiana, continuou a ser presidida por pessoas afinadas com o regime vigente (no caso, o PDS), formando dentro da empresa um verdadeiro “feudo” do partido, onde as afinidades ou as diferenças ideológicas continuavam sendo o parâmetro sutil para medir competências. Mas as coisas foram mudando a partir de 1982 com a inauguração da Goiásfértil, que coincidiu com a ascensão do PMDB no Estado de Goiás (com Íris Resende em 1983) e na cidade. ⁽²⁴⁾ A administração municipal recebeu de volta o velho político da oposição, João Netto Campos, no cargo de vice-prefeito, associado a um político jovem, que começaria aí uma carreira de sucesso, colhendo os benefícios econômicos e políticos da industrialização - Haley Margon. A partir de então, gradativamente, - entre 1982 e 1992 - a empresa se aproximou estreitamente das autoridades administrativas de Catalão, combinando competência e política local, modernização e tradição, concursos e apadrinhamentos.

Estabeleceram-se orientações distintas da época da Metago: *“houve momentos que a Metago fazia as coisas para eles, mas tudo dentro da normalidade, no máximo que você pode considerar, alguma liberalidade administrativa, nunca uma conveniência política, conduzir para aquele lado: aqui só trabalha quem pensa assim....”* ⁽²⁵⁾ Com a criação da Goiásfértil, em 1982, a situação mudou:

⁽²⁴⁾ Com relação a Metago, nos governos de Otávio Lage (1968-1970) e Leonino Caiado (1971-1975), praticamente não existia empreguismo e as interferências de políticos e militares nas contratações eram esporádicas. No governo de Irapuan Costa Júnior (1975-1979) a situação já começou a ser modificada, foram realizadas contratações sem necessidade e as interferências de ordem política passaram a ser constantes. No fim do seu governo, a empresa tinha 465 servidores, 132% acima dos 200 existentes no final do Governo anterior. Com o governo pedesista de Ari Valadão (1980-1983), a “onda de empreguismo” apoderou-se da empresa, de 465 servidores saltou para 720, contratações desnecessárias foram feitas, a empresa passou a ser um reduto de advogados e administradores. Iniciou em seu mandato uma série de contratados que ficavam à disposição de outros órgãos do Governo Estadual. Já no governo de Íris Resende (PMDB 1983-1986), o clientelismo político se instalou de tal forma que seus efeitos danosos atingiram até mesmo a própria qualidade técnica da empresa, pois muitos geólogos e engenheiros de minas experientes se demitiram e, para seus lugares foram feitas contratações com interferências de políticos, que colocavam sem cerimônia seus apadrinhados. Agravou-se também o quadro de servidores da Metago em disposição em outros órgãos governamentais, enquanto no governo de Ari Valadão existiam 145 servidores à disposição sem ônus e 43 com ônus para a empresa, no seu governo existiam 14 servidores sem ônus e 97 com ônus, onerando sobremaneira a folha de pagamento de salários. (CARVALHO, op. cit., pp. 219-221)

⁽²⁵⁾ Entrevista com o geólogo Iranildo Valença, à pesquisadora, Goiânia, 04 de janeiro de 1997.

“O Guedinho (presidente da estatal) era mais chegado a eles, participava do poder, o mesmo poder que eles faziam parte. Na Goiasfértil, muito embora eles fizessem alguns concursos, eu mesmo presenciei, eu era diretor administrativo, isto passava pelas minhas mãos, o Guedinho exigia na hora da contratação, uma apresentação. Ora, o cara não devia levar apresentação de ninguém, ele fez o concurso, ele passou, para que anexar uma carta. Mas dessa maneira, eles queriam fazer a pessoa ficar devendo favores a políticos de Catalão. Isto foi feito e, é com muita tristeza, que eu te confesso isto, mas foi feito”.⁽²⁶⁾

Em alguns casos, a política que se praticava na empresa estatal-federal não fugia aos padrões mais tradicionais, o apadrinhamento era explícito. O geólogo Iranildo Valença, presenciou um acontecimento que bem retrata essa prática. Logo após sua mudança para Goiânia, a Goiasfértil solicitou a transferência de um geólogo que trabalhava em outra subsidiária da Petrobrás na Bahia, mas que queria vir fixar-se em Catalão para ficar mais próximo de seus familiares, pois era goiano. Chegaram a ser encaminhadas as providências para a instalação do profissional em Catalão, porém, no momento da posse ocorreu uma surpresa. Agair Santana, diretor financeiro da Metago, e um dos seus representantes no Conselho Administrativo do Governo do Estado, além de secretário do governador Ary Valadão (PDS), descobriu que se tratava do filho de um dos seus antigos inimigos políticos, dos tempos que ele havia sido prefeito (pela Arena) de Natividade, uma cidade do norte goiano. Imediatamente, Agair Santana ligou para o Governador de Goiás, que por sua vez, ligou para a Petrobrás suspendendo a transferência do profissional. A sessão foi suspensa, o geólogo que tinha já uma competência demonstrada, pois havia sido Diretor de outra subsidiária da Petrobrás, não tomou posse.⁽²⁷⁾

Denúncias desta natureza partem também de outras pessoas de Catalão, geralmente ligadas a partidos de oposição. João Enéias Bretas Neto, político ligado desde 1981 ao Partido dos Trabalhadores, relatando as dificuldades da oposição ao PMDB em

⁽²⁶⁾ Idem, *ibidem*.

⁽²⁷⁾ Idem, *ibidem*.

Catalão neste período. frisa que além da força da Prefeitura, da estrutura toda deixada pela Arena na cidade e no Estado de Goiás, tinha também contra ela (a oposição) uma nova força, que começou a surgir com a implantação da Goiasfértil, confirmando o vínculo da estatal com o PMDB:

“...onde eles usavam todo o poder político para colocar lá gente... Eles cansaram de ganhar eleições nossas aqui, em cima desta estrutura. Tinha caminhonetes, carros da Goiasfértil colocando faixas em estradas, pintando muros e assim por diante. Pessoal e carros, tudo a disposição do poder, além de empreguismo que é o grande fator dominante de uma eleição. Você dá emprego para a pessoa, é claro que essa pessoa mais a família passa a votar”⁽²⁸⁾

A empresa, sequer procurava dissimular seus estreitos laços com a política local. Para um dos professores do Campus Universitário, as minerações tiveram seu período de glória na cidade: *“...cresceu, o fogo pegou, mas de repente a coisa começou a refluir, porque, primeiro, houve um empreguismo violento, a Goiasfértil, é brincadeira, os prefeitos da região, quase todos se elegeram em cima de cargos, de coisas que conseguiram na Goiasfértil...”*⁽²⁹⁾ O próprio ex- prefeito Haley Margon, cuidadosamente, porque também foi beneficiado pela presença da estatal, confirma os estreitos vínculos entre a empresa e a política local, mas também reconhece os benefícios desta à cidade:

“...houve muitos, não é uma crítica a ninguém, exageros administrativos, principalmente no caso da Goiasfértil, um quadro inchado demais de funcionários, muita mordomia. Um absurdo o escritório da Goiasfértil ser em Goiânia, porque o Dr. Guedinho e o Dr. Paulo Lobo (presidentes), comodidade deles, que moravam em Goiânia e administravam a empresa aqui, que não tinha nada a ver com Goiânia, se pelo menos fosse no Rio de Janeiro ou São Paulo, mas Goiânia, não tinha cabimento. Aquele gasto exagerado, aquela

⁽²⁸⁾ Entrevista com o vereador João Enéias B. Neto (PT), à pesquisadora. Catalão, 13 de maio de 1997.

⁽²⁹⁾ Entrevista com o professor Eci Vaz, à pesquisadora. Catalão, 12 de maio de 1997.

coisa utópica, fizeram aí aquela planta industrial muito cara, mas de qualquer maneira trouxe desenvolvimento para Catalão e o progresso para Catalão. Catalão é hoje o que é, graças as três mineradoras e a estes minerais extraordinários..” ⁽³⁰⁾

Em síntese, pode-se perceber que, da instalação do Complexo Mineral de Catalão resultara um patrimônio político representado pela ampliação do contingente de eleitores, pela remodelação da cidade, pelos postos de trabalho gerados direta ou indiretamente pelas mineradoras; mas, sobretudo pelos cargos proporcionados pela Goiásfertil e pelos recursos econômicos (os impostos) fornecidos pela mineração, ou o “desenvolvimento” e o “progresso”. Tal legado foi construído durante a administração da Arena, em especial, do prefeito Sílvio Pascoal, derrotado por Haley Margon nas eleições de 1982. ⁽³¹⁾

⁽³⁰⁾ Entrevista com o ex-prefeito de Catalão Haley Margon, à pesquisadora. Catalão, 12 de maio de 1997.

⁽³¹⁾ Nos anos de domínio da Arena, a cidade contou com o apoio do Governador de Goiás (Arena, depois PDS) para reestruturar a cidade a fim de receber as mineradoras. Eram constantes as visitas dos governadores na cidade inaugurando obras. Ary Valadão, em solenidade por ocasião do aniversário de 122 anos de emancipação de Catalão, acompanhado de deputados e seus auxiliares, do prefeito Divano Elias Silva, dos deputados Hélio Levi da Rocha e Ênio Pascoal e lideranças locais do PDS, entregou à população 112 casas do conjunto habitacional Liberdade II, construídas pelo sistema BNH, através da Cohab-Go e prometeu que até o final de seu governo iria entregar ainda à população mais 400 casas. Inaugurou ainda, acompanhado da primeira dama as novas instalações da campanha Nacional de Alimentação Escolar. (*Governador constata a pujança da Goiásfertil. O Popular*. Goiânia, 29-08-81). A estas obras somaram-se aquelas de infra-estrutura para o funcionamento da Usina Industrial mencionadas no Cap. II. Um de nossos entrevistados reiterou a contribuição do Regime Militar para Catalão: *As cidades do interior pouco sentiram com o Regime Militar, não houve assim reflexos no pessoal, algumas pessoas sofreram algumas represálias, mas correu tudo bem. Na época do Castelo Branco houve um desenvolvimento muito grande na cidade, na época do prefeito Eleovir Evangelista, hoje falecido, fez muita coisa para Catalão e, mesmo o Geisel, houve um bom desempenho na cidade. A Goiásfertil nasceu no Governo do Geisel, quer dizer que Catalão não tem nada, nada a reclamar contra o Regime Militar!*” (Entrevista com o Sr. Osmar P. Carneiro à pesquisadora, Catalão, 23 de abril de 1997). Diante da impossibilidade de conseguirmos dados oficiais das obras executadas pela Prefeitura durante este período (foi nos colocado que toda a documentação das administrações municipais passadas se encontra guardada em uma grande sala, mas ainda desorganizadas, estando apenas catalogados os documentos a partir de 1992). Diante disto, nos concedeu uma entrevista o sr. Osmar da Silva, funcionário da Prefeitura de Catalão no Setor de Obras a 24 anos. Ele comentou que a cidade somente teve um desenvolvimento acelerado com o Dr. Sílvio Pascoal, que realizou, a seu ver, as obras mais importantes, que foram o tratamento de água, solucionando o sério problema que a população enfrentava e a canalização do córrego Pirapitinga que corta a cidade. Confirmou também que o prefeito Sílvio Pascoal teve um grande privilégio, porque pode contar com o apoio dos deputados Hélio Levi, Ênio Pascoal e do governador Irapuan Costa Júnior, que ajudaram muito Catalão. (Entrevista com o sr. Osmar da Silva em Catalão, 28-01-98.)

2- Redemocratização, “tradição familiar” e clientelismo: o legado da industrialização e a administração do PMDB (1982-1988)

A formação do PMDB em Catalão não difere do processo vivenciado em todo o país em 1979, quando foi reconstituído o pluripartidarismo. Foi um partido que agregou parte dos políticos de oposição reunidos, desde 1965, no MDB. Naquele ano, através do AI2, o Governo Militar extinguiu os partidos políticos atuantes no País e criou o bipartidarismo, quando todas as facções foram aglutinadas em apenas dois grupos, o dos governantes, a Arena, e o dos oposicionistas, o MDB. Apesar da chefia do partido ter sido assumida na cidade por João Netto de Campos, a frente de oposição ao Regime Militar tinha uma estrutura consistente, devido, em parte, às condições políticas reinantes (autoritarismo, falta de liberdades políticas, repressão), mas também porque reuniu políticos de tendências muito diversas, liberais, socialistas e comunistas. Integraram o MDB na cidade desde João Netto de Campos, Haley Margon até Geraldo Martins e João Enéias Neto. Dessa forma, quando do retorno do pluripartidarismo, o grupo de oposição, assim como em todo o país, deu origem a vários partidos: o PCB (que vivia na clandestinidade), o PMDB, o PT. Nesse sentido, a maior parte das lideranças políticas de Catalão que não se associaram ao Governo Militar e à Arena, tiveram um passado comum de militância no MDB, que ficou associado à história dos partidos que emergiram em 1981. Um marco desta história foi a vitória contra a Arena nas eleições municipais de 1970, num momento de apogeu da ditadura militar, quando João Netto de Campos obteve esmagadora vitória.

Para o ex-prefeito e maior representante do PMDB na região, Haley Margon, a história do seu partido *“é sem dúvida uma história extraordinária, de idealismo, dedicação, de uma vontade muito grande de servir o nosso povo e a volta da redemocratização”*.⁽³²⁾ Recorda o ex-prefeito que o PMDB foi fundado na cidade com poucos elementos vindos do antigo MDB:

⁽³²⁾ Entrevista com o ex-prefeito Haley Margon, à pesquisadora. Catalão, 12 de maio de 1983.

“Naquela ocasião, a oposição em Catalão (MDB) precisava lançar um candidato à Prefeitura de última hora pois, até um pouco passado de hora. Foi feito então uma ata de criação de uma executiva provisória que era presidente o Sr. Pedro Netto Paranhos, que saiu candidato a prefeito o Sr. João Netto de Campos (MDB) tendo como vice José Teodoro de Souza. Foi disputada a eleição contra o Sr. Hélio Leite Martins (Arena). E o João Netto teve uma vitória surpreendente porque foram poucos dias de campanha já que o Sr. Hélio Leite Martins estava aí com toda força dominante”.⁽³³⁾

Mesmo com o Regime Militar atropelando a sua carreira política, João Netto de Campos conseguiu se eleger, juntamente com alguns de seus candidatos, quando em todo o País a Arena conseguiu uma contundente vitória. Mais tarde, em 1983, lembrando esta vitória, confessava-se desanimado com a política do presente: *“Mas a política já não é como antes. Antes, todas as tendências se uniam pelo bem de Catalão. Hoje, todos procuram solapar seus adversários. Enfrentei marcação cerrada da última vez que fui prefeito, de 71 a 73, por parte do presidente da Câmara Municipal, Sílvio Pascoal, não havia mais aquela lealdade, o interesse da cidade acima de tudo”.*⁽³⁴⁾

João Netto era considerado o maior representante da oposição em Catalão e, destacou-se, sempre, por sua habilidade em fazer alianças com seus opositores. Já, em 1962, aliou-se com Pedro Ludovico e apoiou Mauro Borges para governador de Goiás, contra as outras alas do PSP do Estado que preferiram ficar com Juca Ludovico, da UDN.⁽³⁵⁾ Tal aliança foi a responsável, em 1964, pela acusação de “inimigo da nova ordem” lançada pelos seus inimigos. Em suas palavras:

“O que aconteceu em Catalão foi o mesmo que aconteceu em todo o país. O povo acreditou no golpe militar. No fundo quase todo mundo se deixou iludir e, por isso, apoiou

⁽³³⁾ *Idem. ibidem.*

⁽³⁴⁾ *A história por quem viu tudo. Diário da Manhã. Especial. Goiânia, 20-08-97, p. 11.*

⁽³⁵⁾ *Mas este apoio teve um preço, João Netto exigiu a fundação de um colégio e a instalação de uma agência do BEG em Catalão.*

os seus candidatos. Mas hoje nós vemos claramente que o povo já está desencantado com essa balela e votando maciçamente nos candidatos da oposição”. ⁽³⁶⁾

João Netto de Campos fez contínua oposição aos militares. Em 1983, aos 72 anos de idade, ainda atacou abertamente a política econômica e a crise moral dos governos militares:

“A maior crise do Brasil de hoje é a crise moral, que é ainda maior que a crise política e a econômica... a crise de 29 é um pingo d’água em vista da crise de hoje (1983), pois ela atingiu mais os grandes, os exportadores. Hoje temos uma crise que só atingiu o trabalhador, a classe média, enfim os que fazem o progresso, a riqueza da Nação... até uma moratória, nesse Brasil de hoje, seria uma moratória falsificada, em benefícios de alguns. Aliás, não sei para que moratória, se o Brasil já pagou sua dívida muitas vezes mais do que devíamos. Então, não temos que pagar, não existe dívida nenhuma. O principal fator desse desastre econômico é o descrédito do governo, de sua política econômica. Falam que a crise é mundial, mas ela não deveria atingir necessariamente, dessa forma tão bruta o Brasil. Não acredito nessa mentira oficial de que o culpado de tudo é a conjuntura... o golpe militar, que disseram que vinha combater a inflação, a corrupção. O resultado está aí: nunca se viu um País onde se roubou tanto, onde se jogou tanto dinheiro fora. Isso porque na verdade até 1964 o País foi governado por homens honestos. Daí para a frente, a coisa mudou. Me dá um desânimo ver a Presidência da República sendo disputada por Paulo Maluf e Mário Andreazza”. ⁽³⁷⁾

João Enéias B. Netto, atualmente vereador eleito pelo Partido dos Trabalhadores e um dos fundadores deste Partido em Catalão, relembra os tempos do MDB na cidade e, posteriormente, a formação do PMDB, demonstrando como era feita a política de oposição e qual era o seu caráter em Catalão, associou-a a uma prática tradicional (a

⁽³⁶⁾ *A história por quem viu tudo. Diário da Manhã. Especial. Goiânia. 20-08-97, p. 11.*

⁽³⁷⁾ *Para João Netto ‘nunca se roubou tanto nesse País’. Em entrevista ao Diário da Manhã, Goiânia. 20-08-83, p. 10.*

política de família) com uma orientação “progressista” e “ideológica” de crítica à hegemonia militar e sobretudo à ditadura:

“O início foi justamente isto, nós participamos do MDB intensamente, até antes do MDB, quando não existia os dois partidos, MDB e Arena, trabalhava numa luta política muito vinculada à tradição familiar de Catalão, dos Nettos que tinha o comando do João Netto e Dr. Jacy Netto, então, sempre a gente naquela disputa muito localizada, mas acontece que a nossa luta sempre foi ideológica. O Dr. Jacy, que era um comunista deu um cunho ideológico a nossa luta aqui em Catalão, quando estourou o movimento de 64, nós fomos todos para a rua combater a ditadura. Em função disto muitos foram presos, tiveram que fugir... Quer dizer, a nossa luta, embora ela fosse tradicional e familiar, ela tinha um cunho progressista e ideológico, sempre foi assim”. ⁽³⁸⁾

Prosseguindo, o vereador relata como os opositoristas foram se aglutinando no MDB, proporcionando a vitória do partido na cidade durante o Regime Militar:

“Quando já no final, quando iam extinguir os partidos (1965), nós fomos todos para o MDB, era natural, era a oposição consentida, mas nós todos caminhamos para esta oposição a ali ficamos nas eleições que vieram. Conseguimos, embora a Arena fosse forte, nós conseguimos fazer prefeito aqui, o João Netto, que ganhou em pleno período da ditadura.(1970)”. ⁽³⁹⁾

Porém, a oposição não permaneceu unida no MDB, mesmo antes da volta do multipartidarismo. Quando foi criado o PMDB, o partido começou a se descaracterizar:

“... começou a se aliar muito, a se compor muito, houve a extinção dos partidos MDB e Arena, houve a criação do nosso partido (o PT) . Então, aqui em Catalão, em alguns setores, nos quais eu me incluo, o Genervino da Fonseca, o Fernando Safatle, o Álvaro

⁽³⁸⁾ Entrevista do vereador João Enéias B. Neto (PT) à pesquisadora. Catalão, 13 de maio de 1997.

⁽³⁹⁾ Idem, ibidem.

Mendonça Netto, veja bem. quase todos ligados ainda a uma estrutura familiar, Fernando, eu e o Mário. O Genervino muito ligado sempre ao estilo do Geraldo Martins (PCB), muito progressista”. ⁽⁴⁰⁾

Geraldo Martins, comunista de longa data, foi outro político que integrou o MDB e que se destacou por sua imagem de opositor. Filho de Catalão, gostava de afirmar que acreditava já ter nascido esquerdista:

“... acho que fui de esquerda desde criança, eu tinha disputa com o meu pai pela maneira como ele tratava os empregados. Eu como sempre fui criado no meio dos filhos dos empregados, eu queria que eles recebessem o salário diretamente, o meu pai pagava aos pais deles. E os pais deles seguravam grande parte do salário e dava a eles muito pouco e eles ficavam queixando isso. Então, muitas vezes eu defendi, eu pedia ao meu pai para pagar a eles e se eles quisessem, davam a seus pais”. ⁽⁴¹⁾

Foi voluntário da pátria durante a Segunda Guerra mundial, lutou nos campos de batalha da Europa. A participação na Guerra foi uma experiência marcante para a definição política-ideológica de Martins, assim como para o delineamento de sua imagem e reputação na cidade, mostrou-lhe a realidade, fazendo-o perceber que *“...por detrás da guerra, de qualquer guerra, está a disputa pelo poder, pelo dinheiro, a sede enorme que o homem tem. Isto doeu muito, mais do que a própria tristeza e sofrimento que os meus olhos viram nos campos de batalha”.* ⁽⁴²⁾ Foi neste momento, que se descobriu “comunista” efetivamente; que não aceitava o capitalismo, e a compreender aquela forma diferente de pensar que tinha desde seus tempos de mocidade. Considerou que foram suas experiências de vida que o ensinaram a ser comunista, uma vez que não havia aprendido nada em leituras de livros.

⁽⁴⁰⁾ Idem. *ibidem*.

⁽⁴¹⁾ Entrevista com Geraldo Martins, à pesquisadora. Catalão, 04 de abril de 1993. Martins foi o candidato da Coligação de esquerda em Catalão em 1992; faleceu em 1996. Estamos conferindo atenção a alguns personagens porque suas atuações serão tema importante do próximo capítulo.

⁽⁴²⁾ Idem. *ibidem*.

Após a guerra, Geraldo Martins trabalhou como técnico na montagem de caldeiras, como prestador de serviços da Petrobrás. Nessa tarefa percorreu o país e conheceu de perto o “sofrimento do povo brasileiro”, a segunda razão que o levou a filiar-se ao partido Comunista e, na defesa do nacionalismo; e, pelo fato do partido ter sido colocado na clandestinidade, a engajar-se, na década de 50, nas campanhas de Getúlio, Juscelino e Goulart:

“ O Prestes havia voltado, fez muita campanha, foi eleito senador e o Partido, se não fosse cassado em 48, ele ganhava a eleição de 50, porque o povo estava entusiasmado, era uma campanha pobre, eu vi muita gente lá em São Paulo, nós botávamos um cofre, uma urna pedindo dinheiro para o comunismo, as pessoas passavam, liam, davam dez passos, voltavam e botavam dinheiro na urna. Então, para nós era uma vitória... Eu estava fazendo um serviço no Piauí, então, eu já era um comunista forte e, o caminho do comunismo, como era proibido, nós estávamos ligado a turma do Getúlio. Elegemos o Juscelino e o Jango em 55 e o governo de Juscelino, embora de direita, foi muito bom, o povo gostou e o João Goulart conseguiu com as leis sociais, melhorar o país e o Juscelino atendia o João Goulart, a situação foi melhorando”.⁽⁴³⁾

Durante o Regime Militar, quando o PCB continuou na ilegalidade, Geraldo Martins, como seus companheiros de ideologia política em Catalão, foram para o MDB, a única possibilidade para fazer oposição ao governo:

“... daí, com a revolução, eu gostava muito do programa do João Goulart e aquilo ficou engasgado. Eu vim para cá, trabalhei um pouco na Usina, comprei umas terras que eram baratas na época. Quando surgiu a oportunidade dos militares fracassarem, que surgiu a campanha, na época todos nós eramos do MDB, tinha várias correntes dentro do MDB. Eu para ajudar aqui, ajudei naquele sistema de dois candidatos para depois somar para um, nós já tínhamos perdido as eleições por este sistema, então eu entrei para ajudar. Meu plano era conseguir 200 votos, nós conseguimos 600 votos, mas não precisou, porque o

⁽⁴³⁾ Idem, *ibidem*.

povo já estava todo para virar. Por isto é que eu digo, numa eleição se ganha não é porque se faz uma boa campanha, o adversário erra. No caso, os militares erraram na sua conduta, no jeito de proceder e aquilo foi enchendo o povo...Então, é uma coisa que eu sempre digo, o erro do adversário é o que faz a gente ganhar eleição.”⁽⁴⁴⁾

Após a extinção do MDB, Martins filiou-se ao PMDB, partido que chegou a dirigir em 1979 e no qual atuou na formação de novas lideranças, em especial, na formação de Margon:

“Eu fui presidente do PMDB logo depois, peguei o partido com 200 e poucos filiados, fizemos uma campanha e chegamos a sete mil filiados, foi quando começaram a pôr muitos elementos infiltrados, que veio do sistema militar e aquilo foi decaindo. Nós tínhamos um grande líder aqui, o Jacinto Campos Netto, era um companheiro forte, também comunista e ele morreu, as coisas ficaram assim...nós é que ajudamos fazer o Haley. O Haley hoje, foi formado por nós”⁽⁴⁵⁾

Haley Margon, o grande herdeiro político do “desenvolvimento e progresso” trazido a Catalão pela mineração, iniciou sua carreira política no MDB em 1972, divergindo de sua família que até então militava na Arena: *“eu fazia parte, apesar de toda a minha família, inclusive tinha um irmão que era secretário do então governador Otávio Lage, o Nilo Margon, (Arena) e eu me tornei candidato (1972) para que o partido não ficasse sem candidato. Fui candidato pelo MDB, enfrentando dois candidatos da Arena, Dr. Sílvio Pascoal, que veio ganhar as eleições”⁽⁴⁶⁾*

⁽⁴⁴⁾ Idem, *ibidem*.

⁽⁴⁵⁾ Idem, *ibidem*.

⁽⁴⁶⁾ Entrevista com o ex-prefeito Haley Margon, à pesquisadora. Catalão, 12 de maio de 1997. A partir deste momento estaremos fazendo uma descrição minuciosa da trajetória política do sr. Haley Margon, recorrendo a artigos de jornais de propapanda de sua gestão na prefeitura de Catalão (1982-1988) e também as Atas Municipais deste período. Como já foi comentado anteriormente, não conseguimos dados oficiais da Prefeitura sobre a administração de Margon, porque os arquivos que antecedem 1992, não estão organizados.

Em 1976, Margon se candidatou novamente para prefeito pelo MDB juntamente com Dona Marly Netto (filha de João Netto de Campos) que foram escolhidos através de uma convenção do partido, mas não foi bem sucedido. Com a extinção da Arena e do MDB em novembro de 1979, constituíram-se outros partidos: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Social (PDS), Partido Popular (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). O PMDB de Catalão entra em cena e lança como candidato a prefeito em 1982, Haley Margon associado ao famoso líder de oposição João Netto de Campos, que juntos obtiveram uma grande vitória:

“ Eu fui candidato tendo como vice o João Netto Campos e tínhamos numa sublegenda do PMDB o Sr. Farid Nars e como vice o Sr. Teodoro de Souza e, em outra sublegenda, Geraldo Martins Teixeira, de saudosa memória...Nós obtivemos uma vitória grande, era o nosso adversário o Sr. João Moreira e o Ovidio Rodrigues de Paula como vice e, o Sr. Waldivino Duarte e o Aracy Damião como vice pelo PDS e, ganhamos as eleições com uma vitória extraordinária. No meu caso em particular, eu ganhei nessa eleição de todos os demais candidatos juntos. Daí veio as eleições do Iris Resende, junto aquela vitória extraordinária no Brasil, que o PMDB fez quase todos os governadores”.⁽⁴⁷⁾

Reunindo os políticos mais importantes do antigo MDB, João Netto de Campos, Geraldo Martins, Dr. Jacy Netto, Haley Margon entre outros, que se destacaram na vida política de Catalão como oposicionistas, o PMDB incorporou uma memória de oposição acumulada durante o Regime Militar. Seus membros se identificavam com a realização da “tarefa histórica” de levar o país à redemocratização após anos de ditadura militar, particularmente, Margon:

“O PMDB, eu tenho dito, é o partido da preferência do povo, todas as pesquisas indicam isto aí, o povo ficou com este sentimento, o PMDB ainda permanece vivo, este sentimento que foi o PMDB, que redemocratizou este país, e que tem e que pode, eu acho que está faltando lideranças nacionais. Paes de Andrade fez um trabalho, um apoio muito bom

⁽⁴⁷⁾ *Idem, ibidem.*

prestado ao longo do tempo...mas a imprensa não perdoa o Paes de Andrade, eu acho que ele está um pouco fora de sintonia com a realidade hoje... o PMDB representa a imagem de oposição, eu era considerado oposição, a Joaquina (sua esposa) morria de medo de eu ser preso. Realmente nós fomos uma oposição muito forte ao regime. O PMDB tem esta história bonita, o PMDB era uma frente, depois saíram muitas tendências ideológicas do partido: PT, PCdoB, todos estes partidos mais de esquerda, todos eles saíram do PMDB". ⁽⁴⁸⁾

Dona Joana Margon, reitera, dizendo: *"mas o PMDB de hoje já não é mais o de antigamente. Depois da morte do Ulisses Guimarães, o PMDB perdeu muito, ele era uma grande liderança, ele sustentava o partido, depois da morte dele perdeu muito"*. ⁽⁴⁹⁾ O ex-prefeito concorda mas ressalta: *"mas é isto mesmo, mas permaneceu figuras que ainda tem muita força dentro do partido, como o Iris em Goiás"*. ⁽⁵⁰⁾ Dona Joana conclui seu comentário: *"É, o que o Ulisses representava para o Brasil, o Iris representa para Goiás e, sem modéstia nenhuma, o que Haley representa para Catalão"*. ⁽⁵¹⁾

A convicção de que o PMDB preenche ainda uma imagem de oposição que tem grande ressonância em Catalão, é também compartilhada por um dos maiores representantes do Partido dos Trabalhadores, João Enéias, dada a sua memória combativa e do fato dos eleitores da cidade se identificarem mais com uma oposição moderada:

"O PMDB tem ainda uma imagem de oposição em Catalão. Aqui em Catalão ele (o PMDB) se fez em cima disso. Muita gente ainda vota no PMDB pensando que é oposição, mas não uma oposição combativa estilo PT e PCdoB, mas uma oposição acomodada que fica mais... é um sentimento do povo. Percebemos que o PT tem uma

⁽⁴⁸⁾ Idem, *ibidem*.

⁽⁴⁹⁾ Idem, *ibidem*.

⁽⁵⁰⁾ Idem, *ibidem*.

⁽⁵¹⁾ Idem, *ibidem*.

imagem diferente de oposição, diferente da oposição que o pessoal do interior gosta, eles gostam de oposição acomodada”.⁽⁵²⁾

O crescimento do PMDB em Catalão acompanhou a ascensão do partido no Estado de Goiás. A partir das eleições municipais de 1985, ele começou a conhecer a “glória eleitoral”, fazendo a maioria dos prefeitos no Estado, se tornando o partido político de maior expressão, representado pelo seu líder estadual Íris Resende. Os peemedebistas goianos, em suas campanhas, retomaram estratégias populistas, recorrendo a uma retórica nacionalista, explorando as necessidades vitais da população, fazendo promessas que, no caso de Catalão, dados os ingressos da mineração e o apoio do governador Íris Resende, muitas vezes chegaram a cumprir: casas populares, empregos, creches, água encanada, asfalto nos bairros, eletricidade, atendimento médico, cestas básicas, entre outros. Ali, desde 1982, o partido capitalizou as decorrências positivas e negativas da implantação do Complexo Mineral, os recursos financeiros e as carências sociais.

Em Catalão, o partido tinha seu maior representante na figura de Haley Margon, que passou a desenvolver, após as eleições de 1982, uma proposta de “administração comunitária”. Nela participaram ativamente (em reuniões semanais) as associações e comunidades de bairros. O prefeito assumiu como lema a idéia de que era preciso “unir para governar”. Nestas reuniões e discussões comunitárias, o prefeito se informava sobre as reivindicações dos moradores e discutia formas de realiza-las com um custo menor. Segundo o PMDB, quando Haley assumiu a prefeitura, encontrou-a numa situação financeira difícil, com um grande número de empregados ociosos, uma folha de pagamentos sobrecarregada e uma arrecadação insuficiente para atender os compromissos da prefeitura.⁽⁵³⁾

O prefeito peemedebista, eleito com mais de 9 mil votos, procurou descaracterizar a idéia de que suas realizações eram apenas decorrências do período de “progresso” legado pela administração de Sílvio Pascoal. Destacou seu trabalho e o do

⁽⁵²⁾ Entrevista com o vereador João Enéias Bretas Neto (PT), à pesquisadora. Catalão, 13 de maio de 1997.

⁽⁵³⁾ Para Haley, *'participação não é balela'*. **Diário da Manhã**. Especial. Goiânia, 20-08-83, p. 13.

deputado Mauro Netto. Negando que o “desenvolvimento” de Catalão fora obra de Pascoal, Mauro Netto argumentou que Catalão devia seu crescimento à atuação de muitos: os políticos, o povo, e a uma dádiva da natureza (os minérios):

“...uma cidade não se faz, não se desenvolve com o trabalho de uma só pessoa. Isso é consequência da soma de esforço não só dos políticos como também do povo em geral. O desenvolvimento que Catalão experimentou após o golpe de 64 se deve mais a contingências econômicas que a beneficiaram, por ser depositária de grandes jazidas de minérios, cuja exploração só agora passou a ser viável, economicamente. Isso depois da criação da Metago, que viabilizou essa exploração, por intermédio de um governo anterior ao golpe. A pretensão de qualquer pessoa de achar que isoladamente tenha sido o propulsor do desenvolvimento da cidade não passa de uma atitude megalomaniaca”. ⁽⁵⁴⁾

Rememorando sua “administração comunitária” num mandato de 6 anos ⁽⁵⁵⁾ ressalta que sempre procurou ficar muito próximo da população, inclusive destaca que sua esposa, a Sra. Joana Gomide, foi a primeira esposa de prefeito a atuar junto à comunidade. Com sua “administração comunitária”, Haley Margon considera que conseguia se manter mais próximo da população, e que era comum vê-lo nos mutirões para a construção de casas populares, procedimento que consolidou sua popularidade. Respalado em sua experiência, o prefeito até arriscava dar conselhos a outros políticos:

“... os governos populares devem olhar com toda atenção para essas alternativas de beneficiar a população de baixa renda, com menor custo. É importante acabar com essas despesas inúteis, extremamente pródigas, causadas pelo monopólio das empreiteiras na implantação dos serviços públicos, pois é um absurdo gastarmos a maior parte dos custos de implantação com um serviço que a própria população pode fazer nos finais de semana,

⁽⁵⁴⁾ Mauro; o Dimic vai consolidar pólo em Catalão. **Diário da Manhã**. Especial. Goiânia, 20-08-83, p. 12.

⁽⁵⁵⁾ Houve prorrogação das eleições nos municípios para 1988.

com a maior boa vontade, pois só vai beneficiá-la. Ainda falta energia em muitos bairros de Catalão, mas eu acredito que vamos levá-la até a zona rural". ⁽⁵⁶⁾

A Rádio Cultura de Catalão, ⁽⁵⁷⁾ criou um programa comunitário em 1982, espaço dado para que os moradores reclamassem dos problemas existentes na cidade. O prefeito, não se abalou e procurou reverter o programa em seu próprio benefício, institucionalizando-o, como uma espécie de tribuna popular, recurso para solucionar mais prontamente as reivindicações da população e realizar uma "administração transparente":

"...nós prestávamos contas todos os dias na prefeitura, prestávamos conta do dinheiro que tinha em cada banco. Na contabilidade pública, no mesmo banco a prefeitura tinha diversas contas, cada conta destinada, uma para a educação, cada uma separada, a legislação manda...A população sabia quanto gastávamos, quanto nós tínhamos em cada banco. A prefeitura nunca comprou nada a prazo, era só quatro ou cinco dias, para correr os papéis". ⁽⁵⁸⁾

Ainda dentro da "administração comunitária", Margon procurou melhorar o sistema de distribuição de água na cidade, pois a falta de água era um problema sério que a população enfrentava constantemente, construindo um novo grande reservatório e outros pequenos nos bairros mais afastados, também, em regime de mutirão comandado por ele mesmo. Construiu uma lavanderia comunitária em um bairro, com um depósito de 13 mil litros de água, com nove tanques para lavagem de roupas e, neste mesmo local, um prédio

⁽⁵⁶⁾ *Comunidade ajuda na iluminação. Diário da Manhã, Goiânia, 20-08-83, p. 24.* O ex-prefeito também comentou que se mostrava cauteloso em aplicar o dinheiro da prefeitura, como a questão da energia elétrica nos bairros. Exemplifica. A prefeitura fez um orçamento junto a Celg (Centrais Elétricas de Goiás), dos custos de instalação de postes nos bairros da cidade. Descobriu que, o que mais encarecia esse serviço era o preparo dos buracos para os postes, que era feito por empreiteiras. Então, resolveu promover um mutirão com os próprios moradores dos bairros para fazer os buracos. Com esse procedimento, a prefeitura teria economizado Cr\$ 4 milhões, somente em um bairro, o Castelo Branco, com a implantação de 110 postes de luz. (Idem, ibidem.)

⁽⁵⁷⁾ A Rádio Cultura pertencia e ainda pertence à Congregação dos Padres Franciscanos no Brasil e, ao longo de sua existência, sempre caminhou junto com a administração municipal vigente, mas, também, procurando dar espaço para a comunidade.

⁽⁵⁸⁾ Entrevista com o ex-prefeito Haley Margon, à pesquisadora, Catalão, 12 de maio de 1997.

onde funcionava uma Escola e um Centro Comunitário. O prefeito gostava de ressaltar o cuidado que a população tinha com estas obras, que apesar de terem sido construídas com materiais baratos, estavam muito bem cuidadas: *“Isto é uma prova de que o trabalho comunitário é também uma forma eficiente de se inculcir na população o dever de conservar o bem público”*.⁽⁵⁹⁾

Também ampliou a rede de esgoto, problema comum nas cidades do interior goiano, nas quais a pavimentação é comumente concluída sem que haja uma rede de esgoto, tanto que mesmo nos bairros mais importantes, muitas vezes, as residências são servidas por fossas. Em Catalão, Margon, procurou não calçar as ruas sem construir essas redes, e no calçamento, optou pelo uso de bloquetes, pois no seu entender, estes tinha um custo menor e sua produção geraria empregos e os recursos destinados a estes serviços circulariam na própria cidade. Uma das soluções encontradas para diminuir o custo das obras públicas foi a construção de uma serraria e de uma fábrica de materiais de construção para uso de infraestrutura pública. Essa fábrica empregava 150 pessoas, trabalhando na fabricação de lajes, bloquetes, vigas de madeira, manilhas, meios-fios e brita, esta última quebrada manualmente para empregar trabalhadores braçais.⁽⁶⁰⁾

No atendimento social aos mais carentes, a primeira dama, Joana Margon, cooperou para aumentar o prestígio do PMDB e do prefeito. Procurando minimizar a questão da fome, criou uma horta comunitária, oferecia alimentação aos carentes e distribuía merenda escolar na zona rural. A primeira-dama também granjeou popularidade, facilitando o acesso da população a consultas médicas, medicamentos ou passagens de ônibus: *“Não tenho coragem de negar, mesmo que a situação financeira não permita”*.⁽⁶¹⁾

⁽⁵⁹⁾ *Prefeitura quer mais saneamento. Diário da Manhã*, Goiânia, 20-08-82, p. 20.

⁽⁶⁰⁾ *As finanças já foram recuperadas. Diário da Manhã*, Goiânia, 20-08-83, p. 20. Interessante observar que na administração seguinte, as ruas já calçadas foram em sua maioria revolvidas, trazendo transtornos ao trânsito e muita poeira. O prefeito Dr. Agnaldo Mesquita explicou aos moradores de Catalão que aquilo estava acontecendo porque o calçamento tinha sido feito antes de fazer as redes de esgoto. Este acontecimento não agradou a população que deu ao prefeito o apelido de “Prefeito Tatu”.

⁽⁶¹⁾ *Primeira dama quer distribuir alimentos. Diário da Manhã*, Goiânia, 20-08-83, p. 22.

Ainda nesta administração foi criado o Centro de Apoio ao Menor, uma entidade que prestava assistência educativa aos menores carentes da cidade, tendo em vista “preveni-los contra a marginalidade social”. Neste Centro existiam vários grupos de atividades no sentido de orientar e dirigir os trabalhos dos menores, como os clubes do engraxate, jornaleiro, picolezeiro, office-boy, ensino profissionalizante, trabalhos manuais, manicure e pedicure, oficina silk-screen, chaveiros, jardineiro e auxiliar doméstico. Para a formação profissional do menor, o Centro de Catalão mantinha convênios com o Senac, Senai e LBA. Os garotos freqüentavam vários clubes de trabalho, caso fosse de seu interesse, até que fossem absorvidos pelo mercado de emprego local. Toda a remuneração era feita diretamente a eles, sem haver retenção ou controle por parte do Centro, a não ser uma avaliação mensal do colaborador, para medir o merecimento de sua gratificação. Os menores também recebiam no Centro assistência médico-odontológica, acompanhamento escolar, esporte, lazer, participavam de passeatas, desfiles, festas em homenagens aos pais e outras promoções.⁽⁶²⁾

Para a população em geral, particularmente os mais pobres, a casa própria é o maior objetivo de vida, anseio instrumentalizado com habilidade pelo PMDB goiano na década de 80. Investindo nos dividendos políticos desta aspiração, em todo o Estado, então sob a liderança do governador Íris Resende, foram construídos inúmeros conjuntos habitacionais em regime de mutirões. Margon também patrocinou este projeto:

“...não é impossível atendermos ao sonho da casa própria do trabalhador. Basta termos em mente que ninguém pode faturar em cima disso. A primeira coisa que devemos fazer é minorar o problema do custo. Quero partir para soluções alternativas, que reduzam pelo menos a metade o custo da habitação, através da redução ao mínimo possível do custo de mão-de-obra, com a própria prefeitura administrando a construção, que será feita pelo próprio beneficiado ou comunitariamente”.⁽⁶³⁾

⁽⁶²⁾ *Um centro que apóia o menor. Diário da Manhã. Especial. Goiânia. 20-08-83. O projeto de instalação da Fundação Municipal do Bem Estar do Menor de Catalão foi aprovado na Sessão da Câmara dos Vereadores, no dia 2-01-84, no Livro 15, Ata 01, p. 46.*

⁽⁶³⁾ *A casa própria vai deixar de ser um sonho. Diário da Manhã. Especial. Goiânia. 20-08-83.*

No campo da educação, a gestão do PMDB ampliou o número de salas de aula e criou a Escola Agrícola e a Escola Pestalozzi. ⁽⁶⁴⁾ Porém, foi o Campus Avançado da UFG na cidade, inaugurado a 20-08-1983, ⁽⁶⁵⁾ considerada por ele mesmo, sua maior obra. Esta extensão universitária fazia parte de um programa de interiorização da Universidade Federal de Goiás iniciado em 1979, que objetivava levar *campi* avançados para determinadas regiões do Estado de Goiás, visando uma maior interação da universidade com a sociedade. O programa contemplou as cidades de Araguaína, Porto Nacional, Jataí e Firminópolis. Catalão foi incluída após uma emenda apresentada pelo professor, político e catalano Arédio Teixeira, na ocasião, secretário da Administração e membro do Conselho Acadêmico. A concretização deste projeto na cidade, foi de extrema importância para a região, pois Catalão passou ser um centro aglutinador de ensino superior, procurado por estudantes da região, das cidades vizinhas e, também, das cidades mais próximas do Triângulo Mineiro.

O professor universitário e membro do PT, Eci Vaz, que participou das primeiras reuniões que planejaram o Campus de Catalão, lembrando este momento, reconhece a importância da participação da prefeitura na instalação e ampliação do campus, uma vez que a ela coube o pagamento de professores e funcionários no convênio que realizou com a Universidade Federal de Goiás:

“... o Haley fez um trabalho muito grande para a Universidade vir para cá. Quando a Universidade veio, ninguém previa a dimensão que o Campus seria. No início, aqui seria um campus para estagiários, objetivava interiorizar a universidade, a prefeitura implantou

⁽⁶⁴⁾ “... a cada três dias eu entregava uma sala de aula, eu tenho uma satisfação de dizer isto! Criamos a Escolinha Agrícola que se tornou modelo nacional, aquele ensino que criamos em convênio com a Emater, o ensino diferenciado para a zona rural, quando nós fizemos uma cartilha mostrando as belezas do campo...Implantamos o transporte dos meninos da zona rural, após o término do 1º grau, para a cidade, para fazer o 2º grau.” (Entrevista com o ex-prefeito Haley Margon, à pesquisadora. Catalão, 12 de maio de 1997). A Escola Pestalozzi, hoje Escola Santa Clara, atende crianças deficientes da região. (Câmara dos Vereadores de Catalão, Livro 15, 03-05-84, p. 71).

⁽⁶⁵⁾ O prefeito discursou destacando a importância da obra para a cidade: “A importância deste dia é como que inimaginável. A Universidade atingiu-nos. Como também atingiu a consciência do papel, do significado da Universidade frente a nossa sociedade.” (Ensino Superior chega a Catalão. **Diário da Manhã**, Goiânia, 20-12-83).

os cursos de Geografia e Letras e os professores vinham de Goiânia, dava aulas e voltavam, aqui era apenas uma unidade de ensino. A medida que foi ampliando os cursos, começou a fazer um investimento no pessoal de Catalão. Começou a acontecer a pesquisa, a extensão, quer dizer, de uma unidade de ensino passou a ter pesquisa e extensão, a idéia de universidade. E com isto o Campus cresceu demais, fugiu do controle da Prefeitura” ⁽⁶⁶⁾

Também foi inaugurada a 27 de outubro de 1984, a Rodovia JK, que liga a região do Sudeste goiano ao restante do Estado. Tratava-se de uma rodovia há muito esperada, pois Catalão, devido sua posição geográfica e à malha rodoviária existente, estava mais integrada a Minas Gerais do que a Goiânia e outras cidades do estado. A inauguração deste empreendimento foi o momento escolhido para uma grande festa popular de confraternização entre a prefeitura de Catalão e o Governo de Estado, com a presença de Íris Resende e cem mil pessoas, no ato público que foi seguido de um gigantesco churrasco.

⁽⁶⁷⁾

A projeção política obtida com a administração de Catalão por 6 anos, aproximou Margon de Íris Resende e a sua popularidade criou condições para que pleiteasse cargos de representação mais altos como deputado federal e postos na administração estadual:

⁽⁶⁶⁾ Entrevista com o professor Eci V. Vaz, à pesquisadora. Catalão, 23 de abril de 1997.

⁽⁶⁷⁾ Foram abatidas 504 reses (doadas por fazendeiros locais) que renderam 50 mil quilos de carne e 180 mil almôndegas, sendo consumidos ainda 18 mil quilos de mandioca e distribuídas 250 mil latas de refrigerantes e cerveja. Os preparativos desta festa foram comandados pelo próprio prefeito que dirigiu mais de mil pessoas que o ajudaram. No dia da inauguração, saiu de Goiânia uma comitiva -“Caravana da Integração”- comandada pelo Governador Íris Rezende e de toda representação política do PMDB goiano. O presidente da Câmara Municipal, Wilson Naves, entregou a Íris Rezende o título de “Cidadão Honorífico” de todas as cidades vizinhas beneficiadas pela rodovia. O Governador retribuiu dirigindo ao público um discurso que ressaltou a preocupação social do Governo: *“Minha gente, eu olho à minha direita e vejo muita gente. Eu olho à minha esquerda e o povo some de vista. Eu olho à minha frente e está toda a área tomada pelo povo. E o que é isso? É o povo de mãos dadas com a potencialidade do estado na construção de um novo dia, na imposição de uma nova era, na construção de um caminho que nos leve a dias mais seguros e felizes. Minha gente, o mérito de construção de estradas, da pavimentação de rodovias, de construção de casas para os pequenos, de distribuição de terras para os lavradores sem terras, não se deve ao governador. Se deve sobretudo, ao povo que nos tem dado sustentação nas horas necessárias, nas horas difíceis da administração estadual...”*(Catalão comandou a festa da Rodovia JK. *O Popular*, Goiânia. 30-10-84). Ainda, em 1982, no aniversário de 124 anos da cidade, foram inauguradas outras obras: a sede regional da Osego, uma nova agência do Banco do Estado de Goiás, a já citada Escola para deficientes auditivos, um Posto de Saúde Municipal, a rede de energia elétrica na vila Castelo Branco, a Escola Municipal Pontal Norte, o conjunto “Tarcísio Gomes Pires” e a Casa da Cultura. (Idem, *ibidem*)

"...em 90, eu fui candidato a deputado federal e obtive naquela ocasião 90% dos votos de Catalão, eu tive 13.900 e poucos votos em Catalão. Em 90, com a nova candidatura do Íris, nessa altura eu já tinha passado pelo Ministério da Agricultura como secretário geral, fui convidado, convocado por Íris para ser Secretário da Fazenda, lá eu permaneci dois anos e depois fui ser deputado, eu queria ser revisor, era o meu sonho, colocar alguma coisa dentro da nossa Constituição. Mas chegando no Congresso, logo no início do nosso mandato, encontramos com a CPI do Orçamento, aí acabou com o Congresso, não se fez mais nada, o assunto era só CPI. Tive uma grande frustração no Congresso Nacional, eu sonhava com uma coisa totalmente diferente, era poucos mandando em muitos, isto hoje tem um termo que eles usam muito, o 'baixo clero', nós pertencíamos ao 'baixo clero' e meia dúzia de cardeais que dominava, isto é a Câmara e o Senado".⁽⁶⁸⁾

3- A derrota de 1988.

Margon trocou Catalão por Goiânia e Brasília após as eleições de 1988, quando o PMDB perdeu a prefeitura da cidade para o PFL. Tal episódio levanta uma questão para o pesquisador: por quais razões Margon, um administrador de tanto sucesso não conseguiu fazer seu sucessor? Trata-se de um problema complexo (também por ser uma questão recente) para qual levantamos alguns indícios. Em primeiro lugar, o partido perdeu, no último momento, o candidato proposto para a sucessão, o sr. Divano Elias da Silva, foi substituído por um político ainda sem um prestígio firmado, Mauro Netto Fayad. Em segundo, todos os candidatos que concorreram naquela eleição, eram da tradicional família Netto,⁽⁶⁹⁾ pois, com o pluripartidarismo ela havia se fragmentado, criando uma situação de

⁽⁶⁸⁾ Entrevista com o ex-prefeito Haley Margon, à pesquisadora. Catalão, 12 de maio de 1997.

⁽⁶⁹⁾ Nas eleições municipais de 1988 em Catalão, qualquer resultado levaria ao poder a família Netto, pois os quatro candidatos à prefeitura, por partidos diferentes, eram do mesmo tronco familiar. Mauro Netto Fayad (neto de João Netto Campos), um economista de 28 anos, era o candidato pelo PMDB; Mauro Campos Netto (sobrinho do patriarca), de 48 anos engenheiro e ex-deputado estadual, candidato do PL; João Enéias Bretas Netto (primo do patriarca) serventário da Justiça, de 45 anos, candidato do PT, e o médico Agnaldo Mesquita, de 39 anos, que apesar de não ter Netto no sobrenome, é também primo de João Netto de Campos.

confusão política para os eleitores habituados, até então, à percepção da família Netto como oposição. O candidato vencedor, do PFL (na época um partido que apareceu também como oposição ao PDS) foi Agnaldo Mesquita. Porém, buscando as falas de oposição a Margon, inscritas nas Atas da Câmara Municipal, percebemos que outras razões se somaram para que o PMDB fosse derrotado neste pleito de 1988: possivelmente devido a restrições orçamentárias originadas na perda de ingressos da mineração (já sofrendo efeitos de uma crise internacional)⁽⁷⁰⁾, o prefeito privilegiara alguns setores do eleitorado; se desentendera com o funcionalismo municipal e, sobretudo, exercitara uma “administração comunitária” pautada pelo autoritarismo e a exclusão.

Margon afirmava que *“sua administração estava voltada para os mais pobres, desempenhando o máximo, o trabalho rotineiro para atender a comunidade, fazendo com a maior sinceridade possível uma administração voltada para os mais carentes”*. Dizia que *“a zona rural era também sua preocupação para evitar o exôdo rural”*.⁽⁷¹⁾ Quando exploramos as Atas da Câmara Municipal, percebemos que o ex-prefeito se esqueceu dos outros segmentos da sociedade, que também tinha seus anseios. Estes, muitas vezes insatisfeitos, precisaram recorrer aos vereadores de oposição ao prefeito na busca de soluções para os seus problemas. Ou seja, recorrer a políticos conservadores.

Nesta Casa, a grande oposição vinha da líder do PDS na cidade, Dalva Rosa Badico que, em 1983, expunha suas idéias radicais contra as eleições diretas e sua afeição aos regimes militares.⁽⁷²⁾ Criticava Margon e seu partido, fazia cobranças, pedindo

(Catalão: o Império dos Netto. Quatro candidatos da mesma família, no poder desde 1902. Correio Brasiliense. Brasília, 22 de setembro de 1988, p. 5).

⁽⁷⁰⁾ A partir de 1981, o Governo Federal mudou sua política com relação a indústria de fertilizantes, que até então era protegida por uma política de subsídios e financiamentos facilitados, com juros inferiores aos níveis inflacionários da época. Com o novo padrão adotado no setor de fertilizantes, a agricultura foi atingida sobremaneira, tendo os agricultores que pagar juros reais, provocando diminuição na demanda dos fertilizantes e, conseqüentemente, na sua produção. (Este assunto será discutido com detalhes no próximo capítulo).

⁽⁷¹⁾ Palavras do prefeito Haley Margon em visita à Sessão da Câmara dos Vereadores de Catalão (Livro 15, Ata Nº. 11, 07-05-84, p. 73).

⁽⁷²⁾ Livro 15: Ata Nº. 13, 21-05-84, p. 15 e Ata Nº. 24, 01-10-84, p. 103.

esclarecimentos sobre seus projetos apresentados à Câmara. Aproveitando as insatisfações com a administração peemedebista, ganhava a simpatia da comunidade batalhando por materiais escolares gratuitos, bolsas de estudos para professoras cursarem Pedagogia em faculdades particulares e para crianças carentes, já que o prefeito oferecia bolsas apenas para os primeiros lugares de cada escola. Outros vereadores do PDS também criticavam com veemência Margon. João Sebba Neto explicitava seu repúdio à sua forma de governar. Jamil Barbosa de Jesus, engrossava a fileira dos descontentes, acusava o PMDB de ser o culpado pelo alto custo de vida que se instalara na cidade: *“porque hoje se assobiar na rua tem que pagar impostos.”*⁽⁷³⁾

Insatisfeitos também estavam os componentes da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que realizavam na cidade a cada ano a tradicional Festa do Rosário. Às vésperas da festa, em 1984, Margon mandou à Câmara Municipal um projeto em regime de urgência, que solicitava a aprovação de uma verba (2.800.000,00 cruzeiros) para ser doada a tal Irmandade, destinada a aquisição de uniformes para os “ternos de congados”. O PDS, não perdeu a oportunidade, acusou Margon de racismo e de falta de sensibilidade com o folclore local, estipulando uma quantia tão irrisória. A vereadora Dalva Rosa Badico propôs uma quantia bem mais elevada (20.000.000,00 de cruzeiros), porque aquela era *“a única ‘festa de raiz’ da cidade e uma questão de folclore”*. Acusava a prefeitura de arrecadar lucros com o aluguel dos barraqueiros da festa, sendo que deveria não apoderar dos lucros, e sim, revertê-los em benefício da própria festa, através dos ternos de congos e da própria Irmandade de Nossa Senhora dos Rosário.⁽⁷⁴⁾

Apesar das inúmeras obras realizadas por Margon, muitos ainda não se sentiam atendidos e até mesmos enganados com falsas promessas de campanha eleitoral:

“...que o senhor prefeito colabore nas construções dos Centros Comunitários na Vila Herondina, Pontal Norte e Castelo Branco.” “...que o prefeito atente para o problema da

⁽⁷³⁾ Câmara Municipal de Catalão, Livro 15: Ata Nº. 01, 04-02-85, p. 138.

⁽⁷⁴⁾ Idem, Ibidem. Ata Nº. 32, 24-09-84, pp. 99-100.

rua Paraná... pois os moradores aguardam os serviços de pavimentação há muito tempo e apesar das promessas até o momento a Prefeitura não teve a iniciativa de fazer tal serviço.” “...pede a complementação da pavimentação da rua Nossa Senhora de Fátima até a margem da estrada de ferro. Visto que tal serviço já nos foi prometido pelo Sr. Prefeito”.⁽⁷⁵⁾

Buscando as próprias palavras de Haley Margon, sua gestão foi pautada na “administração comunitária” e na “transparência política”. Segundo políticos e pessoas que trabalharam ao seu lado, o prefeito realmente procurava a comunidade para o diálogo, sabia ouvir, *mas na tomada de decisões prevalecia as suas idéias*. Isto foi ao longo de sua administração, construindo-lhe uma imagem de autoritarismo e centralismo que, com certeza aflorou e impediu a reeleição do partido no pleito municipal de 1988 e, ressurgiu com intensidade, quando se candidatou a prefeito em 1996.⁽⁷⁶⁾

Outra oposição encontrada por Margon foi com os próprios funcionários da prefeitura, que insatisfeitos com seus rendimentos, investiram numa campanha por aumentos salariais. O prefeito era firme em suas decisões e não aceitava negociações, afirmava que: *“...os funcionários da prefeitura teriam o reajuste normal, com umas poucas observações a serem feitas, seria de acordo com as normas salariais atuais”*.⁽⁷⁷⁾ Inconformados recorreram à Câmara, onde denunciaram os baixos salários que recebiam, alegando que a prefeitura tinha gastos desnecessários, como a manutenção de convênios que apenas lhe proporcionavam prejuízos e, principalmente, gastava uma importância exorbitante com propaganda oficial, como fora naquele final de 1987. Seus apelos ganharam ressonância na

⁽⁷⁵⁾ Pedidos de moradores à Câmara Municipal de Catalão (Livro 15: Ata Nº. 9, 03-04-84, p. 70).

⁽⁷⁶⁾ Foram realizadas entrevistas com funcionários da Prefeitura de Catalão que pediram para não serem identificados. Afirmaram que não votaram no Margon em 1988 e nem em 1996 e, se ele candidatar novamente, não receberá os seus votos. Outras pessoas acreditam que a política na cidade tem mudado muito: *“A política em Catalão evoluiu muito, hoje ela não tem dono, se tivesse, o Haley teria ganho (1996). O povo gosta de ser bem tratado, o Haley é muito eficiente mas está sempre afastado, não tem convívio com o povo. Mas, na campanha de 1996, começou a mostrar coisas da vida privada do adversário e o povo não gostou disso. Isto foi benéfico (avitória do atual prefeito) os políticos aprenderam que o povo não é mais rebanho”*. (Entrevista de Antônio Miguel J. Chaud à pesquisadora. catalão, 05-04-97.)

⁽⁷⁷⁾ Câmara Municipal de Catalão, Livro 15: Ata Nº. 11, 07-05-84. p. 74.

Câmara Municipal, obtiveram o apoio da bancada do PDS: *“Uma prefeitura que recebe IPTU dos ricos é porque tem dinheiro e pode melhorar o salário dos funcionários”*.⁽⁷⁸⁾

No final de sua administração, Margon já não contava com o apoio incontestado do Governo Estadual. O PMDB goiano enfrentava uma crise interna e acusações de clientelismos e fisiologismos políticos, uns apoiavam Íris Resende, outros Henrique Santillo. Margon e Resende sempre caminharam lado a lado, e sua administração sempre contou com fartos recursos estaduais, que somados aos ingressos das mineradoras, permitiu-lhe realizar obras estruturais em Catalão.⁽⁷⁹⁾ Com a crise na mineração já instalada, com a saída de Resende e a chegada de Santillo no governo em 1987, os repasses de verbas continuaram, porém, com menos intensidade e, também, rendeu-lhe uma infinidade de críticas ao seu partido, abrindo oportunidades para outras forças políticas emergirem.

A gestão do prefeito eleito em 1988, o médico Agnaldo Mesquita (PFL), não atendeu as expectativas dos eleitores que deixaram de votar no PMDB. Iniciou sua

⁽⁷⁸⁾ Palavras do vereador J.S.F. (nas atas da Câmara Municipal, a partir do Livro 16, os nomes dos vereadores são apresentados apenas com as iniciais dos mesmos) durante a 1ª Sessão Extraordinária, Livro 16, 29-01-88, p. 20. Esta batalha por aumentos salariais por parte dos funcionários da Prefeitura se arrastava desde 1995. Margon, neste ano, se ausentou de seu cargo por motivos particulares e assumiu seu lugar o vice-prefeito João Netto de Campos. Nesta ocasião, o prefeito substituto visitou a Câmara Municipal, onde foi saudado com entusiasmo pelos seus admiradores e opositores: elogios pela *“sua maneira humana de receber todos que o procuravam”*, admiração pela *“sua capacidade de entender o povo e o seu humanismo, a sua dificuldade dizer não”*, exaltação à *“sua preocupação, sempre pensando no aumento dos funcionários”*. (Câmara Municipal de Catalão Livro 15: Ata Nº. 15, 27-05-85, pp. 167-168). No depoimento de um funcionário da prefeitura, este contou-nos que ao assumir o cargo de prefeito, João Netto de Campos, concedeu aumento a todos os funcionários, e que estes queriam a sua permanência, porque aquele sim era um prefeito que podiam contar. (Entrevista concedida à pesquisadora em 28-01-98).

⁽⁷⁹⁾ *Teve um grande privilégio que foi o apoio do Governo Estadual. Na época o sr. Haley recebeu uma verba que chamava PAM (uma reserva estadual) que era muito grande, com a qual ele fez muita infraestrutura - represa, Clube do Povo, rodovia para Goiânia, rede sanitária, Vila Mutirão - . O imposto da mineração ajudava bastante. Contava também com uma arrecadação no município significativa. Os custos com os funcionários eram menores do que hoje(1998), eram na época doSsr. Haley, mais ou menos 700 funcionários na Prefeitura. Ele mandou muitos embora, na minha área nós éramos 12 e ficaram somente 3. Ele teve uma vantagem, que eu considero que foi muito grande, não havia sindicato, não tinha constituição, (sic) estabilidade de emprego (sic). Estas coisas ajudaram bastante...”* (Entrevista com o sr. Osmar da Silva, funcionário da Prefeitura de Catalão, no Setor de Obras, 28-01-98.) Não conseguimos nenhum documento oficial na prefeitura sobre de arrecadação de impostos das mineradoras, sob a alegação que a documentação anterior a 1992, não está organizada. Mas, no Setor de Finanças nos informaram que a contribuição dos impostos da mineração representam 45% do valor econômico do município de Catalão, sendo que a quantia maior, vinha da Goiásfértil.

administração com o lema “Opção Humana é a Força do Trabalho”, para enfrentar *problemas sociais que se acentuaram com a crise na mineração*, como o desemprego, falta de moradias para a população e saneamento básico. Não fez maiores realizações, investiu em projetos urbanísticos (procurou embelezar a praça principal com a construção de uma fonte sonora, iluminou e duplicou avenidas); procurou apoiar os trabalhadores da prefeitura,⁽⁸⁰⁾ concedendo-lhes aumento salarial e com a manutenção do já existente Posto de Saúde do Funcionário Público Municipal Dr. Lamartine Pinto e, também, fornecendo gratuitamente, todos os dias, 250 refeições para trabalhadores municipais, que recebiam por mês, uma cesta básica; incentivou a prática de esporte na cidade, por isso, a prefeitura criou cursos para treinadores e atletas de diversas modalidades.⁽⁸¹⁾ O município havia recebido investimentos significativos da administração estadual nos setores de transporte, educação, energia elétrica e saneamento.⁽⁸²⁾

A cidade registrou as mudanças de orientação com a administração do PFL que não chegou a agradecer: *“A administração atual precisa investir urgentemente em infraestrutura para o município. Falta mais asfalto, indústria, educação e moradia”*. Os menos privilegiados reclamaram:

“Atualmente está muito difícil. Para a classe pobre nunca melhora nada. O custo de vida e o desemprego tem feito com que meus filhos não pudessem continuar os estudos. Há ainda uma grande massa de bóia-frias no município”. *“Falta emprego no município e os salários*

⁽⁸⁰⁾ No início de sua administração Mesquita foi aplaudido pelos funcionários da Prefeitura, quando concedeu a estes aumento de 47%, *“visto que os funcionários estavam massacrados, lesados e humilhados”*, sendo que várias solicitações foram feitas ao prefeito anterior, *“mas este só concedia os aumentos de acordo com os índices do Governo Federal”*. J.B.J. dizia que *“luta há 6 anos pelo aumento de salários e acha que o funcionário da Prefeitura precisa receber bem, assim como os funcionários das minerações.”* (Câmara Municipal de Catalão, 7ª. Sessão Ordinária, Livro 16, 27-03-89, p.61).

⁽⁸¹⁾ *O Povo e a cidade. O Popular. Especial. Goiânia, 20-08-89.*

⁽⁸²⁾ Subsidiou a ampliação e reformas de diversas escolas, construiu estradas asfaltadas ligando a cidade às outras vizinhas, asfaltou avenidas e ruas, construiu pontes e galerias de água pluviais, construiu um posto fiscal rural, promoveu ampliações na subestação elétrica e estendeu as redes de energia elétrica na zona rural. Através da Cohab, foi construído um conjunto habitacional, Conjunto Castelo Branco, para atender 189 famílias de trabalhadores de baixa renda. (*Catalão festeja seus 130 anos com diversas obras. O Popular. Especial. Goiânia, 20-08-89.*)

dos trabalhadores do comércio estão muito baixos. Além disso, a maioria que consegue um trabalho é obrigada, se quiser continuar no emprego, a ganhar meio salário mínimo e não ter a carteira de trabalho assinada”.

Daí, surgirem as lembranças e as comparações com a administração anterior, e também muita desilusão:

“Eu sempre gostei da cidade. Também, desde que eu nasci moro aqui. Esse é o meu mundo. Agora, que a cidade está precisando de melhoras está. O atual prefeito precisa atingir um nível de administração igual a Haley Margon ou melhor. Está muito fraca”. “Há muita gente carente no município. Falta habitação. Eu moro numa vila construída na administração do Haley Margon. O atual prefeito precisa preocupar mais com essa área e com a educação do povo”.

Por fim, o desabafo de um eleitor decepcionado: *“Sinceramente eu perdi o meu voto. Apesar do pouco tempo, a administração atual está uma negação. Há muito desemprego”*.⁽⁸³⁾

O PFL também não conseguiu satisfazer muito as expectativas da própria vice-prefeita, Maria da Glória Sampaio, que percebendo a incerteza de seu futuro político, desfilou-se do partido e da prefeitura antes mesmo de completar o seu mandato, alegando discordância com a condução política e administrativa do prefeito Agnaldo Mesquita. A vice-prefeita, em depoimento à imprensa, justificou sua atitude e anunciou sua filiação ao partido de Haley Margon, o PMDB: *“Desfiliei-me porque me senti frustada como mulher política dentro do PFL... Haley é um político de grande peso na região. Ele conta com o apoio da grande parte da população”*.⁽⁸⁴⁾

⁽⁸³⁾ Todas as falas citadas foram retiradas de entrevistas com moradores da cidade em: *O Povo e a cidade. O Popular. Especial*. Goiânia, 20-08-89.

⁽⁸⁴⁾ *Vice de Catalão deixa PFL, 'por frustração'*. *O Popular*. Goiânia, 20-11-91.

No final de 1989, seus antigos admiradores, os funcionários da prefeitura, também se mostravam descontentes com Mesquita que justificava suas dificuldades com as contas herdadas da administração anterior: *...em virtude do desleixo do poder público, as contas do governo passado não justificam porque um erro não justifica o outro*. “ *o Prefeito não está tendo autoridade em seu secretariado... não está tendo administração, portanto sem autoridade não há confiança*”.⁽⁸⁵⁾ A insegurança e insatisfação da cidade com as decorrências da crise econômica e incompetência política da administração do PFL se acentuariam com a política de privatizações do Governo Collor, até porque ela designou a Goiásfértil como primeira experiência de privatização. Nesse sentido, a cidade vivenciaria, em primeira mão, as decorrências políticas e sociais de uma prática que, a partir daí, tumultuaria a sociedade brasileira. As primeiras dimensões deste tumulto podem ser testemunhadas pelas eleições municipais de 1992 em Catalão. Elas constituem o tema central do próximo capítulo.

⁽⁸⁵⁾ Câmara Municipal de Catalão, 32ª. Sessão Ordinária. Livro: 16, 06-11-89.

IV Capítulo

Crise e Privatização: dimensões políticas do insucesso do Polo Mínero-Químico-Industrial de Catalão/Ouvidor.

1- Nacionalização x Privatização: o setor mineral e a Constituição de 1988.

Os anos oitenta representaram para a indústria mineira mundial o período mais crítico de sua história contemporânea. A crise que em princípio, esperava-se ser passageira, mostrou-se duradoura. Foi explicitada pela queda brutal dos preços e pelo aumento dos estoques das principais matérias-primas minerais, resultando em quebra de ritmos de crescimento de demanda e super-capacidade de produção. Para o setor mineral, esta crise deflagrada nos anos oitenta, na verdade, estava em processo desde a década anterior, quando houve um período de forte crescimento dos principais mercados de matérias-primas e a existência de facilidades de capitais para o financiamento de projetos de expansão. No caso de investimentos nos países ditos do Terceiro Mundo, a maior parte dos créditos bancários foram garantidos pelos Estados. Nestes países, dependentes de financiamentos para desenvolver a indústria mineral, o Estado, a partir dos anos sessenta, se tornou o novo ator, criando empresas públicas, operando sozinhas ou em parceria com outras empresas. Desta forma, o investimento mundial na mineração, levou a um "boom" na produção até 1975, desacelerando gradativamente a partir de 1976, o que gerou nos anos oitenta, consideráveis excedentes de produção.⁽¹⁾

⁽¹⁾ *A Crise da Indústria Mineral*. SP. *Revista Mineral*, N° 22, Setembro, 1984, pp 45-47.

Portanto, estas dificuldades do setor mineral passaram a ser explicadas como uma crise de “sobrecapacidade”⁽²⁾. Porém, outros fatores foram apontados como responsáveis, tais como o desenvolvimento de novas tecnologias, resultando na substituição dos materiais tradicionais por novos materiais, a redução dos estoques estratégicos, em decorrência da atenuação dos conflitos mundiais e dos altos custos financeiros para mantê-los e, ainda, as constantes pressões ambientalistas que se fizeram presentes contra a implantação de projetos minero-metalúrgicos.⁽³⁾ Diante deste contexto, as empresas tiveram que fazer face à situação, num ambiente econômico bastante desfavorável, limitando consideravelmente a sua capacidade de resposta a esta conjuntura desfavorável.

Os efeitos dessa crise sobre as empresas foram drásticos, sendo que o mais visível consistiu na deterioração acentuada dos resultados financeiros da maioria destas, derivada de uma diminuição do faturamento decorrente da redução do volume de vendas e da baixa dos preços. Na tentativa de se adaptarem à nova situação, empresas minerais mundiais tentaram se remodelar criando estratégias a curto, médio e longo prazo. Num primeiro momento, percebeu-se a opção pela redução dos custos de produção, que se tornou a determinante na sobrevivência das empresas; medida essa que levou à compressão dos salários e supressão da maioria de benefícios e remunerações extra-salariais. Foi reduzido o número de empregos e, por outro lado, estimulado o aumento da produtividade através de investimentos na modernização e na automação das empresas e, também, reduziu o custo dos insumos através do desenvolvimento de processos mais econômicos e da renegociação dos contratos de abastecimentos do setor.⁽⁴⁾

O crescimento industrial brasileiro até então, tinha se pautado no modelo de “substituição de importações”, ou seja, *“a montagem de um tecido industrial que não se limitasse à produção de bens de consumo mas que, ao contrário, fosse gradativamente se*

⁽²⁾ Neste período houve uma colocação maciça de bens minerais no mercado internacional pela China e União Soviética (*A mineração e a Economia Nacional no Período Pós-1988. Equipe Técnica da Diretoria de Mineração/Paulo Abib Engenharia S.A. SP., Junho/93.*)

⁽³⁾ Idem, *ibidem*.

⁽⁴⁾ *Mineração Mundial: a adaptação à crise*. SP: **Revista Brasil Mineral**, N.º. 23, Outubro, 1995. pp. 43-51.

aproximando da produção de bens intermediários e de bens de capital⁽⁵⁾. Neste contexto o setor mineral foi historicamente desarticulado da indústria brasileira, já que sua missão era produzir matéria-prima para suprir algumas solicitações internas e para a exportação. Apesar de atender a uma demanda de insumos minerais, seu desenvolvimento obedeceu a uma dinâmica ditada pela procura externa de matérias-primas. Com isto o setor mineral, com poucas exceções, se tornou um importador de tecnologias e experiências. No final da década de oitenta, este modelo se tornou inoperável devido às transformações ocorridas mundialmente e na imposição de um novo modelo econômico que passava pelo desenvolvimento tecnológico.⁽⁶⁾

O Brasil, como mero exportador de matérias-primas minerais se viu diminuído diante dessa nova remodelação do capital, ou seja, a sua internacionalização, a concorrência acirrada e a alta tecnologia. O que de certa forma já apontava para um perverso futuro, qual seja, a substituição da mão-de-obra barata pela automação industrial. E, ainda mais crucial para o setor mineral brasileiro, foi a discussão de que os países industrializados estariam substituindo matérias-primas importadas do Terceiro Mundo e das quais dependiam suas

(5). *"A oferta de alimentos e a demanda de fertilizantes na definição de uma política de desenvolvimento sustentável."* Relatório Executivo Petrofértil. RJ: COPPE/UFRJ, 1992, p. 12.

(6) Analisando a crise dos anos 80. Fausto Castilho, após afirmar ser o êxodo rural (excesso populacional do Nordeste e de Minas Gerais para os estados mais desenvolvidos do Sul e Sudeste) a primeira determinante da longa duração para a crise do Estado Brasileiro, aponta a segunda: a incapacidade de inserção do Brasil no espaço internacional por procedimentos de "mercado" ou "sociais". Esta debilidade foi levando o país, nos anos 80, à bancarrota e à "paralisia que gradualmente foi tomando conta do ambiente." Explica que esta inserção no espaço externo tem que ser feita via tecnologia, ou seja, a partir da exportação de industrializados, ampliação do mercado interno e da reaplicação da poupança interna (no caso do Brasil, estava centrada em mãos privadas) no próprio aparelho de produção. Porém, isto não aconteceu. No final dos anos 70 e início dos 80, mais especificamente no governo Geisel, houve um agravamento desta situação, e as elites brasileiras começaram a encontrar dificuldades de operar, porque Geisel com sua campanha "desestatizante" apresentou uma proposta "de abertura do mercado interno a produtos e a capitais provenientes do chamado Resto do Mundo, na transferência para a propriedade de particulares de companhias em poder do Estado, na autorização para que se instalassem livremente em território brasileiro empresas que se dispusessem a simplesmente montar aqui 'produtos mundiais', beneficiando-se do preço irrisório pago ao assalariado, e cessão de jazidas para todo o tipo de mineração a quem melhor o fizesse (em suma, a ressurreição em pleno século XX do lusitano Estado negreiro e sesmeiro)." Porém, a situação não se manteve, em 1980. "...o ciclo do menor esforço chegava a seu termo e de repente as determinantes interna (excesso populacional) e externa (não inserção internacional) de longa duração passaram a reger a cena de modo exclusivo..." Como resultado, veio a crise, que a seu ver, é a crise do Estado, porque este se manteve omissivo, liberal, não assumiu o papel de agente principal tanto na distribuição de renda na ordem interna, como na inserção no espaço internacional. (CASTILHO, OP. cit., pp. 100 e 104).

indústrias. por novos materiais, nos quais o valor do recurso natural era ínfimo quando comparado com a tecnologia embutida. Daí um grande problema para esse setor que apenas exercia a função de exportar matérias-primas brutas e que por isso não havia desenvolvido tecnologia nem se industrializado.

Diante desta situação desalentadora, uma instância do setor mineral, vislumbrou no ano de 1988, com as discussões na Assembléia Constituinte para a reformulação da nova Carta Constitucional, o momento oportuno de corrigir a “liberalidade” da legislação minerária brasileira, instituída pela Constituição de 1946, que modificou os artigos de cunho nacionalista da antiga Constituição de 1937, ⁽⁷⁾ do período ditatorial de Getúlio Vargas, alteração que foi mantida e ampliada pela Constituição de 1967. A Constituição de 1946 permitiu que estrangeiros que se encontrassem reunidos em empresas, poderiam explorar as minas brasileiras.⁽⁸⁾ Em 1967, com o Governo Militar, a nova Constituição promoveu transformações significativas na legislação minerária. Permaneceu a abertura ao capital estrangeiro, permitindo à iniciativa privada, multinacionais e associadas, o direito de explorar as minas. Ao Estado caberia apenas um papel supletivo e, ainda, perdendo o proprietário do solo a preferência que tinha na exploração, dando “prioridade” ao pretendente da pesquisa mineral.⁽⁹⁾ Em 1988, com a reforma da Constituição, apontava-se para a possibilidade de reverter algumas das leis minerárias que vigoravam até então.

⁽⁷⁾ A Constituição de 1937 promoveu um grande fechamento ao capital estrangeiro na mineração. O artigo 143 da mesma ditava que: “o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais... ainda que de propriedade privada, depende de autorização federal... A autorização só poderá ser concedida a brasileiros ou empresas constituídas por acionistas brasileiros...” Ainda no artigo 144: “A lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d’água ou outras fontes de energia assim como das indústrias consideradas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da Nação”. (SCLIAR, C. Op cit, 1994, p. 131)

⁽⁸⁾ “O aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal na forma da lei. §-1- As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País, assegurada ao proprietário do solo a preferência pela exploração. Os direitos de preferência do proprietário do solo, quanto às minas e jazidas, serão regulados de acordo com a natureza delas.” (Constituição de 1949, grifo nosso).

⁽⁹⁾ “As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial. §1- A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependem da autorização ou concessão federal, na forma da lei, dada exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País. §2- É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; quanto as jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização (Constituição de 1967, artigo 161).

Debates contundentes e recorrentes, uma vez que retomavam questões já discutidas no passado, aconteceram no setor mineral brasileiro. Congregados em dois grupos distintos, de um lado, estavam os geólogos, liderados pela Coordenação Nacional dos Geólogos - Conage - ⁽¹⁰⁾ defendendo a nacionalização da mineração; e do outro, o Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram- e os empresários, defendendo a manutenção das regras vigentes, de liberalidade às empresas nacionais e multinacionais.⁽¹¹⁾ Para aqueles que eram favoráveis à nacionalização, a proposta era que ficasse reservado às empresas nacionais a exploração dos recursos minerais. Defendiam que esta seria um avanço para o setor no sentido que este poderia vir a ter em função das diretrizes adotadas, uma política, algo que o setor vinha carecendo há bastante tempo. Além de que, o Brasil não seria o único país a adotar medidas nacionalizantes para a exploração de seus recursos do subsolo, pois a Austrália, o México, o Canadá e o Peru, já haviam optado por estas medidas e isso não resultara na estagnação da exploração dos recursos minerais. Na época, afirmavam que: *“A Constituição precisa mesmo proclamar que os minérios são nossos, que a pesquisa do subsolo, para localizá-los, deve ser da responsabilidade exclusiva de brasileiros e que a lavra dos depósitos, para extrai-los, privilégios das empresas nacionais”*.⁽¹²⁾

Os geólogos da Conage argumentavam que era preciso compreender que em suas propostas não estavam excluindo da mineração brasileira o capital estrangeiro. O que na realidade propunham, era um “disciplinamento” desta participação, que deveria ocorrer sempre de forma minoritária: *“as portas da mineração brasileira não ficarão fechadas para aqueles investimentos estrangeiros que realmente queiram se instalar no País. As portas podem ficar fechadas para aqueles que estão dispostos apenas a especular, para os que*

⁽¹⁰⁾ A Coordenação Nacional dos Geólogos - Conage - representava dezoito entidades estaduais e o sindicato dos Geólogos do Estado de São Paulo.

⁽¹¹⁾ SCLIAR, op. cit., p. 208.

⁽¹²⁾ SILVA, Roberto Gama e. *Minerais e Constituição*. In: Revista **Brasil Mineral**. SP. n° 57. Agosto de 1988, p. 69.

açambarcam grandes áreas do território como estratégia para assegurar posição no mercado. Porém, de especuladores o País já está cheio.⁽¹³⁾

Este desabafo advinha do fato de que o antigo Código de Mineração (1967) ter concedido privilégios a grupos internacionais, habilitando-os a reunir, livre e independentemente, as informações geológicas do território brasileiro, o que contrariava a comunidade de geólogos que defendia uma posição nacionalista: *“Estados inteligentemente dirigidos investem na pesquisa e tratam de impedir que os estrangeiros tenham acesso aos seus resultados.”*⁽¹⁴⁾ Para estes geólogos, a pesquisa era fonte de conhecimento e conhecer era fator de importância estratégica. Esta liberalidade da legislação minerária permitia que as mineradoras estrangeiras muitas vezes apresentassem relatórios de pesquisa negativos e ficassem “sentados” em cima da mina, talvez porque não interessava, ainda, que os brasileiros tomassem conhecimento das verdadeiras reservas que se encontravam naquele determinado local. Eram as chamadas “empresas de papel”, “subsidiárias de mentira”, criadas unicamente para garantir as áreas por prolongado tempo, prejudicando os interesses do País.⁽¹⁵⁾

Com relação a este assunto, encontrava-se até mesmo propostas bastante radicais apelando para que:

“...imibissem a possibilidade de grandes grupos, principalmente multinacionais, de lotearem áreas com perspectivas de mineração. Responsabilizá-los com pesadas multas os grupos empresariais que se mantivessem ‘sentados’ em cima das ocorrências minerais,

⁽¹³⁾ *Avanço ou Retrocesso?* Editorial. In: Revista **Brasil Mineral**. SP. n.º. 55, Junho de 1988, p. 03.

⁽¹⁴⁾ SILVA, op. cit., p. 67.

⁽¹⁵⁾ *“Ao permitir que as multinacionais participem isoladamente dessa atividade básica, o País estará abdicando do direito de decidir sobre o aproveitamento dos seus próprios recursos, inclusive no que concerne à oferta interna dos produtos. Isso porque o Setor é altamente oligopolizado e, por consequência, os membros dos cartéis investem na pesquisa em muitos casos, para localizar depósitos com a real intenção de mantê-los inexplorados. Assim procedendo, conseguem reprimir a oferta dos produtos e manipular os preços a seu bel-prazer”.* (Idem. ibidem. p. 68).

tirando a oportunidade de as mesmas serem estudadas ou exploradas por outros efetivamente interessados".⁽¹⁶⁾

Para esses geólogos era chegada a hora de dar um basta a esta permissividade. A Austrália e o Canadá, países que se destacavam no setor mineral, eram citados como exemplo: *"...lograram atingir as posições que hoje desfrutam, simplesmente por terem decidido manter sob rédea curta as mineradoras estrangeiras que, nas duas últimas décadas, foram obrigadas a se associar minoritariamente com as nacionais, para atuar nos dois Estados"*.⁽¹⁷⁾ Arriscava-se a previsão de que:

"...o recuo das mineradoras internacionais redundará em grande vantagem para os brasileiros. Os contemporâneos teriam aumentadas suas chances de localizar depósitos de minerais preciosos, geradores de fortuna imediata. Os sucessores passariam a contar com maiores reservas de outras substâncias vitais, mais difíceis de localizar, para atendimento das suas necessidades básicas".⁽¹⁸⁾

Neste processo de discussões sobre a Reforma Constitucional para o setor mineral em 88, o que mais levantou polêmica foi a questão da soberania nacional sobre os recursos minerais. Para a Conage, conter a expansão das empresas estrangeiras naquele momento de revisão da Constituição, era uma questão de soberania nacional. Assim sendo, havia um forte apelo que deveria haver uma nacionalização parcial da mineração brasileira, no sentido de que os empresários do país tivessem o controle efetivo não só do capital, mas também do poder decisório nas empresas. Neste ponto, também, nem todos os membros da comunidade mineral comungavam esta idéia.

⁽¹⁶⁾ José de Carvalho Filho, diretor-presidente da Ferbasa, em entrevista na Revista **Me&P**, Novembro de 1985, p. 31.

⁽¹⁷⁾ SILVA, op. cit., p. 66.

⁽¹⁸⁾ Idem, ibidem, p. 67.

Os partidários dessa nacionalização parcial acreditavam que, assim, canalizariam para a mineração capitais que eventualmente poderiam estar aplicados em outros setores da economia brasileira:

“...considero que a questão da soberania é absolutamente relevante, no sentido de que nós temos que exercer sobre os nossos recursos minerais a soberania que todos os países do mundo exercem. Parece-me que a nacionalização da lavra é absolutamente direcionada no sentido de soberania, de fortalecimento do capital nacional na atividade mineradora”. ⁽¹⁹⁾

Opinava ainda este geólogo que este “capital forâneo” deveria ser devidamente controlado, o que para ele não significava ruptura da soberania nacional. Se esta nacionalização acontecesse, acreditava que os capitais internacionais se absteriam de investir na atividade de risco, no caso, a pesquisa, preferindo comprar os depósitos já descobertos pelos empresários nacionais com as nossas poupanças internas. Desta forma, o geólogo afirmava que: *“...seria útil e desejável utilizar inteligentemente a poupança externa para desenvolver o potencial mineral do País, assegurando que, uma vez descoberto o depósito mineral, as empresas nacionais teriam condições favoráveis de associação”.* ⁽²⁰⁾

O Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram - entidade que congregava as empresas do setor, foi quem mais contestou a proposta de nacionalização da mineração. Não concordava com a acusação feita pela Conage de que o controle e a fiscalização sobre os investimentos estrangeiros eram deficientes, da mesma forma refutava a tese de que a legislação era dúbia e por isso levava à desnacionalização das riquezas minerais do subsolo brasileiro. Na opinião do presidente do Instituto, estava

“...claro que a atividade de mineração é exclusiva de brasileiros ou empresas brasileiras e que estas podem contar com a participação do capital externo. Quanto à fiscalização, as juntas comerciais fiscalizam as pessoas jurídicas, tanto nacionais quanto estrangeiras, e o

⁽¹⁹⁾ SALOMÃO, Elmer. *Um Grande Salto*. In: *Revista Brasil Mineral*. SP. n.º. 55, Junho de 1988, p. 18.

⁽²⁰⁾ *Idem, ibidem*, p. 18.

Banco Central é extremamente rigoroso no acompanhamento de firmas que contam com participação estrangeira".⁽²¹⁾

O Ibram tanto foi contra a nacionalização da mineração que mesmo passado este momento de discussão, lembrava ao setor mineral em uma de suas publicações que:

"O comportamento favorável do setor mineral resulta, em grande parte, do impulso a ele dado nos anos 1967-1976. O Código de Mineração de 1967, ao instituir o direito de prioridade, estabeleceu o livre acesso à propriedade mineral, agilizando a obtenção de direitos mineráveis que apresentaram acentuado crescimento a partir de então. Essa legislação favorável atraiu capital de risco que, investido em pesquisa, levou à descoberta e ao aproveitamento de importantes províncias minerais, tais como, por exemplo, Carajás, Paragominas e Trombetas".⁽²²⁾

Na época, muitos acreditavam que a nacionalização da mineração seria um verdadeiro desastre para o setor, pois haveria uma debandada de capitais do setor mineral; justificavam, explicando que:

"O setor mineral é pequeno em relação ao seu potencial porque não existe investimento. Essa é uma situação típica para se montar um modelo tripartite, englobando o capital privado nacional, o capital estatal e o capital privado estrangeiro. Nesse modelo, as empresas estrangeiras devem ter os mesmos direitos que as outras...O papel do Estado deve se restringir a traçar políticas, definir planos, normatizar, fiscalizar e fazer cumprir as leis. Até que gostaria que o estado tivesse um papel de fomentador, por exemplo fazendo levantamentos geológicos básicos, mas, constatando a dramática falta de recursos, acho que isso deveria ser assumido pela iniciativa privada".⁽²³⁾

⁽²¹⁾ DNPM reclama que não dispõe de recursos. SP. Folha de São Paulo, Caderno Economia, 22 de setembro de 1985.

⁽²²⁾ IBRAM. Setor Mineral Brasileiro. **Propostas de Políticas**. Belo Horizonte, Julho de 1989.

⁽²³⁾ HANAN, Samuel A. *Depoimentos*, Revista **Brasil Mineral**, SP. Edição Extra, Setembro, 1993, p. 20.

Para o porta-voz da S.A. Mineração de Amianto (Sama-Go), empresa dos Grupos Saint Gobain e Eternit, a questão da presença do capital estrangeiro não deveria ser vista com tantas restrições: *“...não vemos por que a participação do capital estrangeiro deva ter uma regulamentação mais restritiva na mineração em comparação com outras atividades econômicas... essa participação pode ser muito mais interessante do que a tomada de empréstimos externos”*.⁽²⁴⁾ O diretor da Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia - CBMM - via também com restrições a fixação de controles mais efetivos ao aumento do capital estrangeiro na mineração, o seu medo era que com esta medida, acontecesse uma inibição da entrada de novos aportes de capitais externos no setor mineral.⁽²⁵⁾

A nacionalização da mineração feita pela Constituição de 1988, encontrava no então deputado Roberto Campos um dos seus críticos mais ferinos. Para o deputado, a nacionalização foi um dos maiores retrocessos e a causa da crise do setor, ao seu ver: *“...ao nacionalizar a pesquisa, o Brasil nacionalizou apenas riscos, a fase mais difícil da mineração - que demanda grandes investimentos -, mas que permite a presença estrangeira quando a mina já está localizada e, portanto, basta explorá-la”*.⁽²⁶⁾

Roberto Campos, desde meados da década de sessenta defendia que as “riquezas naturais” tão aclamadas pelos nacionalistas do setor, eram meros “cadáveres geológicos”. Para respaldar sua crença, buscava exemplos: *“Os países que, desde o albor da história,*

⁽²⁴⁾ PAES, João Carlos Duarte. *Estrangeiros controlam 42% da produção mineral do País*. SP. **Folha de São Paulo**, Caderno Economia, 22 de setembro de 1985.

⁽²⁵⁾ Julio César Gaertner em entrevista: *Estrangeiros controlam 42% da produção mineral do País*. SP. **Folha de São Paulo**, Caderno Economia, 22 de setembro de 1985. A empresa CBMM era controlada pelo grupo Moreira Salles, que contava com uma participação de 49% do grupo norte-americano Union Oil.

⁽²⁶⁾ CAROPESO, Álvaro. *O Setor Mineral e a revisão constitucional*. Revista **Brasil Mineral**. SP. Edição Extra, Setembro, 1993, p. 15. Este posicionamento de Roberto Campos já se fazia notar desde 1964, quando logo após o golpe militar, foi organizado um grupo para revisar o Código de Mineração vigente desde 1940, do qual Roberto Campos fazia parte como Ministro do Planejamento, defendendo uma legislação que tivesse, como princípio, que as reservas minerais só seriam preciosas se exploradas. Para o ministro deveria-se levar o Código de Minas a uma revisão efetiva, limitando ao Estado a um papel supletivo, abrindo as portas à exploração dos recursos naturais pela iniciativa privada (multinacionais e associadas). (DREIFUSS, René, citado por Claudio Scliar, em *Geopolítica das Minas do Brasil: a Importância da Mineração para a Sociedade*, UFMG, 1994, pp. 203-204).

mais rapidamente enriqueceram - o Japão e os Tigres Asiáticos - são singularmente desprovidos de riquezas. Exploram um único recurso e esse não é natural, é artificial: o conhecimento".⁽²⁷⁾ O deputado não economizou críticas e ironias, alertando que o País, por ocasião da Reforma da Constituinte em 1988, estava sendo atacado por um novo vírus: "a necrofilia mineral", preferindo que os minérios continuassem sepultados a que fossem descobertos por "alienígenas". Lembrava também à comunidade minerária que "*as maiores produções minerárias no mundo ocorrem exatamente em países que permitiam livre acesso da capitais à pesquisa e a lavra, independentemente da origem*"⁽²⁸⁾ Comungando com as idéias do deputado Roberto Campos, o presidente do Ibram, João Sérgio Marinho Nunes, afirmava: "*...o osso é do capital nacional e o filé mignon pode ser de qualquer um*".⁽²⁹⁾

Rebatendo as críticas do deputado Roberto Campos, o geólogo e ex-deputado, Gabriel Guerreiro, autor do projeto que nacionalizou a mineração brasileira em 1988, refutou os argumentos de que o país não dispunha de capitais próprios para o investimento em pesquisa e tecnologia e por isso não deveria restringir a entrada de capitais externos. A seu ver, Campos:

"...só não explica porque o cadáver continuou cadáver, apesar dos 22 anos em que prevaleceu no país a política mineral que ele (Campos, então Ministro do Planejamento) e o ex-ministro da Minas e Energia, Mauro Thibau, criaram em 1966, ao elaborarem o Código de Mineração e o Plano Mestre Decenal para o setor... Naquele período, nunca o capital estrangeiro esteve tão livre para investir no subsolo. O que estava morto, de forma geral continuou morto. A diferença é que a chave do sepulcro muitas vezes ficou em mãos estranhas, alheias aos interesses do País".⁽³⁰⁾

⁽²⁷⁾ CAROPESO. Op. cit., p. 15.

⁽²⁸⁾ Idem, ibidem, p. 16.

⁽²⁹⁾ Idem, ibidem, p. 15.

⁽³⁰⁾ Idem, ibidem, p. 16.

Os mais ponderados e defensores de uma postura de meio termo, procuraram fazer uma análise mais serena da situação. Entre estes se destacou o professor Celso Pinto Ferraz, do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas e também, na época, vice-presidente do Pró-Minério, da Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. O Professor expôs sua opinião sobre o caráter internacional da indústria de aproveitamento dos recursos minerais: “o que existe hoje, existiu ontem e quer queiramos ou não existirá amanhã e, de certa forma, na medida que queiramos participar desta indústria teremos que conhecê-la e conviver com suas características”.⁽³¹⁾ Colocava que para discutir esta questão tão séria para o setor mineral, era preciso não ficar apenas com explicações superficiais, fazer uma análise histórica da presença do capital estrangeiro na mineração poderia ajudar:

“Muito antes da expansão das atuais corporações transacionais, ou mesmo desde a antiguidade, o recurso mineral sempre foi buscado fora do país de origem da empresa produtora, sempre esteve presente nas trocas comerciais entre países e porque não dizer, muitas vezes, foi uma das razões de conflitos armados que visavam a anexação de territórios estrangeiros. Isso porque, o depósito mineral está onde a natureza o colocou, e nem sempre onde gostariam os antigos governantes”.⁽³²⁾

Acrescentou o professor que nenhum país era auto-suficiente em todas as matérias-primas e, também, poucos não dependiam de associações com outros países para o aproveitamento desses mesmos recursos. Desta forma, o mais ponderável era que o setor mineral aceitasse a realidade, ou seja, que o Brasil de certa maneira iria precisar do solo alheio e, também compreender que, em contrapartida, teria que prover outros países com produtos originários do subsolo brasileiro. Em suas palavras era preciso “aceitar a realidade, para poder mudá-la.”⁽³³⁾

⁽³¹⁾ FERRAZ, Celso Pinto. *O capital estrangeiro na mineração brasileira*. Revista **Me&P**, Setembro, 1985, p. 21.

⁽³²⁾ *Idem*, *ibidem*. p. 21.

⁽³³⁾ *Idem*, *ibidem*. p. 25.

Todavia, mesmo pensando assim, Ferraz ainda defendia um maior controle, porém não radical, do investimento externo, como uma forma de manter a soberania nacional sobre as riquezas do subsolo brasileiro:

“É nossa opinião que, sem essa abrangência não seremos conseqüentes em qualquer medida que vise normatizar a presença do capital estrangeiro no aproveitamento dos recursos minerais. Essa nossa preocupação em controlar de forma autônoma e soberana o capital estrangeiro na mineração, tem implícita a opinião que a presença do capital estrangeiro é de certa forma inevitável....Soberania é inócua sem poder econômico, o título de propriedade tem pouca significação se não for traduzido por um controle efetivo e benefícios fiscais concretos.”⁽³⁴⁾

Outra questão defendida pelos geólogos da Conage nos debates que antecederam a Reforma Constitucional de 1988, era que a nova Constituição deveria se pronunciar mais detalhadamente sobre o direito de propriedade sobre os recursos minerais, até então indefinido, pois apenas mencionara que pertenciam à União. Esta definição seria importante, principalmente em relação a questão da indenização por desapropriação de interesse público. Pois, com a nova Constituição, os mineradores somente seriam indenizados pelos investimentos que de fato tivessem realizado, não poderiam ser indenizados pelos minérios não extraídos das jazidas:

“Nós defendemos esta posição porque julgamos que o bem mineral por seu caráter de não renovável, não pode constituir uma propriedade privada, mas deve ser uma propriedade social, administrada pela União, que deve criar condições para que toda a sociedade tire maior proveito desse bem mineral”. ⁽³⁵⁾

⁽³⁴⁾ Idem, *ibidem.*, p. 25.

⁽³⁵⁾ CARVALHO, W.T. *Mudanças Importantes*. In: Revista **Brasil Mineral**. SP. n.º. 55, Junho de 1988, p. 17.

Esta também era uma questão que estava entrelaçada com a abertura ao capital estrangeiro na mineração. A Constituinte de 1967 havia elegido os responsáveis pela pesquisa como os futuros beneficiários da lavra, se a pesquisa era concedida aos estrangeiros, logo estes seriam os beneficiários. Esta concessão tirava do Brasil a oportunidade de competir igualmente com os mais capitalizados e portadores de tecnologias mais avançadas. Assim, os estrangeiros estavam sempre se beneficiando com as riquezas do subsolo brasileiro. Um grande exemplo citado era a exploração do ouro no Centro-Oeste.⁽³⁶⁾ Enfim, estas discussões que antecederam a reforma da Constituição de 1988, foram vistas pelo setor mineral como um salto bastante positivo. Estiveram presentes na Assembléia Nacional Constituinte para discutir assuntos do setor mineral, seus profissionais, índios, empresários, agricultores, trabalhadores e industriais. Foram realizadas várias mesas-redondas, debates, produção de textos e artigos numa tentativa de fazer com que a população recebesse maiores informações, adquirissem um maior reconhecimento da importância da mineração em suas vidas e também de toda a problemática que a mineração envolvia.⁽³⁷⁾ Todavia, todo este debate, a regulamentação da Constituição e os ganhos nela obtidos pelos defensores da nacionalização, se tornariam letra morta com a política de privatizações desencadeada a partir do Governo Collor, fundamentada na crise provocada pela super oferta de minérios no mercado internacional. Na verdade, a política de privatizações vinha contemplar um programa empresarial privado já iniciado na década anterior - particularmente no Governo Geisel - mas que ficava encoberto pelo discurso ufanista do Brasil-Potência auto-suficiente, e pelo embate sobre as preferências da indústria nacional ou de capital estrangeiro.

⁽³⁶⁾ SILVA, Roberto Gama e. "Minerais e Constituição". In: *Revista Brasil Mineral*. SP. n° 57. Agosto de 1988, p. 68.

⁽³⁷⁾ Foram discutidos várias questões para o setor como: o garimpo, a mineração em terras indígenas, a descentralização da política mineral e a participação dos Estados e Municípios, a substituição do IUM (Imposto Único sobre Minerais) pelo ICM (Imposto de Circulação sobre Mercadorias), que serão discutidos no desenrolar deste capítulo.

2- Crise e Privatizações: o recuo do Estado na indústria de fertilizantes - a privatização da Goiasfértil.

Para compreender o cenário interno da indústria mineral brasileira nestes anos de ápice da crise (1980-1992), é preciso não perder de vista a sua relação com fatores externos já comentados anteriormente. O cenário internacional atravessava uma crise, apresentando um quadro recessivo com a queda de empreendimentos mineiro-metalúrgicos. Neste quadro pouco promissor, a indústria mineral permaneceu marcando passos lentamente, houve apenas uma pequena taxa de crescimento, com pouco avanço na implantação de novos projetos e pequenos investimentos na fase de pesquisa mineral. *Muitos acusaram a Constituição de 1988 de ter contribuído sobremaneira para tal situação, devido o seu caráter restritivo aos investimentos estrangeiros* ⁽³⁸⁾ (grifo nosso). A Constituição de 1988 também promoveu a mudança na forma de tributação para o setor mineral, que de maneira geral causou descontentamento. Extinguiu o Imposto Único sobre Minerais (IUM), que foi substituído pelo ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que tem alíquotas diferenciadas por produto, fixadas pelos estados. Essa mudança trouxe conseqüências nefastas ao setor mineral, assim como para os orçamentos dos municípios que dependiam da mineração (como era o caso de Catalão), pois aumentou suas dificuldades financeiras para enfrentar a crise. ⁽³⁹⁾

Além de todas essas questões enfrentadas pelo setor mineral, ainda se acrescentou o desaparecimento das instituições estatais de pesquisa mineral a nível federal,

⁽³⁸⁾ *A Mineração e a Economia nacional no período Pós-1988. Mineração Paulo Abib Engenharia SA, SP, Junho, 1993.*

⁽³⁹⁾ As implicações dessa mudança para o setor mineral foram preocupantes, particularmente para os bens minerais utilizados na agricultura como o fosfato de Catalão. Estes eram isentos de impostos (assim decidiram os militares por considerá-los estratégicos), e, com essa mudança, eles seriam taxados, o que certamente implicaria em aumentos de preços para o consumidor, porque esse novo imposto seria repassado. Mais agravante ainda era que essa nova tributação traria prejuízos para as administrações dos municípios mineradores, pois todo o imposto recolhido iria para um caixa único, e a distribuição de verbas não ocorreria segundo os critérios de geração de tributos. Dessa forma, municípios que mantinham uma situação orçamentária satisfatória, em função dos 20% que recebiam do IUM, teriam seus recursos diminuídos. (Editorial. *Os Problemas da tributação*. SP: *Revista Mineral*, N.º 63, Fevereiro de 1989, p. 03).

ou seja, o DNPM e CPRM.⁽⁴⁰⁾ Devido a uma redução drástica nos seus orçamentos, a partir da década de setenta, viram-se impossibilitados de continuar a execução de pesquisas minerais básicas. Diante dessa situação, ficou colocada para o setor a necessidade de redefinir o “*modelo mineral brasileiro, adequá-lo ao novo cenário da economia mineral e redefinir o papel do Estado Brasileiro, como um instrumento de apoio e incentivo à iniciativa privada*”.⁽⁴¹⁾

Conforme vimos, no final da década de setenta, o Governo Federal se tornara o maior incentivador e investidor na implantação do parque industrial de fertilizantes fosfatados, intervenção que se tornou essencial na expansão da indústria do produto. Manteve o setor protegido através de uma política tarifária inibidora da importação de matérias-primas e produtos estrangeiros. Adotou uma política de subsídios, ora explícitos nos preços, ora implícitos através da concessão de créditos com juros inferiores aos níveis inflacionários, o que permitiu o crescimento acentuado da demanda, não só de fertilizantes, mas também de outros insumos e máquinas agrícolas.⁽⁴²⁾ Porém, a partir de 1981, instaurou-se um novo padrão de financiamento com o fim dos subsídios à agricultura, de tal forma que o agricultor passou a pagar juros reais positivos. Como consequência, a demanda

⁽⁴⁰⁾ O Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - é o órgão do Ministério das Minas e Energia encarregado de fomentar o setor mineral através de trabalhos básicos de geologia e fiscalizar o cumprimento das leis que regem o setor. A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM - é uma empresa estatal de prestação de serviços, sendo o DNPM o seu maior cliente.

⁽⁴¹⁾ *Os Problemas da tributação*. SP: *Revista Mineral*. Nº. 63. Fevereiro de 1989, p. 04.

⁽⁴²⁾ Diante da situação de vulnerabilidade caracterizada pelas importações crescentes, foi que, em 1974, órgãos de pesquisa e o Governo Federal, haviam desenvolvido o II Plano Nacional de Fertilizantes, objetivando retomar o crescimento do consumo e redimensionar a indústria visando diminuir a dependência externa de matérias-primas e, assim, aliviar as pressões sobre as contas externas. Procuravam também, com esse plano, reduzir os custos de transportes no preço de fertilizantes para o consumo final. O plano colocava que devido as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país e a escassez de recursos, tornava-se necessário que as oportunidades apontadas no mesmo, deveriam “*ser preenchidas prioritariamente pela iniciativa privada, cabendo ao Estado um papel de apoio e complementação*.” (LIMA, Aurilio Fernandes. *Aspectos Políticos do Plano Nacional de Fertilizantes*. In: **IV Encontro Nacional de Rocha Fosfática**. IBRAFOS, Brasília, 29 a 30 de Junho e 1º de Julho de 1988, p. 24-29.) Dentre os projetos gestados no II Plano Nacional de Fertilizantes, estava o “Projeto Catalão”, que previa a verticalização da Goiásfertil, através da implantação de uma unidade de produção de fertilizantes simples, que iria responder à demanda de mercado e poderia equacionar o problema dos seus excedentes. (MATTOS, Jorge Augusto S. *Oportunidades de investimentos no segmento de fertilizantes fosfatados e suas matérias-primas*. **IV Encontro Nacional de Rocha Fosfática**. IBRAFOS, Brasília, 29 a 30 de Junho e 1º de Julho de 1988, p. 47).

de fertilizantes registrou uma retração da ordem de 45% entre 1980 e 1983. ⁽⁴³⁾ Para agravar mais a situação de incerteza no setor, após 1988, foi promovida a grande abertura do setor ao mercado externo, através da redução significativa das tarifas alfandegárias vigentes até então. Sobre esta política governamental, o presidente do Ibrafos (Instituto Brasileiro do Fosfato) alertava:

“...ela se constituirá em uma ameaça à sobrevivência do setor produtivo de rocha fosfática, desde que não se tenha uma política de controle de preços, que principalmente leve em consideração os fretes agregados ao produto, considerando as grandes distâncias entre o centro produtor e consumidor... isto será particularmente catastrófico, pois ao se sufocar lentamente o setor, não haverá espaço para o desenvolvimento tecnológico.”⁽⁴⁴⁾

Em 1990, com o Governo Collor, as tarifas alfandegárias ⁽⁴⁵⁾ foram, em parte, eliminadas ou reduzidas, sendo tomadas novas decisões que praticamente deixaram a indústria nacional sem proteção em relação aos produtos similares importados, desconsiderando não só os ajustes que o próprio setor já implementava, mas também as peculiaridades do mesmo, ou ainda, as condições pelas quais os produtos importados se tornavam competitivos com os nacionais. ⁽⁴⁶⁾ Estava explícito que o modelo industrial brasileiro, baseado na substituição de importações com forte intervenção do Estado, tinha-se esgotado, tornando inócuas as disposições da Constituição de 1988 visando uma nacionalização do setor mineral.

⁽⁴³⁾ *A Indústria de Fertilizantes Fosfatados no Brasil*. Instituto Brasileiro de Fosfato. **IBRAFOS**. SP: 1991, pp. 01-44.

⁽⁴⁴⁾ Guilherme de Felipe Júnior, em debate no **IV Encontro Nacional de Rocha Fosfática**. IBRAFOS. Brasília, 29 a 30 de Junho e 1º de Julho de 1988, p. 11.

⁽⁴⁵⁾ Uma das medidas tomadas pelo governo Collor foi a redução das alíquotas de importação em diversos setores, particularmente das indústrias têxteis e petroquímicas. (*Política Industrial e de Comércio Exterior. Programa de Competitividade Industrial. Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento*. Brasília, Fevereiro de 1991, Anexo II p. 06).

⁽⁴⁶⁾ Guilherme de Felipe Júnior. Op. cit.

O setor entrou em “quase insolvência”, as indústrias passaram por uma drástica racionalização, reduziram os níveis de produção e de pesquisa, houve uma descontinuidade operacional de unidades produtoras, chegando algumas empresas a fechar suas portas. De uma maneira geral, os resultados imediatos não foram positivos. Aconteceu um crescimento acentuado da importação de fertilizantes que já havia sido contornado nos anos setenta. Esta ampliação das importações reduziu a geração de recursos financeiros internos e atingiu a curto e médio prazos, os centros de pesquisas tecnológicas, conseguidos com muitos esforços e que haviam chegado até mesmo, a exportar tecnologias. Essa situação provocou um desestímulo aos investimentos para as mesmas, assim como a desativação de alguns Centros de Pesquisas, impossibilitando a viabilidade técnica e econômica de novos projetos e, ainda, a incerteza da continuidade dos projetos já existentes. ⁽⁴⁷⁾

Estas transformações faziam parte da nova política industrial liberalizante do Estado, que era apresentada por alguns segmentos do próprio setor mineral, defensores da abertura do mesmo, como uma continuidade, uma nova etapa do modelo desenvolvido no passado, ou seja, o processo de substituição de importação, ⁽⁴⁸⁾ que havia sido o modelo seguido desde 1974, iniciado e implementado com grande “esforço” durante o governo Geisel. Assim, a parceria Estado/Empresa fora pensada apenas como etapa de um processo preocupado efetivamente, desde o início, com a implementação da empresa privada.

Os defensores desta nova política acrescentavam que o Estado, naquela época, tivera um papel fundamental com fortes investimentos diretos no setor produtivo e, também, “reciclando” capitais tomados no exterior, em forma de subsídios e incentivos para a instalação do parque industrial brasileiro. Porém, explicavam que a nova política refletia uma nova etapa, uma continuação do processo, no sentido de “modernizar” o parque existente, reduzir a participação do Estado, que não tinha mais condições de continuar

⁽⁴⁷⁾ Idem, *ibidem*

⁽⁴⁸⁾ Dr. João Pinheiro Nogueira Batista, representante do Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio, no IV Encontro Nacional de Rocha Fosfática - Ibrafos - em 1988, explicava em palestra o esgotamento do modelo de substituição de importações e a necessidade de aplicar este novo modelo liberalizante. (IV Encontro Nacional de Rocha Fosfática. Ibrafos, Brasília, 29 a 30 de Junho e 1º de Julho de 1988, pp. 59-61).

participando da forma como participara no momento anterior. Não existiam mais recursos externos na mesma quantidade, a disponibilidade de subsídios era limitada. Portanto, essa nova etapa dependia basicamente de um esforço do setor privado de se modernizar, de investir e de ocupar os espaços, importando tecnologias, bens de capitais modernos, reduzindo custos e racionalizando.⁽⁴⁹⁾ Assim, estavam dadas as justificativas para o início das privatizações.

Em 1991, o então presidente da República Fernando Collor, após um ano de governo, apresentou à sociedade brasileira um documento de sua autoria - *Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional* - contendo sua proposta de governo e expondo sua concepção do que seria um “*Brasil moderno e das condições de realizar o salto qualitativo na vida nacional.*”⁽⁵⁰⁾ O ex-presidente fez uma retrospectiva da vida política e econômica do país apontando as falhas, os vícios e as perdas de oportunidades que tivemos para acompanhar o “progresso”. Porém, com o “seu governo” era chegada a hora de acelerarmos os passos para que pudéssemos acompanhar a “dinâmica do tempo histórico”. Entretanto, para ganharmos esta maratona era preciso que o país desse “*um salto que signifique, efetivamente, reconstrução de relações econômicas e sociais viciadas e ultrapassadas, se quisermos realizar um destino de grandeza, que dê condições reais de dignidade ao povo brasileiro. Precisamos alcançar uma inserção favorável em um quadro de relações internacionais em rápida mutação...*”⁽⁵¹⁾

Com o dinamismo das transformações do contexto internacional e com a crise que o país vivia, era preciso que urgentemente se fizesse uma “reconstrução nacional”. Collor se sentia o legítimo escolhido para tal missão, as urnas o haviam comprovado. Assim sendo, suas propostas apresentavam soluções a curto, médio e longo prazo, visando erradicar a inflação e retomar o crescimento sustentado. Mas, para conseguir essas transformações era preciso definir um novo papel do Estado, pois este tinha, no seu

⁽⁴⁹⁾ MATTOS, op. cit., p. 50.

⁽⁵⁰⁾ COLLOR, Fernando. *Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional*. Imprensa Nacional. Governo do Brasil. Brasília, 1991, p. 11.

⁽⁵¹⁾ *Idem*, *ibidem*, p. 13.

entender, duas tarefas: “o apoio à transformação da estrutura produtiva e à correção dos desequilíbrios sociais e regionais.”⁽⁵²⁾ Caberia ainda ao Estado “criar as condições macroeconômicas e prover, em trabalho conjugado com a iniciativa privada, a infraestrutura econômica, tecnológica e educacional necessárias à reestruturação competitiva das empresas.”⁽⁵³⁾

Este Estado deveria ser menor, ágil e flexível, desvinculado da economia, que por sua vez deveria ficar na alçada da iniciativa privada, tendo no Estado apenas um articulador para que juntos (Estado e iniciativa privada) pudessem mobilizar forças para conseguir alcançar o “progresso e a justiça social”.⁽⁵⁴⁾ Desta forma, o papel do Estado mudaria radicalmente, “...cabendo-lhe agora a função de articulador, mobilizador e catalizador do esforço nacional de modernização, participando de forma ativa da construção de infra-estrutura e na promoção da capacitação tecnológica, da qualidade e da produtividade.”⁽⁵⁵⁾

Para redefinir a atuação do Estado foi criado o *Programa Nacional de Desestatização*, coordenado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, que tinha como objetivo reduzir os investimentos às áreas que fossem consideradas necessárias e a dívida pública. O programa também selecionaria as empresas estatais a serem privatizadas. Estas primeiras empresas selecionadas se encontravam em setores considerados pelo Governo como estruturais para a indústria: eram a siderurgia, a petroquímica e a produção de fertilizantes. Para os defensores da privatização, esta escolha possibilitaria a eficiência da administração desses setores, aumentaria a produção e atrairia novos investimentos, promovendo, assim, o aumento dos insumos básicos a preços menores.⁽⁵⁶⁾

⁽⁵²⁾ Idem, *ibidem*, p. 25.

⁽⁵³⁾ Idem, *ibidem*, p. 25.

⁽⁵⁴⁾ Idem, *ibidem*, p. 25.

⁽⁵⁵⁾ *Política Industrial e de Comércio Exterior. Programa de Competitividade Industrial. Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento*. Brasília, Fevereiro de 1991, p. 04.

⁽⁵⁶⁾ Idem, *ibidem*, p. 32.

Participante desta crise do setor mineral foi a Goiasfértil de Catalão escolhida para ser a primeira empresa do setor de fertilizantes a ser privatizada. O Governo dizia que tinha motivos de sobra para privatizar a empresa. Em sua análise, os erros e problemas remontavam desde sua instalação nos anos setenta. O projeto iniciado pela Metago, ainda em fase de construção, havia sido transferido à Petrobrás e ao BNDES, em face à incapacidade do Governo Estadual de tocar o empreendimento. Para os incentivadores da privatização, os erros haviam começado desde o nascimento da empresa, pois o investimento por tonelada de produção tinha sido cerca de quatro vezes maior que o investimento feito em jazimento vizinho pela iniciativa privada, a Fosfago. Apontavam ainda a falta de uma política de expansão das atividades da estatal, negligência que fez com que a empresa perdesse a fatia mais lucrativa da exploração da rocha fosfática, que era o seu beneficiamento por ácido fosfórico, composto dos fertilizantes. Ainda, a rocha bruta extraída de Catalão sofria transformações em outras indústrias na baixada santista e em Santa Catarina, num “passeio” de mais de mil quilômetros. Isso tornava a empresa menos competitiva, uma vez que o produto final tinha seu preço encarecido, sofrendo concorrência direta da Fosfértil, outra subsidiária da Petrobrás, instalada em Uberaba (MG), mais próxima do mercado consumidor. ⁽⁵⁷⁾

Com este diagnóstico desfavorável para a economia do país, no Programa de Privatização, a empresa passou a ser vista como pouco atrativa à iniciativa privada, Alegavam que não tinha mercado, sua viabilidade estava condicionada à evolução do consumo de fertilizantes do cerrado ⁽⁵⁸⁾ e que ainda, possuía, em 1990, uma dívida global em torno de 40 milhões de dólares; o que levava a crer que a empresa seria vendida por um valor baixo. ⁽⁵⁹⁾ Aos funcionários restavam a apreensão e o medo da perda do emprego. Com

⁽⁵⁷⁾ Japy Montenegro Magalhães Júnior, secretário executivo da Subcomissão Especial para o Acompanhamento do Programa Nacional de Desestatização, em *O Popular*, Goiânia, 22-09-91.

⁽⁵⁸⁾ Benedito da Silva Ferreira, presidente da SOLORRICO, no seminário “O Setor de fertilizantes e o Programa Nacional de Desestatização,” *O Popular*, Goiânia, 22-09-91.

⁽⁵⁹⁾ Japy Montenegro Magalhães Júnior. Op. cit.

ou sem a privatização, a incerteza era a mesma, pois viam no desinteresse dos empresários a possibilidade de o Governo optar pelo seu fechamento. Segundo as lideranças sindicais locais, nesse caso extremo, as conseqüências seriam danosas, já que uma demissão em massa afetaria a vida de pelo menos três mil pessoas, direta e indiretamente vinculadas à atividade da mineradora. ⁽⁶⁰⁾

Concretizada a escolha, a *Comissão do Programa Nacional de Desestatização*, anunciou que o edital de venda da Goiásfértil deveria sair até novembro daquele ano (1991). Iniciou-se, então, uma série de discussões a favor e contra o negócio. Em Catalão desencadeou-se um clima de incertezas e desconfianças, que unificou os grupos políticos da cidade e se intensificou após os resultados apresentados pelas empresas que fizeram a avaliação da estatal-federal. Os políticos locais, os funcionários e a sociedade de forma geral, não concordaram com o edital de venda, acusando-o de uma série de irregularidades e omissões, convocando reuniões na cidade que contaram com as presenças de deputados federais, líderes sindicais, o governador Íris Rezende, o prefeito Agnaldo Mesquita (PFL) e ex-prefeitos como Haley Margon (PMDB) e Sílvio Pascoal (PDS). Dentre as irregularidades apontadas no Edital, a que suscitou mais contestação foi a determinação de que as reservas minerais de titânio, nióbio e terras raras, além da rocha fosfática, também entrariam no leilão. Este procedimento estava legalmente apoiado na legislação minerária brasileira, ⁽⁶¹⁾ mas contrariou políticos e trabalhadores, pois para estes, mais uma vez, estes minérios que possuíam um valor “incalculável”, entrariam na negociação com preço zero. ⁽⁶²⁾ Pelo Edital, os funcionários teriam direito de participar da compra da empresa com uma cota máxima de 10%, sendo que as mesmas somente poderiam ser negociadas num prazo mínimo de cinco anos ou com sua quitação. Os valores para a compra destas ações poderiam ser financiadas

⁽⁶⁰⁾ *Magalhães: antes de privatizar, debater. O Popular. Goiânia, 22-09-91.*

⁽⁶¹⁾ O Código de Mineração determina que a concessão de lavra é indivisível (Capítulo VIII, Art. 59, Parágrafo 2º). O titânio, o nióbio e as terras-raras de Catalão são minérios que estão agrupados às reservas de fosfato. Portanto, estes minérios não poderiam ser “desmembrados” das reservas de fosfato, as quais estavam sendo vendidas à iniciativa privada.

⁽⁶²⁾ *Jazidas, maior patrimônio. O Popular. Goiânia, 12-01-92.*

pelo BNDES, com pagamento parcelado em até dez anos.⁽⁶³⁾ Os funcionários da estatal não se convenceram, afirmavam que faltava maiores esclarecimentos sobre os detalhes do processo de licitação e, também, não havia sido apresentado a eles nenhuma garantia quanto à sua participação na privatização.⁽⁶⁴⁾

Diante de tanto descontentamento, foi agilizadada uma reunião na cidade, um mês antes do primeiro leilão (fevereiro de 1992), para que se pudesse esclarecer ao público o processo de privatização da estatal. O BNDES, que estava provendo a venda da empresa, com uma atitude no mínimo autoritária e desrespeitosa, transferiu-a para Goiânia, aumentando mais ainda a insatisfação. Os políticos locais interferiram e o BNDES, acabou por ceder, acontecendo esta em Brasília na Câmara dos Deputados, com a presença de empresários, políticos e representantes da população do município.⁽⁶⁵⁾

O procurador da República Francisco Moreira Camarço, que esteve presente na reunião, diante da indignação de vários representantes da sociedade local, propôs uma ação civil pública para suspender o leilão da empresa, caso não fosse alterado o preço mínimo que excluía esses três minérios. Explicava o procurador que o Ministério Público Federal tinha o dever e a competência para acompanhar quaisquer processos de privatização quando houver interesse social e da União. E no caso da privatização da Goiasfértil, esses citados minérios *“...de enorme utilização industrial e de grande potencial econômico, estavam sendo oferecidos de 'brinde', já que o alvará de lavra incluía todos os minérios encontrados no sítio, pelo preço de apenas um.”*⁽⁶⁶⁾ A não inclusão das reservas de titânio, nióbio e terras-

⁽⁶³⁾ Os funcionários da Goiasfértil na expectativa de adquirirem ações da empresa, desfizeram do patrimônio que a Associação dos Servidores da Goiasfértil (Asgofértil) que, ao longo do tempo foram criando. Ou seja, venderam a farmácia, o super-mercado, os equipamentos, os estoques, etc. Criaram uma empresa, a Sul Americana Participação S/A - SULPAR - para participarem do processo de privatização. (Entrevista com o engenheiro Maurício Marcone P. Cunha, Catalão, 05-04-98.) Conseguiram adquirir ações que tinham direito, mas, logo após a privatização, por dificuldades financeiras tiveram que vendê-las aos novos donos da empresa. (grifo nosso).

⁽⁶⁴⁾ Além destas preocupações, os funcionários estavam apreensivos, pois antes do processo da privatização, eles haviam ganho na Justiça ações trabalhistas, que até aquele momento, a Goiasfértil ainda não as tinha pago, e, pelo que lhes foi explicado, todos os compradores, inclusive os funcionários, iriam adquirir também as dívidas. (Idem, ibidem.)

⁽⁶⁵⁾ BNDES ouvirá Catalão sobre a Goiasfértil. **O Popular**, Goiânia, 12-01-92.

⁽⁶⁶⁾ Procurador quer elevar preço da Goiasfértil. **O Popular**, Goiânia, 15-01-92.

raras na valoração da empresa, foi vista por muitos profissionais do setor, como um verdadeiro ato de “rapinagem” e lesão ao patrimônio público: “O titânio, por exemplo, entre outras utilidades industriais, é usado no fabrico de turborreatores de aviões e mísseis. Logo, a privatização da Goiasfértil, pela abrangência dos seus recursos minerais, relaciona-se basicamente à defesa nacional conforme normatiza a carta de 1988.”⁽⁶⁷⁾ Respondendo esta questão, o diretor do BNDESPar, Ricardo Vianna, afirmava que esses minérios, não haviam sido excluídos na licitação, apenas haviam entrado na avaliação com preço zero “por falta de informações técnicas suficientes para a sua correta valoração.”⁽⁶⁸⁾

Outra preocupação dos descontentes com o Edital da Privatização da empresa, era a negligência do BNDES que não exigiu nenhuma garantia de que o novo proprietário manteria a empresa em atividade, o que deixava a população local em um clima de intranquilidade. Quanto a esse temor, o secretário do *Programa Nacional de Desestatização*, Ricardo Figueiró, garantia que seria incluída no texto uma “nota explicativa” assegurando que a empresa manteria após a privatização, a mesma atividade.⁽⁶⁹⁾

O momento era propício e os políticos goianos de diferentes partidos, souberam tirar dividendos políticos para satisfazer “gregos e troianos” ou, Governo e a população de Catalão. O governador Íris Rezende fez questão de mostrar a sua preocupação com o futuro da empresa e com as riquezas de Goiás, frisando que “*não era contra a privatização do governo Collor*”, apenas aconselhava aos novos donos que investissem no Estado de Goiás, industrializando o fosfato em Catalão, mantendo os empregos.⁽⁷⁰⁾ Defendendo estas mesmas idéias, estava o ex-prefeito da cidade e, na época, Secretário da Fazenda Haley Margon, que

⁽⁶⁷⁾ ACIOLI, Armando. *A Goiasfértil e a defesa nacional*. **O Popular**. Goiânia, 19-01-92.

⁽⁶⁸⁾ *Debate sobre a Goiasfértil*. **O Popular**, Goiânia, 15-01-92. Na mineração uma jazida mineral só pode ser avaliada quando já existe estudo tecnológico capaz de sustentar sua viabilidade, ou quando esta já está em fase de exploração com uma infra-estrutura montada. No caso da Goiasfértil, as reservas de fosfato já estavam em fase de exploração e produção, mas os outros três minérios ainda não tinham sido pesquisados, pois não se tinha tecnologia para explorá-los. A Metago, em suas pesquisas apenas tinha constatado as suas presenças junto às reservas de fosfato. Curiosamente, diante disto, os minérios não tinham valor.

⁽⁶⁹⁾ *Empresa não muda atividade*. **O Popular**. Goiânia, 11-01-92.

⁽⁷⁰⁾ *Íris defende a Verticalização*. **O Popular**. Goiânia, 17-01-92.

se tornou uma presença marcante ao lado dos funcionários ameaçados de demissão (parcela significativa de seu eleitorado), nesta luta contra a forma como estava sendo feita a licitação da Goiasfértil, apesar de suas diferenças políticas com o Metabase, sindicato da empresa que tinha uma orientação petista. Deixava explícita sua opinião; *não era contra a privatização*, pelo contrário, *“era favorável”*, mas não concordava com as omissões do processo. Por isso a sua maior reivindicação era que fossem retiradas da licitação as jazidas de nióbio, titânio e terras raras, que estavam entrando no negócio a preço zero, causando a seu ver, grandes prejuízos a Goiás. Caso sua reivindicação não fosse aceita, propunha que pelo menos o novo dono da empresa viesse a pagar *royalties* pela exploração destas jazidas. ⁽⁷¹⁾ Neste primeiro momento do processo da privatização, Margon, mais uma vez se postou do lado de seus eleitores defendendo, com empenho, a preservação da empresa, os interesses da cidade (seu reduto político) mas também, os do Estado: *“Não admitimos, hoje, se pensar em fechamento da empresa. Antes temos que esgotar todos os caminhos para evitar que isto venha ocorrer. Temos que somar esforços para evitar o sucateamento da empresa.”* ⁽⁷²⁾

A situação não foi fácil para o prefeito Agnaldo Mesquita (PFL), que enfrentava problemas em sua administração (queda na receita do município e desemprego) devido as dificuldades advindas da crise que atingiu todas as mineradoras ali instaladas. A Copebrás, multinacional do Grupo Anglo American, para se adequar à situação que o setor passava, havia promovido demissões de funcionários. ⁽⁷³⁾ A Goiasfértil, operava com interrupções, uma vez que para enfrentar a crise e já se preparando para o processo de privatização, ⁽⁷⁴⁾ estava intercalando períodos de produção com fases de paralização, com férias coletivas, que muitas vezes culminavam em demissões. O Frigorífico Dyspac (antigo Frivap), com

⁽⁷¹⁾ Haley crê que BNDES vai acatar sugestões. **O Popular**. Goiânia, 17-01-92.

⁽⁷²⁾ Haley tenta evitar a liquidação da Goiasfértil. **O Popular**. Goiânia, 21-02-92.

⁽⁷³⁾ Explicava o diretor de operações da empresa, Jarbas Almeida de Melo, que esta medida foi um reflexo da situação crítica que vinha sendo enfrentada no mercado de rocha fosfática no país desde a liberalização das importações de matérias-primas para a produção de fertilizantes, autorizada pelo Governo Collor: *“A rocha fosfática importada está chegando ao Brasil, isenta de taxas e com preços inferiores aos praticados pelo mercado nacional, o que já provocou uma queda média de 10% no comércio de fertilizantes.”* (Multinacional demite para conter os gastos. **O Popular**, Goiânia, 10-01-91).

⁽⁷⁴⁾ A Goiafértil demitiu 267 de seus funcionários no final de 1989, já se preparando para a privatização.

dificuldades para se manter devido aos altos impostos pagos à vista ao Governo, em 1992, resolveu fechar suas portas, colocando na fileira dos desempregados, seus 220 funcionários. ⁽⁷⁵⁾ Portanto, o desemprego na cidade cresceu significativamente e criou um clima de insegurança que resultou em pressões à administração municipal. O Prefeito esteve presente nas audiências e reuniões com BNDES e com a Comissão encarregada de acompanhar o processo de privatização, tentando sensibilizar os possíveis compradores da situação crítica que a cidade vivia.

Diante de tantos questionamentos ocorridos no final de 1991, somente conseguiram marcar o primeiro leilão da empresa para fevereiro de 1992. Ele foi um fracasso, pois não apareceram compradores. Então, uma outra data foi escolhida, o dia 8 de outubro do mesmo ano. Nestes meses que o antecederam, as discussões, pressões, angústias e mobilizações continuaram. O secretário da Fazenda do Estado, Haley Margon, se tornou uma “figura central” nestes acontecimentos, propondo que se formasse uma comissão integrada por representantes do Governo, dos deputados e da comunidade local para que fossem ao Rio de Janeiro, e em audiência com os presidentes do BNDES e da Petrofértil, pudessem garantir o apoio do Governo Federal para a continuidade da Goiasfértil, através de sua verticalização. ⁽⁷⁶⁾

O secretário também se fez presente ativamente ao lado da diretoria da empresa, assim como das lideranças sindicais, em viagens a São Paulo para participar de debates com possíveis compradores da estatal. Mostrava-se solidário com aqueles que estavam apreensivos, principalmente com os funcionários, pois considerava sua esta “batalha”:

“Estamos acompanhando de perto o processo de privatização, como filho de Catalão. Como representante do Governo, temos um dever maior nesta questão. Estamos preocupados para que amanhã não sejamos pegos no contrapé, com a surpresa de alguém que compre a Goiasfértil para fechá-la. Não aceitamos sequer discutir possibilidade de

⁽⁷⁵⁾ *Frigorífico encerra atividade em Catalão. O Popular, Goiânia, 25-03-92.*

⁽⁷⁶⁾ *Haley propõe mobilização. O Popular. Goiânia., 20-02-92.*

fechamento da empresa... Vamos discutir juntamente com os funcionários o destino da empresa, vez que são eles os maiores interessados, pois dependem da continuidade do funcionamento da empresa”.⁽⁷⁷⁾

Em setembro de 1992, o consórcio Fertifós, grupo formado por 11 empresas⁽⁷⁸⁾ do setor de fertilizantes e pela Cooperativa Agrícola de Cotia, comunicou ao Governo do Estado de Goiás o seu interesse em comprar a Goiasfértil. A diretoria do consórcio informou que era do seu interesse manter a empresa funcionando como fornecedora de rocha fosfática para empresas brasileiras de fertilizantes, inclusive para as próprias empresas⁽⁷⁹⁾ que integravam o grupo, sem maiores intenções de promover sua verticalização, deixando claro que: *“Adquirindo o controle acionário da Goiasfértil teremos a garantia de fornecimento de matéria-prima para as nossas indústrias, o emprego de centenas de trabalhadores e a manutenção da estatal goiana.”*⁽⁸⁰⁾

Estas palavras satisfizeram os políticos, pois tiveram a certeza de que a empresa não seria liquidada, nem haveria demissões. Mas para os funcionários da estatal, o sonho se desfazia: a tão esperada verticalização da empresa não aconteceria, o que significava que o futuro era incerto, uma vez que não se criaram novos empregos em Catalão, receio confirmado nos meses seguintes. Como o leilão definitivo só se concretizou em 8 de outubro de 1992, a Goiasfértil não foi a primeira estatal a ser privatizada. Antes dela, o consórcio Fertifós adquiriu a estatal de fertilizantes Fosfértil, sediada em Uberaba. Dessa maneira, a Goiasfértil privatizada tornou-se apenas uma fornecedora de matéria-prima para as empresas do grupo Fertifós.⁽⁸¹⁾

⁽⁷⁷⁾ *Haley debate a venda da Goiasfértil em SP. O Popular.* Goiânia. 11-09-92.

⁽⁷⁸⁾ Fertifós - Administração e Participação Ltda é uma “holding” que congrega diversas empresas do setor de fertilizantes, dentre as quais: Fertibrás, Fertiza, Fertipa, IAP, Cooperativa Agrícola de Cotia, Manah, Solorríco e Takenaka.

⁽⁷⁹⁾ As empresas CAC, a IAP, Manah, Solorríco, Fertibrás, Fertiza, Takenaka e Fertipar, empresas pertencentes ao grupo Fertifós, dependiam do fornecimento de rocha fosfática da Goiasfértil para produzirem fertilizantes.

⁽⁸⁰⁾ *Fertifós pode ficar com a Goiasfértil. O Popular.* Goiânia. 23-09-92.

⁽⁸¹⁾ A Goiasfértil foi a primeira empresa escolhida para ser privatizada no Programa de Desestatização do Governo Collor. Porém, devido os entraves do processo (falta de compradores e suspensão do 1º leilão),

Para um de seus diretores a Goiasfértil foi salva: “...*Eu sempre falava que tinha dois caminhos: o primeiro, a empresa ser comprada pela Ultrafértil e o segundo, ser comprada pela Fosfértil. A Fosfértil nos comprou e, depois, comprou a Ultrafértil. Assim, ela garantiu o nosso mercado, pois 40% da nossa produção vai para a Ultrafértil. Sem a privatização íamos morrer a mingua, porque o governo não tinha mais dinheiro e nós não tínhamos faturamento para nos mantermos. A privatização nos salvou!*”⁽⁸²⁾

3- A privatização como tema político: o embate entre o PMDB e o PT nas eleições de 1992.

A partir das eleições municipais de 1982, o PMDB conheceu a “glória eleitoral”.

⁽⁸³⁾ Em 1985, foi o grande vencedor, fazendo a maioria dos prefeitos, inclusive, em 18 capitais. Em Goiás, até então, era o partido político de maior expressão, representado pelo seu líder Íris Resende embora já enfrentasse a concorrência de outros grupos. Por exemplo, nestas eleições de 1985, em Goiânia, o PMDB e o PT tiveram um sério embate, pois o PMDB se viu ameaçado com a candidatura do petista Darci Accorsi. O candidato de Íris Resende, Daniel Antônio de Oliveira, venceu as eleições com apertada margem de votos e o processo eleitoral foi, claramente, pontilhado por controvérsias. O PT alegou fraude mas, seus recursos foram rejeitados pelo tribunal eleitoral.

A partir de 1979 o PT havia se delineado como a novidade na política brasileira, emergindo da atuação dos sindicatos operários durante as greves no ABC paulista. Organizou-se com a abertura do pluripartidarismo, mostrando à sociedade as possibilidades

acabou sendo a segunda empresa da lista. A primeira a ser privatizada foi a *Fertilizantes Fosfatados S/A - Fosfértil* - outra subsidiária da Petrobrás em Uberaba (MG), vendida em 12 de Agosto de 1992 ao mesmo grupo - Fertifós - que posteriormente comprou a Goiasfértil.

⁽⁸²⁾ Entrevista do engenheiro Mauricio Marcone P. Cunha à pesquisadora, Catalão, 05-04-97.

⁽⁸³⁾ Nas eleições de 1982 o PMDB goiano elegeu o governador do Estado e a maior bancada na Assembléia Legislativa, bem como a maioria dos deputados federais. A partir daí o partido estabeleceu sua hegemonia sobre a política estadual, elegeu sucessivos governadores e teve maioria nas bancadas federal e estadual. (CAMPOS, Francisco Itami e DUARTE, Arédio Teixeira., *O Legislativo em Goiás*. Goiânia, 1986, p. 42).

da classe operária atuar politicamente no processo de redemocratização. Emir Sader assim compreende o movimento que deu origem ao partido:

"...a tentativa de articulação dos novos movimentos sociais emergentes no ciclo expansivo do capitalismo brasileiro nascido na segunda metade dos anos 60, com uma forma adequada de sua expressão política, o projeto de compatibilizar as mobilizações sociais dos trabalhadores com a luta democrática antiditatorial, em suas fronteiras mais amplas, com todas as suas expressões novas: o movimento das mulheres, dos negros, das várias minorias, o ecologismo, o pacifismo."⁽⁸⁴⁾

Assim, a nova força partidária, ancorou-se em instituições representativas dos "fracos" e "despossuídos" ou dos trabalhadores em geral: a CUT, as Pastorais da Terra e do Menor, as Comunidades de Base, as associações populares, entre outras, e enfrentou as eleições de 1982. O resultado foi decepcionante, até porque, o partido, ainda se estruturando, sofria discussões internas que os meios de comunicação exploraram acirradamente: a recusa em participar do Colégio Eleitoral para eleger indiretamente Tancredo Neves; expulsão dos membros que a ele compareceram; discurso de recusa ao pagamento da dívida externa. Mas, as eleições de 1985 foram uma surpresa, pois o partido havia crescido, seus filiados e simpatizantes haviam aumentado e, também, ficou evidente que houve uma maior penetração de suas teses na esfera pública.⁽⁸⁵⁾

No processo eleitoral de 1985 em Goiânia, apesar de não ter alcançado a vitória, ficou explícito que o PT era visto como uma ameaça para o PMDB goiano. Em 1986, o partido recuperou o fôlego e com o respaldo do fracasso do Plano Cruzado do governo Sarney, obteve vitórias significativas nas eleições para governadores, deputados e senadores. Em 1988, o partido se tornou uma alternativa para o eleitorado que havia apoiado o PMDB em 1986, particularmente diante da crise econômica e o fracasso do Plano

⁽⁸⁴⁾ SADER, Emir. *O que é que está escrito na estrela?*. In: **E Agora, PT? Caráter e Identidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 154.

⁽⁸⁵⁾ CHAUI, Marilena. *PT "Leve e Suave"?* In: **E Agora, PT? Caráter e Identidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 154.

Cruzado. Desiludidos, muitos destes eleitores se voltaram para o PT, contribuindo para que o partido, a partir de então, tivesse um significativo crescimento, e disputasse, com condições de vitória, as eleições presidenciais de 1989. Embora derrotado por Collor (por uma diferença de 4 milhões de votos), o partido demonstrou seu crescimento a nível nacional.

Apesar de ter enfrentado inúmeras dificuldades para se organizar em Goiás (assim como em outros estados), devido especialmente à hegemonia do PMDB, o PT conseguiu marcar presença nas cidades do interior do sudeste goiano, que possuíam uma economia mais industrializada. Em Catalão, organizou as associações dos trabalhadores, em especial, o Metabase, Sindicato dos Trabalhadores das Minerações. O crescimento do partido na cidade ocorreu, particularmente, fundamentado na insegurança ocasionada pela crise da mineração, pela ameaça de demissões implícita na privatização da Goiasfértil e nas dificuldades enfrentadas pelas outras mineradoras da cidade. Esse crescimento pode ser testemunhado pela intensa disputa com o PMDB nas eleições de 1992.

A história do Partido dos Trabalhadores na cidade teve seu marco inicial no ano de 1981. Participaram de sua formação políticos do antigo MDB liderados por remanescentes da oligarquia Netto - João Enéias, Genervino da Fonseca, Fernando Safatle, Álvaro Mendonça Netto -, comunidades de base e Gabriel dos Anjos, engenheiro químico, vindo de outra cidade, que tinha experiências no partido e prestou assessoria aos membros de Catalão. Logo após sua formação o PT já enfrentava as eleições de 1982: *“...veio as eleições de 82, quando Íris teve aquela vitória esmagadora, nós lançamos candidato a prefeito (Gabriel dos Anjos) e deputados e tivemos 180 votos, enquanto o Haley foi eleito com nove mil e tantos votos, nós tivemos só 180 votos”*.⁽⁸⁶⁾

Mas, o partido não se desestruturou, apesar do fraco desempenho nestas eleições, da partida de Gabriel dos Anjos (demitido da Mineração Catalão) e da saída de

⁽⁸⁶⁾ Entrevista com o vereador João Enéias B. Netto (PT), à pesquisadora. Catalão, 13 de maio de 1997.

alguns de seus fundadores, que resolveram encurtar o caminho do sucesso político, migrando para o PMDB:

“...o Fernando e o Genervino se compuseram com Henrique Santillo que estava vindo com uma força de oposição ao Íris, uma força mais ligada ao sentido progressista dentro da própria estrutura do PMDB, então eles acharam melhor. Nós, talvez, tivéssemos que ficar muito tempo lutando para chegar ao poder e, talvez, sem conseguir. Vamos para o poder imediato...tanto que quando o Santillo ganhou, o Fernando foi secretário do Planejamento, o Genervino foi secretário da Celg, mas eu continuei no PT”.⁽⁸⁷⁾

Assim, o PT ainda muito jovem e enfrentando estas dificuldades, decaiu na cidade durante o início da gestão Margon. Então, João Enéias B. Neto, resolveu assumir a presidência do partido e lutar pelo seu revigoramento, que veio em seguida: *“...ai vieram as eleições (de 1985), aquela que o Darcy Accorsi foi candidato a governador, nós trabalhamos, tivemos aqui 1200 votos mais ou menos, já foi um salto de 200 para 1200”*.⁽⁸⁸⁾ Nas eleições de 1988, então lançou a candidatura de João Enéias e obteve melhor resultado, embora ainda discreto, do que na eleição anterior:

“...vimos que se não tivéssemos um lançamento de candidatura para prefeito mesmo dentro das dificuldades que a gente sempre passou, porque não tínhamos estrutura financeira, todos nós trabalhando durante todo o tempo, não podíamos deixar os nossos trabalhos para fazermos política, com essa dificuldade toda enfrentamos a luta. Eu tive mais ou menos os mesmos 1200 votos que o Darcy tinha aqui, mas marcamos uma posição, não conseguimos fazer nenhum vereador. O PT, todos diziam, ainda existe em Catalão?”⁽⁸⁹⁾

O clima provocado pela crise nas mineradoras e pela privatização da Goiásfértil deu grande impulso ao partido, que colocou em risco o desempenho dos outros grupos

⁽⁸⁷⁾ Idem, *ibidem*.

⁽⁸⁸⁾ Idem, *ibidem*.

⁽⁸⁹⁾ Idem, *ibidem*.

partidários em especial o PMDB, uma vez que este crescimento aconteceu pela conquista de seus eleitores. Nas eleições de 1992, os partidos de centro-esquerda, o PT, PDT e PCdoB, se uniram na coligação *Catalão Esperança* para disputarem o poder municipal, lançando como candidato Geraldo Martins, nome tradicionalmente respeitado na cidade. Porque a opção por Geraldo Martins do PCdoB e não um nome do PT? A resposta do fundador João Enéias Neto é esclarecedora: o partido trazia nomes vinculados a uma memória oligárquica e que não tinham condições financeiras de bancar as eleições. Por outro lado, Martins tinha um nome de prestígio e tradição na cidade, ligado à oposição e à esquerda, além de poder assumir o dispêndio de uma candidatura que o partido não poderia financiar:

“...nós sentimos que Catalão é uma cidade muito diferente de uma capital, de uma cidade evoluida politicamente, embora eu tenha dito, as nossas posições eram ideológicas na época dos Nettos, mas sempre ligada a uma estrutura familiar. Então ela deixa de ser progressista quando ela está ligada a uma estrutura familiar, quase oligárquica, eu via que nós não conseguimos romper toda esta estrutura, então estava de um lado o pessoal vindo da Arena, ainda com o ranço daquela estrutura e, do outro, o pessoal dos Nettos, ainda muito ligados a esta estrutura familiar, ao João Netto, ao Mauro Netto e assim por diante...Em 92, sentindo todo esse problema, nós nos aliamos ao Geraldo Martins e, aí entra um fator determinante, porque o Geraldo saltou de 1.200 votos para 6.000 votos. O Geraldo também é ligado a uma estrutura familiar, industrial, fazendeiro, tinha atrás de si toda aquela auréola, um homem ligado a todas as tradições de Catalão. Além de tudo, tinha uma estrutura financeira razoável e tempo disponível, coisa que nenhum de nós tínhamos anteriormente. Tinha tudo isto, por isto, nós conseguimos dar este salto”.⁽⁹⁰⁾

Todavia, mesmo com um excelente desempenho de Martins, que marcou um salto de 1.200 para 6.000 votos, nestas eleições a coligação *Catalão Esperança* não conseguiu elegê-lo. Foi vencido por José Moreira do PMDB, que obteve 13.410 votos. O partido também não conseguiu fazer nenhum vereador, embora tivesse apresentado 14 candidatos, sendo que poderia ter proposto 33. Estes dados permitem avaliar as limitações

⁽⁹⁰⁾ Idem, *ibidem*.

do partido que crescera substancialmente, mas não chegara a se afirmar na cidade, apesar da conjuntura favorável: crise, desemprego, organização do sindicato Metabase, privatização da Goiásfertil e o risco de falência de sua verticalização. O sucesso de Martins pode ser compreendido pelo descontentamento com a expectativa das demissões imbricadas na crise da mineração em geral, na privatização da Goiásfertil em particular (que acontecera numa gestão do PMDB no Estado), e na emergência de um eleitorado estudantil em Catalão, além do prestígio pessoal do candidato. Mas, também, não se pode esquecer que Martins sempre fora um comunista - fato de muito peso numa cidade do interior -, apesar do Muro de Berlim e da URSS não mais serem uma ameaça e que Catalão construira fortes vínculos com o PMDB num passado recente. No dizer de João Enéias, o PMDB construira uma “oposição moderada”, condizente com uma comunidade ainda muito presa a práticas políticas do passado. Além disso, havia a expectativa com os compromissos aventados durante o processo de negociação da privatização: lutar pela verticalização da Goiásfertil e a instalação do Pólo Mínero-Químico em Catalão.

Posteriormente, nas eleições de 1996, o PT coligou-se com o PCdoB, PSDB e PMDB, lançando Haley Margon para prefeito e três candidatos do PT para vereador. Apesar do insucesso de Margon nesta eleição, a coligação conseguiu fazer oito vereadores, sendo o mais votado o do PT, João Enéias. Explicando a razão do seu fracasso em 92 e a do seu sucesso em 96, comentou:

“ Por que será que eu fui mais votado? Será que as pessoas me viram com outros olhos? Eu melhorei? Não. É que na anterior, nessa de 92, eu ainda era preso a estrutura do PT, do PCdoB. Na hora que eu me uni na estrutura, fechada, muito arraigada aos princípios históricos, aí as pessoas disseram: olha o João Enéias, agora ele está do nosso lado, vamos votar nele. Aí, saí de um vereador não votado em 92 para o mais votado em 1996. E não mudando o meu estilo de fazer política, continuei trabalhando, não faltei nenhum dia do meu trabalho”.⁽⁹¹⁾

⁽⁹¹⁾ Entrevista com o vereador João Enéias B. Netto (PT), à pesquisadora. Catalão, 13 de maio de 1997. Se para João Enéias estas eleições representaram uma grande vitória pessoal, para Margon e o PMDB, tiveram um significado oposto: foi uma derrota, embora a oposição tivesse ganhado por uma margem apertada de votos.

O PMDB e, sobretudo, Haley Margon, haviam criado, apesar dos descontentamentos expressos em 1988, até aquele momento, certa empatia com a cidade atingida pelos problemas da mineração. O partido soubera, no passado, capitalizar sobre as incertezas e problemas trazidos por um projeto de industrialização limitado em suas potencialidades econômicas e sociais, pelos interesses do capital; e, no presente (1992) atuar no processo de negociação da privatização da Goiasfértil de forma a evitar o fechamento da empresa, além de se mostrar empenhado na sobrevivência do projeto de verticalização e instalação do Pólo Mineiro-Químico em Catalão. Afora isso, compreender e manipular as tradições conservadoras de uma população religiosa e recém egressa do campo, que tinha pouca sintonia com o discurso e a forma de oposição do PT, profundos receios do comunismo, e via esfumar-se suas expectativas de melhoria de vida. Sua característica era fazer uma oposição localizada e comedida. O PT, por sua vez, tinha uma imagem diferente, agressiva e contestadora:

“Percebemos que o PT tem uma imagem de oposição diferente da oposição que o pessoal do interior gosta, eles gostam de oposição acomodada. O que eu já disse, a dificuldade que o PT tem de se estruturar no interior do Estado de Goiás. Por exemplo, as pessoas do Campus, quando estão lá no Campus tem muita oposição, depois que se formam, acomodam dentro da sua profissão, dentro do seu estilo, não são combativos como eram antes” ⁽⁹²⁾

As bases políticas do PMDB em Catalão neste momento podem ser percebidas pelos episódios surpreendentes e contraditórios que ocorreram nestas eleições municipais de 1992, quando a cidade estava sob o impacto da privatização da Goiasfértil, momento em que, aparentemente, haviam se criado todas as condições para uma vitória da esquerda e do PT em particular. Todavia, apesar do favoritismo, vencer as eleições de 1992 não foi uma tarefa fácil para o PMDB. Seu poder fora abalado pela derrota de 1989 frente ao PFL e

⁽⁹²⁾ Idem. ibidem.

agora pelas decorrências da privatização, particularmente o desemprego e as incertezas com relação ao futuro do Pólo Industrial.

Nas eleições municipais de 1992, o ex-prefeito Haley Margon não se candidatou, mas atuou na campanha eleitoral, dando seu apoio total ao candidato do PMDB:

“...nós lançamos o Dr. José Moreira e Dr. Fernando Netto como candidatos a prefeito e vice-prefeito tendo como adversários, agora já o PFL, o Dr. João Sebba e Geraldo Martins. O PMDB ganhou com mais de 5 mil votos, sendo que o Geraldo Martins teve uma votação considerada extraordinária, que tinha realmente um peso muito grande e um nome respeitado e querido, ainda fazia aquela figura do ex-pracinha, defensor das liberdades democráticas na grande Segunda Guerra, tinha além de tudo, uma personalidade marcante, de grande caráter, a sua firmeza ideológica e partidária, mas afinal o Dr. José Moreira...”⁽⁹³⁾

Estas eleições foram disputadas por três candidatos representantes de coligações partidárias que uniram adversários políticos históricos. O Partido da Frente Liberal (PFL), partido do prefeito em exercício, Agnaldo Mesquita, coligou-se com o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), Partido Liberal (PL) e Partido Democrata Cristão (PDC) e lançou a candidatura de João Sebba, filho de família tradicional da cidade e de origem árabe. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com forte presença na região, formou juntamente com o PTR e o Partido Social Cristão (PSC) o *S.O.S Catalão* e lançou o médico José Moreira para prefeito. A terceira coligação formada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), conhecida como *Catalão Esperança*, lançou Geraldo Martins ⁽⁹⁴⁾, na época filiado ao PCdoB e ex-presidente do antigo MDB, que apresentou um programa de

⁽⁹³⁾ Entrevista com o ex-prefeito Haley Margon, à pesquisadora. Catalão, 12 de maio de 1997.

⁽⁹⁴⁾ Geraldo Martins era natural de Catalão, viajou pelo Brasil de Norte a Sul, prestando serviços à Petrobrás, e ao mesmo tempo atuando politicamente junto aos trabalhadores. Visitou a URSS antes de sua queda e outros países da Europa, voltando bem impressionado com as experiências socialistas. Em 1992 trabalhava na agropecuária e agroindústria local.

governo com treze propostas⁽⁹⁵⁾ que priorizavam soluções comunitárias para uma administração pautada na “participação popular, democrática e transparente”.

Aproveitando a questão da crise moral que assolava o Brasil em 1992,⁽⁹⁶⁾ a campanha eleitoral da coligação *Catalão Esperança* ressaltou a corrupção que grassava no governo Collor e fez da “ética na política” sua bandeira de luta. Respalhado pelas falas de Luís Inácio Lula da Silva (candidato a presidente e derrotado nas eleições de 89) e de Aluisio Mercadante (deputado estadual do PT) apresentou a “ação popular” como a via de transformação do Brasil, que deveria começar pelas cidades, no caso, por Catalão.

A campanha eleitoral contra os adversários do PMDB, particularmente contra o candidato da coligação de esquerda foi extremamente agressiva e a política praticada em praça pública primou pelo espetáculo, pela agressividade verbal e pelo desmerecimento do outro. O jornal local *Dito e Feito*⁽⁹⁷⁾ publicou uma reportagem denunciando as manobras do PMDB para convencer o eleitorado a votar no candidato do partido. O argumento mais forte do PMDB era que o governo do Estado não iria investir na cidade se o futuro prefeito não fosse do PMDB, ou seja, este deveria ser afinado com o governador Íris Resende, o grande cacique do PMDB no Estado de Goiás. Houve denúncias de compra de eleitores, falsas promessas e manipulação de pesquisas eleitorais contra o PMDB. O *Jornal de Goiânia - O Popular* - noticiava as pesquisas de intenção de votos em Catalão, priorizando o PMDB e o PFL, afirmando que o candidato do PCdoB não tinha presença naquela pesquisa, quando

⁽⁹⁵⁾ “As treze propostas do modo “Esperança” de governar expuseram um programa essencialmente comunitário: Administração popular e progressista: agilização da prefeitura e valorização dos trabalhadores municipais. Execução de obras priorizadas pelos conselhos comunitários. Industrialização: formação de microempresas comunitárias, qualificando a mão-de-obra local. Saúde: atacando a doença em sua raiz. Educação: melhoria na qualidade e democratização. Habitação: construção de casas populares. Transporte: preço justo e maior qualidade. Distritos e Povoados: desenvolvimento. Abastecimento: criação de hortas comunitárias e feiras cobertas. Cultura: esporte e lazer, democratização, direito ao ócio. Promoção social: direitos e oportunidades iguais. Meio-ambiente: conservação e recuperação das áreas verdes de Catalão”.

⁽⁹⁶⁾ No cenário político brasileiro eclodia um grande escândalo. Vieram a público as denúncias de Pedro Collor sobre as ligações do presidente Fernando Collor com um amplo esquema de corrupção, tráfico de influência e compra de votos, que culminou em seu “impeachment”, numa votação histórica a 30 de setembro de 1992.

⁽⁹⁷⁾ *A Perseguição. Dito e Feito*. Catalão, setembro de 1992.

se sabia pelas investigações locais ⁽⁹⁸⁾ que Geraldo Martins crescia na preferência do eleitorado. Para finalizar a campanha eleitoral, às vésperas das eleições foram distribuídos dois panfletos. O primeiro trazia o seguinte texto:

“Amigo Eleitor. Não vote em TURCO pois turco só GOSTA de DINHEIRO. O PFL de Catalão apóia COLLOR de RONALDO CAIADO, José Gomes e RICARDO Fiúza, portanto, apóia a corrupção”.

O segundo dizia: *“Eleitor Catalano. Não vote em Geraldo Martins, ele é comunista e o comunista não acredita em Deus.”* ⁽⁹⁹⁾

Para compreendermos estas artimanhas que apelavam para preconceitos raciais e políticos tão conservadores, assim como sua ressonância, necessário se torna averiguar porque tanto empenho numa disputa eleitoral. Nas eleições de 1988, o PMDB havia sido derrotado em Catalão pelo PFL que elegeu o prefeito, Agnaldo Mesquita. O crescimento de Geraldo Martins, de seu vice João Carlos Aires, ⁽¹⁰⁰⁾ e do PT ameaçou a reconquista da hegemonia perdida em 1988. A perda desta hegemonia se confirmaria nas eleições de 1996 quando, apesar da aliança com o PT e o PSDB, Margon não conseguiu vencer as eleições municipais.

Geraldo Martins com 62 anos, era um concorrente temido na medida em que, por um lado, as circunstâncias históricas criadas pela crise da mineração indicavam na direção de mudanças e, por outro, gozava de reputação política na cidade, apesar de sua tradicional ligação com o PCB, e era considerado como um homem sensível aos problemas

⁽⁹⁸⁾ Os alunos do curso de Geografia do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiânia em Catalão, que estavam apoiando a Coligação Catalão Esperança, realizaram durante os meses que antecederam as eleições de 3 de outubro de 1992, pesquisas de intenção de voto na cidade. Estas apontaram Geraldo Martins como o provável vencedor. Porém, essas pesquisas não foram aceitas como oficiais, não foram publicadas em jornais e nem comentadas.

⁽⁹⁹⁾ Panfletos anônimos distribuídos em Catalão no dia 2/10/92, véspera da eleição.

⁽¹⁰⁰⁾ João Carlos Aires foi um dos organizadores do Sindicato Metabase, ocupou a sua Diretoria antes de se candidatar a vice-prefeito em 1992.

sociais sobre os quais fundamentou sua campanha. Tentemos conhecê-lo um pouco. Martins, acreditava ser um “comunista nato”, porém um ‘comunista cristão’, que para ele era sinônimo de preocupação com o sofrimento e as carências dos menos favorecidos, especialmente os trabalhadores rurais:

“... o sofrimento que eu vejo do nosso povo, o desnível social, o desnível da distribuição de renda, do ensino e da educação, o desnível da saúde. Para quem pensa no povo e não só em si mesmo, é doloroso. Você vê as pessoas até amigas tendo uma condição de vida ruim... Sou homem da roça, sei das dificuldades”. ⁽¹⁰¹⁾

Caso fosse eleito, prometia subsidiar o pequeno produtor para que ele pudesse produzir mais a baixo custo, beneficiando também o consumidor. Porém, o candidato não pode contar com o apoio dos trabalhadores do campo. Com pesar, afirmava que esses trabalhadores estavam sempre do seu lado no trabalho do campo, mas que, infelizmente, não podia contar com eles na política: *“... não sou paternalista e não os exploro, eles sabem que politicamente defendo a causa deles, luto por alguma melhora que os favoreçam, mas na hora do voto, eles não estão comigo, dizem ter medo da mudança”.* ⁽¹⁰²⁾

Nos seus discursos, demonstrava desinteresse em alcançar fausto e glória, fosse na política ou na vida material: *“Não quero dinheiro, nem quero ser deputado ou governador, quero ser prefeito de Catalão sem ganhar nenhum tostão, particularmente, ganhar a amizade do meu povo, fazer o bem e, para isto, eu quero a cooperação de quem está no Estado, tanto do PMDB como do PFL.”* ⁽¹⁰³⁾

⁽¹⁰¹⁾ Entrevista com Geraldo Martins, concedida à pesquisadora, em Catalão, 04-04-93. O sentido humanista e cristão das convicções de Martins se revelam neste episódio. Em uma de suas viagens à União Soviética, Martins conversando com um “camarada”, disse a este: *“eu acho que o melhor comunismo que nós deveríamos ter é eu não querer para você aquilo que eu não quero para mim.”* O seu interlocutor logo o criticou dizendo: *“Isto é coisa de Jesus Cristo.”* (Entrevista de Geraldo Martins, concedida à pesquisadora em Catalão).

⁽¹⁰²⁾ Idem, ibidem.

⁽¹⁰³⁾ Discurso do candidato Geraldo Martins em programa da Rádio Cultura de Catalão. A Coligação Catalão Esperança tinha nesta emissora de rádio, um programa pago durante a sua campanha eleitoral.

A recusa do recurso à agressividade, ou o “cavalheirismo” de Geraldo Martins diante das agressões de seus adversários políticos foi constante. Quando atingido com injúrias, respondia com paciência, considerando que “...*sua prática política, pautada na ética e na moralização e não na perseguição, no xinga-xinga.*”⁽¹⁰⁴⁾ Avisado com antecedência sobre a distribuição dos panfletos pouco antes da votação, ele não quis tomar nenhuma atitude, pois, isto, em seu entender, implicaria em prejudicar o gráfico que imprimira o panfleto, e não seus adversários. Tratava-se, sem dúvida, de um contendor especial, de forma que é sempre lembrado como um “grande homem”, um “progressista”, tanto por seus companheiros quanto pelos adversários políticos.⁽¹⁰⁵⁾ Mas, em 1992, suas idéias e opção política causaram apreensões em muitas pessoas da cidade. Afirmava com convicção que era comunista e propunha um projeto de redistribuição da propriedade privada e das rendas:

“Hoje eu sou um homem aposentado, tenho duas fazendinhas aí, tenho gado, quer dizer, para mim mesmo estou satisfeito, não tenho problema. Mas eu gostaria de ajudar o povo numa situação dessas. Este é o meu ponto de vista, se eu pudesse fazer uma divisão das rendas para o povo, se eu pudesse fazer uma divisão de terras para o povo, eu faria... Porque eu fazia a divisão de terras? Porque eu tenho dois pedaços de terras e um para mim seria o bastante, até nem precisava tanto. Eu tenho dois porque o sistema é este, então é o meio de você viver.”⁽¹⁰⁶⁾

Além de suas propostas administrativas de cunho socialista, Geraldo Martins nos revelou em entrevistas alguns de seus planos que não chegaram a se concretizar, principalmente com relação à educação. Para ele uma das grandes causas do atraso e da

⁽¹⁰⁴⁾ Entrevista com Geraldo Martins, concedida à pesquisadora em Catalão.

⁽¹⁰⁵⁾ Durante nossas entrevistas em Catalão, Geraldo Martins (falecido em meados de 1996), foi lembrado por todos entrevistados com palavras enaltecedoras.

⁽¹⁰⁶⁾ Nas entrevistas Geraldo Martins afirmava-se um comunista por conta própria, que seu pensamento não havia sido copiado de ninguém, era pessoal, era a sua experiência de vida. Contava que tinha alguns livros, inclusive, alguns que trouxe de sua viagem à União Soviética. Nunca tinha lido Karl Marx, mas sabia que este comunista era muito citado na reuniões do partido. Defendia com admiração a União Soviética: “foi um país que sacrificou muito seu próprio povo em benefício de outros povos.” (Entrevista de Geraldo Martins, concedida à pesquisadora em Catalão).

pobreza dos brasileiros era a carência de educação e recursos, que tornavam os indivíduos submissos, tímidos e sem consciência dos seus direitos. A seu ver, nas eleições estas pessoas, diante de qualquer favor ou presente que recebiam, sentiam-se agradecidos e retribuía com o voto: *“Por que os médicos ganham na política? É porque eles dão a receita e os outros dizem: ‘fulano me salvou, então eu sou obrigado a votar nele’.”* Responsabilizou a educação:

“...é o sistema, as próprias escolas não ensinam como deviam. Eu tinha no meu programa, se eu fosse eleito, a minha visitação nas escolas para dar explicações às crianças seria constante, a esse pessoal mais jovem, inclusive sobre depredações, eu sempre preguei isto, se você fizer prejuízo a alguma coisa, está fazendo para você.. Hoje tem muita gente assim, é de fulano, deixa ele perder. Eu tinha este programa, botar isto na cabeça dos jovens, para ver se mais adiante melhora. Era este o meu pensamento.” ⁽¹⁰⁷⁾

Porém, se Martins não revidou ataques para não ferir a ética política, contou com aliados que falaram em seu lugar. Sua candidatura recebeu adesão, por identificação ou conveniência, de políticos ligados a outros partidos. O ex-deputado federal Genervino Evangelista da Fonseca, do PSDB, explicitou seu apoio sob a alegação de que administrar aquela cidade, requeria *“diploma de experiência”*, que só Geraldo Martins tinha, que teria adquirido enquanto um dos maiores técnicos de máquinas pesadas, prestando serviços para a Petrobrás em todo o Brasil. *“Catalão precisava de um administrador competente e não de médicos”*. ⁽¹⁰⁸⁾ Em um programa na Rádio Cultura de Catalão, o ex-deputado Fonseca, também acusou o PMDB de fazer *“cópia fiel”* da campanha de Collor: *“Goiás, infelizmente, tem seu PC Farias. Em Catalão presencia-se o abuso de poder econômico na campanha do PMDB, o povo tem que dar um basta nesta prática”*. ⁽¹⁰⁹⁾ Alguns partidos de oposição ao PMDB entraram na Justiça Eleitoral para tentar cassar o registro de José Moreira e seu

⁽¹⁰⁷⁾ Idem, *ibidem*.

⁽¹⁰⁸⁾ Entrevista com Genervino Evangelista da Fonseca, na Rádio Cultura de Catalão. Durante a campanha eleitoral, a coligação *Catalão Esperança* utilizou de um discurso contra os médicos para se contrapor ao seu adversário maior, o candidato da coligação *SOS Catalão*, o médico José Moreira.

⁽¹⁰⁹⁾ Idem, *ibidem*.

vice, acusados de extorquir dinheiro para suas candidaturas, avaliadas na época, pelo ex-deputado federal Fonseca, em mais ou menos dois milhões de cruzeiros, “*vindas de fontes idênticas de Collor de Mello.*”⁽¹¹⁰⁾

A coligação *SOS Catalão* investiu alto em marketing, realizando “showmícios” com duplas de músicas sertanejas, já que seus recursos eram fartos. Poucos dias antes das eleições de 3 de outubro, foi inaugurado um “excepcional” ginásio de esporte, que estava sendo construído há bastante tempo, com grande incentivo do ex-prefeito Haley Margon. As obras foram retomadas em ritmo frenético e em muito pouco tempo, a cidade pode assistir a sua inauguração, às vésperas das eleições de 1992, com uma sofisticada “festa comemorativa”, comandada por Margon, juntamente com seus familiares, alguns políticos do PMDB e autoridades da região, que cortaram a fita de inauguração. A população da cidade compareceu ao evento, foram acionados coletivos extras para conduzi-la gratuitamente ao ginásio, mas mesmo assim, este não lotou, pois é desproporcional ao número de habitantes. Todos assistiram um acontecimento esportivo inédito na cidade, uma partida de basquete entre grandes equipes brasileiras.

A campanha da coligação *Catalão Esperança*, segundo seus protagonistas, foi realizada sem “orgias de gastos” e pautada na participação popular, uma vez que os recursos financeiros eram poucos. Para divulgarem suas idéias, contaram com apenas dois carros de propaganda e o apoio da Rádio Cultura. Recorreu-se basicamente ao trabalho da militância, em caminhadas de casa em casa e o contato direto com os eleitores. Geraldo Martins, comentou como estas visitas o deixavam emocionado. As pessoas os recebiam muito bem, convidava-os para um cafezinho, se mostravam amigas e simpatizantes com as propostas da coligação. Afirmava o candidato que esta receptividade calorosa não se dava porque “*aqueles eram pessoas simples, e sim porque acreditavam na seriedade de suas propostas.*” Todavia, essa receptividade não se confirmou após as acusações feitas pelo candidato da coligação *SOS Catalão* em programas de rádio, explorando as ligações de Martins com os comunistas, “*que não gosta de criancinhas e não permite a prática de qualquer religião.*”

⁽¹¹⁰⁾ *Idem, ibidem.*

O adversário de Martins, o pediatra José Moreira, explorou intensamente os sentimentos coletivos. Em sua campanha investiu justamente neste tema, “as crianças”, símbolo de inocência, alvo da “maldade comunista”. Em seus comícios eram distribuídas balas e pipocas às crianças, que eram carregadas no colo pelo candidato. Por outro lado, os comícios, os programas de rádio e panfletos, exploravam o medo do comunista, tido por um homem sem escrúpulos e perverso, conceitos ainda muito presentes no imaginário coletivo da cidade, e que também haviam sido habilmente manipulados por Collor anos antes. O embate entre o bem, o político de coração aberto, que zela pelos mais fracos, as crianças; e o mal, o comunista, sem sentimentos, que não conhece o amor e quer até mesmo, destruir a família cristã, porque manda fechar as igrejas.⁽¹¹¹⁾ A razão, a lembrança, o retorno à uma segurança idealizada vivida no passado, no governo Haley Margon, com sua modalidade de “administração comunitária”, a emoção, o despertar dos receios tradicionais associados à religiosidade, fundamentaram a argumentação da campanha de José Moreira.

A política moderna em geral e brasileira em particular, sempre instrumentalizou um imaginário mítico, constituído de símbolos e signos que, apesar de contradizerem a razão contemporânea, constituem intrinsecamente a prática política. Nas campanhas eleitorais, o entrelaçamento da religião e da política na construção dos argumentos é um procedimento recorrente e eficiente, revelando o traço conservador e o arraigamento dos preconceitos do eleitorado, arraigamentos que recusaram incorporar mesmo as mudanças mais divulgadas, como foi, neste caso, a falência do regime soviético.⁽¹¹²⁾

⁽¹¹¹⁾ Nos comícios, nos programas de rádio e nas entrevistas, os adversários políticos de Geraldo Martins, inclusive os evangélicos (entre eles haviam candidatos a vereadores), em suas pregações, afirmavam ao público, que se os comunistas e petistas chegassem à prefeitura de Catalão, mandariam fechar todas as igrejas.

⁽¹¹²⁾ A partir de 1985 teve início o desmonte político e econômico do bloco socialista soviético. Mikhail Gorbachev assumiu a direção política do governo, desencadeando um processo de mudanças do regime, visando a sua liberalização no duplo sentido: político, com medidas de democratização das instituições e do exercício de cidadania; e econômico, propondo a construção da economia de mercado. Estas propostas não se restringiram ao plano interno, estenderam sobre as nações satélites da URSS e provocaram reações contra o sistema, desencadeando o desmembramento destes países da URSS e a derrubada dos governos do Partido Comunista. O ano de 1989 marcava o fim da linha divisória entre os dois blocos - Capitalista e Comunista - que emergiram com a Guerra Fria. No dia 9 de novembro de 1989, na Alemanha Oriental, depois de grandes manifestações populares realizou-se o acontecimento de grande força simbólica: a derrubada do “Muro de Berlim”. No ocidente foi decretado com grande alarde o “fim do comunismo”, na aparência, a ideologia capitalista havia triunfado e o liberalismo político e econômico já não mais enfrentaria a concorrência de seu

Porém, todas essas artimanhas, toda essa tessitura da política com os fios do medo, da sedução e de outras paixões, não explicam completamente o sucesso do PMDB e os limites do crescimento do PT como Partido na cidade. Uma questão substancial se coloca ao pesquisador: como compreender a derrota da Coligação *Catalão Esperança*, que optou pela ética na política, batalhou contra a privatização da Goiasfértil, se propôs realizar uma gestão comunitária que resolvesse os problemas da falta de alimentos, de moradia, de saneamento, além de questionar a concentração da riqueza? A origem do insucesso talvez possa ser compreendida exatamente por este programa. Por um lado, ele denota os estreitos vínculos da Coligação com um objetivo político - a luta contra a privatização - uma causa já praticamente perdida em outubro de 1992, que não chegava a atender as expectativas dos trabalhadores em geral, mais sensibilizados pelo medo do desemprego. Por outro, a coligação Catalão Esperança investiu num programa - "administração comunitária" - já experimentado, de uma determinada maneira por Margon; ou em outras palavras, por um lado um tema que arregimentou apenas uma parte da cidade, até porque a Goiasfértil era vista como uma empresa privilegiada e, por outro, um programa que o PT lançara na política em 1979, (administração comunitária e transparência) mas que o PMDB incorporara em Catalão com algum sucesso. Além disso, o candidato a vice-prefeito na chapa liderada por Geraldo Martins era um sindicalista até então presidente do Metabase, o economista João Carlos Aires, e um dos responsáveis pelas transformações vivenciadas pelo sindicato das mineradoras em 1991, particularmente pela sua ligação com a Comissão de Fábrica da Goiasfértil, com o PT e com a CUT.

A organização dos funcionários das mineradoras de Catalão teve início nos anos 1981 e 1982, com o apoio do padre Maximiliano Loreato que na época residia na cidade e trabalhava com a organização das Associações de Bairros. Tudo começou com a fundação da *Associação dos Trabalhadores nas Minerações*, cujos presidentes, no início de sua existência, eram os próprios gerentes das empresas. Somente depois que obtiveram autorização do Ministério do Trabalho é que elegeu-se uma chapa composta por

tradicional inimigo, o comunismo. Vale dizer que a desintegração da URSS e a liberalização do regime dos países do Leste Europeu, ocorreram em um curto espaço de tempo e de maneira surpreendente.

trabalhadores e gerentes das empresas. Esta chapa permaneceu por onze anos na Associação e não desenvolveu nenhuma aproximação com o PT.

As relações do Sindicato com o partido só aconteceram em 1991, quando os funcionários da Goiásfértil, já enfrentando os problemas da preparação da futura privatização e de demissões, formaram uma Comissão de Fábrica que pressionou o Sindicato no sentido de tomar providências e defender os interesses dos trabalhadores da empresa:

“...a Goiásfértil já estava falando em privatização com aquelas demissões para se reestruturar, quando mandaram 267 funcionários para a rua. O Sindicato ficou parado, nós fomos lá, o presidente sentado lendo jornal nos disse: ‘não, nós não recebemos nada oficial da empresa’; e a coisa pegando fogo. Foi aí que a turma movimentou, nomeou uma comissão representante dos trabalhadores, quer dizer, o Sindicato ficou a par desta comissão”.⁽¹¹³⁾

Na verdade, esta movimentação dentro do Sindicato começara um pouco antes, em 1989, quando as lideranças dos mineradores conseguiram organizar quatro novas chapas para disputarem a presidência. A chapa vencedora era composta por representantes dos trabalhadores das três empresas de mineração (Goiásfértil, Mineração Catalão e Copebrás), que assumiu a árdua tarefa de promover as campanhas salariais de 1991 e, se contrapor à privatização da Goiásfértil, desenvolvendo um trabalho intenso de conscientização da sociedade sobre a real produção da empresa:

“Todo mundo estava com aquela idéia, toda empresa estatal só tem gente que não faz nada e ganha muito. A Goiásfértil era uma indústria que produziu por dois anos consecutivos um milhão de toneladas, batendo o recorde que até hoje não atingiu. Então o pessoal não via a influência da Goiásfértil, do que ela produzia”.⁽¹¹⁴⁾

⁽¹¹³⁾ Entrevista com o economista João Carlos Aires, um dos organizadores e diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Mineração - Metabase - e também candidato a vice-prefeito na Coligação Catalão Esperança em 1992, à pesquisadora. Catalão, 24 de abril de 1997.

⁽¹¹⁴⁾ Idem, *ibidem*.

O Sindicato também procurou se aproximar dos trabalhadores, visando conscientizá-los da necessidade de sua participação na luta contra a privatização da estatal-federal. Através de programas de rádio, cartas abertas à população e publicações no jornal do Metabase, *o Niófos: A Voz do Trabalhador*, tentou alertar para as possíveis consequências dessa privatização para a cidade, tarefa que não foi fácil, tanto no sentido de descobrir argumentos que dificultassem a privatização quanto ganhar o apoio de toda a cidade:

“...seria esta a mais desafiante e árdua tarefa do Sindicato: mobilizar os trabalhadores, a população e as autoridades, em defesa da mesma. De início foram confirmadas falhas no edital que visava entregar quase de graça o valioso patrimônio público e doar as reservas de outros ricos minerais, sem que isto não bastasse, não exigia da empresa beneficiada com a compra, garantia de continuidade operacional em Catalão, nem a manutenção dos empregos e muito menos o pagamento dos direitos trabalhistas.”⁽¹¹⁵⁾

A campanha contra a privatização promovida pela diretoria do Sindicato teve início no dia 29 de dezembro de 1991. Diante das incertezas quanto ao futuro da empresa, esta diretoria organizou uma comissão para dirigir a mobilização.⁽¹¹⁶⁾ Contou com a presença em Catalão de Jair Meneguella, presidente da *Central Única dos Trabalhadores* que veio comemorar a filiação do Metabase à CUT e participar de uma manifestação contra a privatização da empresa, explicando à sociedade as razões de ser contra a mesma:

“Porque, primeiro, nós somos contra a entrega do estado. Segundo, nós acreditamos que mesmo quem votou no presidente Collor, eu não votei, não votou para que ele fosse rei ou dono desse País, votou para que ele fosse presidente. Então, para entregar as estatais, para entregar a saúde, e a educação a interesses de grupos nacionais e internacionais, no

⁽¹¹⁵⁾ “O Balanço da Luta” *Niófos: a Voz do Trabalhador*. Catalão, Ano I, Nº. 04, fevereiro/92.

⁽¹¹⁶⁾ *Dos Panfletos ao Fechamento da Rodovia*. *Niófos: a Voz do Trabalhador*. METABASE. Catalão, Nº. 04, Ano I, Fevereiro, 1992.

mínimo o governo teria que fazer uma discussão com a sociedade. Nós queremos discutir porque, evidentemente, nós não entendemos porque que todo bar, toda loja, toda oficina teve que ser estatizada.”⁽¹¹⁷⁾

Panfletos, artigos e jornais foram distribuídos à população.⁽¹¹⁸⁾ Organizou-se dois Comitês em Defesa da Goiasfértil, um em Catalão e o outro em Goiânia, com o objetivo de suspender o leilão da empresa. Os membros do Sindicato Metabase marcaram presença incansável em todas as sessões públicas e criaram na Rádio Cultura um programa - *A Hora da Privatização* -, no qual discutiam o processo e faziam entrevistas. O Sindicato conseguiu ainda, bloquear por duas horas a rodovia BR-050, tentando chamar a atenção da opinião pública goiana e nacional, justificando que:

“...este problema é de todos, e mais, precisamos resguardar o emprego de quase 700 pais de família, que trabalham diretamente na empresa e de outros tantos trabalhadores das empreiteiras e prestadoras de serviços. É preciso pressionar as autoridades, é preciso ressonar a nossa angústia para que seja ouvida no Palácio das Esmeraldas, na Assembléia Legislativa, no Congresso Nacional e também no Palácio do Planalto.”⁽¹¹⁹⁾

Porém, o empenho da diretoria do Metabase na luta contra a privatização, questão que dominou a campanha eleitoral do PT em 1992, não conseguiu o sucesso esperado, uma vez que este não era o tema mais importante para o conjunto da sociedade de Catalão naquele momento. Mesmo para os operários da Goiasfértil, assim como para os trabalhadores das mineradoras privadas o problema maior estava na ameaça de desemprego:

⁽¹¹⁷⁾ *Meneguelle veio dar apoio ao Sindicato. Dito & Feito. Catalão, janeiro, 1992.*

⁽¹¹⁸⁾ O Metabase não era bem visto por muitos na cidade. Os sindicalistas acusavam que os culpados por esta falta de apoio da sociedade, eram os “poderosos”, a “classe dominante”, que além da repressão, através do meios de comunicação, manipulava os fatos, deformava-os usando adjetivos pejorativos como “badeneiros”, “barbudos”, “agitadores”, “selvagens”; conseguindo, assim, uma opinião equivocada da classe. (Sob os Olhos do Metabase! . Op. cit.) Por outro lado, também sabiam que os funcionários da estatal representavam a elite operária de Catalão, quando comparada com os trabalhadores de outras empresas da cidade.

⁽¹¹⁹⁾ *“Dos Panfletos ao fechamento da Rodovia”*. Jornal do Sindicato Metabase. *Niófos*. Catalão. Ano I, n.º. 04, fevereiro, 1991.

“A esse respeito (a privatização) eu pouco entendo, mas eu não sei se seria bom a privatização não. Tenho minhas dúvidas”.⁽¹²⁰⁾ “Se continuar como está, já está bom. O negócio é não perder o emprego.”⁽¹²¹⁾ “Depende, pode ser bom ou talvez ruim se for para reduzir o número de empregos. Se for para moralizar, que seja bem vinda.”⁽¹²²⁾

Enquanto os funcionários, em sua maioria, se preocupavam com o problema imediato do emprego, a diretoria do Sindicato se viu na contingência de encaminhar outras questões preliminares como as razões e os termos da privatização. Para seu diretor, o economista João Carlos Aires, o modelo proposto não passava de “um modelo inglês de privatização mal copiado”,⁽¹²³⁾ pois isso tentou pelo menos mudar os dados do edital de venda da empresa. Já que a privatização era a condição *sine qua non* para salvar a Goiásfértil e promover a sua “modernização”,⁽¹²⁴⁾ as lideranças dos funcionários da empresa queriam que o vencedor da licitação fosse obrigado, por contrato, a investir na verticalização e na diversificação das jazidas ali existentes.

No dia 20 de janeiro de 1992 reuniram-se em Goiânia o Procurador Geral da República, Francisco Moreira Camarço, o presidente do Conage, (Coordenação Nacional dos Geólogos) Wanderlino de Carvalho, um dos advogados da CUT e o presidente do Metabase, Roberto Silva, para mover uma ação civil pública para suspender temporariamente o leilão de privatização da Goiásfértil se não fosse incluído no edital, os outros minérios: titânio, nióbio e terras raras além de outras irregularidades que poderiam

⁽¹²⁰⁾ Entrevista com o operador de painel, Juvenal P. Moraes (10 anos na Goiásfértil). *O Popular*, 19-01-92.

⁽¹²¹⁾ Entrevista com o motorista Joaquim da Silva.(13 anos na Goiásfértil) *O Popular*, 19-01-92.

⁽¹²²⁾ Entrevista com o operador de painel, Constantino Francisco (10 anos na Goiásfértil) *O Popular*, 19-01-92.

⁽¹²³⁾ Palavras do candidato a vice- prefeito da coligação *Catalão Esperança* e também economista, João Aires.

⁽¹²⁴⁾ O Metabase criticava o discurso de modernização do Governo e a sua política para levar o Brasil ao Primeiro Mundo. Afirmava que “se o programa de privatização fosse sério e moderno poderia, por exemplo, adotar o modelo inglês em que o vencedor da licitação é obrigado, por contrato, a investir na capacitação tecnológica da empresa privatizada, bem como cumprir um programa de investimentos visando sua modernização geral, sob pena de cancelamento de compra.” (Editorial: Privatização - Preto no Branco. *Niófos: A Voz do Trabalhador*. Metabase. Catalão, Ano I, Nº. 03, Janeiro de 1992).

retardar a privatização. Alegavam que o Estado e a União estavam sendo lesados e tentavam mudar este processo, que depreciava os valores da empresa, significando o desemprego dos seus servidores, uma vez que o edital não apresentava garantia de verticalização, vital para a garantia de trabalho para os funcionários e para a expansão da empresa naquele momento, não garantia sua continuidade operacional e, também, nada esclarecia sobre as questões relativas ao passivo trabalhista.⁽¹²⁵⁾

O BNDES respondeu que o edital estava incompleto, porque fora resumido para ser publicado nos jornais, mas que incluía ainda dois outros volumes. O Metabase os solicitou para estudo, mas não encontrou nenhum dado que explicitasse a avaliação econômica e financeira da empresa e como ela havia sido feita. Também não havia sido definida a taxa mínima do valor da Goiasfértil, omissão gravíssima que, segundo o economista João Aires, precisava ser levada a público. Outra denúncia levantada pelo presidente do Conage, Wanderlino de Carvalho,⁽¹²⁶⁾ foi que o consórcio de empresas que estava fazendo a avaliação da empresa, estava em situação ilegal junto ao CREA do Estado de Goiás. Por serem estas empresas de vários outros Estados, legalmente teriam que estar inscritas no CREA do estado onde atuariam. O consórcio que estava avaliando a estatal-federal, não estava inscrito no CREA de Goiás, portanto, estava inabilitado para realizá-lo.

Apesar de conseguirem impedir a realização do primeiro leilão, esta foi apenas uma vitória temporária pois a Goiasfértil foi vendida no dia 8 de outubro de 1992, 5 dias depois da realização das eleições (que deram a vitória ao candidato do PMDB), por aproximadamente 12 milhões de dólares, incluindo as reservas minerais de titânio, nióbio e terras raras, ao grupo Fertifós que já havia adquirido a Fosfértil meses antes, e que tornou a

⁽¹²⁵⁾ O Sindicato havia ganho na Justiça uma ação que remontava uma dívida da empresa em torno de US\$6 milhões, referentes ao plano verão de fevereiro de 1989, pois havia uma preocupação quanto ao tratamento que seria dado a esta dívida. Seria negociada pela Petrofértil/BNDES com os trabalhadores ou seria descontada no preço da venda, para futura negociação com os novos patrões? Ninguém sabia, tudo era incertezas. (Informativo: *Privatização da Goiasfértil*. Niofós: A Voz do Trabalhador. Metabase. Catalão. Ano I, N.º. 02, dezembro de 1991).

⁽¹²⁶⁾ O geólogo Wanderlino Teixeira de Carvalho, um dos pioneiros da pesquisa mineral do Complexo Ultramáfico Alcalino de Catalão I. no início da década de 70, atuou intensamente contra a privatização da Goiasfértil.

empresa uma subsidiária da sua concorrente de Uberaba. A antiga Goiásfertil, hoje Ultrafertil, é uma empresa privada que tem como função a produção de concentrado de fosfato (matéria-prima para a indústria de fertilizantes), que é destinado aos centros de transformação (Uberaba e Cubatão). Para adequá-la aos moldes da empresa privada, promoveu-se profundas reduções de custos, notadamente através do corte de mão-de-obra, renegociações de contratos, etc. Foram demitidos entre 180 a 200 dos cerca de 620 trabalhadores existentes antes da privatização.

O Metabase foi a força mais importante da candidatura e da campanha de Geraldo Martins, tanto por engajar suas lideranças quanto por ter colocado seus recursos a serviço do candidato. O candidato a vice-prefeito da coligação, o economista e ex-seminarista João Carlos Aires, era o diretor do Metabase, antes de lançar sua candidatura. Utilizando sua experiência de líder estudantil na época do regime militar e de organizador do PT em Catalão e cidades vizinhas, promoveu com o sindicato intensa campanha junto aos funcionários das mineradoras em favor de Martins e dos candidatos do partido a vereadores. Exploraram também a situação generalizada da “classe” naquele momento, particularmente, o desemprego, o sub-emprego, os baixos salários, a inflação, violência urbana e rural entre muitas outras. A resolução para esses problemas era apresentada de uma forma um tanto contraditória, uma vez que Martins era um fazendeiro e o tema mais contundente da campanha era a luta contra a privatização da Goiásfertil:

“Só teremos dias melhores, justiça social e distribuição de renda, quando os TRABALHADORES assumirem a Administração do País, do Estado e do Município. Porque só o trabalhador sabe defender sua classe, pois ele sente na pele as necessidades, É ele que conhece as dificuldades de sobreviver com baixos salários... TRABALHADOR VOTA EM TRABALHADOR...ATÉ A VITÓRIA.!...”⁽¹²⁷⁾

O Metabase colocou seu jornal *Níofos: A Voz do Trabalhador* a serviço da candidatura de Geraldo Martins:

⁽¹²⁷⁾ *Os Mineradores e as Eleições. Níofos: A Voz do Trabalhador. Metabase. Catalão, Ano I, Nº 11, Setembro de 1992.*

“ Conclamo a todos os trabalhadores das minerações, aos quais tenho orgulho de representar, como também todos trabalhadores de Catalão, aposentados e desempregados, para soltar seu grito de liberdade que a muito está preso na garganta, a apoiarem com firmeza a candidatura de Geraldo Martins para prefeito e vice Toquinho (João Carlos Aires). É experiência administrativa aliada à juventude de quem tem coragem e o compromisso de mudar a realidade. ” ⁽¹²⁸⁾ *“ Trabalhadores! Uni-vos. Os eleitores devem impor, pelo voto, o castigo aos partidos responsáveis pelo desastre collorido. ”* ⁽¹²⁹⁾

O candidato da Coligação Catalão Esperança também contou com o apoio dos estudantes do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás, principalmente do curso de Geografia, que tinha entre seus alunos candidatos ao cargo de vereadores. Os estudantes fizeram campanhas nas portas das escolas tentando ganhar a população jovem. Esta adesão dos estudantes universitários a Geraldo Martins vinha da simpatia dos mesmos com a proposta do candidato, em promover a integração da sociedade com a comunidade universitária, através de um plano conjunto para levantar os problemas da cidade sob a forma de estudos e estatísticas feitas por alunos e professores.

Porém, esse apoio não foi suficiente para eleger o candidato representante das esquerdas de Catalão. Geraldo Martins, um “homem simples”, como ele gostava de se identificar, que conhecia as dificuldades dos trabalhadores neste “sistema capitalista”, que ele não aceitava, talvez não tenha se dado conta das convicções e necessidades imediatas da maior parte dos eleitores de Catalão em 1992. Sua trajetória política comprovava sua firmeza de caráter e seu compromisso com seus ideais de luta por uma sociedade mais justa. Suas propostas administrativas até podiam contemplar as carências dos mais necessitados, mas, naquele momento, o que estava em jogo era a ameaça à mais importante das propriedades, o trabalho.

⁽¹²⁸⁾ Palavras do presidente do Metabase Roberto Silva, na época das eleições de 1992, durante um programa de rádio.

⁽¹²⁹⁾ *A Industria Nacional de Fertilizantes Ameaçada. Niófos: A Voz do Trabalhador*. Metabase. Catalão, Ano I, Nº. 08, Junho de 1992.

No jogo da política, a sutileza e a habilidade de escolher argumentos, comprometer-se ou de silenciar, é quase sempre garantia de sucesso. Em 1992, o candidato a prefeito da coligação *SOS Catalão*, o médico José Moreira do PMDB, realizou sua campanha eleitoral sem qualquer envolvimento com a questão da privatização da Goiasfértil. Quando entrevistado pelo Jornal do Sindicato, logo após a privatização, não teceu nenhum comentário, até porque já estava eleito, e não fora preciso ocupar-se com o tema, trabalho delegado a outros membros do partido, em especial, o ex-prefeito Haley Margon e o governador Íris Resende. Em Catalão, Haley Margon, a todo momento procurou demonstrar que estava ao lado dos mineradores ameaçados pelo desemprego, deixou transparecer que a luta destes era também a sua, não mediu esforços e nem palavras para contestar e defender os interesses dos funcionários da empresa e do estado. ⁽¹³⁰⁾ Esteve presente nos meios de comunicação e em reuniões em Catalão, Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo, discutindo e debatendo a venda da estatal-federal e soube fazer desta participação mais um item em seu currículo político embora ela tenha gerado descontentamentos. ⁽¹³¹⁾ Todavia, a projeção obtida no momento da privatização não se sustentou porque o desdobramento que a conservação da empresa pressupunha, a instalação do Pólo Mineiro-Químico Industrial em Catalão não se concretizou. O grupo Fertifós optou por continuar a verticalização da rocha fosfática na sua outra empresa, Fosfértil em Uberaba, tornando a Goiasfértil (hoje Ultrafértil) uma fornecedora de matéria-prima para as empresas produtoras de fertilizantes do mesmo grupo. Esvaziou-se, assim, um ambicioso e desejado

⁽¹³⁰⁾ Haley Margon chegou a propor uma maior participação dos funcionários da Goiasfértil na compra de ações da empresa. Afirmava que o Governo de Goiás deveria criar condições para que os empregados pudessem deter no mínimo 20% das ações à venda, e não os 10% que estabelecia o Edital de Privatização. (*Estado quer empregados com 20% da Goiasfértil. O Popular. Goiânia. 01-01-92*).

⁽¹³¹⁾ **Após a eleição** (grifo nosso) e também após a privatização da Goiasfértil, os funcionários criticaram duramente os políticos goianos do PMDB que endossaram a venda da empresa. De forma mais acirrada atacaram Haley Margon, que findo o processo de venda, declarou em reunião com os novos donos da empresa e com o BNDES que “foi conquistado um resultado altamente positivo: a garantia de que a Goiasfértil não será liquidada!”. Os trabalhadores, no jornal *Niófos: A Voz do Trabalhador*, externavam suas críticas: “Meu Deus! Regredindo ao tempo podemos ver que nas cabeças dos nossos Governantes e nos seus atos intempestivos, a única preocupação era a de que a Goiasfértil não fosse fechada; o resto, daria-se um jeitinho! Como se toda a desgraça que diziam temer não fossem assim acontecer, e que hoje se revela um triste fato.” Este mesmo jornal trazia várias charges do ex-prefeito, mostrando-o como traidor dos trabalhadores. (*Sob os Olhos do METABASE. Niófos: A Voz do Trabalhador. Catalão, Ano II, n.º 13, novembro de 1992*).

projeto de industrialização e com ele, o poder de seu herdeiro político, o PMDB. Nas eleições de 1996, apesar das alianças com o PSDB e o PT, Margon não conseguiu vencer o pleito municipal. A privatização selara a sorte de um projeto prenhe de possibilidades e expectativas. Se por um lado, ela fundamentou as razões do capital e da iniciativa privada (para quem o empreendimento foi planejado desde sua origem), por outro estampou a desrazão imbricada nesta racionalidade: o desperdício das possibilidades sociais e econômicas que o projeto poderia desdobrar.

CONCLUSÃO

A partir do período entre guerras e, sobretudo, com a expansão da guerra fria nas décadas de 50 a 70, o tema de *segurança nacional* tornou-se uma preocupação dos governos, e nele o controle e ampliação da indústria de recursos minerais exauríveis, vistos como fundamentais para promover o desenvolvimento econômico dos países. Este foi um período em que o Estado passou a subsidiar uma infra-estrutura industrial e muitas empresas passaram pelo processo de estatização ou nacionalização. Buscava-se auto-suficiência para minimizar dependência de matérias-primas estratégicas caso houvesse interrupções nas importações, o que poderia afetar a “*segurança nacional*”. Diante destas circunstâncias, especialmente no Brasil, entre 1950 e 1980, o Estado promoveu a implantação de inúmeros projetos de exploração de minérios incentivado por uma possível escassez e aumentos de preços das matérias-primas minerais, e pelo desejo de promover a expansão das empresas privadas e a industrialização, ou, em outros termos, o “desenvolvimento”.

No primeiro capítulo deste trabalho traçamos um sucinto histórico da relação Estado-Empresa no que diz respeito à exploração mineral, particularmente o embate entre a prioridade da empresa nacional frente às estrangeiras. Nossa reflexão teve como objeto privilegiado, o projeto do presidente Geisel, expresso no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), de consolidar no país uma economia capitalista dinâmica e autônoma, capaz de levá-lo à categoria de Nação-Potência, num quadro de intensa competição, significativa de uma “crise” internacional. No Brasil esta “crise” se manteve envolvida pelas vozes que bradavam discursos pautados na “segurança nacional”, no “nacionalismo”, no “desenvolvimento” e no “progresso”. Neste projeto, o Estado tomou as rédeas da promoção e administração do “desenvolvimento”, dando destaque às empresas estatais, para promover o fortalecimento do capital privado, e possibilitar a implantação de uma sociedade industrial competitiva. E, neste modelo vitorioso com o golpe militar de 1964, que priorizava o capital nacional privado, reservava também um espaço destacado para o capital estrangeiro, posicionamento que desencadeou no setor mineral um ferrenho

debate, já vivenciado no passado (nos governos Vargas, Kubitschek e Goulart), entre os defensores e os contestadores da nacionalização das riquezas minerais. Do ponto de vista da legislação e políticas minerárias, o golpe de 1964 representou uma vitória das prerrogativas da empresa privada (nacional ou estrangeira, sem distinções) sobre os projetos que previam a prevaência da atuação do Estado no interesse da empresa nacional ou de toda a sociedade, determinação que se cristalizou na Constituição de 1967.

O II PND, exemplarmente vivido no projeto Catalão com a criação da Goiás Fertilizantes S.A.- Goiásfértil -, colocou o Estado a serviço da empresa privada desde a sua concepção em 1977. A Metago, diante da complexidade do minério, de seu grande volume de produção (que tornava o investimento muito elevado economicamente) e da falta de recursos da empresa para investir no projeto, teve que procurar a parceria do governo federal que, através do BNDE, condicionou seu apoio à associação da empresa nacional. Tal proposta, que cumpria uma das mais importantes estratégias do II PND, qual seja, o Estado, “protetor dos fracos”, deveria fortalecer o capital privado nacional para que se pudesse criar uma industrialização de “primeira classe”, e depois quando esta “perna fraca do tripé” estivesse sustentada e equilibrada, o Estado se retiraria. Assim, a presença do Estado seria *“como uma passagem necessária para consolidar uma sociedade industrial moderna e um modelo de economia competitiva”*⁽¹⁾. Na época, pelo alto custo e risco do investimento, a estatal goiana enfrentou muitas dificuldades e acabou não conseguindo sócio entre o empresariado nacional. Diante do desinteresse da iniciativa privada e, principalmente, porque o projeto de exploração das reservas de fosfato de Catalão correspondia a uma das estratégias do II PND (produção nacional autônoma de adubos fosfatados), o Estado acolheu o projeto através da associação entre a Petrofértil, Metago e Fibase⁽²⁾, bancando todos os empreendimentos de infra-estrutura necessários para a montagem da Usina Industrial. Resumindo, a criação da Goiásfértil foi, desde o seu início, planejada pelo Estado em seus mínimos detalhes, dentro de uma exímia racionalidade, perseguindo objetivos

⁽¹⁾ Pronunciamento citado por LESSA, op. cit., pp. 13-14.

⁽²⁾ No acordo firmado nesta associação. *“as partes acordaram que seriam envidados os seus melhores esforços no sentido de conseguir adesão ao empreendimento de investidores privados, aos quais deveria ser efetivamente transferido o controle da empresa que se propunha criar”*. (CARVALHO, op. cit., p. 187. grifo nosso.)

determinados, e entre estes, o de retirar-se do projeto e transferi-lo à empresa privada em algum momento, ou seja, privatizá-lo.

O segundo capítulo pretendeu demonstrar a complexidade, a modernidade e a potencialidade econômica e social embricado no interior do projeto Catalão/Ouvidor, segundo as diretrizes e a argumentação do Estado: racionalidade, produção de tecnologias e conhecimentos científicos (sobre aqueles minérios ali encontrados), grande produção de insumos (para a indústria de fertilizantes) visando a auto-suficiência nacional. Por outro lado, salientamos as decepcionantes (se comparadas ao discurso do Brasil-Potência e às potencialidades) decorrências econômicas, sociais e urbanas da instalação da mineração na cidade. Procuramos apreender as expectativas, realizações, conflitos e frustrações da população, em especial a remodelação física e humana da cidade. Neste percurso, afloraram muitos ganhos econômicos e sociais, mas, explicitou-se, também, a face perversa da técnica e do “progresso”: a impossibilidade de atender às requisições do capital privado e conciliar tecnologia de ponta com problemas sociais, uma vez que esta última gera empreendimentos que absorvem poucos trabalhadores. No projeto de exploração mineral de Catalão/Ouvidor, especialmente a Goiásfértil, ficou demonstrado que o progresso e a técnica carregam no interior de sua racionalidade um componente perverso: geram empreendimentos que serão usufruídos por poucos, ou seja, apenas uma parcela da população absorve os frutos da modernização econômica, ficando excluída grande parte de indivíduos, que passam a sobreviver nas franjas do sistema. Além desta exclusão sócio-econômica, somaram-se os conflitos sociais decorrentes da desapropriação de terras para a mineração, acarretando perda de pastos e desemprego no campo; e, ainda, a animosidade dos políticos locais e a dificuldade de absorção dos migrantes que chegaram à cidade em busca de uma vida melhor, gerando pobreza e desemprego urbano e abrindo espaço para o clientelismo.

No terceiro capítulo, tratamos das decorrências políticas da implantação de um empreendimento do II PND numa cidade do interior. A exploração mineral moderna deu origem ao confronto entre os geólogos e os políticos locais da Arena que procuraram instrumentalizar clientelisticamente a Metago, mas que, devido o poder conferido pelo regime aos administradores da empresa, não tiveram sucesso. Demonstrou que as práticas

políticas dos políticos locais permaneceram quase intactas, apenas revestidas com novas roupagens adequadas ao tempo. Por outro lado, o insucesso destes políticos neste embate, retratou mais um lado da racionalidade (introjetada na irracionalidade do autoritarismo) das estratégias do Governo Militar na tentativa de concretizar seu projeto desenvolvimentista do país comprometido com a expansão do capital e da empresa privada. Muitos dos profissionais da Metago, apesar de não serem afinados com o regime, foram incorporados e mantidos no empreendimento, porque eram necessários, pois detinham um outro poder - o conhecimento - que, naquela época, era de fundamental importância para levar avante o projeto de Nação -Potência.

Com a redemocratização e o afrouxamento do autoritarismo, a partir de 1980, abriram-se flancos para que as antigas práticas clientelísticas pudessem retornar com toda força à política. No Estado de Goiás, e particularmente na mineração, o PDS promoveu o seu revigoramento, iniciando o desmantelamento da Metago e da Goiasfértil, que mal acabara de nascer.⁽³⁾ Mas, a situação se agravou sobremaneira, quando o PMDB assumiu o governo estadual, uma vez que o partido foi o grande herdeiro político das realizações e fracassos da administração militar. A partir daí, o clientelismo foi decididamente despido de qualquer disfarce. A redemocratização não trouxe nenhuma ruptura de destaque, na gestão da Goiasfértil, pois associou-se práticas tradicionais no interior de uma empresa moderna na sua concepção e trabalho, gerando inchaço no seu quadro de funcionários, onerando sua folha de pagamentos, contribuindo para a perda de sua competitividade. Enfim, o clientelismo político conseguiu gerar argumentos para a sua desmontagem, quando, posteriormente, o discurso da crise na mineração veio defender a privatização da empresa. No projeto mineral de Catalão/Ouvidor o Governo Militar assumiu o ônus do projeto, propiciou a infra-estrutura necessária para a industrialização dos minérios, favorecendo não só os interesses públicos mas, também, as outras empresas de capital privado (nacional e estrangeiro) ali instaladas e, particularmente, os políticos locais, que sempre

⁽³⁾ Quando Sarney tomou posse para o cargo de Presidente da República, o PMDB de Catalão, imediatamente se reuniu para a escolha de um membro do partido para ocupar a presidência da Goiasfértil em Catalão, chegando a apontar dois nomes: João Netto de Campos ou Jacy Netto. Porém, enquanto discutiam, foram surpreendidos com a nomeação vinda do Governo de Goiás (PDS), empossando Hélio Martins (PDS) na presidência da empresa. (Entrevista com João Enéias B. Neto, Catalão, 26-01-98).

souberam tirar proveito do “desenvolvimento” trazido pela mineração para angariar prestígio e ganhar eleições.

No quarto capítulo demonstramos como a vitória das disposições nacionalistas na Constituição de 1988 - um acidente de percurso - passaram a ser revertidas no ano seguinte, sob o argumento da crise internacional de fertilizantes. Também procuramos evidenciar que a montagem do Pólo Industrial de Catalão fora planejada em circunstâncias que já indicavam a perspectiva de uma crise internacional para o setor de fertilizantes, particularmente quando se decidiu pela criação da Goiasfértil. Ou seja, o Estado subsidiou a expansão do capital privado nacional ou estrangeiro, conferindo-lhe condições de competitividade e riscos que ele “não pôde” ou “não quis” assumir. A nação arcou com os custos da expansão da empresa privada. O discurso orquestrado da crise, proferido no decorrer da década de 80, legitimou o que estaria por vir, o programa de privatização do governo Collor, na verdade uma etapa do processo anterior. Este processo evidenciou a existência de uma certa continuidade entre os objetivos da política econômica do regime militar com a política implantada por Collor, particularmente com relação à associação Estado-Empresa, o que nos permite afirmar que esta continuidade pode ser lida como duas etapas consecutivas na concretização de um mesmo objetivo: sustentação e reprodução do capital privado.

Procuramos também compreender a derrota da Coligação de esquerda nas eleições municipais de 1992, apesar da conjuntura de “crise”. Assim como na maior parte das cidades brasileiras onde se desenvolvem atividades minerárias, em Catalão, a exclusão sócio-econômica de grande parcela da população que não conseguiu se inserir no mercado de trabalho da mineração, leva a uma séria questão política, que se projeta sobremaneira nos períodos de eleições. Aqueles que não são beneficiados pela modernização, sobrevivem com dificuldades de toda ordem. Apesar de mal colocados no processo econômico (pois tornam-se apenas um contingente de reserva de trabalho), preservam na política algum poder de negociação ao exercer o direito de voto e eleger candidatos. As dificuldades de sobrevivência os tornam presa fácil das promessas de palanque, como por exemplo, as cestas básicas, a promessa de moradias, saúde e trabalho. Todavia, esta circunstância pode explicar

apenas uma das razões do insucesso da coligação de esquerda -Catalão Esperança- nas eleições de 1992. Na verdade, naquele momento, houve na cidade uma polarização de opiniões, a favor ou contra a privatização da estatal Goiasfértil, até porque muitos viam seus funcionários como privilegiados empregados numa empresa estatal, que nada faziam e muito ganhavam. Por sua vez, a coligação da esquerda engajou-se na luta *contra a privatização*, tendo como maior aliado o sindicato das mineradoras - Metabase - encampando, prioritariamente, questões que, de certa forma, interessavam e beneficiariam mais especificamente os trabalhadores da empresa. Por outro lado, os habitantes de Catalão em geral, e entre eles muitos funcionários da própria Goiasfértil, estavam mais sensibilizados pela questão geral do desemprego, não estavam preocupados se a empresa continuaria sendo uma estatal ou se passaria à iniciativa privada, importava-lhes a garantia do emprego. Além disso, a coligação enfrentou a falta de recursos e uma campanha agressiva do adversário. Outra razão inferida para se explicar as limitações do crescimento da coligação de esquerda foi o próprio caráter ideológico da chapa: um candidato comunista para prefeito e um candidato petista para vice-prefeito, ou seja, uma dupla de oposição que não era “moderada”, portanto, não desejada e compreendida por muitos eleitores.

Por sua vez, a coligação vitoriosa , SOS Catalão, encabeçada pelo PMDB, portadora de um discurso aparentemente pouco politizado, uma vez que a questão da privatização foi transferida para políticos estabelecidos no plano estadual (Margon e Resende), mas muito mais sedutor, soube articular as regras do jogo. Com fartos recursos e utilizando uma campanha agressiva que recorreu inclusive a métodos escusos, revolveu receios, emoções e tradições para conseguir os votos de uma população que, em grande parte, passava por um momento de fragilidade emocional devido à insegurança trazida pela expectativa de perda de emprego. A coligação pôde também contar com as bases e o prestígio do PMDB na cidade, obtido com a incorporação da tradição familiar dos Nettos e administrações passadas, em especial a de Haley Margon, que, usando recursos estaduais e da mineração, atendeu a algumas reivindicações populares, particularmente de moradias, e desenvolveu uma “administração comunitária” a seu modo. Ainda, houve também o envolvimento de Margon e Resende na defesa da privatização visando a preservação de empregos e a sobrevivência do projeto Catalão/Ouvidor, procedimento que se demonstrou

mais realista e cativante especialmente diante do sucesso do leilão da Fosfértil de Uberaba em agosto/92 e da insistência do governo que não desistiu diante das dificuldades colocadas para o leilão da Goiasfértil. Dessa forma, a luta pela não privatização da Goiasfértil se tornou um projeto vencido. A empresa foi vendida 5 dias após as eleições de 3 de outubro ao mesmo grupo - Fertifós - que havia adquirido a Fosfértil. A Goiasfértil se transformou numa fornecedora de matéria-prima para as empresas de fertilizantes do mesmo grupo, que continuou a verticalizar o fosfato na Fosfértil em Uberaba e, também, na baixada santista. O ambicioso projeto do Pólo Mínero-Químico Industrial de Catalão/Ouvidor terminava ali.

O desfecho da história da Goiasfértil é um testemunho das orientações que vêm sinalizando a reprodução do capital neste final de século XX, momento em que, em muitos países, o Estado passa à iniciativa privada empreendimentos que fundou e organizou a partir da década de 50 com a política dos minerais estratégicos, e de segurança nacional. Produtividade, competitividade, qualidade, lucratividade, racionalidade, são palavras que passaram a orientar os empreendimentos. Neste novo cenário, as empresas estatais de mineração, passaram a ser as grandes vilãs, porque entravavam o desenvolvimento do setor. Diagnósticos explicaram suas mazelas muitas vezes aparentes sem buscar suas verdadeiras causas. Acusaram-nas de serem *burocráticas em excesso, lentas na tomada de decisões, monopolistas, cerceadoras da criatividade, paternalistas, não orientada para o mercado e para resultados, ausentes na preocupação com custos/orçamento, propiciadoras de formação de feudos, etc.* Seus diretores, engenheiros e outros profissionais eram competentes, mas muito “*frustados*” porque não tinham oportunidades para “*pôr em ação as idéias e conhecimentos acumulados*”. Apenas com a privatização teriam a oportunidade de transformar “*a sua frustração em realização pessoal*”. Apesar da competência e do preparo técnico, “*estes profissionais não sabiam tornar a empresa competitiva, pois lhes faltava a orientação para o mercado*”.⁽⁴⁾ Portanto, era preciso criar uma “nova cultura empresarial” nas empresas privatizadas.

⁽⁴⁾ GRACIOSO, Alexandre. *Fosfértil: Os Mil Dias Decisivos. Case-study*. São Paulo: T.A. Queiróz, 1995, pp. 28-39.

Na Goiasfértil, não foi diferente. As modificações foram introduzidas imediatamente após a privatização, aumentado mais ainda o clima tenso dentro da empresa. Reuniões a portas fechadas, boatos de demissões corriam pelos corredores. O clima de cooperação anteriormente comentado por alguns funcionários, desapareceu, o amigo não era mais o amigo, se transformou em mais um concorrente. Desfizeram-se os laços, que passaram a ser vistos como perigosos e inadequados à “nova cultura” da empresa. Em dois meses, a empresa demitiu 163 funcionários⁽⁵⁾, instalando-se um verdadeiro clima de terror, além do problema social:

“ Todos os chefes de setores foram chamados para apontarem o melhor funcionário seu, e apontavam, e os outros eram demitidos. Me senti arrasada, pois não esperava ser demitida. Disseram que iam nos tirar para colocarem outros de fora, mas quem está tomando os nossos lugares é o pessoal interno, da própria firma. Os chefes continuam lá, só foi demitido quem realmente trabalhava. tenho uma filha e não tenho marido, sendo que o meu emprego é o único meio de subsistência. Com a crise que atravessamos, acho difícil conseguir uma colocação. Não vejo perspectiva alguma Peço aos amigos que lá ficaram, que tomem cuidado, pois é cobra comendo cobra e justiça ali não existe. ”⁽⁶⁾

“Eu acho tudo uma injustiça que estão fazendo comigo, pois estou com o rim deslocado, a coluna desviada...Fui demitido porque não tenho leitura para ficar na portaria, preferiram pôr um que tinha leitura para aproveitarem melhor o salário. Já haviam falado para mim, na época que eu fui transferido para a vigilância que meu lugar era no campo, pois não tinha leitura. Tenho 3 filhos para tratar e minha mulher tem problemas de saúde,

⁽⁵⁾ Acusava o presidente do Metabase, Roberto Silva, que a nova diretoria da Goisfértil não abria as portas para a negociações e estava demitindo funcionários que tinham estabilidade como gestantes, licenciados por motivo de saúde e outros que estavam prestes a aposentar. Acusavam também que a empresa além de não ter critérios para as demissões, não estava cumprindo as cláusulas do acordo coletivo de trabalho dos funcionários da Goiasfértil, que previam entre outras coisas, a permanência dos trabalhadores na empresa e não demitir sem causa justa. Aproveitava também para reclamar pelo cumprimento das promessas dos políticos que acompanharam o caso da privatização da empresa e asseguraram que não havia demissões. *Goiasfértil demite 163 em dois meses. Diário da Manhã, Goiânia, 08-12-92.*

⁽⁶⁾ Depoimento de Diva Lima Araújo, telefonista em Niofos: *A Voz do Trabalhador*, Ano 2, Nº.14, dezembro de 1992.

não pode nem lidar com a casa, muito menos trabalhar fora para ajudar. Qualquer coisa com meus filhos, por eu não poder tratar deles, quem me colocou na lista também é responsável, eu acho. Quero que a justiça seja feita”.⁽⁷⁾

“Na hora (da informação da demissão) fiquei surpreso...já tinha 11 anos de casa, apenas 6 faltas e só 2 atestados. Nunca deixei de cumprir com minhas obrigações, nem destratei ninguém. Fui um dos maiores coringas do laboratório. Fiz três cursos internos, e nenhum ficou valendo...Peço que não aconteça a estes pais de família, que colocaram na lista de dispensa outros pais de família, o mesmo que aconteceu conosco. Que não passem necessidades, junto com suas crianças.”⁽⁸⁾

“Agradeço a todas as pessoas com as quais me relacionei na empresa, dizendo que sempre lutei pela classe e pelos direitos de todos... E sobre os sentimentos de um demitido, deixo o meu espaço aos colegas...É difícil...É muito difícil!”⁽⁹⁾

Na cidade as conseqüências foram imediatas: *“Hoje, o que assistimos é a Goiásfértil se transformando num mero departamento da Fosfértil/MG, as demissões em massa de Trabalhadores, e, em Efeito Dominó, o fechamento de supermercados, farmácias, escolas e outros. Enfim, CATALÃO ENCOLHENDO, e, juntamente com a cidade a ESPERANÇA E O SONHO”.*⁽¹⁰⁾

O sonho de transformar a cidade em um pólo industrial de fertilizantes havia acabado. Como avaliar a vivência da Goiásfértil? A experiência ali vivida foi um sucesso ou

⁽⁷⁾ Depoimento de Valdir Marques Silva, auxiliar de mecânica, em *Niofos: A Voz do Trabalhador*, Ano 2, Nº.14, dezembro de 1992.

⁽⁸⁾ Depoimento de Horácio José Almeida, analista em *Niofos: A Voz do Trabalhador*, Ano 2, Nº.14, dezembro de 1992.

⁽⁹⁾ Depoimento de Rubens Pena, técnico de mineração em *Niofos: A Voz do Trabalhador*, Ano 2, Nº.14, dezembro de 1992.

⁽¹⁰⁾ *Goiásfértil: o sonho acabou?* João Carlos Aires, em *Niofos: A Voz do Trabalhador*, Ano 2, Nº.14, dezembro de 1992.

um insucesso? Podemos considerar que qualquer resposta, depende do ponto de vista do observador. Com relação aos objetivos gerais e iniciais do II PND, particularmente o envolvimento e parceria com a empresa privada e a política de descentralização industrial, foi um sucesso, afinal um consórcio de empresários - Fertifôs - tornou-se o herdeiro do investimento feito pelo Estado. Por outro lado, do ponto de vista do discurso do Brasil-Potência e da sociedade de Catalão e brasileira como um todo, e da potencialidade econômica e social do empreendimento, foi um grande insucesso, um grande desperdício de potencialidades e recursos materiais e humanos.

Esta experiência de Catalão explicitou toda a contradição imbricada no progresso fundamentado na reprodução e concentração da riqueza. A racionalidade contida na técnica convulsionou bruscamente como uma tempestade, revolucionou e criou expectativas, mas sua duração foi muito efêmera, e o resultado desencantador, porque deixou atrás de si muitos escombros. Nenhum *“Anjo da História”* conseguiu *“romper o continuum da história”*, pois o seu caminho era inexoravelmente o futuro.⁽¹¹⁾ Também, comprovou que a racionalidade pode resguardar a desrazão, uma vez que, um projeto que poderia ter melhorado significativamente a sociedade de uma forma geral, beneficiou apenas um pequeno grupo e deixou para trás a sensação de que:

“ Tudo murcha, pois a indústria extrativa (e não transformadora) de minerais não costuma deixar senão um rastro de pó e tristeza...”

(Carlos Drummond de Andrade)

“No horizonte, a exaustão”.

⁽¹¹⁾ BENJAMIN, W. *Teses sobre a Filosofia da História*. São Paulo: Ática, 1985, pp. 157-159.

ANEXOS

Foto No. 1- *Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil- 1892*
Travessia do Rio Paranahyba

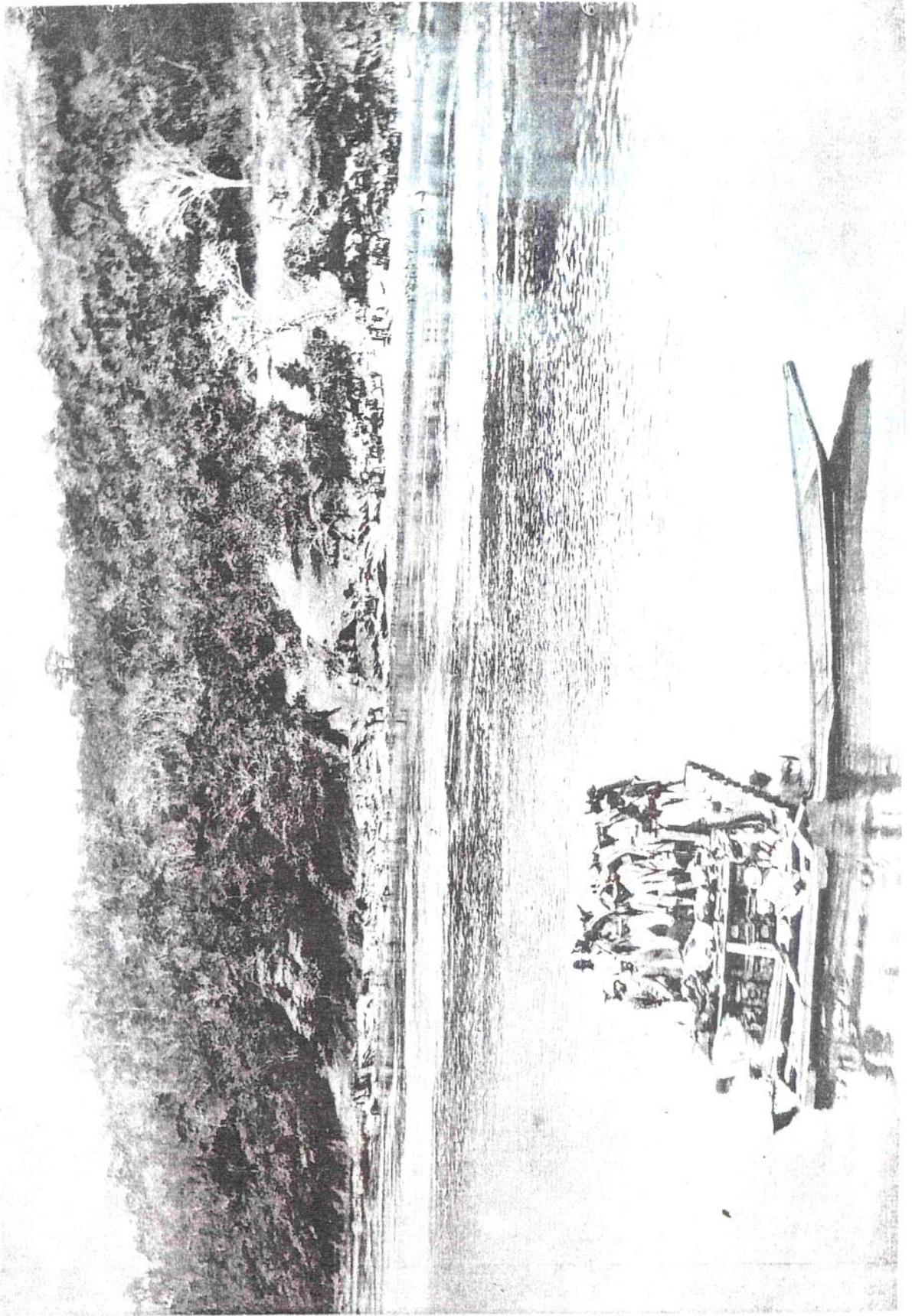


Foto No.2- *Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil- 1892*
Vista de Catalão

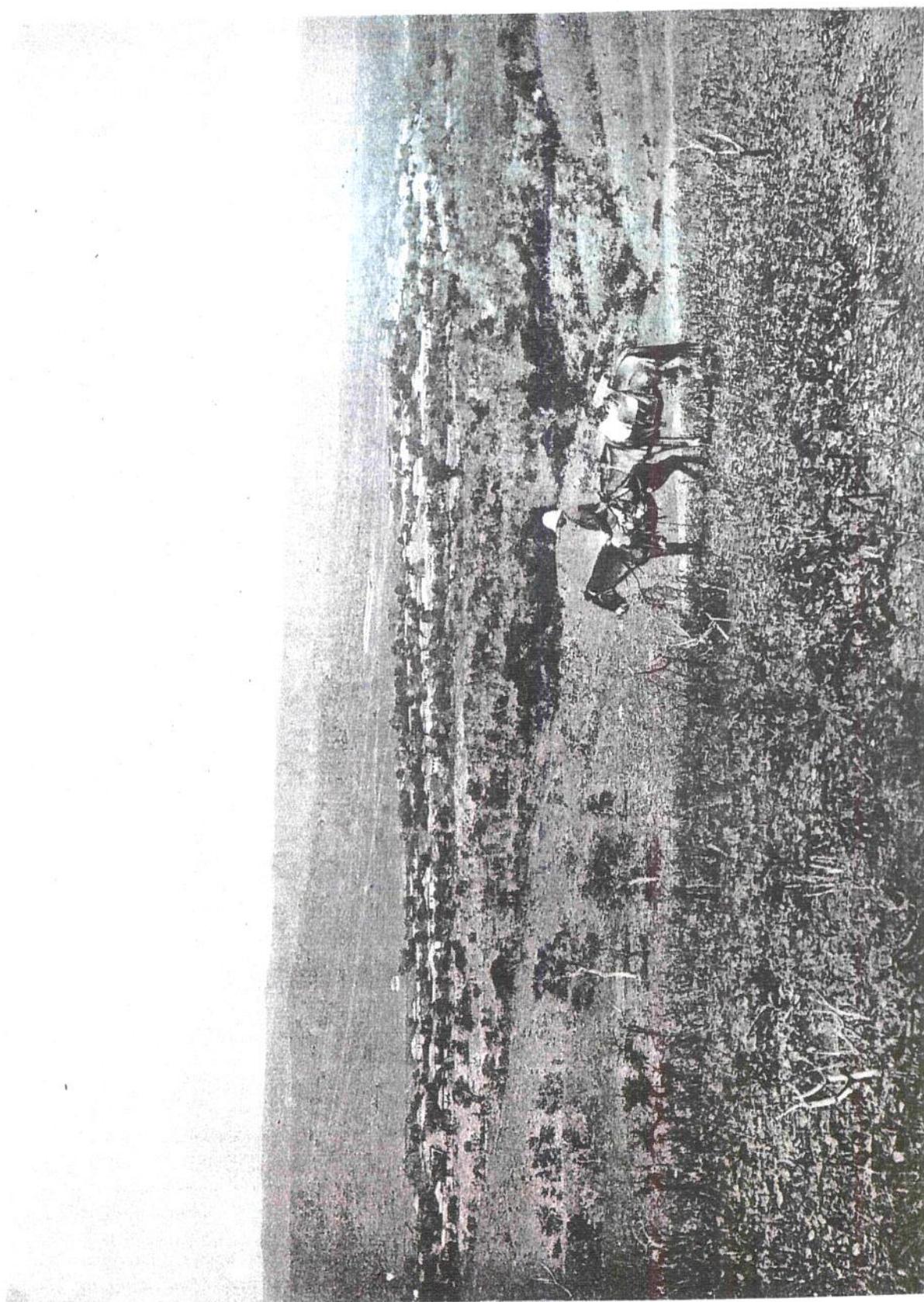


Foto No.3- *Palacete da Família Nars Fayad - 1930* - único edifício em *Art Nouveau* na região, localizado na principal avenida , a *Goiânia*. Fonte: Casa da Cultura de Catalão



Foto No.4- Vista panorâmica da *Praça Getúlio Vargas* no centro da cidade - 1950-.
Fonte: Casa da Cultura de Catalão



Foto No.5- Vista panorâmica da principal avenida - *a Goiânia*- em 1950.
Fonte: Casa da Cultura de Catalão

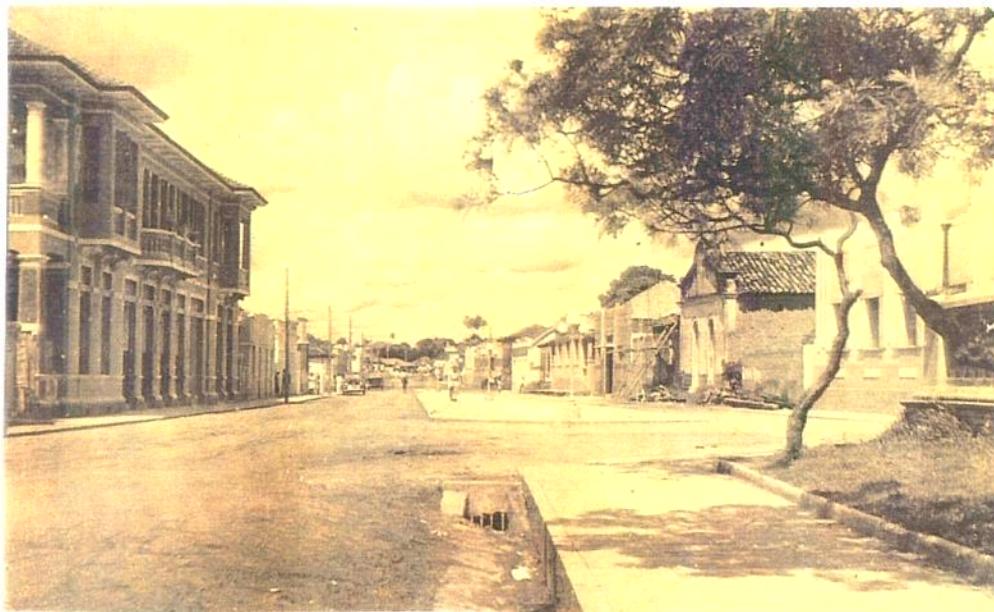


Foto No.6- *Coreto* localizado na *Praça Getúlio Vargas* - 1950-.
Fonte: Casa da Cultura de Catalão



Foto No.7- Vista panorâmica do canteiro de obras da *Usina Industrial*
Goiasfértil - Fazenda Chapadão - 1980
Arquivo da Ultrafértil (antiga Goiasfértil)



Foto no.8- Vista geral da construção da captação de água no rio São Marcos
Arquivo da Ultrafértil (antiga Goiasfértil)



Foto No. 9- Vista geral do canteiro de obras da *Usina - Industrial - Goiasfértil -*
Ao centro prédios da concentração, sub-estação e reagentes. À esquerda, reservatórios
de água nova e flotação. À direita, pátio do prédio do mineroduto e escritório central.
Fazenda Chapadão - Arquivo da Ultrafértil (antiga Goiasfértil) 1980



Foto No.10- Prédios da Usina de Concentração, oficina do almoxarifado da Usina
Industrial - Goiasfértil-. Vista dos espessadores e reservatórios de Água Nova e Flotação.
Detalhe do Pipe/rake do mineroduto. Fazenda Chapadão - 1981.
Arquivo da Ultrafértil (antiga Goiasfértil)



Foto No.11- Vista aérea da *Usina Industrial - Goiásfertil* - 1982 - À direita encontra-se as minas a céu aberto. À esquerda, um lago onde a empresa mantém uma criação de peixes, e na extremidade da foto, vemos apenas uma pequena parte de um outro lago, que recebe a água utilizada no processo industrial, a qual é retratada. Uma das preocupações que acompanhou a empresa desde o seu início.(Arquivo da Ultrafertil)



Foto No.12- Vista aérea do *Terminal Rodo-ferroviário da Goiasfértil* - 1982- ao lado da BR-050 (São Paulo-Basília), situado a 15Km da Usina Industrial.(Arquivo da Ultrafértil)



Foto No.13- Santa Casa de Misericórdia - construída na administração do ex-prefeito João Netto de Campos (1947). Foi reestruturada nos anos 70, para receber novos médicos e atender a população que crescia com a chegada da mineração.(Arquivo particular)



Foto No.14- Vista da avenida principal - 20 de Agosto- (antiga Goiânia), que abriga o centro comercial da cidade - 1990-. (Arquivo particular)



Foto No.15- O antigo Coreto da Praça Getúlio Vargas ganha ares de modernidade.
Arquivo particular



Foto No.16- A avenida Raulina Paschoal com seu rio canalizado e a vista de um dos prédios modernos da cidade (Arquivo particular)

Foto No.17- Vista aérea de Catalão (Arquivo particular)



Foto No.18- Vista do *Ginásio de Esportes*, inaugurado no ano eleitoral de 1992.
Arquivo particular



CRONOLOGIA

1961

- Criação da estatal goiana Metais de Goiás (Metago).

1962

- Início das atividades minerais da Metago no Estado de Goiás.

1964

- Proposta de revisão do Código da Mineração.

1965

- Extinção dos partidos políticos e a criação do bipartidarismo (Arena e PMDB).

1966

- Apresentação do esboço geológico comunicando a existência das “Chaminés Alcalinas de Catalão/Ouvidor”.
- Elegem-se para prefeito de Catalão Leovil Evangelista da Rocha e para vice- prefeito Bento de Paula.

1967

- Início do trabalho de mapeamento geológico pelo DNPM em Catalão/Ouvidor.
- Reforma da Constituição e do Código de Mineração (Governo Geisel).

1968

- Geólogos da Metago chegam a Catalão e constataam a existência do fosfato.
- O Ministério das Minas e Energia concede áreas contíguas para pesquisas (áreas I e II) de Catalão /Ouvidor à Metago.

1969

- Chega a Catalão os geólogos e técnicos da Metago para iniciar a prospecção nas minas.
- Descoberta dos outros minerais em Catalão/Ouvidor: vermiculita, titânio, nióbio e terras-raras.

1970

- João Netto Campos (MDB) é eleito prefeito nas eleições municipais em Catalão.

1972

- Eleito prefeito em Catalão, o médico Sílvio Pascoal (Arena).

1974

- Plano Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA).
- Divulgação do II Plano Nacional do Desenvolvimento

1975

- Início das atividades operacionais da Usina Semi-industrial da Metago em Catalão.

1977

- A Metago, A Fibase e a Petrofértil assinaram um termo de acordo para a formação de uma empresa de mineração (a futura Goiasfértil).

1978

- O presidente Ernesto Geisel aprova a Exposição de Motivos do Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, para a criação da Goiasfértil.

1979

- Reconstituição do pluripartidarismo.

1981

- Fundação da Associação dos Trabalhadores nas Minerações.

1982

- Início da produção da Usina Industrial da Goiásfértil.
- Vence para prefeito nas eleições municipais em Catalão, Haley Margon (PMDB) e para vice-prefeito, João Netto de Campos.

1983

- Instalação em Catalão do Campus de Extensão Universitária da Universidade Federal de Goiás.

1985

- Vence para prefeito de Goiânia, o candidato do PT, Darcy Accorsi.
- As eleições municipais foram prorrogadas para 1988.

1988

- Revisão da Constituição.
- Eleito prefeito nas eleições municipais em Catalão pelo PFL, o médico Agnaldo Mesquita e para vice-prefeita, Maria da Glória Sampaio.

1989

- Abertura do setor mineral ao mercado externo e redução das tarifas alfandegárias.

1990

- Haley Margon é eleito deputado federal.

1991

- O Governo Collor apresenta o “Projeto de Reconstrução Nacional”, contendo o “Programa de Desestatização”.
- O Metabase filia-se à CUT.
- Apresentação do Edital de venda da Goiasfértil.

1992

- José Moreira (PMDB) é eleito prefeito em Catalão em 3 de outubro.
- A Goiasfértil é privatizada em 8 de outubro.

FONTES PESQUISADAS

PERIÓDICOS

Correio Brasiliense: 1988.

Diário da Manhã (Goiânia/Goiás): 1980, 1983, 1989.

Dito e Feito (Catalão/Goiás): 1992.

Folha de Goiaz (Goiânia/Goiás): 1981, 1982.

Folha de São Paulo: 1985, 1987.

Niófos: A Voz do Trabalhador (Catalão/Goiás): 1991, 1992.

O Popular (Goiânia/Goiás): 1978, 1979, 1980, 1981, 1984, 1987, 1989, 1989, 1990, 1991, 1992.

FONTES IMPRESSAS

A Mineração e a Economia Nacional no Período Pós-1988.

ANDA - Plano Nacional de Fertilizantes.

ANDA - Setor Mineral Brasileiro - Propostas de Políticas (1989).

Brasil Mineral (revista).

Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional. (Governo Collor, 1991).

CBMM - Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia.

CETEM - Centro de Tecnologia Mineral (RJ).

Código de Mineração e Legislação Correlativa.

Constituição - República Federativa do Brasil - 1988.

IBRAFOS - Instituto Brasileiro do Fosfato.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração.

Informativo 1992- Secretaria da Planejamento, Indústria e Comércio e Setor de Pesquisa e Turismo (Catalão/Goiás).

Informativo - Fosfatos de Goiás S.A. - Fosfago.

Informativo - MCG- Mineração Catalão de Goiás.

Me & P - Minérios, Extração & Processamento (revista)

Minérios (revista)

Monopólio Estatal ou Oligopólio Internacional (Petrobrás).

Novos Cenários Para a Economia Brasileira - 1985.

Política Industrial e de Comércio Exterior do Governo Collor.

Programa Nacional de Desestatização.

Programa de Competitividade Industrial.

Quarenta Anos - Copebrás.

Revista do Direito Minerário. Repertório de Doutrina, Jurisprudência e Legislação.

FONTE MANUSCRITA

Atas da Câmara Municipal de Catalão.

FONTE ORAL

Antônio Miguel J. Chaud

Eci Vaz

Elias Cuba

Geraldo Martins

Haley Margon

Iranildo R. Valença

Jair de Melo

Jesus G. Mello

Joana Gomide Margon

João Carlos Aires

João Enéias Bretas Neto

Kalil Abraão

Maria Ferreira Basílio

Maurício Marcone P. Cunha

Nain J. Elias

Osmar da Silva

Osmar P. Carneiro

Oswaldo Pereira Duarte

Wanderlino Teixeira de Carvalho

Yusley Ferreira Neto

ARQUIVOS

Arquivo Fotográfico da Ultrafértil (antiga Goiasfértil)

Arquivos particulares

Arquivos do sindicato Metabase

Biblioteca da Metais de Goiás (Metago)

Biblioteca da Universidade Federal de Goiás

Biblioteca Municipal de Catalão

Câmara Municipal de Catalão

Casa da Cultura de Catalão

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Marcelo de Paiva (org.) **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- AGUIAR, Carly Batista. **Imprensa e Eleições. 1989. Razão e Sedução na Opinião das Elites**. São Paulo: U.S.P. Tese de doutoramento. 1995.
- ANSART, Pierre. **La Gestion des Passions Politiques**. Lausanne, Suisse: Editions L'Age d'Homme, 1983.
- ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2.ª Ed. 1988.
- _____. **Sobre a Violência**. (trad. Andre Duarte). Relume-Dumará. Rio de Janeiro. 1994.
- _____. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo, 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- AFONSO, Lúcia Helena Rincon. **O Partido Comunista do Brasil (1945-1947) suas Propostas na Região Centro-Oeste**. Tese de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 1981, (mimeo).
- ARIDA, Pérsio. (Org.) **Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural: O Brasil diante da crise**. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- BELUZZO, Luiz Gonzaga M. e COUTINHO, Renata (Org.) **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios da crise**. v. 1, SP: Brasiliense, 1983.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **O Governo Kubitschek. Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política 1956-1961**. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 2ª. ed., 1976.
- BENJAMIN. Walter. **Teses sobre Filosofia da História**. São Paulo: Ática, 1985
- BLACKBURN, R. (org.) **Depois da Queda: o Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo**, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3ª Ed., 1993.
- BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia, uma Defesa das Regras do Jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3ª Ed. 1983.
- _____. **Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política**. RJ: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Direita e Esquerda - Razões e Significados de uma Distinção Política**. Trad. Marco A. Nogueira. S.P.: Unesp 1995

- _____. **O Futuro da Democracia**. S.P: Ed. Paz e Terra, 1986
- BORGES, Mauro. **O Golpe em Goiás: história de uma traição**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.
- BORGES, Vavy Pacheco. "*História e Política: laços permanentes*". **Revista Brasileira de História**, S.P.: V.12, No 23/24, pp7-18, set. 91/ago.92.
- BRESCIANNI, Maria Stella. **Jogos da Política Imagens, Representações e Práticas**. S.P.: ANPH, Marco Zero, FASEP, 1992.
- BRESSER, Luiz Carlos. *O Governo Collor e a Modernidade e Tempos Incertos*. In: **Novos Estudos**, n.º. 29, Mar., pp.39.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A escola dos Annales, 1929-1989**. Trad. Nilo Odália, São Paulo: UNESP, 1991
- CAMARGO, Aspásia. *Os usos da História Oral e da História de Vida: Trabalhando com Elites Políticas*. In: **Revista de Ciências Sociais** Rio de Janeiro, volume 27 n.º 01, 1984, pp. 5 a 28.
- CAMPOS, Francisco e DUARTE, Arédio Teixeira. **O Legislativo em Goiás**. Goiânia: 1986.
- CAMPOS, Maria das Dores. **Gente nossa**. Goiânia: CERNE, 1985.
- _____. **Catalão: estudo histórico e geográfico**. Goiânia: 1979.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Economia, Planejamento e Nacionalismo**. Rio de Janeiro: APEC Editora S/A, 1963.
- CARDOSO, Mirian Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento. Brasil: JK-JQ**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2ª. ed., 1978
- CARVALHO, Wanderlino Teixeira de. **Política Mineral Goiana (1960-1986)**. Tese de Mestrado. Instituto de Geociência da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP:1988.
- CARVALHO, J. M. **A Escola de Minas de Ouro Preto**. São Paulo: Naciona/Finep, 1978.
- CASTILHO, Fausto. *As Determinantes da Longa Duração e sua Conversão: o impasse*. In: **O Pensamento em Crise e as Artimanhas do Poder**. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento, UNESP, 1988, pp. 99107.

- _____. **A Constituinte em Debate.** São Paulo: Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas. Ed. Sofia, 1986.
- CASTRO, Antônio B. de e SOUZA, Francisco Eduardo P. de. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada.** 2.^a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CHAUI, Marilena. *O Discurso Competente.* In: **Cultura e Democracia.** São Paulo, ed. Moderna, 3.^a ed. 1980.
- _____. *Público. Privado, Despotismo.* In: **Ética.** Org. Adalberto Novaes. São Paulo: Cia das Letras. 1992.
- _____. *A História se faz com as massas organizadas. Será?* Belo Horizonte: Seminário: **Sociedade, Cultura e Sindicato.** Escola Sindical, 1993.
- CHAUL, Nasr Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital.** Goiânia: Cegraf, 1989.
- CODATO, Adriano Nervo. **Estrutura Política e Interesses de Classe: uma análise do Sistema Estatal no Brasil pós-1964 - O caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico.** Tese de Mestrado. Departamento de Ciências Políticas, IFCH, Unicamp. Campinas: 1995.
- CRULS, Luiz. **Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil** Brasília: Governo do Distrito Federal, Edição Especial, 1992.
- CRUZ, Sebastião Velasco e. **O presente como História: Economia e Política no Brasil pós-64.** Campinas: Coleção Trajetória 3, UNICAMP/IFCH, 1997
- D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs.) **Ernesto Geisel.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 3.^a ed., 1997.
- DREIFUSS, R. **1964: A Conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Classe.** Petrópolis: Vozes, 2.^a ed. 1981.
- DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional.** Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos.** Trad. Vera Ribeiro. R.J.:Ed. Zahar 1994
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** SP: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação. 1992.
- FERNANDES, Rubem César. **Vocabulário de Idéias Passadas: ensaios sobre o fim do socialismo.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISEER, 1993.

- FERREIRA, Marieta de Morães e AMADO, Janaina. (orgas.) **Usos e Abusos da História Oral**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1996.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *O Tempo das Ilusões*. In: **Ideologia e Mobilização Popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.
- GIRARDET, P. **Mitos e Mitologias Políticas**, São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- GOMEZ, Luis Palacín, CHAUL, Nars F. e BARBOSA, Juarez C. **Histórica Política de Catalão**. Goiânia: Ed. UFG, 1994.
- GRACIOSO, Alexandre. **Fosfertil: os mil dias decisivos: Case-study**. SP: CEG- Centro de Estudos em gestão, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência enquanto ideologia*. In: **Os Pensadores**. SP: Abril Cultural, 1980.
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve séc. XX: 1914 -1991**. Trad. Marcos Santarrita, S.P.: Cia das Letras, 1995
- JAMENSON, Frederic. **O Inconsciente Político**. São Paulo: Ed. Ática, 1992.
- JULIARD, Jacques. *A política*. In: **História novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 41ª. ed., 1994.
- _____. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- KURZ, Roberto. **O Colapso da Modernização : da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. (trad. Karen E. Barbosa), Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.
- LAFER, Celso. **O Sistema Político Brasileiro**. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- LEITE, Rogério Cerqueira. **Quem tem medo do Nacionalismo**. SP: Ed. Brasiliense, 1983.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.
- LESSA, Carlos. **A estratégia de Desenvolvimento 1974-1976: Sonho e Fracasso**. Tese apresentada à faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro para o Concurso de professor Titular. RJ: 1978.

- LE VEN, Michel Marie, FARIA, Érika de e MOTTA, Miriam H. de Sá. *História oral de vida: o instante da entrevista*. **Varia História**. UFMG, Belo Horizonte: no.16, Setembro, 1996, p. 57-65.
- MARTINS, Carlos Estevam. **Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- MENDES, Antônio M. Teixeira. *O Papel das Pesquisas Eleitorais*. In: **Novos Estudos**, nº 29, Mar., p.28.
- MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Partido e Sociedade: a trajetória do MDB**. Ouro Preto: Editora UFOP, 1997.
- NETTO, Wenceslau Gonçalves. Estado e Planejamento: *A Agricultura nos Planos de Governo no Brasil (1960-1980)*. In: **História & Perspectivas**. Uberlândia: N.º.10 Jan./Jun., 1994.
- NOVAES, Adauto. (Org.) **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **As Forças Armadas: política e Ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis, Vozes, 1976.
- PALACIN, Luiz. **Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978
- PIERUCCI, Antônio Flávio e LIMA, Marcelo C. de. *A Direita que Flutua*. In: **Novos Estudos**, nº. 29, Mar., p.34.
- POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Trad. Dora Rocha. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Vol.2, nº. 3, 1989, p.3-15.
- RAMOS, Cornélio. **Catalão de Ontem e de Hoje (curiosos fragmentos de nossa História)**, Catalão, 1984.
- RÉMOND, René. (Org.) **Por uma História Política**. Editora UFRJ/ Editora FGV. Rio de Janeiro, 1996.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir. (Org.) **E Agora PT? Caráter e Identidade**. SP: Ed. Brasiliense, 1991.
- _____. **O Anjo Torto- Esquerda (e Direita) no Brasil**. S.P.:Editora. Brasiliense, 1995.

- SAKABE, Haquira. **Argumentação e Discurso Político**, São Paulo: ed. Kairós. 1979.
- SALLUM, Jr. Brasília *Eleições Presidenciais e Crise do Sistema Partidário*. In: **Lua Nova, Revista de Cultura Política**, Maio, 1990.
- _____. **Labirintos: dos Generais à Nova República**. SP: Editora HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Suely Iunes dos; PAULA, Sionara de; PAULA, Eliane Assunção. **Goiás: Partidos Políticos e Políticas Sociais (1983-1993)**. UCG, Goiânia: 1994 (mimeo).
- SATURNINO, Roberto. **Política econômica e estatização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SCLIAR, Cláudio. **Geopolítica das Minas do Brasil: importância da mineração para a sociedade**. Belo Horizonte: Departamento de Geologia. Instituto de Geociências-UFMG, 1994.
- SENNETT, Ricardo. **O Declínio do Homem Público**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias: auto-biografia**. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1973.
- TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964- Visões Críticas do Golpe: Democracia e Reformas no Populismo**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- TOURRAINE. **Crítica da Modernidade**. Trad. Elia Ferreira Edel Petrópolis. R.J.: Ed. Vozes, 1995
- TREVISAN, Maria José. **50 Anos em 5... A FIESP e o Desenvolvimentismo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.
- TRONCA, Ítalo. "A *Questão do imaginário na prática do historiador*", **Anais, 2º Congresso latino-americano de História da Ciência e da Técnica**. S.P.Nova Stella, 1989.